

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

CARLO GUIMARÃES MONTI

**O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto:
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915)**

Franca
2014

CARLO GUIMARÃES MONTI

**O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto:
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Franca

2014

Monti, Carlo Guimarães

O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto :
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915) / Carlo Guimarães Monti. – Franca : [s.n.], 2014
236 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Pedro Geraldo Tosi

1. Café – Brasil – História. 2. Café – Cultivo – Ribeirão Preto.
3. Junqueira, Joaquim da Cunha Diniz – 1886 -1932. I. Título.

CDD – 981.552

CARLO GUIMARÃES MONTI

**O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto:
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura
Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dr. Pedro Geraldo Tosi

1º Examinador: _____

Dr. Lélío Luiz de Oliveira

2º Examinador: _____

Dr. Rogério Naques Feleiros

3º Examinador: _____

Dra. Dora Costa

4º Examinador: _____

Dra. Maria Alice Rosa Ribeiro

Franca, 28 de fevereiro de 2014

Dedico ao meu pai, mãe e irmã. Com amor me ensinaram a viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, que me orientou na realização desta tese, sua atenção e disposição foram fundamentais para a conclusão do trabalho, assim como suas palavras de incentivo. Sempre me tratou com amizade e distinção, me recebendo em sua casa, conduziu-me com sagacidade e inteligência pelo emaranhado de documentos. O meu muito obrigado.

Estendo o agradecimento ao professor Lélío Luiz Oliveira e à professora Dora Costa, que também participaram da banca de qualificação, quando o comportamento dúbio do personagem estudado me foi apontado, o que deu um norte ao trabalho. O meu profundo agradecimento aos três membros da banca.

Muitos me ajudaram em algum momento desta etapa da vida, entre eles faço especial agradecimento à querida e amável Marina Sacomam, que me ajudou a conhecer a família Junqueira e a organizar quem era quem, nesta família de homônimos. À batalhadora Carla Vannucchi, que veio ao meu auxílio em um momento muito importante, me ajudou na busca da documentação, ela caiu do céu. Agradeço à Fernanda de Cassia Alves Pialarici, que com seu imenso amor por São Simão, me auxiliou no acesso à documentação daquela linda cidade. Em Ribeirão Preto, me ajudaram os alunos Alcione Más, Lucas Losa, a prof.^a Dr.^a. Lilian Rosa, a prof.^a Dr.^a Nainora de Freitas, o prof. Dr. Silvio Reinod e Silvia Colavite. Agradeço pela gentileza e ajuda de todos. No Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto recebi ajuda do Mauro, assim como do prof. Antonio Lages, o meu muito obrigado a eles.

O meu imenso agradecimento a Cristiane Miasson de Araújo e a toda a sua família, que me tratou com muita gentileza, paciência e tradição.

Agradeço aos amigos Luigi Daiala Valva, Charlei Aparecido da Silva, Carlos Fico e Lélío Luiz de Oliveira, que sempre me cobraram quanto ao término do doutorado, assim não permitiram que me esquecesse do meu sonho, que se tornou esta tese. Outro que sempre me apoiou foi Carlos Serafim Monti, meu pai, o meu muito obrigado.

À Tatiane Rodrigues Thomaz, que ajudou em todas as etapas do trabalho, estive ao meu lado o quanto foi possível. Obrigado Tati!

RESUMO

O trabalho analisa as diversas atividades econômicas promovidas por Joaquim da Cunha Diniz Junqueira que foi fazendeiro, cafeicultor, comerciante, negociante de café, dono de casa de comissariado e político, entre os anos de 1890 e 1915 em Ribeirão Preto - SP. A documentação utilizada na pesquisa estava dispersa em arquivos privados e públicos, que mereceu amplo tratamento para promover uma reflexão sobre as relações socioeconômicas do personagem imbuídas dentro do contexto histórico. Busca-se compreender os negócios empreendidos por Joaquim da Cunha Diniz Junqueira que tenderam a se aproximar da lógica dinâmica própria do período e que ao mesmo tempo se baseava no referências tradicionais e familiares. Demonstra-se como promoveu a diversificação dos empreendimentos econômicos. Investiga-se os estratagemas e práticas econômicas entre condutas tradicionais e racionais. Explica-se o papel dos negócios relacionados às hipotecas, empréstimos e da sociedade em uma casa de comissariado. Além disso, verifica-se a constituição, organização e produção de café na Fazenda Boa Vista, propriedade que sintetiza boa parte do comportamento econômico do agente histórico ora estudado.

Palavras-chave: Cafeicultura. Comércio. Crédito. Casa de Comissariado. Ribeirão Preto/SP.

ABSTRACT

This work analyzes the many economic activities that Joaquim da Cunha Diniz Junqueira developed, such as a farmer, coffee grower, salesman, coffee dealer, owner of a commission house e politician, between the years of 1890 and 1915 in Ribeirão Preto/SP. The documentation used in the research was scattered in private and public files, and demanded a large treatment, in order to promote a reflection over the socioeconomic relations of the character inside the historical context. The work seeks to understand the businesses engaged by Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, that tended to approach of the dynamic logic that was common to the period and that, at the same time, based on traditional and familiar traditions. The work demonstrates how he fomented the diversification of the economical ventures. The research also investigates the stratagems and economical practices among traditional and rational behaviors. It also explains how business was related to mortgages, loans and to a commission house. Besides, it examines the constitution, organization and production of coffee in the Boa Vista Farm, propriety that synthesizes a great part of the economic behavior of the historical agent here studied.

Key-words: Coffee grow. Trading. Credit. Commission house. Ribeirão Preto/SP

Lista de Abreviaturas

Arquivo da Catedral de São Simão - ACSS

Arquivo do Estado de São Paulo – AESP

Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto - AFRP

Arquivo do Fórum de São Simão - AFSS

Arquivo no Museu Regional de São João del Rei – AMRSJ

Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista - APFBV

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP

Lista de Gráficos

- Gráfico 2.1. Número de companhias e vendas em 1891 e 1892.....p. 85
- Gráfico 2.2. Valor médio das vendas das companhias que venderam para a loja.....p. 86
- Gráfico 2.3. Movimento de compra e venda da loja.....p. 88
- Gráfico 2.4. Contas de Clientes com valores de compra e pagamentos.....p. 106
- Gráfico 2.5. Contas de clientes com valores acima de 1:000\$000, valores em %.....p. 107
- Gráfico 2.6. Valores movimentados por Dona Clemencia e Joaquim de Faria.p. 111
- Gráfico 3.1. Folhas de Pagamento da Fazenda Boa Vista.....p. 149
- Gráfico 3.2. Número de Trabalhadores na Fazenda Boa Vista, relação por meses e anos.....p. 156
- Gráfico 3.3. Gastos com medicamentos para os colonos na Fazenda Boa Vista, relação meses e anos.....p. 158
- Gráfico 3.4. Relação de valores para pagamento dos salários em 1913.....p. 160
- Gráfico 3.5. Safra de café na Fazenda Boa Vista.....p. 162
- Gráfico 3.6. Sacos de café colhidos e enviados em 1915.....p. 163
- Gráfico 3.7. Cartas recebidas em cada ano.....p. 187
- Gráfico 3.8. Quantidade das cartas recebidas por local de origem.....p. 188

Lista de Imagens

Árvore Genealógica 3. Ramo de São Simão – Primeira e segunda geração no nordeste paulista.....	p. 40
Árvore Genealógica 4. Ramo de Ribeirão Preto – Segunda e terceira geração no nordeste paulista.....	p. 68
Imagem 2.1. Festa da União dos Viajantes, setembro de 1906, no Jardim Público (Praça XV).....	p. 115
Estrutura das ocupações de uma fazenda de café.....	p. 154
Imagem 3.1. Cartão de Comissário.....	p. 165
Imagem 3.2. Matéria do Jornal “O Villa Bomfim” informando sobre a doença de Joaquim da Cunha.....	p. 181
Estado de São Paulo: municípios.....	p. 189

Lista de Mapas

Mapa 1.1. Antiga Capela Curada de São Simão em 1835.....	p. 31
Mapa 1.2. Localidades do Nordeste Paulista (Franca, Batatais e Casa Branca, século XIX).....	p. 32
Mapa 1.3. Fazenda do Lageado.....	p. 39
Mapa 1.4. Fazenda entre a Lageado e a Sertãozinho.....	p. 55
Mapa 1.5. Relação das Fazendas na Barra do Rio Mogi Guaçu.....	p. 56

Lista de Quadros

Quadro 1.1. Bens do casal em porcentagem.....	p. 53
Quadro 1.2. Qualificação de votantes de São Simão e Ribeirão Preto 1847–1873.....	p. 62
Quadro 1.3. Bens dos membros da família em porcentagem.....	p. 64
Quadro 1.4. Herança recebida por Emerenciana e Joaquim da Cunha.....	p. 74
Quadro 2.1 Produtos vendidos na loja.....	p. 80
Quadro 2.2. Exportadores de café pelo Porto de Santos durante o ano financeiro 1885-1886 – valores do café em sacas de 60 kg.....	p. 96
Quadro 3.1. Histórico de Formação da Fazenda Boa Vista.....	p. 161

Lista de Tabelas

Tabela 1.1. População da Província de São Paulo (1872).....p. 45

Tabela 1.2. Percentagem dos cativos por anos.....p. 46

Tabela 1.3. Padrões de propriedade escrava.....p. 47

Tabela 1.4. Monte-Mor por valor.....p. 48

Tabela 1.5. Valores dos bens do casal Luiz Antonio de Souza Junqueira. (1856) e Anna Claudina Diniz Junqueira (1864).....p. 52

Tabela 1.6. Herança de Ana Osório Diniz Junqueira. Disposições dos bens indicadas no Testamento Cerrado e no Inventário (1878).....p. 68

Sumário

Introdução.....	p. 16
Capítulo – I. Do gado aos cafeeiros: a família Junqueira e a manutenção do poder econômico entre São Simão e Ribeirão Preto.....	p. 28
1.1 – Do “Caminho dos Goyases” a São Simão.....	p. 29
1.2 – Das origens a chegada da família Junqueira ao nordeste paulista.....	p. 35
1.3 – Práticas econômicas à luz de uma cadeia dominial.....	p. 43
1.4 – O café e os novos ares econômicos: estratégias e acordos - a descendência do poder entre os anos 1870 e 1890.....	p. 59
Capítulo – II. Rede de negócios e crédito na loja de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.....	p. 78
2.1 – Fornecedores de bens e o serviço do crédito em 1891.....	p. 79
2.2 – A trama do crédito: entre o consumo conspícuo e a produção local....	p. 99
Capítulo – III. Processo de diversificação, ampliação das redes e inovação possível.....	p. 125
3.1 – Negócio de compra e venda de terras: entre o crédito e as hipotecas p.	126
3.2 – Por herança e por compra, a cafeicultura na fazenda Boa Vista.....	p. 142
3.3 – Intermediação e Casas de Comissariado: os negócios com café.....	p. 164
3.4 – O empresário e a política: o limite das inovações.....	p. 183
Considerações Finais.....	p. 212
Referências.....	p. 222
Fontes.....	p. 222
Bibliografia.....	p. 224
Apêndice.....	p. 234

Introdução

Sobretudo, aprenderam com os economistas que o tempo se divide em diversas temporalidades e assim se domestica, se torna, em suma, manejável: há as temporalidades de longa e muito longa duração, as conjunturas lentas e menos lentas, os desvios rápidos, alguns instantâneos, sendo os mais curtos muitas vezes os mais fáceis de detectar.

Fernand Braudel, “O Tempo do Mundo”

O trabalho que ora apresentamos é o resultado de uma série de reestruturações do projeto inicial.

De início, o nosso projeto era o estudo da composição e a transmissão da riqueza em Ribeirão Preto (SP) entre algumas famílias da cidade, nos anos de 1870 a 1920. Com a centralização dos documentos dos fóruns do Estado de São Paulo, na cidade de Jundiaí (SP), que passaram a ser tutelados por empresa privada, a pesquisa foi reorientada para o estudo apenas da família Junqueira, da qual fez parte Joaquim da Cunha. Passado um ano de pesquisa, acessamos uma documentação particular; notamos que muito da História de Ribeirão Preto, do momento conhecido como “época do café”, do qual faz parte o coronelismo e a formação das grandes fazendas de café, o período da “República Velha”, eram compreendidos por esta documentação.

Fizemos um levantamento da documentação. Feito isto, fotografamos o material.¹ Os documentos diziam respeito a uma série de momentos da vida do proprietário da fazenda Boa Vista em Ribeirão Preto – SP, e ao funcionamento cotidiano e econômico da mesma, tudo dando conta dos anos de 1890 a 1915.

O proprietário dessa fazenda foi um dos principais líderes políticos do Estado e um dos maiores produtores de café da época em que a cidade era a principal produtora do grão no Brasil.

Destarte, esses documentos representam um acervo que nos possibilita estudar temas atrelados ao cotidiano, à economia e à administração do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira,² o “Quinzinho”, para o período em questão.

¹ Mesmo com o historiador e seu encantamento diante dos documentos pessoais ser um desejo de muitos que atuam na nossa profissão, é bom lembrar que todo desejo tem seu preço. O desfecho de todo trabalho foi muito complicado e trabalhoso.

² Na década de 10 do século passado, ele era o quinto maior produtor de café de Ribeirão Preto. SÁ, MANAIA & CIA. **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Tipografia do Almanaque, 1913 e 1914.

Os livros de registro encontrados na fazenda dão conta, por exemplo, do “Livro Venda da Cidade de 1890”, que nos dá pistas de uma de suas primeiras atividades econômicas.

Outros documentos são os “Livros de Trabalhadores da Fazenda” e os “Livros de Ponto”. Por meio desses, pudemos notar as variações e o perfil da mão de obra local, as atividades diárias desenvolvidas pelos colonos e outros trabalhadores da fazenda. Já nos “Livros Correntes da Fazenda”, encontramos todo movimento agrícola de anos de produção; esses livros acabaram por demonstrar o uso de uma contabilidade moderna, a fazenda era administrada e controlada por meio de muitos registros.

Em especial sobre o café registrado, também nos “Livros de Colheita de Café Diário”, temos a dinâmica dessa atividade, desde o plantio até a colheita.

Toda essa atividade econômica, certamente, tinha uma fina relação com o poder político do proprietário da fazenda, que foi o líder do PRP local (Partido Republicano Paulista) entre 1890 e 1930, e ficou conhecido como o coronel dos coronéis. Esses aspectos da inserção da cultura política têm o estudo facilitado pelo conjunto de cartas recebidas por ele, as quais vão servir para ajudar na composição das atividades econômicas. Neste trabalho, não abordaremos as questões políticas de forma isolada.³ Por meio das cartas, também pudemos estudar parte das relações pessoais, algumas atividades políticas, viagens e, também, negócios em que o proprietário da fazenda esteve envolvido.

As cartas⁴ a que tivemos acesso são aquelas que foram recebidas por ele, enviadas por membros da família, que era uma das principais e primeiras famílias a ocuparem a região da então Comarca de São Simão (SP), de onde se desmembrou o Ribeirão Preto do São Sebastião. A família Junqueira, da qual “Quinzinho” foi chefe político no final do século XIX e início do século XX, chegou a São Simão ainda em 1848, onde seus avós organizaram a maior propriedade da região, a

³ Para o economista, [...] conjuntos de estímulos empresariais podem em princípio ser protegidos por outros arranjos sociais que não impliquem no ganho privado mediante inovação econômica. Que outros estímulos poderiam ser proporcionados, e como poderiam ser postos a funcionar tão bem como o fazem os “capitalistas”. Schumpeter que defendeu primordialmente o papel do crédito e do uso de métodos que resultassem em diferentes empregos, como os elementos primordiais para mudarem uma empresa, indica que outros arranjos também podem favorecer as negociações econômicas. SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 66.

⁴ Para uso destes documentos lançamos mão da Lei 9.610/98, artigos 41 ao 45.

Fazenda Lageado, com mais de 75.000 hectares. Os documentos que encontramos dizem respeito à fazenda Boa Vista, que foi desmembrada dessa imensa propriedade. Essa família se caracterizou pelo uso de práticas tradicionais para adquirir e manter o seu patrimônio, como o casamento entre a parentela, que possibilitava a manutenção do principal bem de capital da família, a terra.

Quando encontramos as cartas, já estavam organizadas. Tal separação pode ser um indício da preocupação com a preservação, ou pode indicar o cuidado de não deixar que essas cartas caíssem em mãos erradas.⁵

O fazendeiro foi guiado por um senso de sujeito histórico ao preservar todos estes documentos, que começaram a ser coletados há mais de um século. Se guardou os documentos, é porque queria que fossem encontrados e utilizados. Algum plano ele tinha para estas informações ali guardadas; se temesse o seu conteúdo, já há muito os teria destruído.⁶

O conjunto documental encontrado demonstra contornos de um método de organização pelo qual passou, mas que sofreu desordem. O arquivo tem uma biografia, que neste momento não pudemos desvendar, em face da natureza do nosso trabalho acadêmico. Mas nos perguntamos qual é a representação deste fundo para os estudos históricos? Para nós, é a possibilidade de resgatar a "experiência" dos homens em seu tempo e lugar como algo crucial para a análise histórica. Porém, o encanto dos documentos pessoais tem a sua especificidade, e ela poderia ser batizada de "a ilusão da verdade". Nesse sentido, os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos.⁷

Com as doações de documentos de Joaquim da Cunha e sua esposa aos arquivos públicos, eles passaram a compor a nossa memória coletiva. Agora, com

⁵ Atualmente uma parte das correspondências recebidas pelo proprietário da Boa Vista compõe o "Fundo Privado Joaquim da Cunha Diniz Junqueira – 1886 a 1932", que faz parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Enquanto correspondências recebidas por sua esposa fazem parte do "Fundo Maria Emerenciana Junqueira - 1927 a 1957", existente no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. As cartas que encontramos não fazem parte destes acervos.

⁶ "[...] ao preservar o seu arquivo construiu sua imagem para si e para os outros, em muitos tempos e na história. Uma imagem que pode ser múltipla, e que está presente nos documentos pessoais e em seu próprio processo de acumulação, ou seja, no arquivo privado. GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**. v. 21, 1998. p. 126.

⁷ Ibidem.

este novo repertório, novas reflexões poderão ser feitas: a luz poderá chegar a estes documentos há muito encerrados, resgatando-os de seu sono.⁸

Vamos nos referenciar a eles como “Arquivo Pessoal – Documentação da Fazenda Boa Vista”, veja a relação completa em Referências – Fontes. Em razão de este arquivo compor uma massa documental, tornou-se mais dificultoso promover uma crítica interna e externa significativa, assim, em um primeiro momento, optou-se por uma estratégia para demonstrar e analisar a massa documental.⁹ Para tal, retornamos às questões históricas, em que a história será entendida como a “dialética da duração” e em sua articulação de durações.¹⁰

Então reelaboramos a nossa pesquisa a partir da seguinte problemática: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira agia em suas atividades econômicas a partir de uma lógica moderna de mercado? Ou era orientado pelos seus referenciais como membro de uma família clânica? Como o passar do tempo tendeu a se aproximar mais da lógica moderna ou guardar os referenciais familiares?

A família que foi uma das primeiras a ocupar a região, oriunda de Minas Gerais e que há muito promovia práticas econômicas específicas, pouco afeitas à modernidade e atreladas à tradição, como interagiu com um de seus membros que esteve ligado as redes de negócio? Joaquim substituiu o papel de produção na terra pelo jogo promovido pelos circuitos de influência? Pretendemos ponderar neste trabalho a “análise da mudança” e dar uma dimensão humana aos processos sociais, por isso Joaquim da Cunha será estudado para além das lidas da Fazenda.

Esses questionamentos decorrem do fato de que Joaquim da Cunha teve um patrimônio diversificado que fora composto por escravos, fazendas, sítios, loja, casas e sociedade em uma casa de comissariado. Seus bens de capital

⁸ Todavia devemos ficar atentos que tratar sem muito tato a memória familiar leva a resultados desastrosos e fecham as portas dos arquivos privados ao pesquisador. “O respeito pelas lendas familiares, pelos mitos e pelas referências, um conhecimento mínimo da biografia dos descendentes e dos conflitos que podem dividi-los impõem uma modéstia ao comportamento do pesquisador que pode capacitá-lo a obter informações ou leituras suscetíveis de esclarecer a sua própria.” PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. v. 21, 1998, p. 117.

⁹ Mais do que o historiador e seu encantamento diante dos documentos pessoais, outra questão nos é pertinente, “[...] a fábula do historiador que naufraga num mar de documentos por ausência de rumo. [...] A tentativa às vezes é acompanhada de fracasso, pelo fato de o pesquisador não conseguir fazer suas escolhas e, portanto, não ter coragem e segurança para descartar muito do que coletou, hierarquizando seus documentos e deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido/possuído” GOMES. op. cit., p. 123.

¹⁰ Concomitante a essa etapa do trabalho, tivemos de fazer o Exame de Qualificação. Agradeço a ajuda dos membros da qualificação: Profa. Dra Dora Costa, Prof. Dr. Lélío Oliveira e meu orientador, Prof. Dr. Pedro Tosi, que auxiliaram na terceira reelaboração do nosso plano de trabalho.

demonstram uma vida econômica diversificada entre as atividades de negociante, cafeicultor, usurário, ou seja, capitalista, como era indicado em época. Exerceu, além dessas atividades, destacada liderança política. De qualquer forma, ele sempre indicava sua atividade econômica como sendo lavrador; assim ele se via; também não se via como um político, já que não concorria a eleições; via-se como um coronel, e era visto como o “coronel dos coronéis”.¹¹

Na busca de novos referenciais teórico-metodológicos, que permitissem compreender a vivência e a construção das relações socioeconômicas exercitadas por Joaquim da Cunha, notamos que a documentação que encontramos lança luz no cotidiano, com seus fatos que pouco deixam marcas no espaço e no tempo. Este será o referencial da nossa observação histórica, conforme Fernand Braudel.¹² É o momento em que podemos perceber a continuidade e a descontinuidade, representadas aqui pela tradição da família e pela racionalização dos negócios econômicos, um momento em que o tempo individual é tocado pelo tempo social. A ocorrência, o acontecimento mediando a vida.

Como Braudel indicou, a vida ativa do homem entre a rotina e as invenções marca o limite entre a sombra e luz, entre rotina e decisão consciente.

As trocas econômicas movidas por fatores pessoais, realizadas como há muito se fazia, demonstrando procedimentos e estratégias que são como lanças a perfurar a racionalidade e a organização moderna.¹³

Uma vida econômica construída e exercida entre trocas, mediadas pela tradição¹⁴ e a usura organizada pela racionalidade da contabilidade moderna,¹⁵ que

¹¹ Entendemos o coronelismo como responsável por promover uma ação patrimonial sobre a burocracia.

¹² “Quanto mais se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material: os grandes círculos correspondem habitualmente à grande história, ao comércio longínquo, às redes das economias nacionais ou urbanas. Quando restringimos o tempo observado a duas pequenas frações, temos o acontecimento ou a ocorrência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura. Invade a sociedade em todos os seus níveis, caracteriza maneiras de ser e de agir desmedidamente perpetuadas.” BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol. I. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 17.

¹³ “Todos os meios, procedimentos e estratégias do dinheiro não nasceram em 1900 ou em 1914, precisaria dizê-lo? O capitalismo conhece-os todos e, ontem como hoje, a sua característica e a sua força são de poder passar de um estratégia para outro, de uma forma de ação para outra, de mudar dez vezes suas baterias segundo as circunstâncias da conjuntura e, assim fazendo, permanecer bastante fiel, bastante semelhante a si mesmo.” Braudel reconhece as práticas tradicionais com também fazendo parte do capitalismo, já que acredita que seu estudo deve ser feito para o conjunto dos acontecimentos. BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. (Trad.) Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 74.

em muito se distanciam. No entanto, representaram a massa de meios permanentes em ação, para diversificar o capital e compor o patrimônio de Joaquim Junqueira, até que um fluxo contínuo de capital substituísse o intermitente, sem, contudo, romper com uma das formas de lidar com o capital, o que deu condições e possibilidades de empreender em várias frentes. Segundo José Carlos Reis, “A estrutura inconsciente é que explica as mesmas instituições e costumes em lugares e épocas diferentes”.¹⁶

De tal o modo, o nosso objeto de estudo será os negócios econômicos promovidos por Joaquim Junqueira, tendo, como elemento de análise, os negócios realizados a partir da diversificação, estratégias e organização de suas práticas entre condutas tradicionais e racionais. Buscamos fazer a história, sucessão de formas e experiências, das atividades econômicas entre a economia de troca e de mercado, promovida por um lavrador e negociante de café entre os anos de 1890 e 1915 em Ribeirão Preto, por meio da análise da documentação da Fazenda Boa Vista e de arquivos públicos.

Então o nosso objetivo é revelar o comportamento econômico de Joaquim da Cunha por meio do estudo de parte da sua contabilidade, para compreendermos a diversificação dos negócios realizados por ele. Esse objetivo se estende a outros específicos, dentre os quais, queremos analisar o processo de diversificação em seus negócios. Queremos compreender o papel das hipotecas, empréstimos e da sociedade em uma casa de comissariado em seus negócios. Logo, vamos abranger, em nossa análise, a relação entre as suas práticas comerciais e o crédito. Buscando demonstrar como o exercício comercial promovido por ele, era ora direcionado por fatores tradicionais, ora por fatores racionais e modernos.

¹⁴ “Um acontecimento, a rigor, pode vir carregado de uma série de significações e elos. Às vezes, ele é testemunha de movimentos muito profundos, [...]”. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAES, Fernando. SILVA, Regerio F. da (Org.) **Nova História em perspectiva**. v. 1. COSAC NAIFY: São Paulo, 2011. p. 90. “[...] é preciso que as coisas mudem para que se mantenham com estão” esta pode ter sido uma prática da qual os Junqueira lançaram mão. BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 224. Tradições não sobrevivem de forma automática por inércia. “São transmitidas como resultado de muito trabalho duro realizado pelos pais, professores, clérigos e outros agentes envolvidos no processo de socialização.” Ibidem, p. 175.

¹⁵ “[...] o tempo curto, aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, [...] o tempo curto é o que mais dá provas de capricho, é a mais enganadora das durações temporais. BRAUDEL, op. cit., p. 91.

¹⁶ REIS, José Carlos. História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. **Revista História da Historiografia**, n. 01, 2008, pp. 08 – 18.

O período que vamos estudar é compreendido por nós como um momento de uma economia mundo¹⁷ que estava passando para o tempo de uma economia mundial, momento em que Ribeirão Preto fazia parte de um círculo concêntrico da economia mundo que passava por uma recentragem¹⁸ dentro da atividade cafeeira em São Paulo, onde a cidade passava a se sobrepor às demais áreas produtoras do Estado.

Ansiamos trabalhar com um conceito de região efetivamente histórico, com particular atenção ao econômico, uma região funcional montada a partir da análise da espacialidade das relações econômicas. Um modelo marcado pelas trocas e fluxos organizados pelas relações de mercado em uma dimensão socioespacial e não definida pela paisagem.¹⁹

Ribeirão Preto é percebida em seu alcance econômico quando uma cidade que se sobrepõe a outra em uma hierarquia de locais centrais, construindo redes urbanas de oferta de serviços complementares e interdependentes. A cidade que anteriormente controlava o circuito econômico era São Simão, local em que a família Junqueira estabeleceu as suas raízes, antes de expandi-las para Ribeirão Preto; foi lá que Joaquim começou a sua vida.²⁰ A fazenda Lageado, de onde foi desmembrada a Fazenda Boa Vista, pertencia ao município de São Simão, daí a necessidade dos nossos estudos se estenderem também a São Simão. Numa

¹⁷ O conceito de *Economia Mundo* é tirado de Braudel, que a entende como a economia de uma porção do planeta na medida em que essa porção forma um todo econômico. BRAUDEL, op.cit., 1987.

¹⁸ O conceito de *recentragem* é tirado de Braudel que a percebe como uma relação entre mercado interno e mercado externo. Ibidem.

¹⁹ A Teoria do Lugar Central (TLC), desenvolvida por Christaller, serve-nos aqui: "Dois são os conceitos-chave para o entendimento da TLC: 1) "limite crítico", definido em termos do nível mínimo de demanda necessário para estimular a oferta do bem ou serviço, refletindo as economias de escala na prestação do serviço e as economias urbanas de aglomeração; e 2) "alcance", caracterizado como a distância máxima que se está disposto a percorrer para o usufruto do bem ou serviço, variando de acordo com a complexidade do mesmo. Assim, o limite crítico pode ser representado como o menor círculo concêntrico que justifique a oferta do bem ou serviço e o alcance como o maior círculo concêntrico que forma a região complementar do lugar central e define sua área de influência. Esta encontra seu limite na existência de outra área de influência de um centro de igual ou superior hierarquia. Tal círculo exterior varia de tamanho de acordo com os diferentes bens e serviços ofertados, e a demanda no seu interior varia na razão inversa da distância do núcleo urbano." CUNHA, Alexandre M.; SIMÕES, Rodrigo F; PAULA, João A. de. História Econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos**. v. 38, n. 3, São Paulo, 2008.

²⁰ São Simão também foi cabeça de sede de onde Ribeirão se emancipou em 1875.

concepção econômica de região, a dimensão das trocas, efetivamente as relações mercantis, assume o papel de eixo fundante.²¹

As trocas sobre as quais vamos labutar são aquelas que dão conta da vida econômica da fazenda Boa Vista e de seu proprietário que, em muitos casos, orbitaram por ou a partir de Ribeirão Preto e São Simão.

Acreditamos que a massa documental com a qual pretendemos trabalhar as características das informações existentes nestas fontes, o perfil da vida econômica de Joaquim da Cunha Junqueira, possa nos fazer entender e remontar as suas estratégias como indicado por Max Weber:

Nos períodos antigos, era diferente o grau de racionalismo econômico. No começo, encontramos o tradicionalismo, que se apega ao passado, aos costumes herdados, e os transfere a outras épocas, ainda que, com o decorrer do tempo, já tenha perdido sua primitiva significação. Só lentamente se chega a superar este estado de coisas. Portanto, a história econômica tem que contar, também, com elementos de caráter extra-econômico.²²

Joaquim Junqueira, em suas práticas econômicas, é percebido como um homem que passou por várias etapas econômicas, de fazendeiro a cafeicultor, de negociante a empresário. Usou novas combinações em suas práticas, com vocação para a tomada e execução de decisões estratégicas, “[...] a função essencial do empresário deve sempre aparecer misturada com outros tipos de atividade que, via de regra, devem [sic] ser muito mais importantes que o essencial.”²³

Para além da rotina, alguns podem, de uma maneira altamente variável, ir além, em uma conduta de inovações pautada em novas formas de fazer ou pelo uso da tecnologia, mediante o emprego de diferentes métodos, “[...] o que estamos prestes a considerar é o tipo de mudança que emerge de dentro do sistema que desloca de tal modo o seu ponto de equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais.”²⁴

Joaquim da Cunha ao agir como o empresário em Joseph Schumpeter, rompia como os seus acordos familiares? Um homem entre dois tempos atuando em

²¹ “Tomada nesta perspectiva, a dimensão produtiva ultrapassa as possibilidades restritas de um zoneamento produtivo e, articulada à dimensão das trocas, recortadas a partir da heterogeneidade que está na base da dependência/complementaridade, pode dar corpo a uma regionalização efetivamente econômica do espaço.” CUNHA, op. cit., p. 514.

²² WEBER, op. cit., p. 24.

²³ SCHUMPETER, op. cit., p. 55.

²⁴ Ibidem, p. 47.

mais de um espaço, envolto pelas mudanças trazidas pelo imperialismo²⁵, que em seu cerne era representado pelo uso da máquina como forma de uma produção racional:

O mais importante das máquinas não é somente a capacidade de um rendimento específico, independente das condições do trabalho orgânico, mas sim, também, algo que é de extraordinária importância para uma economia racionalmente orientada no sentido do cálculo de capital: a “calculabilidade” de seu rendimento. A aplicação dos aparelhos mecanizados de trabalho tem como indispensável premissa a existência de uma necessidade de massas, economicamente eficaz, ou seja, com capacidade aquisitiva.²⁶

Racionalidade administrativa com o uso de contabilidade, emprego de máquinas para a produção de café, novos métodos de comércio por meio de uma Casa de Comissariado, para melhor dinamizar o emprego de seu capital, são os traços de “[...] toda uma modernidade econômica em avanço [...]”.²⁷ Segundo Reinhart Koselleck, com a modernidade, algo na experiência, na percepção do tempo, se alterou. Uma nova articulação entre o passado e o futuro, entre experiência e expectativa, passou a ocorrer entre elas uma separação progressiva: “[...] o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo continuamente em cena mais material desconhecido”.²⁸ Com a maior produção de mudanças as experiências passadas vão se tornando menos pertinentes para dar conta do vivido.²⁹

Novos arranjos comerciais organizados dentro de uma racionalidade em que o lucro,³⁰ o hedonismo, o poder passaram a ser elementos motivadores, “[...] o

²⁵ “As tarifas de importação de um país dificultavam as exportações do outro e forçavam-no a procurar mercado em regiões politicamente desprotegidas. O imperialismo econômico era principalmente uma luta entre potências pelo privilégio de estender seu comércio aos mercados politicamente desprotegidos. O imperialismo e a preparação semi-consciente para a autarquia eram a inclinação das potências que se encontravam mais e mais dependentes de um sistema crescentemente falível de economia mundial. POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 216.

²⁶ WEBER, Max. op. cit., p. 18.

²⁷ BRAUDEL, Fernand. A. op. cit., 1987, p. 59.

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006. p. 36.

²⁹ “A quebra da tradição, na modernidade, descobriu um hiato entre o passado e o futuro, e este hiato, na visão de Arendt, é o lugar privilegiado para o pensamento”. ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. Apud DUARTE, João de Azevedo e Dias. *Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck*. **História da Historiografia**. N. 8, 2012. p. 87.

³⁰ “A passagem do capitalismo a um estágio superior do seu desenvolvimento, se caracteriza precisamente, nesse nível de análise, pelo papel dominante que a partir dessa época passa a ser

dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de avassaladoras reações de poder [...]”.³¹

Por meio do dinheiro,³² novos símbolos de poder foram inseridos nas relações sociais, o espaço urbano foi modificado,³³ as relações de trabalhos foram reorganizadas, o comércio foi sendo dominado por uma lógica do lucro garantida por um contrato. Essas junções, Fernand Braudel as percebe com a “[...] sociedade moderna, seus problemas entrecruzados, suas diferentes velocidades de vida. [...] o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações.”³⁴

Podemos inquirir se Joaquim Diniz da Cunha Junqueira estava dentro de um evento em que participava de práticas modernas como comerciante, todavia tais práticas poderiam ser motivadas por fatores de uma conjuntura, revelados quando ele empregava os seus ganhos em terras, pois aplicava os seus ganhos de forma conservadora, tal evento conservador poderia ser decorrente de práticas culturais oriundas do seio familiar interferindo na economia? Pode ter ocorrido uma adequação entre estruturas sociais preexistentes e o capitalismo?

A vida econômica de Joaquim Diniz da Cunha Junqueira e a administração da Fazenda Boa Vista não tendem a se revelar de forma tranquila ao investigador,³⁵ tendo em vista as muitas mudanças da época. Serão estes meandros vividos entre a

desempenhado pelas exportações de capitais.” SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976. p. 30.

³¹ HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 100.

³² “Para realizar suas funções com eficácia, alega Marx, ele deve ser substituído por meros símbolos de si mesmo (moedas, símbolos, papel-moeda, crédito), o que o leva a ser considerado um mero símbolo, uma “ficção arbitrária” sancionada pelo “consentimento universal da humanidade”. Mas é através dessas “ficções arbitrárias” que todo o mundo do trabalho social, da produção e do trabalho duro diário é representado. Na ausência do trabalho social, o dinheiro de nada valeria; mas é somente através do dinheiro que o trabalho social pode ser representado.” Ibidem, p. 99.

³³ “Parcial e excludente por sua própria natureza, o processo de modernização urbana tornava-se espelho dos mecanismos mais gerais que balizava a construção do país. Permaneciam as profundas fraturas sociais herdadas da escravidão e do latifúndio, e persistiam no poder os setores tradicionais, configurando um quadro de resistências que limitaria qualquer mudança. A modernidade seria usufruída por poucos, mesmo porque sua disseminação efetiva exigiria o questionamento de nossas estruturas de dominação, propriedade fundiária e divisão social. No seu lugar, teríamos apenas a eterna miragem da modernização.” CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Senac, 2002. p. 24.

³⁴ BRAUDEL, Fernand. op. cit. 2011. p. 115.

³⁵ “Os eventos não passam de reflexos superficiais, afetados por mudanças nas estruturas mais profundas sem, contudo, exercer nenhum efeito nessas estruturas” ou o evento direcionava a corrente da mudança para onde preferiam ao invés de restringi-la? Esta discussão sobre a teoria da mudança social pode ser melhor compreendida em BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. pp. 181-230.

tradição e as práticas modernas que analisaremos, para além do que os modelos possam sugerir:

A estrutura econômica atual se racionalizou em alto grau, graças, especialmente, à generalização da contabilidade. Em certo sentido e dentro de determinados limites, toda a história econômica é a história do racionalismo triunfante, baseado no cálculo.³⁶

Devemos levar em conta os diferentes caminhos que uma sociedade pode seguir. O estudo ora proposto seria um caso em que o evento estaria refletindo a estrutura ou estaria direcionando a corrente da mudança, ao invés de restringi-la?

Para o desenvolvimento do estudo os documentos encontrados no Arquivo Pessoal – Documentação da Fazenda Boa Vista – APFBV, que são as cartas, livro-caixa, livro corrente, livro de pagamento de colonos, livro de venda de carne e leite, livro de medicamento, livro caixa da loja serão utilizados junto com outros documentos levantados em arquivos públicos, como o Arquivo da Catedral de São Simão – ACSS, o Arquivo do Estado de São Paulo – AESP, o Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto – AFRP, o Arquivo do Fórum de São Simão – AFSS, Arquivo no Museu Regional de São João del Rei – AMRSJ, e o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP. Buscamos em seus acervos inventários, testamentos, escritura de hipotecas, lista de qualificação de votantes, registros de terras, Livro batismo e petições, escrituras de compra e venda de terras.

Esse conjunto documental tem a função responder a nossa problemática e de atingir os objetivos propostos a partir da estrutura dos capítulos.

No capítulo 1, vamos trabalhar a chegada da família Junqueira a São Simão e a formação da fazenda Lageado, que irá principiar as propriedades dos Junqueira na região.

Buscamos demonstrar que muito das práticas econômicas que promoveram em São Paulo eram um prolongamento daquelas que exercitavam em Minas Gerais. Com o grande cabedal econômico oriundo de Minas, prepararam uma imensa propriedade que, posteriormente, serviu de base para o controle da política e o controle de bens materiais por várias gerações.

³⁶ WEBER, Max. op. cit., p. 24.

Inicialmente, tiveram, na pecuária e na escravaria, os seus principais investimentos, contudo, o empréstimo de dinheiro representou outra atividade econômica realizada pelos membros da família.

Aos moldes de uma família clânica, mantiveram uma estrutura de poder dentro e fora da parentela, em que os casamentos intrafamiliares eram utilizados para a manutenção e expansão das propriedades, promovendo a base necessária da tradição do grupo. Foi este conjunto de acontecimentos que nos possibilitou qualificar a origem da tradição que foi exercida por Joaquim da Cunha, que estudamos no referido capítulo.

No capítulo 2, buscamos a concepção de um método de análise que permitiu abarcar o funcionamento de uma loja entre os anos de 1891 e 1892. Este comércio foi a base para muitos negócios que Joaquim da Cunha desenvolveu no decorrer dos anos.

A loja vendia uma infinidade de produtos, industrializados ou não, e por meio dela estudamos o comércio local e regional. Igualmente era um espaço de comercialização de café e de crédito.

Por meio da reunião de um conjunto de empresas e de cafeicultores, a loja acabou por servir de elo entre muitos negócios com o café e na geração de crédito.

Foi a partir do estudo da loja que começamos a compreender o modo e a forma de variação nos negócios que Joaquim da Cunha conseguiu com o comércio do café.

No capítulo 3, o foco foi pesquisar os negócios executados por Joaquim da Cunha. A variação de práticas econômicas que exerceu, entre o crédito e as hipotecas, sua atuação na compra e venda de terrenos urbanos e rurais.

Estudamos a fazenda Boa Vista, desde a sua organização territorial passando pela modernização na produção de café, e pelos trabalhadores da fazenda. Busca-se dimensionar o significado da fazenda em meio aos negócios desempenhados por Joaquim da Cunha.

A sociedade em uma casa de comissário e a forma de negócio promovido por intermédio da casa acabou por influenciar no seu modo operante e por modificar o modelo tradicional de negócio, que era oriundo da sua família.

Entre a tradição da família e o uso de modernas práticas econômicas, a política teve vez como mais um elemento de poder na vida de Joaquim da Cunha que analisamos no capítulo 3.

Capítulo – I

Do gado aos cafeeiros: a família Junqueira e a manutenção do poder econômico entre São Simão e Ribeirão Preto

*Que letra conhece a abelha para saber seu itinerário?
Como se chamam os ciclones quando não têm movimento?*

Pablo Neruda

Nesse capítulo, estudamos os membros da família Junqueira por meio da organização de sua árvore genealógica, além da análise de testamentos, inventários, registros de terras e documentação cartorial, depositada tanto em São Simão (SP) quanto em Ribeirão Preto (SP), para entendermos a origem e as influências que marcaram Joaquim da Cunha. O nosso problema, nesta parte do trabalho, foi demonstrar que ele teve uma origem que influenciou em suas decisões econômicas.

Neste capítulo, localizamos a família dentro do contexto histórico. Depois, demonstramos como teve vez a acumulação de bens pela família. Logo a seguir, analisamos a origem desta acumulação. Por fim, demonstramos as forças que estiveram envolvidas nesta acumulação de bens.

Vamos abordar a ocupação do Nordeste Paulista por meio da freguesia de São Simão, onde se instalou um ramo da família Junqueira no século XIX que, ao formar a maior fazenda da região, passou a promover sucessivas ações de maneira a intervir na economia e na política locais.

Pretendemos demonstrar que as primeiras gerações da família no Estado de São Paulo utilizaram estratégias para a manutenção e aumento das terras, muito próximas daquelas que eram utilizadas por seus ascendentes em Minas Gerais. As escolhas tomadas pelo grupo familiar acabaram por interferir no cultivo de um novo produto agrícola, o café, que, posteriormente, alavancou a economia de Ribeirão Preto, que se sobrepôs à antiga sede de comarca, São Simão.

Três gerações da família foram estudadas neste capítulo, para avaliarmos a composição e a transmissão da riqueza. A análise da posse de escravos e a ocorrência de epidemias de febre amarela serviram de auxílio para demonstrar a

nossa hipótese sobre a interferência desta família na mudança do eixo econômico em face ao seu significativo poder econômico.

Acreditamos que para entendermos os arranjos econômicos feitos por Joaquim da Cunha em Ribeirão Preto, devemos antes estudar São Simão, que era a sede da freguesia e da comarca de Ribeirão Preto, além de ser o espaço de onde os Junqueira saíram para ocupar Ribeirão Preto.

1.1 – Do “Caminho dos Goyases” a São Simão.

Nesta parte do trabalho, demonstramos o percurso através do caminho dos Goyases que levou à ocupação da região. De acordo com Chiachiri Filho, a expedição do segundo Anhanguera, principiada em março de 1722, poderia ser tomada como responsável pela abertura e desbravamento do Caminho de Goiás.¹

Alguns autores acreditam que esse caminho era um desdobramento de antigas trilhas indígenas aproveitadas por bandeirantes em expedições terrestres que passavam por lá, não “[...] há menção a uma empreitada de abertura por parte do Anhanguera pai ou filho, mas sim de descobertas das minas.”²

O roteiro do então denominado “Caminhos dos goyases” buscava sempre as partes mais altas, preferencialmente próximas às cabeceiras dos ribeirões para facilitar as travessias, correndo rente à linha de fronteira que se consolidou mais tarde com a capitania de Minas Gerais. Segundo o mapa de 1766, somente os rios Atibaia, Jaguari, Jaguari-Mirim, Pardo e Grande eram transpostos usando-se embarcações, sendo o rio Tietê o único que possuía ponte.³

No princípio, era o sertão indevassado, palmilhado talvez pelos índios ou algum aventureiro. Uma medida tomada por Minas levou à fragmentação da entrada para a região onde se formaram as cidades de São Simão e Ribeirão Preto.

Para evitar o extravio de ouro faiscado em Cabo Verde e Jacuí, em Minas, foi fechada a área que fazia a ligação de São João da Boa Vista e Poços de Caldas e que dava acesso ao Caminho de Goiás a partir de Minas Gerais. Dividindo, a partir

¹ CHIACHIRI FILHO, J. **Do sertão do Rio Pardo à Vila de Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982. p. 35.

² BACELLAR, Carlos A. P.; BRIOSCHI, Lucila R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 5.

³ LAGES, José Antônio Corrêa. **Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA, 1996. p. 21.

daí, a entrada para a região em estudo por meio de duas localidades, Franca e Mojiguaçu:

Dessa forma, o Desemboque ganhou a preferência das penetrações mineiras no Sertão do Capim Mimoso, ou seja, Franca, ao passo que Mojiguaçu franqueava a entrada dos mineiros que desciam o vale do rio Moji, com destino a São Simão. Ambos convergiam para o Sertão do Rio Pardo, que se encontrava bloqueado em suas cabeceiras.⁴

Entre 1727 e 1736, foram feitos 69 registros de sesmarias ao longo do Caminho, além das concessões feitas aos descobridores das minas de Goiás. No ano de 1807, o Capitão General da capitania de São Paulo concedeu algumas sesmarias na margem direita do rio Mogi-Guaçu, território situado entre este e o rio da Onça.

A área onde futuramente seria instalada a Freguesia de São Simão foi composta por apossamentos e pelas sesmarias. Destacam-se os sesmeiros Coronel José Joaquim da Costa Gavião e o Capitão José Pinto Tavares, que formaram a sesmaria de Campo Alegre, concedida em 1807.⁵

As outras sesmarias concedidas na área do Ribeirão do Onça são a sesmaria do Rincão dos Veados, concedida ao Capitão José Tavares em 1807; a sesmaria da Escaramuça, em nome de Manoel Rodrigues de Barros, testa-de-ferro do Capitão José Pinto Tavares, em 1807; a sesmaria do Padre Mariano, concedida ao Capitão Manoel Ferraz de Araújo, em 1810; e a sesmaria do Campo Grande ou do Campo Largo, concedida ao Tenente José Manoel Ferraz, testa-de-ferro do Capitão José Pinto Tavares. Todas elas estão no Ribeirão do Onça, ou seja, no quarteirão do Onça, ver Mapa 1.1.

Quase que simultaneamente, a partir de 1808, posseiros oriundos da região de Batatais atravessaram o rio Pardo e fundaram a fazenda da Figueira (família Reis). Da mesma procedência e, mais ou menos na mesma época, outros posseiros (família Martins Teixeira) transpuseram o rio Pardo e fundaram a pequena fazenda do Bom Jardim, hoje município de Sertãozinho:

[...] e, como uma sequência, em dominó, o mineiro Simão da Silva Teixeira, em 1810, toma posse de vasta área, abrangendo a atual

⁴ BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., p. 41.

⁵ MARTINS, Roberto Vasconcellos. **Fazendas de São Simão, meados do século XIX**. Pontal, 1998.

São Simão, onde funda suas fazendas (Bocaina, São Simão e Pombas). Logo em seguida, em 1811, os Dias Campos atravessam o rio Pardo, procedentes de Batatais, e por posse fundam a grande fazenda do Rio Pardo, em terras hoje ocupadas pela cidade de Ribeirão Preto.⁶

Essas terras situavam-se ao longo do ribeirão das Pombas, mais ou menos a meia distância das atuais cidades de São Simão, Santa Rosa de Viterbo e Santa Rita do Passa Quatro, e faziam divisa com as fazendas Bom Sucesso, Quatro Córregos, Bebedor, Santa Cruz do Rio Claro e dos Bezerras.

Mapa - 1.1
Antiga Capela Curada de São Simão em 1835



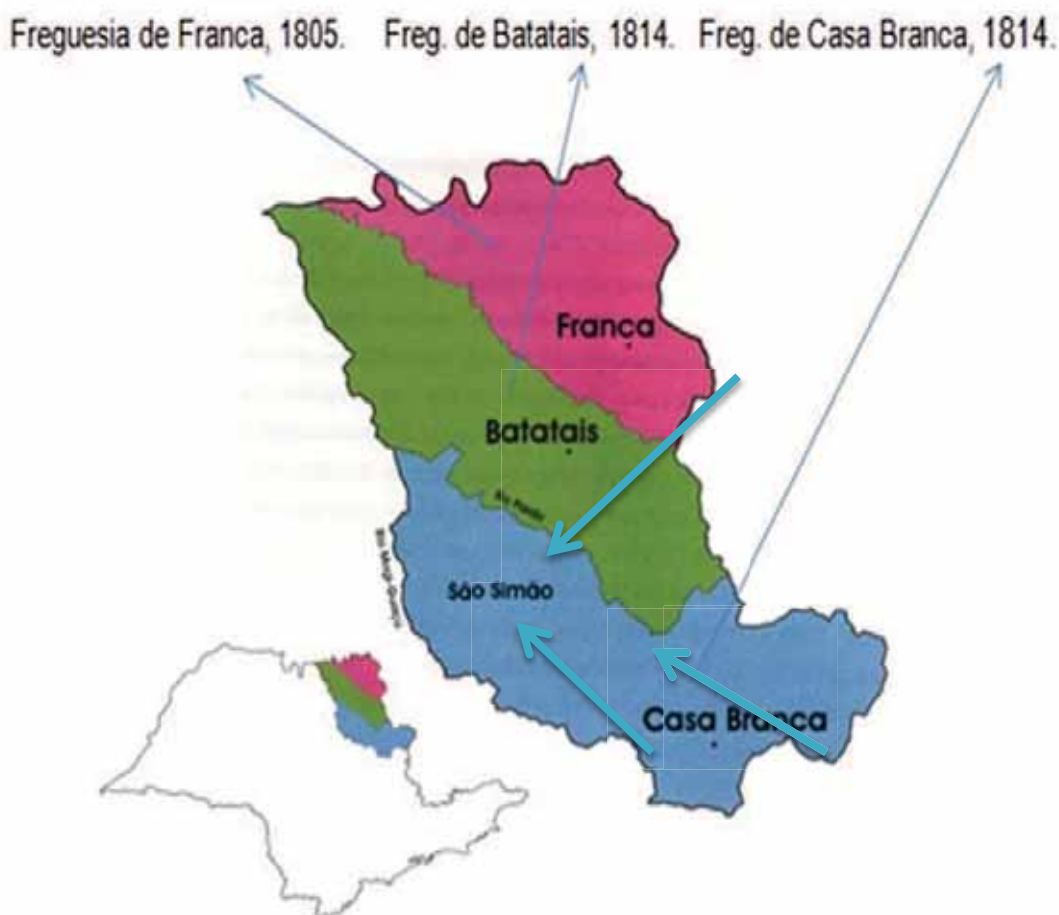
Fonte: Adaptado de MARTINS, Roberto Vasconcellos. Fazendas de São Simão, meados do século XIX. Pontal, 1998.

Os responsáveis pela empreitada em novas terras eram Simão da Silva Teixeira e seu irmão, que, posteriormente, formaram o primeiro patrimônio.

⁶ Ibidem, p. 4.

Inicialmente, os irmãos plantavam e criavam gado para ser comercializado na freguesia de Casa Branca,⁷ ver Mapa 1.2.

Mapa - 1.2
Localidades do Nordeste Paulista
(Franca, Batatais e Casa Branca, século XIX)



Fonte: LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Comunicação apresentada no XIV Seminário sobre Economia Mineira** (Seminário de Diamantina). CEDEPLAR-UFMG, Diamantina, 24 a 28 de maio de 2010, p. 3.

O surgimento do arraial, onde hoje é a cidade de São Simão, teve vez na mesma época da estrada do caminho de "Goyases", que levava às minas de Goiás, tendo início em Mogi-Mirim e cortando os municípios atuais de Mogi Guaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, Igarapava, até chegar ao Rio Grande.⁸

⁷ OLIVEIRA, Fausto Pires de. **Elementos para a História de São Simão**. São Paulo, 1975.

⁸ Ibidem, passim.

Em 1775, foi criada a primeira freguesia ao norte de Moji-Mirim, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, mas foi efêmera, assim como o ouro de Caconde, tendo sido posteriormente transferida, em 1805, para Franca. Em 1814, houve a instalação das freguesias de Casa Branca e Batatais, com o aumento da população destas áreas.⁹ Somente em 1842, é criada a freguesia de São Simão, ver Mapa 1.2; posteriormente, é criada, em 1846, a de Cajuru.¹⁰

Em 1817, emitiu-se a última sesmaria dentre aquelas que começaram a ser expedidas em 1807 para a região entre os rios Pardo e Mogi Guaçu. Após este período, começaram a se constituir as Fazendas, que vieram a dar o contorno à antiga Capela Curada de São Simão.¹¹ Por meio de processos legais, divisões e demarcações começaram a se formar as primeiras fazendas que ocuparam a região onde se constituiu a freguesia de São Simão. Essas fazendas, a princípio, eram em número de quarenta e cinco e, na segunda metade do século XIX, começam a ser fragmentadas pelo crescimento populacional, pelas partilhas sucessórias, pela presença de posseiros e pela formação de condôminos.¹²

O arraial de São Simão pertencia à câmara de Moji-Mirim até 1842, quando sendo elevada à freguesia de São Simão, passou ao comando do município de Casa Branca, tornando-se município apenas em 1865.

Da área da freguesia de São Simão, no final do século XIX, derivaram as freguesias de Ribeirão Preto (1870), Sertãozinho (1885) e o distrito de paz de Cravinhos (1893).

Depois da chegada da população por meio da concessão das sesmarias, da ocupação ao redor do “Caminho dos Goyases”, oriundos da área de Moji-Guaçu e Casa Branca, em época de formação das primeiras fazendas, tem vez uma terceira leva de grupos populacionais, que se dá após 1820. São os mineiros - mineiros só

⁹ “A freguesia era a “circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também para a administração civil [...]” O vocábulo vila, por sua vez, era usado tanto para designar o que conhecemos hoje como município, quanto a sua sede. O território da vila era chamado Termo, seus limites, notadamente nas fronteiras do povoamento eram imprecisos. O termo da vila era dividido em freguesias”. BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., p. 77.

¹⁰ Ibidem, passim.

¹¹ Se existisse uma capela com celebrações realizadas regularmente por um pároco, este local era chamado Capela Curada. Com o aumento do povoado, seus políticos e moradores poderiam solicitar à Assembleia Provincial a criação de uma Freguesia. FREITAS, Nainora. **Riviniгри**: a criação da diocese na nova Eldorado. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História, n. 2).

¹² A antiga área da Capela Curada de São Simão ocupou a região onde se formaram os municípios de São Simão, Santa Rosa de Viterbo, Serra Azul, Luis Antônio, Serrana, Ribeirão Preto, Bonfim, Cravinhos, Sertãozinho, Dumont, Pradópolis, Guataparã, Barrinha e Pontal.

de nome, pois não estiveram ligados à mineração. Eram lavradores, roceiros, a maioria pequenos proprietários em suas regiões de origem.¹³ Vieram povoar os sertões do “oeste” e eram, sem dúvida, de uma origem social e cultural diferente da população que, desde a descoberta das minas de Goiás, pontilhava os pousos e sítios do Caminho e seu Sertão:

Alguns moradores podiam ser encontrados em antigas sesmarias ou posses mais recentes, tais como os descendentes de Luis Antônio de Souza Diniz da sesmaria do Onça, posterior fazenda Lageado; as famílias de Manoel Teotônio Rodrigues da sesmaria do Pontal, Antonio João Ferreira com posses na fazenda das Posses e Tamburil, João Manoel e seu filho Antônio Manoel de Pontes com posses nas contendias, todos esses vindos de Minas Gerais.¹⁴

Em busca de campos e margens dos rios melhores para as suas práticas econômicas de agricultura e pecuária, utilizavam a coivara para limpar os campos, deixando as chamas limparem os terrenos.

Saint Hilaire, em viagem pela Província de São Paulo, naquela época, indicou a diferença entre os dois grupos ocupantes da região. Os que primeiro chegaram, os paulistas, viviam sujos e em más condições de higiene; não eram afeitos a conversas, beiravam a pobreza. Já os mineiros tinham mais bens, numerosa escravaria, com famílias com mais de dez filhos, “A limpeza reina em suas casas, eles são mais ativos, bem mais inteligentes, menos descorteses e mais hospitaleiros que os legítimos paulistas dessa região [...] Conservam todos os hábitos e costumes de sua terra natal”.¹⁵

Entre esta nova leva de mineiros que vieram ocupar o “novo oeste paulista” estavam os Junqueira, que têm as suas origens a partir de João Francisco, que veio ao Brasil evadido de Portugal, na época em que o Marquês de Pombal promovia reformas e perseguições naquele país. Ao chegar ao Rio de Janeiro, perguntado pelo seu sobrenome, a fim de não ser identificado respondeu: “Ponha-la Junqueira”. “Na sua simplicidade de aldeão, incorporou ao seu nome o da aldeia onde nascera”, São Simão da Junqueira.¹⁶ A família estava batizada!

¹³ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITH, 1984.

¹⁴ BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., p. 79.

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 92.

¹⁶ MATTOS, José Américo Junqueira de. **Família Junqueira: sua história e genealogia**. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004. (Cinco volumes). p. 25.

De início, o patriarca foi trabalhar com o comércio de escravos e, ao adquirir algum cabedal, partiu para a região de São João Del Rei, onde se casou em 1758 com Elena do Espírito Santo. Na Comarca de Carrancas, requereu a Sesmaria do Campo Alegre e a partir daí a família cresceu e muito!

Na fazenda Traituba, pertencente à família, foi desenvolvido e aprimorado o cavalo mangalarga. Desta região, os netos do português partiram para o nordeste paulista em busca de terras férteis.

1.2- Das origens à chegada da família Junqueira ao nordeste paulista.

A busca pela origem do ramo dos Junqueira foi analisada em busca de como ocorreu a acumulação de bens. Vieram em grupos, trazendo, a princípio, seus escravos, que eram ferreiros, carpinteiros, madeireiros, oleiros. Depois, trouxeram as esposas. Não perderam o vínculo com a região de origem, pois sempre que se pensava em um novo casamento, seus familiares de Minas eram cogitados. Algumas famílias locais, como os Nogueira, os Ferreira e os Vilela, foram aceitas para a composição de novos casamentos, mas os acordos nupciais dentro da própria família foram os mais praticados. Os poderes social e econômico foram também organizados por meio de casamentos que permitiam a manutenção das propriedades dentro da família, inibindo as divisões geradas por heranças.¹⁷

Foram ocupando grandes áreas por meio de compra e posse em várias freguesias do nordeste paulista. Seis casais de netos do patriarca Francisco, formaram o grupo desbravador, originário da Comarca de Lavras – MG.

Para a melhor compreensão da composição da família que estamos estudando, montamos uma árvore genealógica por meio dos dados obtidos em pesquisa nos arquivos, em Mattos e Godoy¹⁸, árvore a qual chamamos “Árvore – 1”. Por meio dela, é possível acompanhar os membros da família desde os pais de João Francisco, o patriarca, até os filhos de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que representa o sujeito histórico a partir do qual desenvolvemos esta pesquisa, passando por seis gerações da família, **veja apêndice, Árvore – 1**. (Colocamos em

¹⁷ ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto**; 1874 a 1900 uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Dissertação de mestrado apresentada a FFLCH-USP, 1978.

¹⁸ MATTOS, op. cit. GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006.

negrito os membros da família que vamos acompanhar pelo estudo dos inventários).¹⁹

Para verificarmos a origem do cabedal econômico, dos membros da família que vieram para São Paulo, fomos em busca do inventário de Gabriel de Souza Diniz, pai daqueles que migraram e que, ao chegarem, compraram grandes extensões de terras com dinheiro trazido de Lavras.

O tenente Gabriel de Souza Diniz foi casado com Maria Francisca Junqueira, filha do patriarca da família, ver em apêndice Árvore - 1. Ela foi também a inventariante do marido e “[...] declarou que seu marido havia falecido aos vinte de fevereiro do ano de mil oitocentos e dez sem testamento.”:

Teve por herdeiros:

1. O Capitão JOÃO PEDRO DINIZ JUNQUEIRA, casado.
2. O Capitão FRANCISCO ANTONIO DINIZ JUNQUEIRA, casado.
3. JOSÉ ANTONIO DINIZ JUNQUEIRA, solteiro, 26 anos de idade.
4. Dona HELENA, casada com o JOÃO JOSÉ DE CARVALHO.
5. Dona MARIA casada com o Capitão FRANCISCO JOSÉ DE ANDRADE.
6. Dona ANA, solteira, 25 anos de idade. (Avó de Joaquim da Cunha – grifo nosso)
7. Dona GENOVEVA, solteira, 22 anos de idade.
8. ANTONIO SANCHO, solteiro, 20 anos de idade.
9. Dona JOAQUINA, solteira, 18 anos de idade.²⁰

Deixou por bens, noventa escravos, e os seguintes imóveis,

Uma fazenda de cultura, campos na paragem de Santo Inácio, com casas de vivenda, paiol, senzalas, moinho, tudo coberto [...] de telha, vários ranchos cobertos de capim, quintal, curral cercado de pedra, arvoredos de espinho e rego d’água e mais pertences que parte com JOÃO FRANCISCO JUNQUEIRA, com a Fazenda Traituba e com os herdeiros do falecido PEDRO FERREIRA PIRES e Dona TEREZA MARIA DE JESUS e com quem mais haja e deva de partir em a quantia de nove contos seiscentos e setenta e nove mil réis. 9:679\$000.

Assim mais uma fazenda denominada os Monjolos que se compõe de cultura, campos de criar, casas de vivenda e cozinha coberto de

¹⁹ Os membros da família que vamos acompanhar pelo estudo dos inventários Gabriel de Souza Diniz (bisavô de Joaquim da Cunha), Luís Antônio de Souza Junqueira e Ana Claudina Diniz Junqueira (avô e avó de Joaquim da Cunha), Emerenciano Alves da Cunha e Ana Osório Diniz Junqueira (pai e mãe de Joaquim da Cunha), Francisco Maximiano Diniz Junqueira e Maria Constança de Andrade Junqueira (sogra e sogra de Joaquim da Cunha).

²⁰ Arquivo no Museu Regional de São João Del Rei – AMRSJ, caixa 77 (bloco 1), 07/02/1811. (grifo nosso).

telha que parte com o Capitão Francisco JOSÉ DE SOUZA E MELLO, com o Alferes MATEUS FERREIRA MARTINS, com o Capitão ANTONIO GONÇALVES DE FIGUEIREDO e com quem mais haja e deva de partir em a quantia de quatro contos de réis 4:000\$000.

Declarou mais ela viúva inventariante que pertencem ao seu casal três moradas sitas na Rua da Ponte que vai para a Intendência da Vila de São João Del Rei, que parte de uma banda com casas do Capitão MANOEL JOSÉ PINTO e pela parte da Ponte com casas do Padre GABRIEL e com quem mais deva e haja de partir.

Assim mais uma morada de casas sita na Rua da Praia da mesma vila, sem fundos e cujas confrontações se declararam.²¹

Chamou-nos à atenção que Gabriel tinha dinheiro emprestado com 41 pessoas, valores estes que somavam mais que o valor da sua segunda fazenda, outra fonte de renda era a produção agrícola, em que trabalhavam mais de cinquenta escravos. Suas terras estavam localizadas em uma área de abastecimento da capital do império.²²

Tinha contato com o espaço urbano por meio de São João Del Rei onde possuía duas casas.

Gabriel de Souza tinha os seus negócios atrelados ao empréstimo de dinheiro, alguns feito a seus filhos mais velhos,²³ os quais se mudaram para o nordeste paulista duas décadas após o encerramento do inventário dos bens do pai, onde provavelmente investiram o empréstimo e o quinhão adquirido com a herança.

A migração deste grupo de mineiros está inserida no movimento que Saint-Hilaire percebeu ao passar pela região, ao fazer uma viagem entre Franca e Mogi Guaçu, escreveu que esses mineiros “Conservam todos os hábitos e costumes de sua terra natal”. Junto aos hábitos e costumes certamente estava a forma de agricultar e de fazer negócios, técnicas essas que foram levadas junto com o dinheiro da terra natal para as novas áreas de expansão agrícola.

Os filhos de Gabriel de Souza Diniz vieram para o “oeste paulista” dentro de um processo migratório estruturado, que tinha por função ocupar as terras e

²¹ Arquivo no Museu Regional de São João del Rei – AMRSJ, caixa 77 (bloco 1), 07/02/1811. pp. 3 a 6.

²² LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Símbolo. 1979.

²³ Os filhos mais velhos de Gabriel tinham recebido significativos empréstimos; são eles: Capitão João Pedro Diniz recebeu 971\$633, Capitão Francisco Antonio Diniz Junqueira recebeu 971\$633, José Antonio Diniz Junqueira recebeu 971\$633, João José de Carvalho casado com a herdeira D. Helena recebeu 800\$000, Capitão Francisco José de Andrade casado com a herdeira D. Mariana recebeu 800\$000. E o que mais recebeu foi o Tenente Manoel de Souza Diniz 2:333\$430. Dos 9 filhos, 7 receberam empréstimo.

produzir.²⁴ Todo processo de ocupação e povoamento da área em estudo está inserido no movimento de fluxo e refluxo de uma população envolvida no processo de florescimento e desagregação da atividade mineradora.

Quando chegam ao Nordeste paulista, adquirem grande porções de terras.

Segundo Emboaba, o primeiro dos Junqueira a fazer este caminho foi **João Pedro Diniz Junqueira**, que comprou a sesmaria no **Ribeirão Batatais**, em 1820, na freguesia de Batatais.²⁵ Vide em apêndice **Árvore – 2**, marcado em negrito, os membros da família que migram para o Nordeste paulista, indicamos o local de origem e de destinos dos Junqueira em vermelho.

Já às margens do Ribeirão do Rosário, na freguesia de **Orlândia**, a fazenda Invernada foi organizada por **Francisco Antônio Junqueira** e sua esposa e prima, Genoveva Clara. A irmã de Francisco os acompanhou e foi para Morro Agudo. Os dois casais fizeram uma posse de terras, compreendendo os atuais municípios de Orlândia, Guaíra, Barretos, Colina, Terra Roxa, Jaborandi, Morro Agudo e parte de Viradouro.

Outro irmão daquele que foi para Batatais acabou na freguesia de **Franca**, onde **José Antônio Diniz Junqueira** montou a sua grande propriedade junto ao Rio Sapucaí, sendo o primeiro Capitão-mor da vila.

Sua irmã, **Ana Claudina Diniz Junqueira**, casada com o primo de primeiro grau, o Alferes Luiz Antônio de Souza Dinis, comprou, juntamente com o marido, a Sesmaria do Onça, onde formaram a Fazenda do Lageado, na Freguesia de São Simão.

Em 1836, o Alferes Luiz Antônio de Souza Dinis,²⁶ morador de Lavras do Funil/MG, registrou em Mogi-Mirim a escritura de compra das Fazendas denominadas Lageado e Campo Grande, com um total de 68.000 alqueires, sendo 30.000 de campos e cerrados adquiridas de José da Costa Carvalho por

²⁴ BRIOSCHI, Lucila R. et al. **Entrantes no Sertão do Rio Pardo**; o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Ceru, 1991.

²⁵ EMBOABA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. **Revista de História**, 1955.

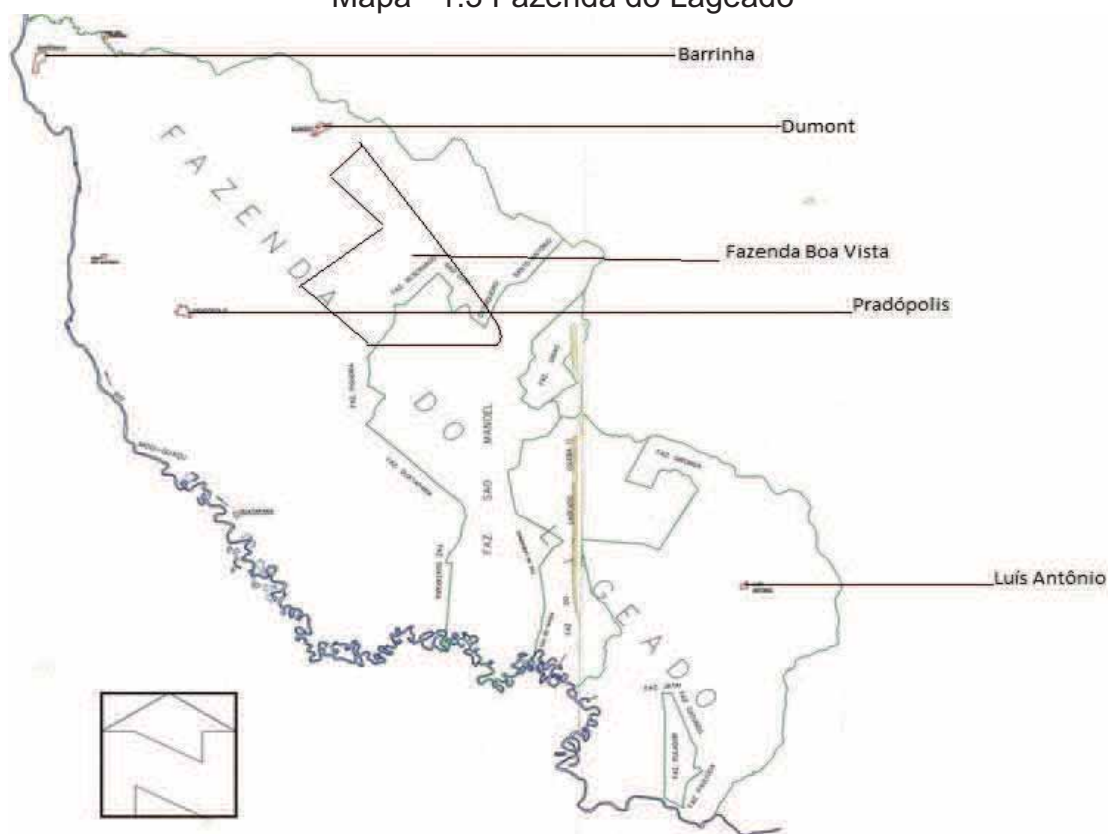
²⁶ Ana e Luiz se casaram em meio ao processo do inventário do pai de Ana, nele Luis Antonio aparece assim: “Dona ANA CLAUDINA DINIZ se acha casada com LUIZ ANTONIO DINIZ JUNQUEIRA, **homem afazendado** [...]”. O que nos demonstra que mais do que os bens adquiridos por sua esposa com a morte do pai, ele tinha significativas posses que podiam ser utilizadas para comprar a Sesmaria onde foi fundada a Fazenda Lageado. Chamamos à atenção para o fato de nem Ana e nem Luiz receberam um empréstimo do pai de Ana, como foi o caso dos outros irmãos. Arquivo no Museu Regional de São João del Rei, caixa 77 (bloco 1), data: 07/02/1811. p. 36 v.

40:000\$000. Além das terras, foram incluídas no negócio criações de gado, cavalos e porcos e plantações de milho, arroz e feijão.²⁷

Luiz Antônio de Souza Dinis chegou ao nordeste paulista com dinheiro e comprou terras quando poucos tinham interesse nestas paragens, de tal modo que conseguiu comprar uma imensa propriedade, não só ele como também os irmãos de sua mulher. A vinda em loco dos Junqueira para a região nordeste de São Paulo com tamanho cabedal possibilitou que realizassem transações comerciais que incitaram a economia local.

A área, que será chamada de fazenda Lageado, ficava no Quarteirão do Onça (veja mapa 1.3), tendo por um lado o rio Mogi-Guaçu, por outro, as fazendas de onde vão surgir a cidade de Ribeirão Preto. Afunilando no encontro dos rios Mogi e Pardo, é cortada pelo rio da Onça e seus inúmeros afluentes que correm à esquerda da crista da serra do Lageado.²⁸

Mapa –1.3 Fazenda do Lageado



²⁷ MARTINS, op. cit., p. 147.

²⁸ Trata-se de uma região alta, atrás da atual Mata da Santa Tereza. Depois de uma grande subida, que passa pela mata, chega-se à serra do Lageado. Daí avistamos o imenso vale do rio do Onça, recortado por riachos e pequenas serras que vão descendo em direção ao rio Mogi. Sua área abrange as atuais cidades de Luís Antônio, Guatapará, Pradópolis, Dumont e Barrinha; é dentro da Lageado que vai ser montada a fazenda Boa Vista, de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que vamos examinar detidamente no Capítulo 3.

Fonte: Adaptado de MARTINS, Roberto Vasconcellos. **Fazendas de São Simão**, meados do século XIX. Pontal, 1998.p. 142.

O povoamento do vale do rio do Onça deu-se em 1807, comandado pelo coronel Joaquim da Costa Gavião, que recebeu a Sesmaria e, em 1810, solicitou uma estrada para a região, a qual teria por função ligar o Caminho do Goiás e aquela área, a fim de alcançar a cidade de Mogi.²⁹ Ao redor de 1837, tinha uma estrada que ligava o caminho de Goiás e Casa Branca a São Simão, donde saía para o Ribeirão do Onça.

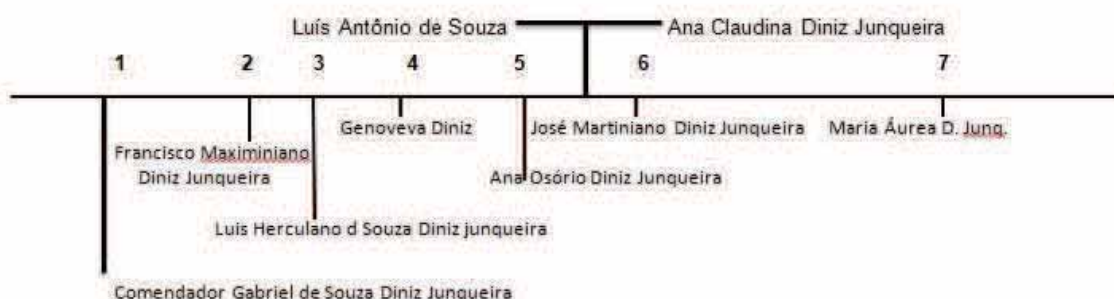
Na lista de qualificação de votantes de São Simão, após a compra das terras, a região foi registrada como tendo 219 habitantes, distribuídos em 34 fogos. Entre a população, 138 eram livres e 81 cativos.³⁰

De início, as terras foram administradas pelo filho mais velho do casal, Gabriel de Souza Diniz e, juntamente com 21 escravos, a propriedade produzia milho, arroz, feijão, tinha gado e porcos.³¹

O pai de Gabriel continuou a comprar terras, juntamente com outros compradores, no regime de condomínios.

O casal Luís Antônio e Ana Claudina tiveram sete filhos, a maior parte nascidos antes da vinda para São Simão, **veja Árvore Genealógica – 3**. É deste ramo da família Junqueira que descendem os membros da família que vão se instalar em Ribeirão Preto, entre eles esta a mãe de Joaquim da Cunha, Ana Osório Diniz Junqueira.

Árvore Genealógica – 3 Ramo de São Simão – Primeira e segunda gerações no nordeste paulista



²⁹ Ibidem, p. 65.

³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo - AESP, Listas de Qualificação de Votantes de São Simão: de 1847 a 1867.

³¹ Roberto Vasconcellos Martins nos informa que, já em 1835, ele aparece como administrador no Recenseamento de São Simão. MARTINS, op. cit., p. 147.

Com o falecimento de Luis Antônio, em 1856, deixou a esposa e os sete filhos como herdeiros. Na ocasião, Genoveva Diniz e Áurea Diniz tinham falecido, deixando herdeiros. Além das terras, foram também inventariados 64 escravos.

Ainda em 1856, com o objetivo de assegurar seus direitos sobre a Fazenda do Lageado, Ana Claudina Junqueira registrou-a na paróquia de São Simão, como mandava o Regulamento de 1854 da Lei das Terras. Em 24 de março de 1856, registrou em sociedade com seus filhos, uma extensão de “[...] quatorze legoas mais ou menos de longitude, e três mais ou menos de latitude.”³²

Para sabermos o tamanho da propriedade registrada transformamos as léguas quadradas para hectares seguindo os dados em tabela de conversão do IBGE, 2000, assim tínhamos uma propriedade de 151.000 hectares, tamanho diferente daquele de 1836, quando a fazenda Lageado foi comprada.

Esse registro de terras gerou problemas futuros a ponto de a fazenda ter que ser medida entre 1871 e 1873. Só no final do século XIX é que foi conhecido ao certo o tamanho da Lageado.

Com a morte de Luis Antônio, as atividades de pecuária e plantio, em especial de cana, sempre auxiliadas por escravos, foram continuadas pelo filho mais velho,³³ que já era sócio do pai e tinha na lavoura sua atividade, já demonstrando interesse no que Pedro Tosi classificou com “Giro Mercantil”,³⁴ preocupação em produzir e negociar.

Acreditamos que, na região, o trabalho sistemático e assalariado foi tentado pela primeira vez por Gabriel Diniz Junqueira. Durante a década de 1860, utilizou ele uma parte de suas terras com a cultura do algodão. Sua experiência foi realizada com colonos norte-americanos que fugiram dos Estados Unidos por ocasião da Guerra da Secessão. Pela inexperiência, o algodão não foi plantado em lugar adequado. A primeira safra não foi compensadora e na segunda, a praga do curuquerê destruiu os algodoais. Desanimado e descrente com este produto, tudo foi abandonado.³⁵

Para continuarem na região, os americanos citados acima quiseram a posse das terras, que não foi dada a eles. O grupo acabou mudando-se para a atual cidade

³² AESP, Registro de Terras da Província de São Paulo, São Simão, n. 73 de 24/03/1856.

³³ Com a morte de Luiz Antônio Diniz Junqueira, sua esposa Anna Claudina torna-se sua inventariante, e o filho Gabriel fica como administrador da fazenda.

³⁴ TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior**: Franca e a história da indústria Coureira-Calçadista (1860-1945). Franca: UNESP-FHDSS, 2002. p. 62.

³⁵ ZAMBONI, op. cit., p. 45.

de Americana (SP). Depois vieram os suíços, os russos, mas nenhum grupo ficou, pois as terras não eram vendidas.

Logo mais, em 1864, morreu Ana Claudina na fazenda Lageadinho.³⁶ Outro filho também já tinha falecido, José Martiniano Diniz Junqueira, que não deixou herdeiros e seus bens ficaram para a mãe, entre eles estavam muitas dívidas ativas, pois ele era um usurário já em 1861.

A partilha de Anna Claudina foi demorada, já que a declaração de terras que fez em 1856 acabou sendo considerada diferente da realidade, coisa esta resolvida somente em 1873, quando tem vez a separação das terras da Lageado em 28 quinhões.

Com a morte dos donos da Lageado, os bens deixados demonstram o significativo acúmulo de riquezas que eles conseguiram, o que, a nosso ver, foram definidores para os arranjos econômicos que as próximas gerações promoveriam. Para além do café que viria, antes dele, já notamos práticas econômicas concentradoras de dinheiro, que a primeira geração dos Junqueira em São Simão usou. Afora serem desbravadores de matos, promoveram a concentração de riquezas em forma de terras, escravos, empréstimos e gado.

Quando o café chegou à freguesia de São Simão, e com a posterior valorização das terras ao redor dos 1890,³⁷ os descendentes da primeira geração teriam abundância deste recurso em suas mãos. Dentre eles, alguns aprenderam com os pais: terra não se vende!

Serão os netos da primeira geração que chegaram a São Simão que nós encontramos mais tarde em Ribeirão Preto, inseridos em práticas econômicas maiores, mais dinâmicas e afinadas a um capitalismo mundial, que serão desenvolvidas a partir das terras, que vieram de herança via Lageado.

Ainda em São Simão, quando o café chegou à região, foi trabalhado junto com outras atividades agrícolas ou mesmo com a pecuária:

Na região, o café foi plantado antes de 1870, pois Luís Herculano de Souza Junqueira e seu irmão Gabriel Diniz de Souza Junqueira plantaram café nas fazendas do Ribeirão das Antas e Santa Maria. Desconhecendo os requisitos necessários a uma boa produção,

³⁶ Com morte de Anna Claudina Diniz Junqueira, Gabriel é o inventariante.

³⁷ OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Tempo**, v. 8, n 15, pp. 11-133, 2003. pp. 67 a 73.

utilizando suas experiências com as culturas de cana de açúcar e fumo, plantaram o café nos lugares mais baixos. A geada de 1870 danificou extremamente esses cafezais; novas mudas de café foram, imediatamente, plantadas nos lugares mais altos; a experiência demonstrou ser mais adequado a essa planta o lugar mais alto porque as geadas de 1871 e 1875 não chegaram a danificar os cafezais.³⁸

Nesse período, as terras já estavam nas mãos dos Junqueira e não foram adquiridas com o dinheiro oriundo do café e, sim, com dinheiro que fora trazido de Minas. Talvez as propriedades tenham sido aumentadas, permutadas, reorganizadas, mas não adquiridas com dinheiro procedente exclusivamente do café.

Deste modo, para entendermos a composição da riqueza em forma de terras e escravos, uma análise da estrutura econômica deve ser pensada a partir de São Simão para Ribeirão ao redor dos anos de 1880. Somente depois desse período é que tem sentido uma análise dos dados econômicos a partir de Ribeirão Preto, pois, antes disto, as atividades administrativas, sociais econômicas estavam centradas em São Simão. Ao se inverter este processo, cairemos em vício metodológico com funesto resultado para análise histórica.

Até esta parte do trabalho, evidenciamos o núcleo familiar que é foco em nossas análises, bem como a sua chegada à área de estudo. Agora vamos buscar o significado das práticas econômicas em São Simão, entre 1861 e 1887, para conseguirmos perceber o significado da família Junqueira dentro das relações econômicas e sociais lá desenvolvidas.

1.3– Práticas econômicas à luz de uma cadeia dominial.

A historiografia, muitas vezes, tende a apontar a atividade cafeeira como a originária das atividades econômicas que formaram a região, dando a entender que, antes do café, havia apenas mato, sem aproveitamento econômico. No entanto, ao que podemos notar, para São Simão esta não é uma premissa verdadeira, em especial para os Junqueira.

Ao verificarmos o nível de riqueza e da dinâmica econômica em São Simão, por meio da qual queremos perceber o significado do acúmulo econômico conseguido pelos Junqueira, da primeira e da segunda geração, no nordeste

³⁸ PRADO JUNIOR, Martinho. Municípios Paulistas. **A Província de São Paulo**. Ano III, 9 de out. de 1877.

paulista (ver *Árvore Genealógica* – 3), buscamos nos inventários *post mortem* que pertenciam ao Arquivo do Fórum de São Simão,³⁹ um referencial econômico sobre a cidade onde os avós e os pais de Joaquim da Cunha viveram e centralizaram os seus negócios.

Neste momento do trabalho, analisaremos somente estas duas gerações, já que as próximas, vão acabar direcionando os seus negócios para Ribeirão Preto. No trabalho, tentamos indicar os padrões das atividades econômicas, para podermos ter uma base comparativa dos membros da família Junqueira com os seus contemporâneos em São Simão.⁴⁰

Os dados utilizados inicialmente foram extraídos de 89 inventários de senhores que possuíam escravos, registrados entre os anos de 1861 e 1887. De um total de 217 inventários do fórum de São Simão, dentro do recorte temporal, utilizamos 41% deles, ou seja, essa é a porcentagem de senhores que faleceram no período, que possuíam cativos e que residiam na antiga comarca de São Simão.

Escolhemos focar a nossa análise naqueles que foram inventariados entre os anos de 1861 e 1887 e que possuíam escravos, tendo em vista o significado econômico que representavam os cativos para a composição total da riqueza, denotando um conjunto de bens reveladores de atividades econômicas mais dinâmicas e inseridas num sistema de produção, além do importante significado de uso da mão de obra escrava como elemento de organização social,⁴¹ considerando ainda que os não escravistas tinham o seu capital investido em atividades menos dinâmicas.

Destarte, vamos analisar a riqueza das duas primeiras gerações dos Junqueira que viveram em São Simão por meio dos inventários. Inicialmente, utilizamos as informações sobre as sua escravaria em relação aos outros proprietários de cativos que viveram em mesma época e local.

³⁹ Arquivo do Fórum de São Simão, de agora em diante será tratado pela sigla AFSS.

⁴⁰ O conjunto documental que agora trabalhamos compreende os inventários *post-mortem* (relação dos bens de um falecido) e matrículas de escravos (em 1872, as informações dos escravos deviam ser relacionadas nessa lista, que podia vir junto com os inventários). O primeiro conjunto documental contém informações acerca dos plantéis (conjunto dos escravos de um proprietário), dos senhores e suas posses, enquanto o segundo, cita informações mais específicas acerca dos cativos.

⁴¹ MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998. OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e História. Franca** – século XIX. Franca: UNESP, 1997. (Série História Local, 7). LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião**. A cafeicultura e as mudanças da riqueza em ribeirão Preto, 1849-1900. Tese de doutorado apresentada à USP, 2005.

Em nosso levantamento, encontramos um total de 917 escravos, o que dá uma média geral de 10 escravos por proprietário, média essa alta para uma área ainda não inserida numa atividade econômica de grande porte.⁴² Do total de escravos encontrado, 9% estavam em inventários de membros do núcleo da família Junqueira, a média de cativos para eles foi 25 escravos, bem mais alta que a média geral.

Podemos perceber que São Simão tem um padrão intermediário de posse de cativos, se comparado a outras localidades, inseridas na produção do café ou não, o que demonstra que os cativos em São Simão tinham importância produtiva local, por sua significativa quantidade. Tal afirmação está apoiada na quantidade de escravos por senhor, o que pode ser percebido também pelos dados do Censo de 1872, em que a porcentagem de cativos no conjunto da população de São Simão demonstrasse maior até que a média da província, veja tabela - 1.1.

Tabela –1.1
População da Província de São Paulo (1872)

Cidades	Livres	Escrava	Total	%Pop. Livre	% Pop. Escr.
Batatais	9.095	2.160	11.255	80,8	19,2
Cajuru	6.700	903	7.603	88,1	11,9
Franca	18.021	3.398	21.419	84,1	15,9
São Simão	2.730	777	3.507	77,8	22,2
Província de São Paulo	680.742	156.612	837.354	81,2	18,8

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo- Censo de 1872.

Os anos iniciais de 1761 a 1870 somaram **17,3%**, dos dados que retiramos dos inventários. A maior parte das informações é referente aos anos entre 1871 e 1880, que concentram **62,3%** das informações, enquanto que o período final de 1881 a 1887 representaram **19,4%**.

A queda de 40%, nos dados do segundo período, 1761 a 1870, para o terceiro período, de 1871 a 1880, é uma provável decorrência dos anos finais da escravidão, nos quais o sistema já dava sinais claros de exaustão, assim como do fato de ter sido efetivamente no ano de 1874 o momento em que o município de

⁴² MARCONDES. Op. cit., informa que a média geral em Banana foi de 15,2%, cidade do Vale do Paraíba produtora de café. Em OLIVEIRA, op. cit., para Franca tivemos 5,3%, local onde a economia era baseada na criação de gado e agricultura de subsistência. Para Batatais, a média foi de 4,9 em 1875.

Ribeirão Preto foi separado de São Simão, separando-se também os registros dos plantéis.

Posteriormente a essa data é que uma parte desses documentos passou a ser registrada em Ribeirão Preto. São Simão não estava sofrendo um processo de migração populacional e, sim, uma fragmentação de seu território.

Para o primeiro período, 1761 a 1870, temos uma quantidade menor de cativos do sexo masculino registrados. Acreditamos que isso seja resultado de uma economia ainda muito voltada para o mercado local, coisa esta que muda após 1871, quando a quantidade de escravos do sexo masculino aumenta, veja a Tabela –1.2.

O plantel dos senhores foi aumentando em quantidade de cativos, o que demonstra uma maior dinâmica do primeiro para o segundo período, apesar de ser uma época em que o valor dos escravos subiu. Do segundo para o terceiro período, notamos um aumento na quantidade de mulheres que compunham os plantéis.

Tabela –1.2
Percentagem dos cativos por anos

Anos	Escravas em %	Escravos em %	Total %	Décadas	Esctr/as em %
1849	17 %	83%	100%		
1861-1864	36,7%	63,3%	100%	1861-1870	49%
1868-1870	53,8%	46,2%	100%		
1871-1875	55,5%	44,5%	100%	1871-1880	52%
1876-1880	51,1%	48,9	100%		
1881-1887	43%	57%	100%	1881-1887	43%

Fontes: AFSS, Processos de inventário Post-mortem do 1º Ofício: caixas 1, 2 e 3; 2º Ofício: caixas 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a e 7ª.

Ao compararmos São Simão com as outras cidades existentes no período, Cajuru e Franca, é possível verificar a concentração de cativos em algumas faixas de plantéis, a partir de 11 escravos. Os médios e grandes plantéis ocorriam em São Simão mais do que nas outras localidades, veja a tabela –1.3. Os grandes plantéis, com mais de 21 cativos, ocorriam duas vezes mais em São Simão do que em Franca, talvez já encaminhando para uma inserção em uma atividade mais dinâmica. Em São Simão, ao que parece, foi a variação de atividades desenvolvidas que levou ao perfil dos plantéis.

Tabela –1.3
Padrões de propriedade escrava

Padrão dos plantéis	Escl em % São Simão 1861-87	Escl em % Cajuru 1864-87**	Padrão dos plantéis	Escl em % Franca 1875-85 #
1 a 5	39,8%	56%	1 a 5	64,8%
6 a 10	27,3%	12%	6 a 10	20,6%
11 a 20	19,3%	5%	11 a 15	8,8%
21 a 30	6,8%	2%	16 a 20	2,9%
31 a 40	5,7%	_____	21 a 25	2,9%
+ de 41	1,1%	1%	_____	_____

Fontes. Fontes: AFSS, Processos de inventário Post-mortem do 1º Ofício: caixas 1, 2 e 3; 2º Ofício: caixas 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a e 7a. ** SOUZA, Jéferson Mateus de. Estrutura econômica e escravidão em Cajuru: 1864 – 1888. *Dialogus*, v.1, n. 1, 2005, pp 203 – 215. OLIVEIRA, L. L. de O. **Economia e História. Franca – século XIX**. Franca: UNESP, 1997. (Série História Local, 7).

Quanto à atividade econômica, conseguimos verificar o ramo de atuação de cerca de 58% dos inventariados. Do total identificado, temos 31% dos meios de produção voltados para a agricultura. Entre aqueles que praticavam essa atividade, 80% já indicaram alguma presença do café, além da cana-de-açúcar e do algodão.

Outra atividade bastante exercida foi a pecuária, indicada em 21% dos inventários. Agricultura e pecuária estiveram juntas como principais atividades em 6% dos casos.

Se diferenciarmos os sexos em função da atividade econômica, notaremos que as senhoras estavam mais envoltas na agricultura do café e na pecuária. Uma grande gama de documentos denotava, simplesmente, a presença de fazendas, não nos permitindo maiores percepções. Em 48% das vezes, só a posse da propriedade foi indicada.

Os sitiantes pouco foram contemplados em nossa amostra, uma evidência da concentração da terra em São Simão, ou do caráter da fonte utilizada, pois pessoas não abastadas tinham pouco a expor em um inventário. Por sua vez, temos a demonstração do pequeno valor das terras no período, entre as quais somente as grandes propriedades compunham monta.

Em um momento anterior à pecuária e a outras agriculturas, pode ter sido a alavanca inicial para o acúmulo econômico, que permitiu que São Simão fosse uma das portas de entrada para o cultivo do café na região, mas, desde a década de 70, o café demonstrou-se presente no município. O produto depois gerou sabida

opulência em Ribeirão Preto, mas, mesmo antes disso, já era possível notar os seus primeiros frutos.

Em 1871, Floriana Maria das Neves tinha pés de café na fazenda das Posses e na São Lourenço, assim como Maria Francisca do Nascimento⁴³. João Ferreira de Freitas, em 1885, indicava trabalhar com essa cultura em São Simão; também Jeremias José Macedo na mesma data trabalhava com o café em sua fazenda Rio Claro.

Em 1878, Ana Gabriela Nogueira possuía 20.000 pés de café nas fazendas em São Simão, a Campo Alegre e a Dois Irmãos, e mais 10.000 pés de café na Fazenda Cascavel, em Ribeirão Preto.⁴⁴

O quadro da produção econômica deve ser pensado como um emaranhado de atividades em meio às quais o café já se fazia presente, mas não era a única atividade.

O que fica manifesto, neste esforço de análise do padrão de riqueza dos inventariantes da área estudada, é que ocorreu um acúmulo significativo de riquezas, demonstrado pelo padrão geral de posses de cativos e pelo valor dos montes, veja Tabela – 1.4.

Tabela – 1.4
Monte-Mor por valor⁴⁵

Valor do Monte-Mor	%São Simão	% Cajuru
Menos de 500 mil réis	1,5%	0
De 500 mil réis a 1,999 contos	6,2%	35%
2,000 a 14,999 contos	35,4%	10%
15,000 a 19,999 contos	9,2%	6%
20,000 a 29,999 contos	16,9%	4%
Acima de 30,000 contos	30,8%	11%
Sem informação		34%

⁴³ AFSS, Processos de inventário Post-mortem. 2º Ofício, Caixa 4-a-1878, caixa 6-a-1885, caixa 1-a-1871.

⁴⁴ AFSS, Processos de inventário Post-mortem. 2º Ofício, 1880.

⁴⁵ Devemos salientar que entre o período de 1851-1887, a inflação existente ficou ao redor dos 70%. Tamanho montante inflacionário traz distúrbios acerca de qualquer análise de valores no decorrer dos anos, todavia utilizaremos o monte-mor como uma forma a mais de referência da condição econômica e não como a única referência.

Fontes: AFSS, Processos de inventário Post-mortem do 1º Ofício: caixas 1, 2 e 3. 2º Ofício: caixas 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a e 7a. SOUZA, Jéferson Mateus de. Estrutura econômica e escravidão em Cajuru: 1864 – 1888. **Dialogus**, v.1, n. 1, 2005, pp. 203 – 215.

No que diz respeito aos montes, temos a maior parcela acima dos dois mil contos de réis e uma pequena parcela de senhores que possuía bens até os quinhentos réis. A comparação desses valores ao de outra cidade como Cajuru, evidencia o abastado padrão local.

Para Franca, Lélío de Oliveira no livro “Economia e História” analisa os inventários entre 1875-1885 (anos em que, assim como os seguidos por nós, sofreram com a inflação) apontou que, em 9,2% dos inventariantes de lá, o monte chegou até mil contos de réis.

Em Franca, para outra categoria, cerca de 26,2% da riqueza dos senhores ia até o patamar entre mil e dois mil contos. Com isto, temos que 35,4% dos senhores estudados possuíam bens que não passavam dos dois mil contos, enquanto que, em Cajuru, temos 35% dos inventariados nesta faixa.

No caso do grupo estudado por nós, somente 7,7% encontravam-se até essa categoria.

Em uma série intermediária de acúmulo dos bens, entre os dois mil e os dez mil contos de réis, tivemos para Franca 38,3% dos montes; já São Simão concentrou no grupo entre os dois mil contos e os quatorze novecentos e noventa e nove mil contos um total de 35,4% dos inventários, ou seja, nessa divisão intermediária, os senhores e senhoras estudados mantêm um padrão próximo ao de Franca.

Foi acima dos quinze mil contos que a maior diferença se apresentou, tendo em vista que os 56,9% representados pelos bens dos que estudamos em São Simão estavam neste patamar, enquanto que em Franca representavam somente 26,2% dos que foram estudados e, para Cajuru, tal valor foi de 21% dos montes.

Os dados relativos à composição do monte-mor dos senhores em São Simão demonstram-se concentrados, em especial quando comparados com Cajuru e Franca, assim como os planteis.

Carlos Bacellar indicou para Cajuru essa característica da sua estrutura econômica:

Adquirir pequenas glebas parece ter sido a solução para uma grande maioria de compradores com recursos diminutos. Em Cajuru, segundo o Registro de Terras, 67, 3% das operações de compra com

área declarada referiam-se a lotes com no máximo 10 alqueires, muito adquiridos isoladamente, de modo a estabelecer chácaras e sítios.⁴⁶

Nos documentos estudados para São Simão, sobressai o início da divisão das fazendas, mas que ainda não estavam fragmentadas, uma das razões pela qual ocorreu baixa presença de sítios. Ao trabalhar com os registros de terras, Bacellar aponta que era comum em áreas de ocupação recente não se precisar os limites da propriedade. A mensuração era feita “através de uma vista de olhos”, ou seja, eram medidas presumidas. Mas, para áreas mais desbravadas, ocorria maior transferência de terras e as propriedades passavam a ter em seus registros informações mais apuradas sobre as áreas negociadas.

Para Cajuru e Batatais, as informações que ainda feitas “através de uma vista de olhos”, representaram 12,8% para Batatais e, 8,4% para Cajuru, em época que foram feitos os registros de terras. No caso de São Simão, os registros feitos de tal forma representaram 27,3%, ou seja, naquele local as terras foram menos negociadas do que nas outras duas cidades.

Então o quadro que temos para São Simão, ao compararmos com as cidades mais antigas do Nordeste paulista, Franca, Batatais e Cajuru, é que os cativos estavam em São Simão, concentrados em plantéis médios e grandes; o perfil do monte-mor lá era de valor mais alto e composto, em sua maior parte, por escravos e terras, que, por sua vez, demonstram-se concentrados, com uma transferência de terras em menor quantidade do que nas outras cidades.

Como podemos entender estes resultados demonstrados pela historiografia e pela análise dos inventários? Por que a concentração de terras e escravos foi maior em São Simão? Por que lá as transações de terra demoraram mais a ocorrer? Ao nosso ver, as respostas a essas questões passam pela família Junqueira.

Deste modo, temos como hipótese, para esta parte do trabalho, que as estratégias intrafamiliares de manutenção dos bens por meio de casamentos endógenos e a sucessiva compra e apossamento de terras permitiu a este grupo familiar tamanha concentração de terras e escravos, o que interferiu, inclusive, nos dados macroeconômicos da cidade.

Assim sendo, apenas uma análise de dados macroeconômicos não nos permitirá responder às questões levantadas. Para entendermos o que ocorria com a

⁴⁶ BACELLAR; BRIOSCHI op. cit., p. 109.

sociedade e a economia em São Simão naquele período, temos que analisar o perfil econômico nas mãos do casal Luís Antônio e Ana Claudina e de seus descendentes.

Outra forma de análise se fará necessária agora: o acúmulo de bens dentro de uma cadeia dominial. Ao contrário do que parte da historiografia professa, parece-nos fundamental o uso de um método de pesquisa mais recortado, pois somente uma ampla análise das informações não nos foi suficiente para entendermos o que ocorria no século XIX naquela cidade.

Retomaremos a Árvore Genealógica – 2, ramo de São Simão, para cotejar os dados gerais levantados com o uso dos inventários registrados em São Simão e, entre estes, verificaremos em separado as informações referentes aos membros da família indicados na Árvore Genealógica - 3.⁴⁷

Começamos pelo casal que, em 1836, investiu quarenta mil contos de réis na compra da fazenda Lageado, mais o dinheiro referente a 21 escravos que para lá mandaram. Luís Antônio faleceu em 1856, e sua mulher Ana Claudina, em 1864.

Por meio do inventário dele, podemos verificar que a pecuária era um dos negócios desenvolvidos.⁴⁸ Havia bovinos, equinos e muares, que eram bastante utilizados em época anterior à chegada do trem, veja Tabela 1.5.

Na fazenda Lageado, havia uma casa com benfeitorias, murada com árvores, capim fino, pombal, portão, paiol, senzala de telha, rego de água, moinho e monjolo.⁴⁹ A mesma fazenda era composta por partes de matos e campos. Outra atividade lá praticada era a agricultura. O total das terras aparece somando 58.000 alqueires avaliados em 280:000\$000.

Possuíam outras terras, como a Fazenda Sertãozinho e a Fazenda Guariroba em Araraquara, ambas compradas depois da Lageado, o que denota que ele continuou a comprar terras em outras áreas próximas daquela.⁵⁰

⁴⁷ Alguns dos inventários dos membros da família hora estudadas conseguimos em Ribeirão Preto por meio dos cartórios. Outros inventários foram conseguidos via Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto, de agora em diante será chamado de AFRP. De tal forma os inventários foram registrados em São Simão e Ribeirão Preto.

⁴⁸ AFRP, Processos de inventário Post-mortem. Luiz Antonio de Souza Junqueira, 2º Ofício, caixa 15, 1856.

⁴⁹ AFSS, Processos de inventário Post-mortem. Luiz Antonio de Souza Junqueira, 2º Ofício, caixa 15, 1856.

⁵⁰ Roberto Vasconcellos Martins informa que as terras na Faz Sertãozinho são referentes a Fazenda Macuco.

Tabela –1.5
Valores dos bens do casal Luiz Antonio de Souza Junqueira
(1856) e Anna Claudina Diniz Junqueira (1864)

Total dos bens	Móveis	Semoventes	Escravos	Imóveis	Dinheiro	Dívida ativa
Luiz Antônio de Souza Junqueira (1856)	887\$400	36:056\$000	67:750\$000	296:365\$00	15:098\$539	4:494\$321
Anna Claudina Diniz Junqueira (1864)	471\$800	2:042\$000	23:642\$500	11:285\$900	-	62:538\$750
Total dos bens	Monte-mor		Dívida passiva		Monte-menor	
Luiz Antônio de Souza Junqueira (1856)	420:651\$26		970\$480		419:680\$78	
Anna Claudina Diniz Junqueira (1864)	99:980\$950		4:479\$960		95:500\$990	

Fonte: - AFRP, Processos de inventário Post-mortem. Luiz Antonio de Souza Junqueira, 2º Ofício, caixa 15, 1856. AFSS Processos de inventário Post-mortem. Anna Claudina Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1864.

A análise da composição de seus bens demonstra que a terra representava 70% destes; os escravos, 16% (64 escravos); os animais, 8,5%; os empréstimos, 1,20%, o que pode parecer pouco com relação ao todo, mas indica outra atividade praticada por ele, veja Tabela 1.5. Também tinha uma soma significativa de dinheiro em mãos, que representava 4% dos bens, que devia ser utilizado para os empréstimos. Mas o destaque fica mesmo para grande quantidade de gado que possuía.

No inventário de sua esposa, notamos que tanto a dívida passiva, quanto a ativa aumentam significativamente.⁵¹ Os empréstimos comprometem 64% de seus bens, os escravos representam 25% (24 escravos) e as terras, 11,5%, veja Tabela 1.5. Os escravos foram mantidos em maior quantidade que as terras provavelmente para ajudarem na produção. Na verdade, as dívidas ativas foram herdadas por Ana Claudia de seu filho José Martiniano que, ao morrer, em 1961, deixou um total de 70

⁵¹ AFRP, Processos de inventário Post-mortem. Ana Claudina Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1864.

empréstimos realizados antes de 1861,⁵² que somaram 58:339\$000 em 1864, tal montante acabou por distorcer os valores indicados na Tabela – 1.5.O Monte Mor de Ana Claudina sem os bens herdados do filho somaram 41:641\$000.

Sem as dívidas ativas e os outros bens herdados do filho, o monte menor de Ana Claudina e de seu marido ficou com a divisão que esta no Quadro – 1.1.

O que denota que a herança deixada pelo marido aos filhos foi paga especialmente em terras e que Ana Claudina continuou com a atividade produtiva focada na criação de animais, após a morte do marido.

Quadro – 1.1
Bens do casal em porcentagem

Bens	Luiz Antonio de Souza Junqueira (1856)	Anna Claudina Diniz Junqueira (1864)
Imóveis	70%	30%
Escravos	16%	53%
Animais	8,5%	17%

Fonte: - AFRP, Processos de inventário Post-mortem. Luiz Antonio de Souza Junqueira, 2º Ofício, caixa 15, 1856. AFSS Processos de inventário Post-mortem. Anna Claudina Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1864.

Quando comparamos a posse de escravos de Ana, 24 cativos, com os outros senhores inventariados de São Simão somente 14% tiveram tal quantidade de cativos; já a média de posse de seu marido, 64 cativos, somente 1,1% dos outros proprietários de escravos tinha acima de 41 escravos,⁵³ e nenhum deles teve 64 cativos como Luiz Antonio.

Também nos chama à atenção que o empréstimo de dinheiro já era uma prática significativa como estratégia de negócio dentro da família desde Luiz Antônio, seu filho, assim como o pai de Ana fizera em Minas Gerais nos anos de 1811. José Martiniano Diniz Junqueira, filho do casal, falecido em 1861, era um grande usurário, entre os 70 empréstimos que tinha em época da sua morte alguns eram de valores altos com os 5:500\$000 emprestados a seu irmão Gabriel

⁵² AFSS, Processos de inventário Post-mortem. José Martiniano Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1861.

⁵³ O único que tinha escravos acima de 41 cativos era José Bento Nogueira. Seu pai, que tinha o mesmo nome, foi um dos primeiros cafeicultores de São Simão.

Junqueira, outros 7:000\$000 emprestados a Antonio Bonifácio Pereira, e 1:350\$000 emprestados ao fazendeiro Francisco Garcia Duarte.⁵⁴

Assim a acumulação econômica iniciada por Luiz Antônio em São Simão demonstra estar intimamente ligada ao mercado interno com a pecuária e a criação de equinos atrelada a realização de empréstimo de dinheiro, é claro tudo unido à imensa quantidade de terras adquiridas em época em que tinham um baixo valor e trabalhadas por uma grande quantidade de cativos.

Após a morte do marido, Ana Claudina permaneceu com a casa da Lageado, que foi indicada como uma casa de sobrado com arvoredos de espinhos com vários pátios, tudo murado, calçada de pedra, rego de água e todas as mais cozinhas e benfeitorias do terreiro. Temos um estilo de sobrado em que a cozinha era aberta para o pátio, ao estilo da casa colonial, onde vários serviços eram feitos em lugares diferentes do pátio.

Um conjunto de benfeitorias como o monjolo, moinho, senzala, casa de tenda de engenho de fazer queijos, um paiol grande. Tinha plantação de milho e capim angola, e tinha uma casa de tropas, certamente para abrigar aqueles que passavam por ali, já que depois de 1811, uma estrada passava por lá.

As terras da Lageado, que foram passadas nos registros paroquiais de terras de 1856, foram acertadas somente em 1873, com a divisão judicial das terras, é que foram separados os 65.543 alqueires (754.968 Hectares) da Fazenda Lageado dos outros 5.000 alqueires, que pertenciam a outras fazendas. Tal divisão demorou de 1871 a 1873. Ao término, as terras foram divididas entre 28 condôminos, entre os quais os filhos mais velhos receberam áreas maiores.

Os outros 5.000 alqueires que não entraram na divisão da Lageado eram compostos por seis fazendas de tamanho médio, ladeadas pelas imensas Lageado e Sertãozinho. Era uma região de ocupação e posses, pois ficava entre as áreas das antigas Sesmarias e aquelas áreas que foram ocupadas via “Caminho dos Goyases”, ver mapa 1.4.

São áreas que, em sua maior parte, foram apossadas por João Manoel Pontes.⁵⁵ Nelas se formaram 6 fazendas que foram indicadas como fazendo parte

⁵⁴ AFSS, Processos de inventário Post-mortem. José Martiniano Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1861.

⁵⁵ Ao redor de 1827, chega ao Nordeste Paulista, João Manoel Pontes; vem junto com outros posseiros que são seus irmãos e Antonio Rodrigues da Rocha da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas, hoje Caldas – MG, antiga região mineradora do século XVIII.

da Lageado em vários documentos da família, mas, em 1873 a justiça apontou que não pertenciam a Lageado, apesar de reclamações por partes dos herdeiros de Luiz Antônio que tinham como certo o controle daquelas terras. Apesar de no inventário de seu pai só constar a Fazenda Macuco, como pertencente a ele e não o total dos 5.000 alqueires, ver Mapa 1.5.

Já a Fazenda Água Branca, cujo posseiro, em 1827, era João Pontes, não constou no inventário de Luis Antônio, mas em 1898, parte das terras já se encontrava com membros da família Junqueira. Mesmo que algumas das terras dessas fazendas não tivessem sido conseguidas por herança, passados alguns anos elas chegaram às mãos de membros da família, completando o controle que há muito queriam.

Mapa –1.4
Fazendas entre a Lageado e a Sertãozinho



Fonte: Adaptado de MARTINS, Roberto Vasconcellos. Fazendas de São Simão, meados do século XIX. Pontal, 1998.

Foram outros grupos de mineiros entrantes ao contrário dos Junqueira que vieram com dinheiro; esses vieram para tomar posse em área ainda não estabelecida. A vinda dos mineiros com mais condições econômicas ou menos demonstram que este foi um movimento que teve fluxo pós 1820, com região de origem na antiga freguesia de Lavras – MG.

No caso da Fazenda Palmital, que tinha partes compradas por Luis Antônio, aos herdeiros dos posseiros da área “Repete-se portanto, na Fazenda Palmital o mesmo processo de sucessões, semelhante ao de outras propriedades da região, ora ampliando o número de sócios através de desdobramentos, ora diminuindo através da reunificação de suas partes”⁵⁶ no caso os Junqueira unificam essa área.

Enquanto a Fazenda Bananal com 1.920 alqueires passou por um processo de divisão de terras confuso entre os herdeiros e, em 1899, um neto de Luis Antônio promove uma ação judicial divisória das terras, são divididas em 22 condôminos, entre eles o próprio José Maximiano Junqueira que foi quem promoveu a ação.⁵⁷

Mapa – 1.5
Relação das Fazendas na barra do rio Mogi Guaçu



Fonte: Adaptado de MARTINS, Roberto Vasconcellos. Fazendas de São Simão, meados do século XIX. Pontal, 1998.

⁵⁶ MARTINS, op. cit., p. 176.

⁵⁷ As pesquisas sobre as informações ora expressas saíram dos inventários pesquisados no Arquivo do Fórum de São Simão – Seção de Arquivo Geral, Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto – Seção de Arquivo Geral e MARTINS, op. cit.

Na Fazenda Tijuco Preto, suas terras estiveram com os herdeiros de João Pontes até 1877. Depois, podemos acompanhá-las em sua totalidade lançadas no inventário de 1899 da esposa de José Maximiano Junqueira, mas, em 1915, o seu filho pede divisão judicial das terras, ficando com ele e seus irmãos toda a propriedade.

Por fim, na Fazenda Posse da Boa Vista, Luís Antônio comprou terras dos herdeiros dos posseiros. Com a divisão judicial, em 1897, novamente José Maximiano Junqueira apareceu como condômino.

Esses 5.000 alqueires que foram declarados nos registros paroquiais por Ana Claudina, como fazendo parte da Fazenda Lageado, e que depois foram separados por decisão judicial, eram compostos por terras que foram apossadas, por mineiros, e ficavam entre dois imensos lotes de terras da família Junqueira. Ao que parece, sofreram sucessivas tentativas de serem unidos à Lageado. Alguns pedaços foram comprados por Luís Antônio, outros não.

As terras que foram compradas na Bananal, Macuco e Palmital formavam um triângulo ao redor das outras fazendas, que tinham por vértice a Lageado, veja mapa 1.5.

Deste modo, as outras fazendas, Água Branca, Tijuco Preto e Posses da Boa Vista, foram “abraçadas” pelas terras que foram compradas e a partir daí começaram a constar em documentos como se todas pertencessem à família.

Mas, ao redor de 1899, as terras destas fazendas passaram para as mãos dos Junqueira, muitas por meio de processo judiciais e de divisão das terras.

Henrique Caldeira, ao citar Márcia Motta, toca nesta questão da contínua expansão das fazendas no século XIX:

Os limites territoriais continuam a ser definidos pelo simples discernimento dos grandes fazendeiros. Estes, por sua vez, faziam redes de ligações pessoais para se defender de possíveis invasores. O reconhecimento mútuo entre vizinhos tinha este papel. E isto não se alterou durante todo o século XIX. Além dessa rede de relações, os fazendeiros se perpetuavam no poder através da falsificação de títulos de propriedade [...]⁵⁸

Para além das estratégias, e as formas de ampliar as terras, o que temos é que entre 1836, época da compra da Lageado por quarenta mil contos de réis, e

⁵⁸ OLIVEIRA; MARCONDES, op. cit., p. 27.

1856, quando faleceu Luís Antônio, o valor da fazenda aumentou significativamente, tendo sido avaliada em duzentos e oitenta mil contos de réis. Não necessariamente valia isto, pois temos que descontar a inflação de um período ao outro, mas, de qualquer forma, de um ponto de vista da família, isto deve ter sido percebido como um ótimo investimento.⁵⁹

Os Junqueira compraram a terra por um valor e, vinte anos depois, a mesma foi avaliada em um valor 7 vezes maior, além dela outras foram compradas e ou anexadas. Mostrou-se um ótimo negócio o investimento em terras, quando a terra se valorizou com a chegada do café, os membros da família tinham muitas terras.⁶⁰

O aumento dos bens não parou aí: os escravos, que eram em número de 21 cativos quando chegaram a São Simão, passaram a ser 64 registrados no inventário de Luis Antônio, ou seja, um aumento de 3 vezes no número de cativos. Portanto, sejam lá quais foram as estratégias utilizadas, essas se demonstraram favoráveis e profícuas.

Assim, relembremos dos esforços de Gabriel de Souza Diniz, pai de Ana, que favoreceu os filhos mais velhos com empréstimos e deu a eles a administração dos negócios. Ainda, estimulou a realização de casamentos intrafamiliares, com parentes que também tinham terras, como foi o casamento de Ana e Luiz Antonio.

Outra estratégia adotada por Gabriel foi diversificar os negócios por meio da agricultura, da pecuária e dos empréstimos em dinheiro, além de usar a mão de obra escrava em quantidade. Foram muitas as ações que os membros da família Junqueira realizaram em Minas e que reproduziram em São Simão, ao menos na primeira geração representada por Ana e seu marido, que acabaram seguindo muitas das opções econômicas tomadas por seu pai, podemos perceber um padrão construído em Minas e aplicado em São Simão:

⁵⁹ Quando houve o processo de divisão da Lageado, em 1873, ela foi avaliada em 754:968\$330. Novamente, lembramos que é um período de aumento da inflação, todavia como a inflação era percebida pelos contemporâneos? A mudança do valor de compra, o valor expresso no inventário e na divisão judicial, eram notados pelos membros da família, certamente como algo positivo não necessariamente conseguiam fazer uma relação do aumento da inflação como influenciador na mudança do valor da fazenda, o que queremos salientar é que pode ter ocorrido um fator de maior ânimo para com a posse de terras, já que o valor entre a compra 1836 e o da demarcação das terras em 1873 tanto aumentou.

⁶⁰ “Segundo Delfim Netto, os anos entre 1873 e 1880 apresentaram elevada cotação do café. Esses preços favoráveis em muito contribuíram para a rápida extensão de sua lavoura na Alta Mojiana a partir desses mesmos anos. E, se os primeiros anos da década de 1880 foram de baixa dos preços, a retomada altista dos anos 1886-1894 deu novo impulso ao avanço cafeeiro na região.”. BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., p. 125.

A fazenda Lageado pertenceu ao casal Ana Claudina e Luiz Antônio, pelo menos de 1842 ao final da década de 1870, até serem vendidas partes de suas terras, em 1879, a Martinho Prado Júnior e, no ano seguinte, a Henrique Dumont. Nessas propriedades seriam erguidos símbolos representativos do império econômico promovido pelo café, as fazendas Guatapará e Dumont, que mais tarde se transformariam nos atuais municípios homônimos.⁶¹

1.4 – O café e os novos ares econômicos: estratégias e acordos - a descendência do poder entre os anos 1870 e 1890.

A geração posterior ao casal da Lageado começou a atuar também na política, em especial o comendador Gabriel de Souza Diniz Junqueira, que foi o primeiro intendente de São Simão,⁶² e o Tenente Luis Herculano de Souza Junqueira,⁶³ que foi vereador em diversos mandatos, ambos os filhos do casal Ana e Luís, veja Árvore Genealógica – 3.

Foi a atuação da Câmara local que acabou por aumentar uma fatalidade que se abateu sobre São Simão. A ocorrência de três epidemias de febre amarela é até hoje lembrada na cidade como o fator motivador para que a cidade perdesse o controle econômico diante de Ribeirão Preto.⁶⁴ Acreditamos que os casos de febre amarela não foram os responsáveis diretos pela troca no controle do poder entre as cidades e, sim, pelo fato de as melhores terras estarem localizadas em Ribeirão, entre elas as terras da Lageado,⁶⁵ de tal modo que com a chegada do café, os

⁶¹ GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006, p. 235.

⁶² “Quando da fundação do município de Casa Branca, desmembrado de Mogi-Mirim em 1842, o capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira, patriarca de um dos ramos da família que ocupou terras na região de Ribeirão Preto, tornou-se vereador já na primeira legislatura da Câmara, juntamente com membros de outras famílias pioneiras na região, como os Nogueira. No momento em que Casa Branca se subdivide, dando origem a São Simão, em 1866, o mesmo capital Junqueira também compõe o quadro de vereadores, assumindo a presidência do legislativo local em sua primeira formação. Após a divisão das terras de São Simão e criação de outros municípios na região, os Junqueira também aparecem nas primeiras formações das Câmaras de Ribeirão Preto, Cravinhos, Sertãozinho, Orlândia, Novo Horizonte, Barretos, Nuporanga, Franca, entre outras cidades da região.” GODOY, op. cit., p. 242.

⁶³ Luiz Herculano foi membro da Câmara de Ribeirão Preto por várias legislaturas desde a sua fundação, presidindo a casa legislativa de 1877 a 1881. *Ibidem*.

⁶⁴ Hoje, São Simão tem uma população que não chega a 20.000 habitantes, e Ribeirão tem mais de 600.000 habitantes. Na mentalidade coletiva dos simonenses, isto se deve às epidemias de febre amarela que levaram de vez o controle econômico regional para Ribeirão Preto. Já que com as epidemias as pessoas fugiram dela levando consigo o desenvolvimento econômico. “A atração exercida por Ribeirão Preto e seu entorno é apontada pelas estatísticas. Entre 1901 e 1940, esta cidade recebeu em média 3,86% dos imigrantes entrados no Estado de São Paulo, com São Simão ocupando a segunda posição. [...]” BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., 1999, p. 145.

⁶⁵ Sobre a Febre Amarela em São Simão ver o trabalho MONTI, Carlo G. As implicações das epidemias de febre amarela em São Simão (1896 – 1902). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

Junqueira vão direcionar os seus negócios para a cidade que nascia aos pés de suas terras.

Como São Simão se “municipalizou” na tentativa de reter um poder local que não se compatibilizava com as normas federais, ficou à margem, pois já estava defasada no processo produtivo, ao tardar em aderir à mudança do modo de trabalho [...] ⁶⁶

A cidade pode ter sido balizada por uma opção de manutenção do *status quo*, em que grupos locais optaram por manter o poder político-social em suas mãos, não se deixando influenciar por todo conjunto de mudanças que marcaram o início da República. Os grupos que estavam no poder na cidade podem ter tanta relação, se não mais, com a perda de espaço para Ribeirão Preto e as epidemias de febre amarela.

Os envolvimento políticos e interesses econômicos, em São Simão, antes da chegada das epidemias de febre amarela denotam a existência de uma estrutura de poder bem enraizada ⁶⁷ e que pode não ter aberto espaço para os novos grupos de trabalhadores e de agricultores que procuravam a região para continuarem as suas atividades de plantio de café, após a exaustão das terras do Vale do Paraíba.

O primeiro a dar o alarme sobre a epidemia foi o Doutor José Leme, solicitando que a Câmara Municipal auxiliasse os doentes pobres, que não tinham meios de se tratar. Passados alguns meses, outro médico e vereador da cidade, Doutor José Fairbanks, declarou o caráter epidêmico da doença, solicitando autorização para realizar despesas com o intuito de auxiliar a população:

[...] o governo estadual enviou sanitaristas a São Simão. Estranhamente, a Câmara Municipal local sentiu-se desprestigiada, afirmando que tinha serviço sanitário próprio, que a epidemia era de sua competência e que as medidas estaduais feriam a sua autonomia. ⁶⁸

⁶⁶ CHIAVENATO, J. J. **São Simão, a história contada pelo povo**. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2006. p. 12.

⁶⁷ Para esta parte do trabalho utilizamos as reflexões sobre os “clãs eleitorais” de VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.p. 259. “Com o Código do Processo principalmente. Este código, com a sua democracia municipalista, obrigava, forçava mesmo, estes senhores rurais a entendimentos e combinações [...] Cada qual tinha receio de vê-los ocupados por outros chefes de clãs, em geral seus inimigos ou desafetos ou rivais [...]”.

⁶⁸ FIGUEIREDO, L. T. M. A febre amarela na região de Ribeirão Preto durante a virada do século XIX: importância científica e repercussões econômicas. Uberaba: **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, vol. 29, n. 1, 63-76, 1996. p. 68.

Acredita-se que a epidemia matou um quinto da população urbana de São Simão, que era de, aproximadamente, quatro mil habitantes. Quando o surto diminuiu, em 1896, permaneciam na cidade dois mil e quinhentos habitantes⁶⁹:

[...] sobre a ocorrência de disputas científicas locais quanto à presença ou não de febre amarela na cidade, com interesses particulares envolvidos. E assim, sob diagnósticos estapafúrdios, como febre remitente biliosa grave dos países quentes, febre gastro-entérico-hepática, influenza complicada com impaludismo e entidade mórbida, enterraram-se muitos pacientes com febre amarela.⁷⁰

O mal só foi contido em maio de 1903, quando as medidas sanitárias levaram à diminuição da quantidade de mosquitos.

Em 1904, foi para São Simão o médico sanitarista Rego Barros, que adotou providências complementares para manter a cidade saneada, todavia neste período o foco da economia já estava em Ribeirão Preto, aos pés da Fazenda Lageado, o que fez com que membros da terceira geração da família abandonassem São Simão e partissem para novas práticas econômica em Ribeirão Preto.

As epidemias ocorreram entre 1896 e 1902, todavia já em 1870, parte da família Junqueira encontrava-se na fazenda Lageado, como podemos ver pelo inventário de Ana Claudiana, que fora feito na fazenda Lageadinho, em Casa de Emerenciano Alves da Cunha, marido de Ana Osório, mãe de Joaquim da Cunha, ou seja, São Simão já era controlada pelos membros mais velhos da família, e os irmãos mais novos passaram a viver na Fazenda Lageado. Mesmo antes da morte de Ana Claudino, já estavam vivendo e produzindo no que seria a cidade de Ribeirão Preto.⁷¹ A família Junqueira continuava a sua expansão para além de São Simão, Ribeirão Preto seria o próximo local de expansão do poder parental.

⁶⁹ ESTADÃO. Cronologia Histórica do Grupo Estado. Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>. Acessado em 26/07/2013. Epidemia de Febre Amarela de São Simão em 1897.

⁷⁰ Ibidem, p. 69.

⁷¹ “Houve como que uma identificação da terra com a família, realizando-se uma espécie de culto aos antepassados [...] O gibão de couro era destinado sempre ao filho mais velho, assim como o relógio de ouro [...] É a família senhorial um grupo preciso e visível nos seus contornos, limitado ao domínio e vivendo dentro das suas raias. Já o clã parental é instituição um tanto diferente: embora derivado da família senhorial, exorbita as lindes do domínio-tronco. É uma realidade, sem dúvida; mas, só aparece e se revela em ocasiões excepcionais [...]” sobre os “clãs parentais”. VIANA, op. cit., pp. 221 - 227. O autor indica que **entre** as famílias extensas possuidoras de terra se formava o grupo da família senhorial o tronco controlador, composto pelos irmãos mais velhos e uma extensão formada pelo clã parental, os outros membros da família.

Como podemos demonstrar pelos dados do Quadro – 1.2, São Simão estava passando por um crescimento constante no número de eleitores. A partir de 1867, há uma intensificação na quantidade de votantes. Período em que o Quarteirão do Lageado já demonstra ter mais eleitores do que o Quarteirão da Matriz de Ribeirão Preto. Com a separação da comarca, a fazenda já tinha dois quarteirões, o do Lageado e do Lageadinho. No ano de 1873, onde a quantidade de eleitores ainda acompanha a quantidade existente na Matriz, tabela 1.6. Verificamos que, em 1867, a família ‘deslocou’ o seu domicílio eleitoral para o quarteirão da fazenda Lageado, ao que parece em uma latente intenção de favorecer a criação da vila e posterior Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

De tal modo podemos notar o uso de estratégias para uma posterior valorização das terras da fazenda Lageado, que teve no giro mercantil, na ação política, no incentivo da criação de uma nova vila, fatores que levaram à posterior valorização das terras.

É interessante notar que não foi o valor da terra que gerou riquezas e, sim, como as terras foram sendo colocadas no centro de várias ações, com fim a sua valorização, a valorização das terras foi uma ocorrência posterior.

Lembramos que, quando alguns membros da família vendem parte das terras da Lageado, fazem-no para os Prado e Dumont, famílias tradicionais e que chegavam com cabedal para fazer as terras produzirem.⁷²

Quadro – 1.2
Qualificação de votantes de São Simão e Ribeirão Preto 1847 – 1873

Cidade/Vila	Ano	Quarteirão de domicílio dos eleitores	Quantidade de eleitores	Total de eleitores
São Simão	1847		264	264
São Simão	1855		430	430
São Simão	1867		630	630
Ribeirão Preto	1867	Matriz	46	
		Lageado	59	
Ribeirão	1873	Matriz	54	456

⁷² Sobre o interesse dos Prado pela região veja em PRADO JUNIOR, Martinho. Municípios Paulistas. **A Província de São Paulo**. Ano III, 9 de out. de 1877.

Preto**		Lageado	25	
		Lageadinho	23	

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – Negócios Eleitorais e Recursos Eleitorais - Qualificação de votantes, São Simão 1847 – 1867. Ribeirão Preto 1873. * Lembrando que os leitores do período eram os homens. ** Separado de São Simão.

A formação da futura vila de Ribeirão Preto foi um capítulo repleto de disputas judiciais pela posse dessas terras. Entre 1845 e 1856, foram realizadas inúmeras tentativas de doação de terras para a formação do patrimônio de São Sebastião, porém todas foram recusadas pela Igreja, algumas por não atenderem as exigências mínimas de valor para a doação de terras, outras pelo fato de estarem sendo disputadas judicialmente⁷³:

Contudo, foi somente no final da década de 1860 que patrimônio doado a São Sebastião foi regularizado e definitivamente aceito pela igreja. O processo, “Autos de Patrimonio da Capella de S. Sebastião do Ribeirão Preto filial da Matriz de S. Simão” foi aberto em 20 de setembro de 1867, com uma petição enviada por Francisco Maximiano Diniz Junqueira.⁷⁴

Já em 1870, a freguesia foi elevada à condição de vila, com criação da Câmara Municipal em 1874.⁷⁵ A criação do Termo foi em 1878 e comarca em 1892. Quando foi elevada à posição de cidade passou a chamar Ribeirão Preto.⁷⁶

Foi em Ribeirão Preto onde faleceu a mãe de Joaquim da Cunha, Ana Osório Diniz Junqueira falecida em 1878, na Fazenda Boa Esperança em Ribeirão Preto,

⁷³ Uma das famílias que é alardeada pela historiografia como fundadores da cidade de Ribeirão Preto são os Reis, “[...] não obtiveram o mesmo poder e prestígio dos Junqueira, porque, territorialmente, seus domínios eram menores, dedicavam-se a atividades mais modestas e suas propriedades eram divididas por herança [...]” ZAMBONI. op. cit., p. 42.

Acima de tudo, os Reis não promoveram uma estratégia de poder que, no caso dos Junqueira, passou pelas terras, produção, comércio e política, não necessariamente nesta ordem. No final, os Reis fundaram, e os Junqueira mandaram em Ribeirão Preto.

⁷⁴ LOPES, op. cit., p. 37.

⁷⁵ O tio de Joaquim da Cunha “Luiz Herculano de Souza Junqueira foi membro da Câmara de Ribeirão Preto por várias legislaturas desde a sua fundação, presidindo a casa legislativa de 1877 a 1881. Luiz Antonio da Cunha Junqueira, meio-irmão de “Joaquim da Cunha”, também foi vereador e presidiu a Câmara de Ribeirão Preto de 1883 a 1887. Cunhado de Joaquim da Cunha, Manuel Maximiano Diniz Junqueira, dono da fazenda Santa Amélia, foi presidente da Câmara de 1905 a 1908 e de 1911 a 1917. Francisco da Cunha Junqueira, sobrinho dele, presidiu a casa legislativa de 1920 a 1926 e foi deputado federal.” Desde a fundação até a 1926, os membros da família Junqueira estiveram presentes na política local. GODOY, op. cit., p. 242.

⁷⁶ MIRANDA, Pedro José. **Breve Histórico do Café em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Memória Monográfica, 1980.

filha do casal da Lageado. Deixou órfão Joaquim,⁷⁷ que ainda era menor de idade e ficou sem mãe e sem pai. Ele foi o último filho do segundo casamento de sua mãe, casada em segundas núpcias com Emerenciano Alves da Cunha, irmão do primeiro marido dela, **ver Árvore Genealógica – 4.**

Emerenciano, seu pai, faleceu em 1870, em São Simão. Em seu inventário, constava ser possuidor de 33 escravos, avaliados em 27:980\$000, representando 28% de seu monte-mor, que totalizou 98\$099\$589. Era composto, ainda, por terras da fazenda Lageadinho, recebidas por herança dos sogros, outra parte comprada de um sobrinho de sua esposa, e por parte das terras da fazenda Boa Vista, no distrito de Casa Branca, que recebera de herança paterna.⁷⁸

As terras somadas aos escravos totalizam 80% do seu monte-mor; 9% eram compostos por vários animais, sendo 32 cavalos, 30 éguas, 18 bois, 19 novilhas, 50 vacas com cria e 50 sem cria, que dão indício da atividade econômica praticada por ele, a pecuária, tendo em vista que consta no seu inventário uma significativa quantidade de sal que era de alimento para o gado.

Ele investiu o seu capital em proporções que foram próximas às de seu sogro e sogra, veja Quadro – 1.3. Todavia, os seus bens estavam mais dispersos, já que a soma de terras, escravos e animais atingem 88% de seus bens. O seu monte-mor compôs um valor total acima de 70% da média dos montes, em São Simão, seu plantel de cativos, pelo expressivo tamanho, 32 cativos, compunha uma quantidade que somente 6% dos senhores em São Simão conseguiram ter.

Se a prática de sua atividade econômica demonstrava seguir o padrão da época em São Simão, todavia os valores totais de sua riqueza estavam bem acima da média, em boa medida amparados pela herança recebida em forma de terras.

Quadro – 1.3
Bens dos membros da família em porcentagem

Bens	Luiz Antonio de Souza Junqueira (1856)	Anna Claudina Diniz Junqueira (1864)	Emerenciano Alves da Cunha (1870)
Imóveis	70%	30%	51%

⁷⁷ Joaquim nasceu em São Simão em 22/08/1861 e foi batizado em 14/05/1861. Sua Avó Ana Claudina foi sua madrinha. Arquivo da Catedral de São Simão. Livros número 1 ao 10, para os de 1870 a 1904. Livros de Batismo.

⁷⁸ AFSS, Processos de inventário *Post-mortem* de Emerenciano Alves da Cunha, 2º Ofício: caixas 2ª, 1872.

Escravos	16%	53%	28%
Animais	8,5%	17%	9%
Total	94,5 %	100 %	88%

Fonte: - AFRP -Processos de inventário Post-mortem. Luiz Antonio de Souza Junqueira, 2º Ofício, caixa 15, 1856. AFSS - Processos de inventário *Post-mortem*. Anna Claudina Diniz Junqueira, 1º Ofício, caixa 1, 1864. AFSS - Processos de inventário Post-mortem de Emerenciano Alves da Cunha, 2º Ofício: caixas 2ª, 1872.

Com a morte de Emerenciano, seu filho mais novo, Joaquim da Cunha, recebeu da divisão dos bens⁷⁹ dois escravos, Fidelis de 14 anos, avaliado em 1:000\$000 e Teodora, de 29 anos, também avaliada em 1:000\$000.⁸⁰ Essa herança que não pode ser administrada pelo então menor Joaquim da Cunha, com 11 anos, passou a ser tutelada por seu tio materno, o Capitão Luís Herculano de Souza Junqueira. Devido a suas ocupações políticas, pediu exoneração, quando se tornou tutor o seu meio irmão materno, Manoel da Cunha Diniz Junqueira.

A morte de seu pai ocorreu em época em que os escravos deveriam ser matriculados, segundo a lei de 28 de setembro de 1871, mas os tutores de Joaquim “[...] não fizeram o seu rigoroso dever [...] Por faltada matricula foram os referidos escravos declarados livres por sentença judicial [...]”.⁸¹

Por tal razão, em 1882 o jovem Joaquim, após 4 anos da morte de sua mãe e, dois dias antes de completar 21 anos de idade, entrou com uma petição de protesto contra seus tutores alegando que:

[...] o suplicante se acha emancipado, tem que de haver do tutor que deu causa e valor dos mencionados escravos, como porém não possa fazer já, vem pela presente protestar cobrar em todo e qualquer tempo não só seu valor como também perdas e danos [...]

A lei citada por ele em sua Petição de Protesto é a do Ventre Livre, de nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871, que em seu artigo oitavo nos dá indícios do porquê da perda dos cativos:

⁷⁹ Joaquim recebeu um total de 21:558\$000 da meação de seu pai, sendo 3 escravos, dívida ativa, terras no taquaral, vacas e cavalos, e terras na Lageado no valor de 16:454\$000. **A maior parte de sua herança paterna foi representada pela terra.**

⁸⁰ AFSS, Processos de inventário *Post-mortem* de Emerenciano Alves da Cunha, 2º Ofício: caixas 2ª, 1872. Na divisão dos 33 cativos que pertenciam a Emerenciano, 7 ficaram com sua esposa, sobrando 25 que divididos entre os 7 filhos dariam pelo menos 3 escravos por filho.

⁸¹ APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

⁸² APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do parographo seguinte.

§ 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos.⁸³

No momento da matrícula, deveriam ser pagos 500 réis por escravo, ou 1\$000 se realizada fora do prazo, que se estendeu de abril de 1872 a setembro de 1873. Quanto aos escravos não matriculados, deveriam ser considerados livres, o que aconteceu com os escravos Fidelis e Teodora, pertencentes a Joaquim da Cunha.

Com a petição de protesto, temos uma tentativa feita pelo jovem Joaquim da Cunha, que estava em vias de se emancipar, de reaver o valor de dois cativos, que recebeu como herança de seu pai e, perdeu por descuido de seus tutores, ou, como por ele mesmo escrito, que: “[...] não fizeram o seu rigoroso dever [...]”.⁸⁴ Assim, requereu na justiça o pagamento do valor dos cativos, mais perdas e danos.

Parte da herança paterna, que tinha se esvaído por descuido de seus parentes, era um alerta, com a morte da mãe, que ocorreu quando ele ainda tinha 18 anos, mais uma vez correu o risco de perder seus bens, pois não tinha idade suficiente para administrá-los. O meio irmão, que foi seu tutor, volta como testamentário da sua mãe, sendo agora o responsável pela execução e divisão dos bens deixados por ela.

Não foi à toa que, em 1882, logo ao completar 21 anos, Joaquim da Cunha já tinha instrução suficiente para fazer de próprio punho uma petição de protesto e encaminhar ao juiz, tendo em vista que os sucessivos períodos em que teve seus bens administrados por parentes devem ter demonstrado a ele a necessidade de ficar atento ao seu patrimônio, a fim de melhor preservá-los e mantê-los.

⁸³ CAMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação**. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-publicacaooriginal-35591-pl.html>. Acesso em 06/08/2012.

⁸⁴ APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

Em uma família como a sua, afeita à tradição e à manutenção do patrimônio, algumas atitudes poderiam ser implementadas para a conservação e manutenção dos bens materiais. Os casamentos de sua mãe, que ocorreram com irmãos - primeiro se casou com Francisco, depois se casou com Emerenciano - , para além da falta de pretendentes, pode denotar a preocupação de manutenção do patrimônio familiar, ver *Árvore Genealógica – 4*, como apontado por Carlos Bacellar:

Algumas famílias foram bem-sucedidas ao optar pelo combate à desagregação territorial através do recurso a casamentos consanguíneos. Cabe, em especial, destacar o caso da família Junqueira, que, após adquirir enormes extensões de terras, logrou, através de repetidos casamentos consanguíneos e alianças matrimoniais bem definidas com grupos restritos, trabalhar a fragmentação da terra no interior de um círculo familiar fechado, evitando ao máximo a dispersão e fragmentação excessiva que viessem a inviabilizar a propriedade da terra.⁸⁵

O horizonte do casamento dos Junqueira também era medido pelo horizonte das terras familiares, fato este demonstrado pela prática de casamentos endógenos na família, onde primos, cunhados ou tios poderiam ser tornar maridos de primas, cunhadas ou sobrinhas, dentre outros parentes. Noivos e noivas eram buscados onde mais se tinha confiança, dentro da família, entre os parentes já conhecidos, já avaliados por meio da convivência.

A possibilidade de criação de novos troncos da família dentro de um mesmo grupo e, não a partir de um novo grupo, ajudou no crescimento em número de membros da família, sem necessariamente se tornar uma família extensa por meio de parentes colaterais.

O remanejamento dos troncos familiares entre os seus foi sucessivamente feito indicando o uso de uma estratégia que auxiliou na preservação dos bens de família. Famílias como os Junqueira, já há muito no Brasil, e com raízes em regiões coloniais, praticaram e preservaram costumes para além das leis.⁸⁶

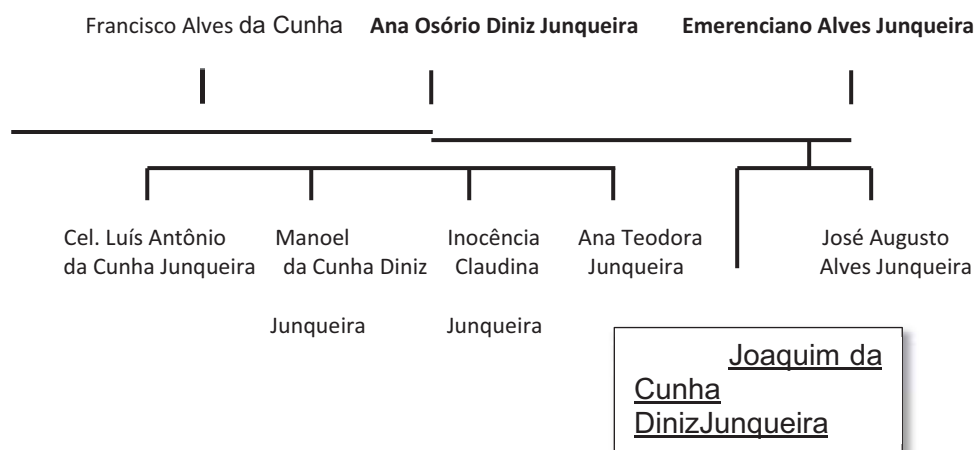
Por meio do testamento e do inventário de Ana Osório, mãe de Joaquim da Cunha, podemos ter ideia de como os bens, ao serem passados dentro da família,

⁸⁵ BACELLAR; BRIOSCHI. op. cit., p. 102.

⁸⁶ “Esta imunidade dos grandes domínios fazendeiros não é, aliás, uma criação nossa. É, ao contrário, sobrevivência de uma velha tradição feudal portuguesa. O “direito de imunidade” das suas terras à intervenção das autoridades do Rei era considerado em Portugal o privilégio por excelência de nobreza territorial e de que gozaram durante muito tempo os grandes senhores feudais lusitanos [...]” VIANA, op. cit., p. 214.

quando possível, tomavam um rumo costumeiro direcionado por outros fatores que não somente o da lei.

Árvore Genealógica – 4
Ramo de Ribeirão Preto – Segunda e terceira geração no nordeste paulista.



No testamento, Ana Osório informa que é natural de Minas “[...] e que por falecimento de seu segundo marido, foi inventariado e a meação que me tem repassei a minha terça no restante no mesmo inventário entreguei aos meus seis filhos. Declaro que da terça que reservei ficaram [...]”⁸⁷ sete escravos e duas pequenas partes de terras na Fazenda Sertãozinho e Palmital, veja Tabela 1.6.

Tabela – 1.6
Herança de Ana Osório Diniz Junqueira
Disposições dos bens indicadas no Testamento Cerrado e no Inventário (1878)

	Filhos tidos com o primeiro marido Francisco Maximiniano da Cunha				Filhos tidos com o segundo marido Emerenciano Alves da Cunha	
Bens deixados por Ana Osório	Manoel da Cunha Diniz Junqueira (33 anos)	Luis Antonio da Cunha Junqueira (30 anos)	Inocência Claudina Diniz Junqueira (?)	Ana Teodora Augusta Diniz Junqueira (?)	José Augusto Alves Junqueira (22 anos)	Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (18 anos)
Dinheiro em testamento	Dinheiro que tinha em mãos deu para ele	Dinheiro que tinha em mãos deu para ele	Dinheiro que tinha em mãos deu para ela	Dinheiro que tinha em mãos deu para ela		
Dívida ativas em inventário	Deve, mas não recorda o valor**	1\$600\$000	1\$600\$000	1\$600\$000		

⁸⁷ APHRP, Testamento e inventário de Ana Ozório Diniz Junqueira. 1º Ofício, caixa 03, 1878.

Escravos deixados em testamento	Rufina (7 anos)	Sabrina (45 anos engomadeira)	Amando (14 anos, doméstica)	Petrolina (7 anos)	- José (60 anos, carpinteiro) - Poliana (50 anos) -Armando (12 anos)
Terras deixadas em testamento	Terras Faz/sSertãozinho e Palmital para sua filha Mariquinha		Terras Faz/sSertãozinho e Palmital para seu filho Gabriel		
Dinheiro para o altar	200\$000	200\$000	200\$000		

**No testamento sua mãe apontou que tinha emprestado a ele 1\$600\$000 contos de réis, mas no inventário ele alega não lembrar o valor que a mãe tinha emprestado. O valor de 1\$600\$000 que foi emprestado aos filhos mais velhos, entrou como dívida ativa no inventário, mas acabou sendo doado via testamento.

Fonte: APHRP - Testamento e inventário de Ana Ozório Diniz Junqueira. 1º Ofício, caixa 03, 1878.

O conjunto dos bens deixados por Ana Osório foi composto principalmente pelos cativos, depois terras e dinheiro, não representa uma amostra típica da riqueza da época,⁸⁸ abonando uma plausível divisão de suas terras, com a morte do último marido.

O padrão do plantel composto por casal de escravos e seus filhos, como era o de Ana, foi o observado em 56% dos planteis de São Simão em que a família escrava estava presente.

Foram esses plantéis médios e grandes que concentraram a maior parte das crianças, indicando que essas nasciam em quantidade em plantéis estáveis de pais casados. Para além da presença da família escrava a experiência cativa em São Simão, teve em seu cotidiano a geração e a manutenção de novos elementos mancipios que provavelmente engrossaram as frentes de trabalho.

Com o testamento de Ana Osório podemos saber que somente parte dos bens meados com a morte de seu marido permaneceu com ela; o restante ela dividiu entre os seus filhos, em época do inventário do marido. Apesar disso, guardou uma parcela da propriedade que compunha a sua terça. Como podia por lei

⁸⁸ Ela fica com uma divisão dos bens próxima à que sua mãe ficou com a morte do marido. Como já apontamos, no período, os imóveis representavam a maior parte da composição da riqueza dos escravistas, sendo os cativos a segunda maior parcela da composição dos bens dos senhores e senhoras escravistas que tiveram inventários feitos em São Simão. Já o dinheiro era o menor dos bens hereditários, enquanto que em Franca, entre 1875 e 1885, os imóveis representavam 54% e os escravos 27% dentro da estrutura de composição da riqueza.

dispor livremente desses bens que restaram,⁸⁹ é a análise das suas últimas disposições, deixadas em testamento cerrado, que nos possibilita perceber os estímulos que se faziam presentes na vontade de uma mulher mineira, nascida na primeira metade do século XIX e que morou a maior parte da sua vida em São Simão, nas fazendas de sua família.

Deste modo, uma mulher que podia ser fruto de suas relações familiares, esboçou na divisão da sua terça, em um momento único e tão particular, escolhas que demonstraram uma estratégia ao dividir os bens, em que os filhos mais velhos foram mais privilegiados, enquanto que os mais novos, os do segundo casamento, recebem menos bens, sendo que Augusto, o penúltimo filho, nada recebeu!

Quando apontamos que essa forma de divisão dos bens pode ser fruto das relações familiares, estamos lembrando a divisão dos bens da mãe de Ana Osório, por meio da qual ela própria não foi tão favorecida quanto os irmãos mais velhos.

Quando faz o seu testamento, indica que, “do seu segundo casamento [...] com Emerenciano Alves da Cunha de cujo matrimonio tivemos três filhos que existem somente dois [...]”⁹⁰ que são Joaquim e Augusto, sendo a terceira uma filha, de nome Emerenciana, a qual, em uma grande pesquisa sobre a genealogia organizada por José Junqueira de Mattos, concluiu-se estar viva em época do inventário e que, “Portanto, está claro que Emerenciana foi excluída do testamento.”⁹¹

Justamente o filho mais velho de Ana Osório, Manoel, que fora seu testamenteiro e tutor do irmão Joaquim, foi quem mais recebeu bens. Afora ele, a filha mais velha, Inocência, casada com um rico proprietário de terras, José Bento Diniz Junqueira, recebeu vários bens via testamento – ver *Árvore Genealógica* – 4. Exclusivamente, esses dois irmãos receberam terras por meio de doações feitas pela mãe a seus netos, ver tabela 1.6.

Ao contrário de Augusto, Joaquim da Cunha recebeu da mãe 3 cativos, talvez uma tentativa de amenizar a perda que seu filho sofreu, com os cativos herdados do

⁸⁹ “Os testamentos produzidos durante a vigência das *Ordenações Filipinas* comumente referem-se somente à terça e não ao conjunto de todos os bens, pois, quando havia herdeiros, o testador só podia dispor livremente dessa parte de seus bens. Essa é uma das razões que fazem dos testamentos e inventários documentos complementares em um pesquisa histórica.”. *As Ordenações Filipinas* vigoraram tanto no Portugal moderno quanto na América Portuguesa. No Brasil, vigoraram durante todo o Império, sendo substituídas somente pelo Código Civil Brasileiro em 1916. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32^a ed. São Paulo: Nacional, 2005.

⁹⁰ APHRP, Testamento e inventário de Ana Osório Diniz Junqueira. 1^o Ofício, caixa 03, 1878.

⁹¹ MATTOS, op. cit., p. 464.

pai. Deixou para ele um casal de escravos, que veio de sua mãe, Ana Claudina, quando da divisão de sua terça.⁹²

Foram eles: José, mulato de 60 anos, carpinteiro; Poliana, parda de 50 anos, esposa dele e Armando de 12 anos, filho do casal. O casal tinha de 4 filhos, os outros 3 foram separados pelas doações de Ana Osório. Neste momento, apesar de a família escrava ter se formado enquanto estavam com Ana Osório, e viveram com ela durante 14 anos, isto não influenciou na separação dos membros da família.

A única escrava do plantel de Ana que não era filha do casal era Sabrina, de 45 anos, engomadeira que foi dada a Luís, o segundo filho mais velho.⁹³

Se a mãe de Joaquim tentou com a doação dos três cativos amenizar a perda econômica e a revolta de Joaquim da Cunha, sabemos que isto não deu certo, pois, quatro anos depois de receber os novos cativos, beirando à maioria, ele ingressou com a petição judicial para reaver os valores perdidos pela falta gerada pelos tutores.

Quando os escravos foram doados, o valor dos cativos estava em alta na região, mas, após 1882, sofreram uma queda significativa. Em média, um homem de 60 anos valia aproximadamente 800\$000 réis, enquanto uma mulher de 60 anos valeria uns 900\$000 e um menino de 12 anos valia algo ao redor de 800\$000, valores que, somados, chegavam a 2:500\$000 contos de réis, ou seja, acima dos 2:000\$000 que Joaquim perdera com os cativos que foram libertos por falta de matrícula.⁹⁴

Mas, ao pensarmos nos valores recebidos por Manoel e Inocência, irmãos de Joaquim, notamos uma herança menos significativa dada ao filho mais novo, já que cada um deles recebeu em dinheiro 1\$800\$000, mais 1:000\$000 em escravos e terras - cada alqueire na Fazenda Sertãozinho em época valia 65\$000.⁹⁵ Como não sabemos o tamanho das terras, mas eram terras em duas fazendas, usamos o valor de 2 alqueires, assim, somamos para cada um dos filhos mais velhos o valor de

⁹² AFSS, Processos de inventário *Post-mortem* de Ana Claudina Diniz Junqueira, 1º Ofício: caixas 1, 1864.

⁹³ Encontramos uma carta enviada por Sabrina a Joaquim da Cunha datada de 1899, que transcrevemos no final do capítulo. Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Correspondências.

⁹⁴ Usamos os valores dos escravos expressos no inventário do pai de Joaquim. AFSS - Processos de inventário *Post-mortem* de Emerenciano Alves da Cunha, 2º Ofício: caixas 2ª, 1872.

⁹⁵ OLIVEIRA, Jorge H. Caldeira de. **Ribeirão Preto na república velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias.** Tese apresentada à UNESP – Franca, 2006.

2:930\$000, ou seja, no mínimo os irmãos mais velhos receberam algo em torno de 430\$000 a mais que Joaquim.

Ainda, se pensarmos que os escravos vão ter o seu valor diminuído pela metade, após 1882, e as terras vão ter o valor do alqueire aumentado para cerca de 160\$000, esses valores vão se distanciar mais, justamente em 1882, quando Joaquim da Cunha fez a sua petição de protesto contra os tutores.

A sua herança estava representada por um ativo, os escravos, que rapidamente passaria a perder valor. Em meio a todas essas mudanças, ele se mostrou vigilante em preservar o seu patrimônio, em uma época conturbada como foi a década dos 1880. Apesar de ter tido o seu prejuízo amenizado com o inventário de sua mãe, ele não se sentiu recompensado, talvez por ter recebido um valor menor que os irmãos mais velhos e, buscou os seus direitos, mesmo que contra os membros de sua família.

A sua petição foi feita em uma época em que o seu tio materno e seu primeiro tutor, Capitão Luis Herculano de Souza Junqueira, faleceu e teve a sua divisão de bens arrastada por meio de quatro processos abertos entre 1883 e 1887. Como não deixou herdeiros diretos, passou por três casamentos e teve um filho natural, a partilha de seus bens foi complexa, ficando para os irmãos e sobrinhos muitos bens.

Desta vez, Joaquim da Cunha não quis esperar pela atuação de seus irmãos mais velhos, tendo logo ingressado com uma ação para tentar aumentar o valor do que poderia herdar com a morte do tio, ou ao menos para garantir algo com a herança do tio.

A motivação para fazer a petição de protesto foi mais do que o descaso promovido por seus tutores que “[...] não fizeram o seu rigoroso dever [...]”. Ela foi o resultado de sucessivas heranças familiares em que alguns irmãos capitalizavam mais que outros.

O fato é que Joaquim da Cunha se mostrou ativo e oportunista em meio aos rearranjos familiares. Desde jovem, demonstrou percepção dos valores marcantes para o funcionamento de uma família que tinha por hábito refazer os seus troncos por meio de seus membros, de modo que, naturalmente, alguns seriam mais favorecidos do que outros, desde que o núcleo da família fosse mantido forte.

Como Joaquim da Cunha não foi um dos mais favorecidos pelas práticas familiares, pois não era o filho mais velho, nem era filho de membros de destaque na família, e ainda era filho de um segundo casamento, acabou por percorrer um

caminho que o colocasse em condições que não lhe foram garantidas dentro da família desde o início, para ele o caminho seria mais árduo, pois não tinha nascido junto ao tronco principal da família, todavia se transformou no coronel dos coronéis, mas antes disto teve que se tornar em um líder dos Junqueira.

A suas estratégias passaram não só pela busca da herança perdida, mas também pelo casamento com uma de suas primas, filha de um rico pecuarista, irmão de sua mãe. Com a morte dos pais, logo se casou, em 31 de julho de 1879, em Ribeirão Preto, com a prima de primeiro grau, Maria Emerenciana Diniz Junqueira que tinha 13 anos. O casamento intrafamiliar foi uma forma muito utilizada pelos Junqueira para reproduzir e conseguir manter a riqueza dentro da família.

Emerenciana recebe de herança 5:578\$400 com a morte do pai em 1870; com o falecimento da mãe, em 1892, recebe de herança 114:363\$000, **ver Quadro 1.4**, nesse momento já vemos uma nova estratégia para os bens recebidos de herança, pois desta vez vai ficar somente com terras da fazenda Olhos d' Água, que é uma parte da Lageado,⁹⁶ como já indicamos, a partir de 1880, o valor da terra em Ribeirão Preto aumenta e muito. Foi a terceira geração dos Junqueira no nordeste paulista, justamente a de Joaquim da Cunha e de Emerenciana, que se beneficiou com o aumento no valor das terras. Com as heranças recebidas por Emerenciana podemos notar o peso que o valor das terras passa a ter; em 1870, recebeu de herança 5:578\$400; em 1892, recebeu de herança 114:363\$000; a terra passou a ter mais valor e as heranças refletem este valor.

O inverso ocorreu com Joaquim da Cunha: quando seu pai morreu, em 1870, ele recebeu a maior parte dos bens em terras; posteriormente, quando sua mãe morreu, ele recebeu escravos, o que diminuiu o valor da herança materna, veja Quadro – 1.4. Isto também comprometeu o valor total da herança recebida por Joaquim da Cunha, pois quando recebeu as terras, em 1870, ainda não tinham um grande valor.

Os Junqueira que tinham comprado muitas terras quando valiam pouco na primeira metade do século XIX, nas décadas de 1880 a 1890, enriqueceram, pois herdaram terras que passaram a valer muito mais. Somado a isto, temos a estratégia dos casamentos intrafamiliares que amenizaram a fragmentação das propriedades e ajudaram na composição de um novo patrimônio.

⁹⁶ AFRP, Processos de inventário *Post-mortem*. Mariana Constança Junqueira, 1892. A partir de 1880, o valor da terra em Ribeirão Preto aumenta.

Não bastava receber as terras de herança, era necessário produzir e manter estas terras. No caso de Joaquim da Cunha, ele começou a negociar com a compra e venda de terras, no caso de Emerenciana foi o gado a forma de ocupar as terras.

Tanto o pai de Joaquim como o Pai de Emerenciana não tiveram plantações de café lançadas em seus inventários, quando faleceram nos anos de 1870. Tinham gado, muito gado e bestas de transporte, cavalos, terras, escravos e algumas dívidas ativas.

Quadro – 1.4
Herança recebida por Emerenciana e Joaquim da Cunha.

Beneficiário	1870 Bens Recebidos	1878 Bens Recebidos	1892 Bens Recebidos	Valor Total
Maria Emerenciana Diniz Junqueira	Herança paterna 1 escrava, gado, e um sorte de terras Valor 5:578\$400		Herança materna Terras na fazenda Olhos d' Água Valor 114:363\$000	119:941\$400
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	Herança paterna 3 escravos, divida ativa, terras no taquaral, vacas e cavalos, e terras na Lageado Valor 21:558\$000	Herança materna 3 escravos Valor 2:500\$000		24:058\$000

Fonte: AFSS - Post-mortem de Emerenciano Alves da Cunha, 2º Ofício: caixas 2ª, 1872. APHRP - Testamento e inventário de Ana Ozório Diniz Junqueira. 1º Ofício, caixa 03, 1878. AFSS - Processos de inventário *Post-mortem*. Francisco Maximiano de Souza Junqueira, 1870. AFRP - Processos de inventário *Post-mortem*. Mariana Constança Junqueira, 1892.

Quando os maridos faleceram, notamos diferença nas ações das esposas: a mãe de Joaquim permaneceu com escravos, e dividiu todo o restante de seus bens; já a mãe de Emerenciana pouco dividiu para os filhos: continuou com as terras e muito gado, continuou a produzir, pois ela há muito já praticava atividades econômicas, tendo em vista que foi proprietária de uma “casa própria para

armazéns”, localizada na vila de Restinga por mais de 40 anos,⁹⁷ também entre os seus bens estava um prédio grande entre as ruas Tibiriçá e do Comércio em Ribeirão Preto, acreditamos que venha daí a inspiração para Joaquim em se tornar um comerciante, o que será visto no próximo capítulo. Além disso, em vários momentos, os seus parentes também realizavam negócios em forma de empréstimos, o desenvolvimento desta atividade por Joaquim da Cunha é outro tópico a ser abordado no capítulo 2.

Tanto a prática do comércio como a dos negócios realizados por ele é percebido por nos como costumes apreendidos dentro da família, ou seja:

Um acontecimento, a rigor, pode vir carregado de uma série de significações e elos. Às vezes, ele é testemunha de movimentos muito profundos, [...] o tempo curto, aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, [...] o tempo curto é o que mais dá provas de capricho, é a mais enganadora das durações temporais.⁹⁸

Com relação à cultura do café, para o recorte em estudo, encontramos plantações no inventário de 1873,⁹⁹ do tio de Joaquim, Gabriel de Souza Diniz Junqueira, que foi o chefe da família com a morte dos fundadores da Lageado, ele plantava esta cultura nas terras da,

[...] fazenda Santa Maria, localizadas na barra do rio do Onça com o rio Mogi subindo o rio do Onça ao lado direito dividindo com as terras de Dona Mariana Constança Junqueira e dali mediante divisão com o Ten. Luiz Herculano de Souza Junqueira até o rio Mogi [...] e plantação de café que na mesma existem avaliados na quantia de cento e quarenta a dois mil réis.”¹⁰⁰

⁹⁷ MATTOS. op. cit., p. 423.

⁹⁸ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAES, Fernando. SILVA, Regerio F. da (Org.) **Nova História em perspectiva**. v. 1. COSAC NAIFY: São Paulo, 2011.p. 90.

⁹⁹ Em nossos estudos verificamos que o ano de 1873 foi bastante significativo para os Junqueira, foi quando a fazenda Lageado terminou de ser medida e foi judicialmente dividida, o que gerou a implantação de novas atividades agrícolas. Também foi nesta época que a relação de votantes passou a relacionar os membros da família como residentes no quarteirão do Lageado o que deu impulso a ocupação da sede Ribeirão Preto. Todas estas ações tinham um forte estímulo econômico, pois o café estava em alta. “O crescimento ganha impulso em 1870, quando forte geada assola os cafeeiros no Brasil, de modo que em 1873, se obtém preço duas vezes maior que o de 1868. O aumento de preços internacionais se transferir substancialmente, para os preços internos, passando de 20 a 40 mil réis, entre 1870/72 e 1873. Quando, em 1874, caem os preços internacionais, devido, também, à depressão mundial, a taxa de câmbio se desvalorizou, mantendo, relativamente, os preços internos; de outra parte, as más condições climáticas, no Brasil, impediram que os preços internacionais se deprimissem o quanto seria de esperar.” MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 82.

¹⁰⁰ AFSS, Processos de inventário *Post-mortem* de Gabriel de Souza Diniz Junqueira.

A plantação estava em terras que faziam divisa com a sogra de Joaquim, e se estendiam para as terras do Ten. Luiz Herculanio, que ao falecer, em 1883, deixou 40 mil pés de café formados na fazenda São Luis. É parte destas terras que Joaquim auferiu com a sua petição de protesto, contra o tio tutor alegando que “[...] não fizeram o seu rigoroso dever [...]”¹⁰¹ pelo descuido do tutor a cultura do café chegou a Joaquim da Cunha, chegou porque ele protestou.

O recorte ora apresentado sobre as práticas econômicas promovidas pelos familiares e por Joaquim da Cunha deram a ele elementos necessários para novas atuações, que foram embasadas na tradição apreendida dentro da família, a ponto de passar a ser reconhecido e solicitado pelo seu poder, não somente entre os Junqueira. Também, entre outros, como foi caso da velha preta Sabrina, que envia uma carta a ele em 1899. Ela residia em Cajuru e passava por dificuldades para sobreviver, pois já não conseguia mais trabalhar como engomadeira. Aos seus 65 anos de idade, já não tinha mais condições de arcar com a sua sobrevivência. Ela trabalhou nesta atividade pelos menos desde 1878, quando foi lançada no rol dos bens constantes no inventário de Ana Osório, mãe de Joaquim, ver Tabela 1.6. Com morte de Ana, a escrava Sabrina foi dada para um dos irmãos mais velhos de Joaquim.

Passados 21 anos, já na condição de liberta, morando em outra cidade, teve que ser auxiliada por um ‘filantropo’ que, certamente, escreveu a carta, na qual demonstra a sua condição de “acabrunhada e doente [...] o que me faz viver hoje as esmolas [...] venho por esta a sua presença pedir-lhe pelo Amor de Deus – uma esmola”.¹⁰²

Os anos entre 1870 e 1890 foram de grandes mudanças e rupturas para aqueles que o viveram: o fim da escravidão, o advento da República a chegada de uma economia mundo ao Nordeste de São Paulo, alavancada pelo plantio do café, reestruturou em muito o processo econômico, mas algumas coisas não mudaram, como foi o caso da situação de dependência e de subserviência que se perpetuou para Sabrina, em carta enviada a Joaquim da Cunha isto fica claro:

¹⁰¹ APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

¹⁰² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Carta, 25/01/1899.

Cajurú, 25 de janeiro 1899¹⁰³

Ilmo Sr. Joaquim da cunha Diniz Junqueira
Sinhosinho!

A sua saude de sinhasinha, com seus filhinhos Ozório, Sinhãnhinha e Luisinho e todos de sua casa, é o que de coração desejo.

Faço-lhe esta para dizer-lhe que ainda vivo, mas, completamente acabrunhada e duente pela minha idade avançada o que me fase viver hoje as esmolas que me dão os philantropicos desta Cidade, pois eu, vivia de engomar roupas, o que hoje não posso mais fazer, rasão por que, venho por esta a sua presença pedir-lhe pelo o Amor de Deus – uma esmola, a qual, me mandará registrada pelo o correio endereçada-á Velha preta Sabrina Tereza de Jesus, - eu moro mesmo perto da Agencia do Correio.

Peço ao Sinhosinho – para dar lembranças a seu ?e sinhá Ritinha e também ao Comp^eMingote, Sinhãnhinha e filhinho Mudesto. Sem mais assumpto vai assignar-se uma serva de Deus!

De ? Amiga
Criada e ?
Vélha Preta Sabrina Theresa
de Jesus

¹⁰³ As transcrições paleográficas das cartas irão seguir as normas do Primeiro Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, vamos “respeitar a ortografia da época do documento”, de tal modo a forma da escrita da carta também pode ser percebida como um elemento de análise. BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3^a ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2004. pp. 100-104. Para uso destes documentos, lançamos mão da lei 9.610/98, artigos 41 ao 45.

CAPÍTULO – II

Rede de negócios e crédito na loja de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira

[...] porque há pelo menos duas histórias a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma doença senão do passado pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhado?

Jacques Le Goff “História e Memória”

Nesta parte do trabalho, estudamos a loja que Joaquim da Cunha teve em Ribeirão Preto, seu estabelecimento comercial vendia produtos industrializados que eram importados e outros que eram produzidos localmente. Isto nos possibilita verificar o curso do comércio em uma esfera local e regional.

O estudo teve por base a análise do livro caixa da loja existente no Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista, o qual possibilitou a construção de um método que auxiliou na demonstração do perfil dos clientes e das empresas fornecedoras de produtos para a loja.

Ao desvendarmos a forma de relação econômica que se dava entre a loja, clientes e fornecedores, pudemos identificar a função deste comércio na cadeia de negócios desenvolvidos por Joaquim da Cunha.

A questão a ser resolvida com o estudo do livro caixa da loja era compreender o modo pelo qual ocorria a variação nos negócios feitos por Joaquim, como o comércio feito em uma loja serviu de alavanca para outras práticas econômicas veiculadas por ele.

É por meio da loja que passamos a selecionar e apontar as estratégias de negócios, dentro do processo de comercialização do café, que servia de moeda para muitas das combinações realizadas nela.

O café comercializado na loja também foi a alavanca para a concessão de crédito, de tal modo que a loja não fornecia somente produtos industrializados ou agrícolas, além disso, ela fornecia crédito.

2.1 – Fornecedores de bens e o serviço do crédito em 1891.

Esta parte do trabalho está amparada no movimento econômico de uma loja que Joaquim da Cunha possuiu em Ribeirão Preto. Os dados analisados são do livro de número 2, que registra o período entre junho de 1891 e abril de 1892 e trata de contas que estavam em movimento, algumas sendo abertas e outras fechadas. Este tipo de documento é pouco estudado devido à sua escassez, gerada pela dificuldade de acesso a esta fonte.

Buscamos estudar uma fase das atividades econômicas desenvolvidas por Joaquim da Cunha em que os seus ganhos não estavam somente concentrados na agricultura do café; um momento no qual ele ainda estava definindo as suas frentes de atuação. Uma época em que nem era tratado nos documentos como Coronel Joaquim da Cunha. No referido período, ele estava promovendo uma diversificação de suas atividades; a loja é uma dessas frentes, e a política era outra.

Em 1890, tinha sido eleito para o Conselho de Intendência,¹ mas teve o seu mandato cassado em 1892², o que deve ter causado uma grande frustração, pois a família Junqueira estava presente na Câmara desde o início de seu funcionamento, em 1974.³ O retorno à vida pública ocorreu somente em 1902, já como líder do PRP local. Acreditamos que o seu retorno à política teve relação íntima com a sua ascensão no campo econômico, o que podemos notar pela análise do documento ora proposto.

O livro de contabilidade da loja tinha por função fazer o registro diário de todo movimento de compra e venda realizado, por meio de entrada dos nomes dos compradores e fornecedores que ali realizavam negócios. Na frente dos nomes, em **haver** e **dever**, era registrado o movimento diário da loja. Neste livro, também era registrada a conta corrente junto ao Banco Ribeirão Preto.

¹ “Após 1903, o intendente passou a ser denominado prefeito e o Conselho de Intendência, Câmara Municipal, dissociando, definitivamente, os poderes executivo e legislativo.” GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006. p. 245.

² “[...] por motivos de fraude”. MATTIOLI, Alexandre F. **O Coronel e seu quintal: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira República**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História, n. 8). pp. 34 – 40.

³ “Em 1892, após as eleições, ocorreu a invasão do prédio da Câmara por um grupo armado, garantindo-se a posse dos republicanos, o que manteria “Quinzinho” e os Junqueira fora da direção política local até 1895. Na legislatura de 1890 a 1892 constaram nada menos que seis diferentes presidentes da Câmara, exemplar do processo de acomodação dos grupos políticos.” GODOY, op. cit., p. 246.

Por meio deste livro de 1891, o mais antigo que encontramos no Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista, podemos notar uma das preocupações constantes nos negócios realizados por Joaquim: o uso da contabilidade como forma de controle das contas. A personificação das contas, o controle entre devedores e credores, demonstra que a contabilidade era percebida por ele como uma forma de tomar decisões econômicas analisando aqueles que eram seus clientes e fornecedores.

O período registrado no livro indica 215 diferentes contas registradas. Algumas se repetiam, demonstrando as sucessivas transações de alguns de seus clientes, o que nos permitiu acompanhar o cotidiano da loja. Do conjunto de contas, 44 eram de empresas com as quais a loja tinha negócios, o que denota o leque variado de produtos que eram disponibilizados à venda, ver Quadro – 2.1. Os produtos mais vendidos eram fósforos, velas, querosene, cerveja, açúcar, sal, alho, batata, banha e chinelos, dentre outros. Além de produtos de uso cotidiano, a loja trabalhava com produtos de luxo, roupas e alimentos, por exemplo. Há o registro de venda de 6 garrafas de champanhe, negociadas a 24\$000 e 1 cobertor de lã fino, vendido a 22\$000.

Quadro – 2.1
Produtos vendidos na loja

Produto	Valor	Produto	Valor
1 chapéu supremo	11\$000	1 lata de azeitonas	1\$000
1 Colchetes para calças	0\$600	1 pacote de Agulha	0\$800
1 colete	4\$000	10 litros de arroz	3\$800
1 garrafa de azeite doce	2\$000	1 cachimbo	0\$320
1 garrafa de cerveja	2\$000	100 cartuchos	5\$000
1 maço de Velas	1\$800	100 Alho	3\$000
1 massa de tomates	1\$200	2 cadeados	2\$000

½ kg faqueiro de talheres	6\$000	7 ½ kg batata	3\$500
1 par de castiçais niquelados	10\$000	Conserto de arreio de carroça	18\$000
10 cadernetas de papel	1\$000	1 Dinamite	1\$000
2 cadernetas	0\$600	14 vidros cortados por medida	10\$200
3 cobertores	25\$800	400 g de chumbo	0\$400
1 vinho virgem	1\$000	1 caixa de traques	7\$500

Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

Entre os fornecedores, estava a *Zerrener, Bullov e Cia*, que era representante consular da Bélgica, agente de uma firma de navegação alemã e empresa importadora⁴. Também teve a sua história econômica ligada à Antártica:

[...] a Antártica aumenta o seu quadro de funcionários para 200 e a sua capacidade de produção passa a ser de 40 mil hectolitros/ano. Este desenvolvimento leva a que a empresa se transforme numa sociedade anónima, com 61 accionistas, passando então a chamar-se de "Companhia Antártica Paulista SA". Dois desses accionistas, João Carlos António Zerrener e Adam Ditrik von Bullov, eram sócios numa empresa de importação, em Santos, algo que facilitou a compra de máquinas e de matéria-prima para a cervejaria. Contudo, este grande crescimento não foi sustentado, pelo que ainda em 1893 a Antártica se encontra à beira da falência, sendo então comprada pela sua principal credora, a empresa Zerrener, Bullov & Cia.⁵

As cervejas eram um dos principais produtos adquiridos pelos clientes da loja, entre elas uma marca se destaca, a *Cerveja Spaten*.⁶ Seu valor de venda variou entre 1\$205 e 1\$500 em novembro de 1891, tendo seu valor chegado a 1\$800, em

⁴ PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. **Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material (1870-1900)**. Dissertação de mestrado apresentada a USP, 2010. passim.

⁵ CERVEJAS DO MUNDO. **História da Cerveja no Brasil**. Disponível em <http://www.cervejasdomundo.com/Brasil.htm>. Acessado em 24/07/2013.

⁶ A Cervejaria Spaten, hoje Spaten Franziskaner Bräu München, é a mais antiga de Munique. Com grandes inovações, esta fábrica chegou a ser uma das maiores da Alemanha. Dentre suas inovações, destaca-se a construção, em 1873, por Carl Linde, depois de ordem recebida de Gabriel Sedlmayr (cujas iniciais de seu nome encontram-se no logo da cervejaria), da primeira máquina de refrigeração capaz de produzir gelo artificial da Baviera. Até então, só era possível fabricar cerveja de baixa fermentação no inverno ou com gelo retirado dos rios e armazenado em caves ou poços, limitando a produção desta família de cervejas, as "lagers". A fábrica Spaten foi também uma das primeiras a exportar suas cervejas que seguem a Lei da Pureza de 1516, hoje comercializadas em todo mundo. A Spaten München ou Spaten Münchner Hell é considerada uma cerveja tipicamente bavara. Hoje é importada pela AMBEV. SANTA CERVEJA. Disponível em <http://santacerveja.blogspot.com.br/>. Acessado em 24/07/2013.

março de 1892. A cada semestre ou quadrimestre, os preços dos produtos vendidos na loja eram alterados.

Segundo os registros, Procópio José Alves⁷ comprou na loja entre junho de 1891 e janeiro de 1892. Era um comprador de cerveja *Spaten* e de outras bebidas alcoólicas. Em 6 meses de conta, comprou bebidas por 4 vezes, no máximo duas garrafas por vez, gastando 13\$000. Quando encontramos a conta dele, devia 330\$240; deste valor, havia pago 284\$000. Depois disso, consumiu diversos produtos durante 6 meses, quando então fez um novo pagamento de 200\$000, que não liquidou a sua conta.

Procópio Alves, além de fazer os seus pagamentos a cada seis meses, em 12 de junho, pagou, por 2 garrafas de *Spaten*, o valor de 3\$000, enquanto o valor cobrado de outros clientes, nesta época, para uma garrafa, era de 1\$205, uma diferença de 23%. Notamos que a loja podia trabalhar com mais de uma tabela de preços, que variava conforme o empenho do pagante em saldar as suas contas.

O que nos chama a atenção para época é um conjunto de produtos de marca que eram vendidos, como o *Papel Diplomata*, que teve seu valor reajustado de 1\$800 em janeiro de 1891 para 2\$500; garrafa de *Água Seltz*, que foi de 0\$700 em julho para 0\$800, e em abril de 1892 foi para 1\$000; *Conhaque Brizard*, que variou de 4\$500 em abril para 6\$500; *Velas Clichy*, 1\$200 em novembro para 1\$500, e em março de 1892 foi para 1\$800; *Sabonete Rimel*, com valor de 1\$500, e o *Arroz Carolina*. Seus valores sofreram constantes variações, que, em média, chegou a 44%, o que poderia ser uma compensação pela inflação do período.⁸ Ainda, como dito anteriormente, os valores podiam mudar conforme o cliente, como foi o caso de Procópio José Alves.

No ano de 1891, ter marcas para produtos como água, velas, sabonetes e papel é, no mínimo, o indício de um tipo de consumo muito específico que estava em ascensão. A ferrovia, que chegou a Ribeirão Preto em 1883,⁹ e o elo promovido

⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, pp. 95, 166 e 261.

⁸ Este período é marcado pelo encilhamento do ministro da Fazenda Rui Barbosa, “[...] frequentemente especulativo, inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamental portadora de valores de progresso tão ao gosto da época [...]” FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. 5ª ed., Tomo III, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1977. p. 35.

⁹ CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. 1ª Ed. V. II. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1992.

com o comércio de São Paulo e com o porto de Santos¹⁰ trouxeram os novos tempos do progresso e com ele a modernidade,¹¹ o que nos ajuda a delinear o acesso a estes produtos, segundo Eric Hobsbawm: “O mundo estava, portanto, dividido numa parte menor, onde o ‘progresso’ nascera, e outra muito maior, onde chegara como conquistador estrangeiro, ajudado por minoria de colaboradores locais.”¹² No nosso caso, os colaboradores locais são os importadores e os comerciantes, bancados pelo dinheiro do café.

Todavia, para além do consumo de produtos industrializados, temos os produtos sem marca, que também eram comprados na loja, como o queijo de vaca, banha, linguiça, café, o que indica a acomodação de um tipo de comércio mais antigo, consolidado com fornecedores locais ou regionais. Entre os fornecedores da loja, alguns eram de São Paulo, Santos e outros eram da região e forneciam produtos “sem marca”, e certamente não tiveram o início da venda de seus produtos atrelados à chegada do trem.

Em 1886, a cidade tinha 10.420 habitantes, os quais já dependiam do comércio em alguma esfera,¹³ “[...] em 1890 o município possuía 186 estabelecimentos comerciais. Desses 38,70% eram armazéns de secos e molhados e 14,51% eram açougues, outros 14,51 vendiam tecidos, armarinhos [...] somavam 67,70% dos estabelecimentos”.¹⁴ Aqui estamos tratando de uma loja que atuava em vários seguimentos; foi montada com a intenção de unir em um único local o que pudesse ser negociável, desde produtos já consagrados até novos produtos de luxo. Como indica Carlos Bacellar, o motivador de tantas mudanças era o café:

A Ribeirão Preto dos últimos anos do século XIX já apresentava uma malha fundiária bastante diversa daquela existente na década de

¹⁰ Uma comparação entre os anos de 1874 e 1910 mostra um aumento, durante esse período, de 504,3% no número de viagens, e 991,8% na tonelagem de toda a navegação nacional e estrangeira, a vapor e a vela. LLOYD, R. **Impressões do Brasil no Século XX**: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>. Acesso em 29/07/2012. Sobre a importação de produtos via porto de Santos ver PEDRO, op. cit. pp. 42-50.

¹¹ Sobre a modernidade e sua decorrência para as cidades, em especial São Paulo ver: CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade; urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Senac, 2002. Já para a modernidade e o consumo ver BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: Edusp, 2006.

¹² HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel Todolo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 53.

¹³ OLIVEIRA, Jorge H. Caldeira de. **Ribeirão Preto na república velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias**. Tese apresentada à UNESP-Franca, 2006. p. 45.

¹⁴ PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Ribeirão Preto a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP- Araraquara, 2000. p. 163.

1870, quando da instalação do município. Das grandes glebas originais, repartidas por uma multidão de condôminos, pouco restava, substituídas por fazendas proporcionalmente menores, profundamente ocupadas na derrubada das manchas de matas virgens para implantação do café.¹⁵

Para compreendermos a extensão e significado dos negócios que a loja realizava, inicialmente, vamos analisar os seus fornecedores para buscarmos o local de origem destes estabelecimentos e montarmos estas rotas de fornecimentos de produtos.

O variado grupo de fornecedores somaram 20% das contas registradas no livro da loja. As compras da loja junto aos fornecedores aconteciam entre julho, agosto e setembro,¹⁶ com faturas a serem pagas num prazo entre 3 e 6 meses. Assim, os pagamentos eram feitos entre dezembro e fevereiro do ano seguinte.

Quando a loja não pagava o valor total da fatura, recebiam a visita do representante ou sócio das empresas que eram “*Companhias*”.¹⁷ Os pagamentos eram feitos via depósito em banco, envio de cheque ou pagamento ao representante ou ao sócio da firma. Das 44 firmas, 23 tinham representantes que visitavam a loja. O Banco de Ribeirão Preto era o banco utilizado como intermediário nos pagamentos das faturas.

As empresas fornecedoras de produtos podem ser divididas em dois grupos. Quanto aos valores que eram vendidos, 19 delas, ou seja, 43%, fizeram vendas de valores que não passaram de um mil réis, ver Gráfico 2.1.

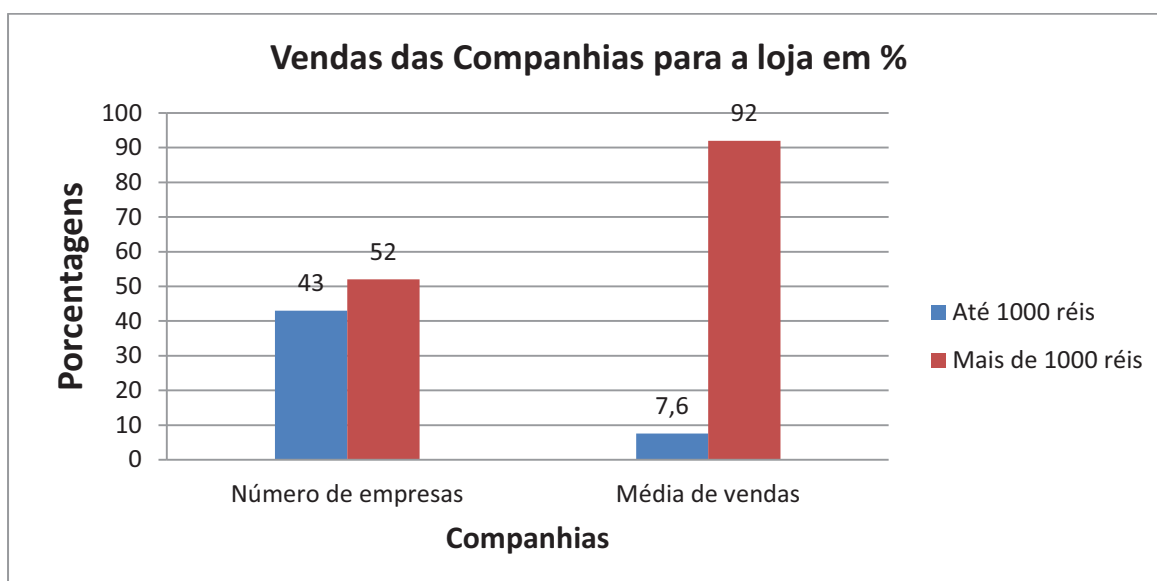
Estes 43% das empresas que venderam até 1.000 réis não somaram 10% das vendas feitas para a loja; um pouco mais da metade dos fornecedores foram responsáveis por 92% das vendas feitas para a loja. A loja tinha muitos fornecedores, mas somente a metade fazia grandes vendas.

¹⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao Café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. **Estudos Históricos**. v. 8, n. 2, pp. 173-186, 2001. p. 184.

¹⁶ Os meses em que as compras eram feitas, junto aos fornecedores, é outro indício do café estar atrelado ao movimento comercial de Ribeirão, a época, pois, era no mês de setembro, quando o café começava a ser colhido, momento em que a circulação de dinheiro daria vazão às novidades disponibilizadas na loja.

¹⁷ “Ademais, as leis empresariais de 1882 e 1890 facilitaram a formação de sociedades anônimas (S/A).[.] incrementou a formação de empresas de todos os tipos [...]” MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, A. G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos**, v. 40, pp. 103-131, 2010. p. 111.

Gráfico - 2.1
Número de companhias e vendas em 1891 e 1892



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

Os fornecedores que venderam até 1.000 réis o fizeram para serem pagos no período de 3 a 4 meses, e a maioria teve o seu valor pago dentro do prazo. Somente em dois casos pagaram-se juros, por pequenos atrasos.

Em média, as vendas deste grupo atingiram os 513\$000; ao todo venderam 9:745\$000 para a loja, ver Gráfico 2.2.

Dentre os fornecedores, estava *Abrate Irmão e Baroni*, que, desde o final do século XIX, estabeleceu casa de joias na rua XV de Novembro n. 43 em São Paulo.¹⁸ Nos meses de junho a novembro de 1891, a loja de Joaquim da Cunha comprou deste fornecedor 568\$000 em joias, e as faturas foram pagas em 3 meses.¹⁹

Assim como a *Companhia Impressora Paulista* que controlou o jornal "A Província de S. Paulo", hoje "O Estado de São Paulo".²⁰ Entre 1891 e 1896, vendeu 164\$800 de jornais à loja em 6 meses,²¹ época em que o jornal estava afinado com o PRP e tinha, entre seus acionistas, Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles. Com a ferrovia, os jornais e suas novas ideias também chegavam a

¹⁸ Correio Paulistano de 11/set/1891.

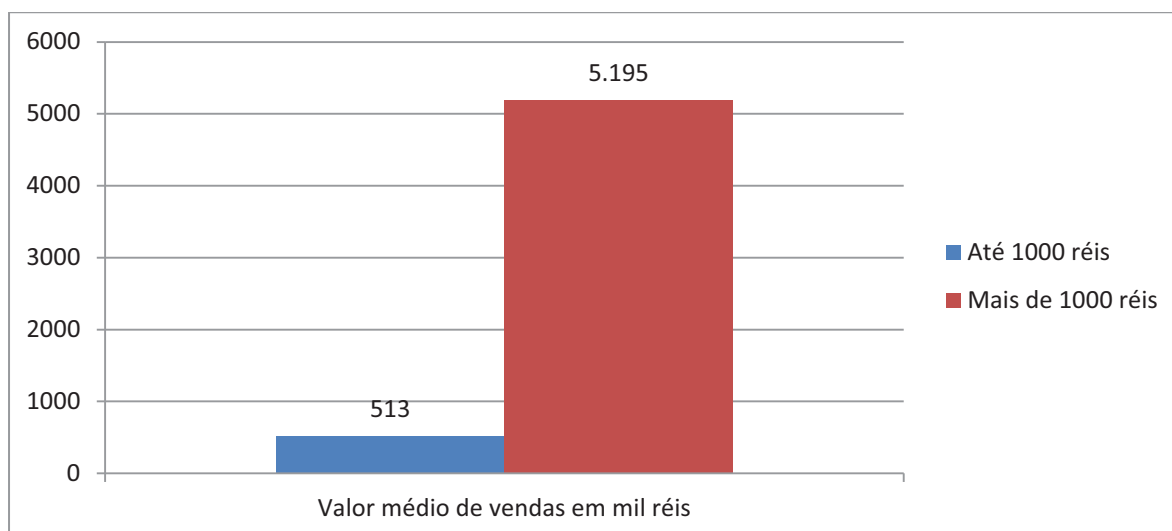
¹⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, p. 237.

²⁰ ESTADÃO. **Cronologia Histórica do Grupo Estado**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>. Acessado em 26/07/2013.

²¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, p. 236.

Ribeirão Preto, em uma época em que a população estava crescendo rápido “Em 1886 eram 10.420 habitantes e em 1900 já eram 59.195. Em 14 anos a população cresceu 568,09%.”²² Nesta época, os negócios urbanos deveriam ser de grande rentabilidade.

Gráfico - 2.2
Valor médio das vendas das companhias que venderam para a loja



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

O comércio da cidade começou a se concentrar nas ruas do centro paralelas à rua General Osório, que concentrou 33% dos imóveis comerciais; a rua Duque de Caxias concentrou 9,2% destes imóveis e a rua Saldanha Marinho, que liga as duas outras ruas, concentrou 14,6% dos imóveis comerciais, formando a região com a maior concentração de comércio da cidade, entre os anos de 1889 e 1930, segundo Jorge Oliveira, que estudou as transações imobiliárias do local.²³

Período favorável ao comércio, devido ao crescimento populacional e à expansão urbana, os anos de 1890 foram de grande efervescência econômica para a cidade:

Ocorreu um fluxo expressivo durante os anos de 1889 (1.128 contos), 1890 (2.459 contos) e 1891 (1.617 contos). Este período, portanto, tornou-se a época de maior fluxo de capitais para o mercado imobiliário de Ribeirão Preto e provavelmente o maior período de crescimento do município tanto em termos demográficos, quanto em renda. Em apenas três anos viu-se um desempenho que

²² PINTO, op. cit., p. 105.

²³ OLIVEIRA, op. cit., passim.

superou as duas últimas décadas e que não seria ultrapassado em nenhum momento das próximas quatro décadas também.²⁴

Joaquim da Cunha, que desde o seu casamento em 1879 já morava na cidade, certamente observou as mudanças e soube se colocar em situação favorável na realização de negócios.

Por ser um morador antigo, enraizado e atento aos movimentos econômicos, bem como em razão de seu elo com São Paulo, que se dava por meio da ferrovia, e suas sucessivas hospedagens no Hotel França, um hotel do século XIX, que ficava no Largo do São Bento, ao lado das lojas *Abrate Irmão e Baroni* e *Piçarra Liberal*, fornecedoras de sua loja,²⁵ conseguiu perceber e antever a dinâmica da mudança pela qual a cidade estava passando.

As viagens a São Paulo, o contato com os bairros centrais da cidade, o acesso às discussões políticas veiculadas pelo jornal "A Província de S. Paulo", e um antigo conhecimento de Ribeirão e região, originário de seus antepassados, permitiram a ele estabelecer um conjunto de fornecedores e produtos a serem comercializados, que contou com uma clientela que depositou nele a sua confiança. Tudo isto foi organizado e observado por meio de uma contabilidade pormenorizada.

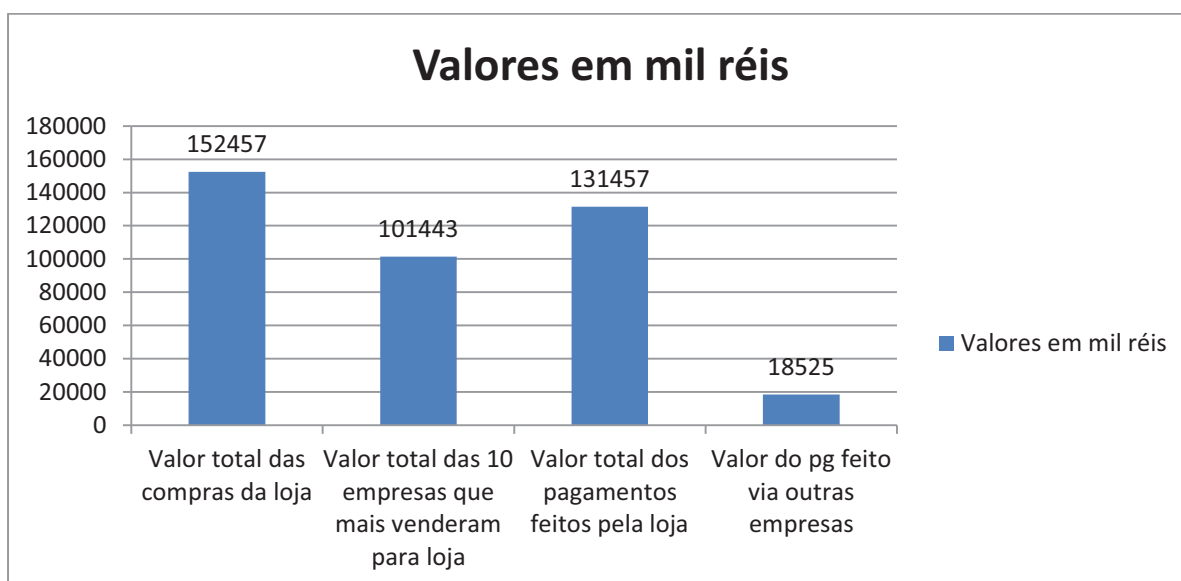
Além do grupo de fornecedores que venderam até mil réis, temos o outro grupo de 25 empresas que venderam acima de 1:000\$000, ver Gráfico 2.1. Este grupo vendeu, em média, 5.195\$560, ver Gráfico 2.2. Somando todas as vendas destas firmas chegamos a 142:712\$000, que somadas ao valor total da loja, com vendas menores de mil réis, atingem um total de 152:457\$000. Este foi o movimento de compra da loja de Joaquim da Cunha para um período menor que um ano, ver Gráfico 2.3.

Os pagamentos para as empresas com vendas acima de 1:000\$000, demoraram mais a serem quitados. As 10 empresas que mais venderam à loja não tiveram suas contas liquidadas na totalidade, ver Gráfico 2.3. Nos casos em que as faturas não foram pagas em sua totalidade, as dívidas atingiram os 21:000\$000, ou seja, 13% compras da loja, valor acima do movimento total das empresas com vendas abaixo dos 1:000\$000.

²⁴ Ibid, p. 84.

²⁵ BARBUY, op. cit., passim.

Gráfico - 2.3
Movimento de compra e venda da loja



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

Uma das empresas que teve maior diferença entre o que foi vendido e o que ficou por pagar foi a *C. Costa e Cia*,²⁶ que vendeu durante todo o período para a loja um total de 8:170\$000, e recebeu de pagamento 5:175\$760, de tal modo que algumas de suas faturas venceram. Uma das faturas pagas a *C. Costa e Cia* foi feita em nome de outra firma, a *Coimbra Irmão e Curvelo*. Essas transações, em que uma terceira firma entra no negócio, ocorreram em alguns casos, indicando uma rede de comércio alargada para além daqueles que estavam ali registradas no livro. As firmas também poderiam representar outras empresas e/ou vender para elas. Uma forma de “*yankismo brasileiro*”, indicador de práticas comerciais liberais.²⁷

A loja não só comprava e vendia produtos os mais variados, ela também era o elo entre os negócios de empresas, como foi o caso com a *Coimbra Irmão e Curvelo*,²⁸ que em 21 de setembro de 1891 teve 1:029\$760 sacados em favor da *C. Costa e Cia*. A empresa também recebeu da loja de Joaquim da Cunha “a importância de café que lhe remetemos 2:471\$970” e ainda enviou “a importância de

²⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 225.

²⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O quinto século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998. p. 250. A autora destaca o *yankismo* – liberalismo econômico como uma prática já defendida no final do império brasileiro, como forma de desenvolvimento econômico, em que o indivíduo poderia organizar o seu próprio negócio.

²⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 306.

uma ordem que sacamos a favor de *Silva Barbosa e Cia* 1:442\$210”. A loja fez o saque deste último valor da conta da *Coimbra Irmão e Curvelo* em favor da *Silva e Barbosa*.

Então a loja enviou café para a *Coimbra Irmão e Curvelo* e o pagamento do café²⁹ foi repassado via *Coimbra Irmão e Curvelo* a outras duas empresas.

Os valores nesta conta se complementam, o valor total do café enviado pela loja de Joaquim da Cunha foi pago por meio dos saques em favor das outras empresas. O dinheiro do café foi repassado às outras empresas. Todavia, quando acompanhamos a conta das outras empresas, vemos que: a *C. Costa e Cia*³⁰ em 07 de setembro de 1891 teve registrada “uma ordem que lhe remetemos contra *Coimbra Irmão e Curvelo* 1:629\$760”. Assim como quando acompanhamos as contas da *Silva Barbosa e Cia*,³¹ encontramos em 24 de setembro “uma ordem que lhe remetemos contra *Coimbra Irmão e Curvelo* 1:442\$210”. Somados os valores, temos um total de 3:071\$970, valor que foi descontado destas empresas.

Contudo, o valor do café enviado foi de 2:471\$970, e o valor descontado das empresas foi de 3:071\$970, uma diferença de 600\$000, o que dá 19% de lucro sobre a transação total, que ficou com a loja de Joaquim da Cunha. Um lucro que foi conseguido pela intermediação entre companhias e tendo com o meio circulante o café, o café estimulou o circuito econômico.

Não só com a venda de produtos industrializados negociava a loja, mas também com a atividade comercial entre companhias, que passava pela transação do café e outros gêneros agrícolas, como foi o caso da *Silva Barbosa e Cia*: em 7 de agosto, a loja envia 50 alqueires de feijão à companhia, que em 4 de setembro paga por ele 297\$000. Esta companhia recebeu feijão por meio da loja e dinheiro do café também via loja e teve os valores abatidos de faturas que a loja devia a esta empresa.

²⁹ “O ano de 1890 marcou o princípio do predomínio da produção paulista. A partir de 1892, o porto de Santos ultrapassou o do Rio de Janeiro, tornando-se o maior porto mundial de exportação de café. São Paulo passou a produzir 60% do café brasileiro. Os grandes centros produtores localizavam-se na região da Mogiana [...]” MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). Dissertação de Mestrado defendida na USP, 1980. p. 23.

³⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, p. 225.

³¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 235.

O valor do feijão enviado serviu para pagar uma das maiores transações que a loja fez com uma empresa, para a qual devia 16:018\$700, tendo pago 10:654\$060 à *Silva Barbosa e Cia*. A dívida foi feita em 21 transações, que geravam faturas a serem pagas entre 2 e 4 meses. Já os pagamentos foram feitos por meio de 10 transações; o interessante é que em 6 destas o pagamento foi feito a outras empresas e/ou pessoa que não o representante da loja. As faturas foram pagas pelo envio de feijão, por ordem de pagamento via *Penteado e Dumont, Cordeiro e Mello, Coimbra e Irmãos, João Guimarães e Cia* e ao Sr. Francisco Albermaz. Tais valores somaram 6:144\$000 dos 10:654\$060 pagos à empresa *Silva Barbosa e Cia*, que fornecia à loja arroz, querosene, entre outros produtos, e que, na hora de receber, teve os pagamentos repassados a outras empresas. Ou seja, 57% do valor a ser pago à *Silva Barbosa e Cia* o foi por meio de outras empresas e, certamente, este valor foi descontado destas outras empresas.

Suscita-se, portanto, a questão: o valor descontado das outras empresas foi igual àquele pago à *Silva Barbosa e Cia*? Joaquim da Cunha estava intermediando um circuito econômico entre várias empresas e a *Silva Barbosa e Cia*, que poderia ser feito por meio de notas promissórias e ou empréstimos, tal circuito se concretizava em época da colheita do café.

Outro caso similar ocorre com as transações com a *Oliveira Valle e Cia*.³² A maior compra da loja foi feita com eles, no valor de 16:401\$000, que foi quitado no período de 8 meses, mediante uma pequena taxa de juros. A loja, ao realizar os pagamentos, lançou um valor de 3:010\$000 da seguinte forma: “dinheiro que entregamos *M. V. Levy* por sua ordem”. Assim, tal valor foi abatido da conta da *Oliveira Valle e Cia*.

Quando vamos à conta da *M. V. Levy*,³³ na mesma data, existe um desconto de 2:980\$200, pago a seu representante, além de um “desconto obtido na fatura a vencer de 16\$020”.³⁴ Então, com o desconto sobre o valor pago a *M. V. Levy*,

³² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 224.

³³ O sr. José Levy possui, em Ibicaba, uma fazenda de café, uma das mais antigas na República, onde há pés de café seculares. Esta fazenda, antes pertencente ao falecido senador Vergueiro, passou a ser propriedade do sr. Levy em 1890. Tem cerca de 560.000 pés de café [...] Sob a firma J. Levy & Cia. têm eles também uma agência bancária, em Limeira, da qual é gerente o sr. José Levy Sobrinho. No comércio de exportação, tem a firma J. Levy & Cia. um lugar proeminente. LLOYD, op. cit., passim.

³⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 222.

chegamos a 2:964\$180, entretanto, foram descontados da outra empresa o valor de 3:010\$000, o que demonstra a parte da loja na transação entre as empresas, que foi de 45\$820.

A família *Levy* tinha entre seus membros pessoas há muito atreladas ao comércio do café, enquanto as empresas *C. Costa e Cia*, *Coimbra Irmão e Curvelo* fizeram negócio atrelados a produtos agrícolas, em que o café foi negociado por meio da loja de Joaquim da Cunha.

Em 57% dos negócios feitos pela companhia *Silva Barbosa e Cia*, práticas econômicas que passavam por outras empresas e produtos agrícolas foram realizadas. Tais características dos negócios realizados na loja podem ser um indício da existência de fornecedores locais de produtos agrícolas que utilizavam a loja como um local de negócios destes produtos, em especial o café, mas não só.

Neste caso, Joaquim da Cunha estaria atuando como o representante local de companhias que compravam produtos agrícolas para a exportação, além de fazer a intermediação entre as companhias, assim construindo uma intrincada relação comercial, em que algumas empresas fornecedoras também eram compradoras, ou melhor, forneciam produtos industrializados e recebiam pagamento por meio de produtos agrícolas. Entre uma ponta e outra estava a loja de Joaquim da Cunha, que podia lucrar nas duas pontas: vendendo os produtos importados para seus clientes e repassando os produtos agrícolas comprados localmente pelos importadores que, frequentemente, também faziam as vezes de exportadores.

Ao ter a possibilidade de reajustar o valor dos produtos à venda em sua loja, Joaquim da Cunha ganhava sobre os consumidores e, ao poder descontar o valor dos produtos agrícolas das faturas que devia a seus fornecedores, novamente podia interferir nos valores, agora no valor do que era repassado às companhias, desse modo lucrando duas vezes em seus negócios.

Entre as empresas com vendas acima de 1.000 réis, podemos destacar um grupo de 10 companhias, responsáveis pelas maiores transações; elas representam 40% das companhias que venderam acima de 1.000 réis e representaram 66% do valor de compras feito pela loja, ver Gráfico 2.3. Foi neste grupo que ocorreram as transações em que os pagamentos feitos pela loja passavam por outras empresas ou pessoas, em 14% do total de pagamentos feitos pela loja, podemos verificar a participação da loja de Joaquim da Cunha intermediando negócios entre empresas.

Tendo em vista que o principal ativo de época era o café, não é demais apontar que o café esteve presente em boa parte desses pagamentos.

Pelo que foi elencado até agora, podemos notar que a loja subiu em média 44% os seus produtos no período estudado, podia aumentar em 23% o valor dos produtos conforme o cliente. Nas transações comerciais das empresas, pôde ganhar 19%. Podemos notar, portanto, que a loja bem se defendeu da inflação da época. Além de articular vários negócios a partir de um ponto, algumas das empresas fornecedoras tinham a partir da loja uma ampla rede de negócios. Enquanto intermediadora destes contatos, a loja auferia lucros que não estavam somente condicionados à venda de produtos de marca ou a granel, ela também era um entreposto de transações comerciais, por meio da realização de empréstimos ou do uso de notas promissórias.

Um espaço comercial garantido por um membro de uma das famílias mais antigas da região, possuidora de extensas propriedades e merecedora de crédito: crédito não só utilizado por Joaquim da Cunha para o cultivo das terras, mas também para dilatados movimentos comerciais.

Fernand Braudel em “Os jogos das Trocas” salienta que o lojista tem que se virar para ser bem sucedido:

[...] mas a razão principal do surto lojista foi o crédito. Acima das lojas o atacadista concede crédito: o varejista terá que pagar o que hoje chamaríamos de duplicata [...] Mas o próprio lojista concede crédito aos clientes, mais ainda aos ricos do que aos outros. O comerciante, numa situação de pequeno capitalista, vive entre os que lhe devem dinheiro e aqueles a que ele deve. É um equilíbrio precário, sempre à beira da derrocada.³⁵

Crédito e engenhosidade na realização dos negócios, sustentados por uma tradição do lugar, controlados por uma contabilidade racional em uma época de profundas mudanças na estrutura política e econômica do país, em uma cidade no centro da atividade cafeeira.

As práticas comerciais que estamos mostrando até agora também são indicadoras de práticas comerciais locais, afora aquelas feitas entre Ribeirão, São Paulo e Santos. O comércio regional também teve um funcionamento específico que disponibilizou produtos agrícolas e de origem animal consumidos localmente, além

³⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material**, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Vol. II. Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 57.

dos que dependiam da estrada de ferro para a sua comercialização, tinham os produtos locais.

Ora, isto é apoiado pelos negócios feitos com *Sampaio Moreira Filho e Cia*,³⁶ que foram os donos da Fazenda Santa Cecília com mais de 3.000 alqueires em Cajuru-SP, que fica a 75 km de Ribeirão. A *Sampaio Moreira* vendeu 12:822\$821 à loja e recebeu em 15 pagamentos o valor de 8:107\$545, dos quais, 8 pagamentos foram feitos por meio de outras empresas, como a *Central Paulista*, *Cana Naza* e a *Companhia Lacerda*, que “[..] opera com o comércio de comissões em geral”.³⁷ Esta última, localizada em Santos, trabalhava com a exportação de café. Em outros quatro pagamentos, os valores foram repassados a pessoas e não à empresa e, mais uma vez, uma rede de comércio pode ser estabelecida, agora em um nível local: pessoas e empresas atreladas a uma firma exportadora a partir de um negociante local.

A figura de Joaquim da Cunha dentro de uma dinâmica do comércio local pode ser pensada como segue:

Os comerciantes locais e regionais foram agentes fundamentais na cadeia do crédito, desempenhando funções importantes no que se refere às vendas a prazo. Os arranjos estabelecidos entre estes e os fazendeiros mantinham a baixa monetarização verificada entre os produtores de café, sejam eles grandes ou pequenos durante boa parte do ano agrícola.³⁸

Outro fornecedor, este da capital, era a loja fina de roupas masculinas que ficava na rua direita com a XV de novembro em São Paulo, a *Piçarra Liberal*³⁹ que vendia com fatura a serem pagas de 7 a 3 meses. Em dezembro de 1891, vendeu 432\$100 de roupas, que foram pagas em março de 1892. Outra compra foi feita em abril no valor de 631\$300 e uma nova em agosto, no valor de 321\$000. Também em

³⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 236 e 241.

³⁷ Foi a casa que mais exportou café entre 1885-1886 via porto de Santos. LLOYD, op. cit., passim.

³⁸ TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e Hierarquias do Crédito na Cafeicultura Paulista (1889-1930). **Revista Brasileira de Economia** (Impresso), v. 65, p. 401-412, 2011. p. 405.

³⁹ BARBUY, op. cit., p. 183.

agosto, a loja pagou parte do que devia, 631\$300, ficando a saldar o valor de 321\$000.⁴⁰

A indumentária masculina vendida na loja de Joaquim da Cunha ia desde chapéus a botinas, camisas de percal, que custavam 5\$000, paletós de casimira por 15\$500, ternos de criança por 11\$500, costume de casimira, que em novembro de 1891 valia 35\$000 e em abril de 1892 já custava 45\$000.

As compras feitas em oito meses na loja *Piçarra Liberal*, com roupas de luxo, chegou a 1:384\$400, valor considerável. No entanto, na parte de vestuário e calçados, as botas e chinelos eram os produtos mais vendidos, os quais eram fornecidos pela *Fábrica de Calçados União*,⁴¹ que vendia com faturas a vencer entre 30 e 90 dias, com valor agregado menor e menor prazo para pagar, diferente dos prazos dilatados das faturas da loja *Piçarra Liberal*. A fábrica de sapatos vendeu de agosto a novembro 1:400\$860, tendo as faturas sido pagas em dezembro. Em janeiro/fevereiro de 1892, uma nova compra foi feita no valor de 3:414\$760, que em abril ainda não tinha sido paga. Em oito meses, a fábrica vendeu 4:815\$620 à loja, um valor 3 vezes maior que as vendas feitas pela loja de roupas de luxo.

As empresas fornecedoras de produtos para a loja de Joaquim da Cunha podiam ser lojas finas de São Paulo, fábricas nacionais, empresas jornalísticas, produtores locais, grandes importadores que também possuíam indústrias, e grandes comerciantes de Santos, como foi o caso da *Ferreira de Souza & Cia*,⁴² que vendeu 1:447\$000 em junho de 1891. A obra “Impressões do Brasil no Século XX” nos informa sobre estes negociantes:

Abrangendo todos os ramos do comércio de quinquilharia, esta firma é uma das que mais negócio fazem na cidade. A firma Ferreira de Souza é também uma das mais antigas, tendo sido estabelecida em 1875 pelo sr. M. P. Ferreira de Souza. [...] O armazém fica à Travessa Mauá 12, com 50 metros de extensão nesta rua e 60 metros de frente para a Praça Mauá. O edifício, que é propriedade da firma, tem um grande estoque de todas as espécies de utensílios caseiros e materiais para construção, como ferro, cimento etc. Todos estes artigos são importados diretamente da Europa e dos Estados Unidos. As importações anuais vão a Rs. 1.000:000\$000, o que bem mostra o grande movimento da casa. A firma faz grandes negócios

⁴⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 325.

⁴¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 284.

⁴² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 233.

no interior do Estado, por onde traz 4 viajantes; e emprega nos seus armazéns 16 caixeiros. Os srs. Ferreira de Souza & Cia. são agentes do Banco do Minho, desde a fundação da firma.⁴³

Seus proprietários eram portugueses que já moravam no Brasil há décadas e tinham experiência com o comércio já no Rio de Janeiro. Essa era a característica dos importadores: eram estrangeiros com contatos no exterior, que necessitavam conhecer as leis e as oscilações aduaneiras para garantir os lucros e, em muitos casos, estavam envolvidos na exportação do café. Os grandes comerciantes foram os responsáveis pela aceleração do consumo, com uma posição central na circulação dos produtos importados:

Como Warren Dean observou, o “comércio brasileiro se achava dividido”, com os britânicos ocupando uma posição primordial nas importações brasileiras e, em seguida, os alemães atuando de forma agressiva no mercado. Dean complementou a informação afirmando que, em São Paulo, em menor escala, estavam os franceses, portugueses, italianos e norte-americanos que também abasteciam os paulistas com mercadorias, serviços de capitais e outros negócios.⁴⁴

Ao final do século XIX, os alemães atuavam de forma agressiva no mercado por meio da venda de produtos com preços mais baixos que passaram a ter melhor circulação, ou mesmo pela falsificação de caros produtos franceses.

Entre as empresas alemãs, estava a importadora *Zerrenner, Bulow & C.*, que negociava diversos artigos, dentre eles, gênero alimentícios, em especial caixas de cerveja. A casa também tinha um endereço em São Paulo, na rua São Bento.⁴⁵ Outra empresa alemã com atuação na época era a *Theodor Wille & Cia*:

A casa, em Santos, de Theodor Wille & Cia. é, no Brasil, a matriz desta poderosa firma hamburguesa, que figura entre os maiores exportadores de café brasileiro. A casa de Santos abriu-se no dia 1 de março de 1844, sendo mais tarde estabelecidas as filiais no Rio e em São Paulo. Era então pequena a exportação de café do Brasil; só depois de 1870 se começou a desenvolver a indústria da exportação do café.⁴⁶

⁴³ LLOYD, op. cit., p. 102.

⁴⁴ PEDRO, op. cit., p. 73.

⁴⁵ Ibidem, p. 63. LLOYD, op. cit., p. 120.

⁴⁶ LLOYD, op. cit., p. 77.

Como já indicamos, a loja de Joaquim da Cunha realizou compras com *Zerrener, Bullov e Cia*, no valor de 12:145\$920, o quarto maior valor de compras realizado, mas não promoveu negócios com a *Theodor Wille & Cia*, que foi a principal financiadora de Francisco Schmidt. “Em 1890, Francisco Schmidt associou-se a Arthur Aguiar Diederichsen, também de origem alemã, na compra da fazenda denominada ‘Monte Alegre’, no município de Ribeirão Preto.”⁴⁷ E em 1899, já possuía um patrimônio constituído por 12 fazendas.

A origem alemã comum à firma e aos compradores de terras acabou por levar Schmidt a ser o maior produtor de café do Brasil:

Todas as transações comerciais de Francisco Schmidt, a partir dessa época, 1890, até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), foram efetuadas com financiamento da firma Theodor Wille & Co., a quem fora apresentado pelo seu ex-sócio e particular amigo Arthur A. Diederichsen. No período de guerra, 1914-1918, a Theodor Wille suspendeu as operações financeiras com Francisco Schmidt.⁴⁸

As duas empresas alemãs não ficaram somente no campo da importação de produtos, foram uma das primeiras a também negociarem a exportação do café. Já no relatório da Associação Comercial de Santos, de 1886, constavam como exportadores de café, ver Quadro – 2.2. Enquanto a *Zerrener, Bullov e Cia* era a segunda em volume de exportação, a *Theodor Wille & Cia* era a décima segunda na lista de maiores exportadores em 1885-1886.

Quadro – 2.2

Exportadores de café pelo Porto de Santos durante o ano financeiro 1885-1886 – valores do café em sacas de 60 kg

Casa Exportadora	Sacas Café
1 - J. F. de Lacerda & Cia.	225.468
2 - Zerrener Bülow & C.	204.395
12 - Theodor Wille & C.	71.710

Fonte: Adaptado de Relatório ACS apud LLOYD, R. **Impressões do Brasil no Século XX**: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

⁴⁷ MORAES, op. cit., p. 66.

⁴⁸ Ibidem.

Ao entrarem no mercado de exportação do café disputaram espaço com as casas de comissários,⁴⁹ como a *J. F. de Lacerda & Cia*, que mais exportou em 1885-1886.⁵⁰ Tais casas, em boa medida, eram dominadas por brasileiros; também eram brasileiros os ensacadores e representantes locais que formavam a tríade de manutenção deste negócio:

Comissário é o intermediário entre o produtor e o exportador, era o financiador e o conselheiro do fazendeiro, agindo como verdadeiros bancos regionais. As Casas de Comissários passam a ser abaladas no momento em que as casas exportadoras iniciam no mercado cafeeiro. O exportador representa as grandes firmas estrangeiras. Em 1896 com a queda nos preços do café o exportado, representante da grande firma estrangeira, penetra nas fazendas e adquire o produto diretamente dos produtores.⁵¹

Com a chegada das grandes firmas estrangeiras no comércio do café, a figura do representante local das casas de comissários vai ser paulatinamente eliminada, e/ou substituída por um tipo de sócio do exportador estrangeiro. Os representantes locais das casas de comissários eram pessoas envolvidas na cultura cafeeira, com prestígio, para poderem lançar mão de suas amizades na realização de negócios,

[...] os comissários adiantavam dinheiro ao fazendeiro, cujo pagamento se efetuaria com o envio da safra, garantindo muitas vezes a dívida com a hipoteca de propriedades – sítios, casas, a própria fazenda. Neste particular o representante-fazendeiro era de muita valia: conhecia, como produtor, os problemas da lavoura, avaliando com relativa facilidade e segurança a situação dos cafezais, poderia obter informações do valor e condições das hipotecas.⁵²

Como estamos analisando os negócios realizados nos anos de 1891 e 1892, período em que as casas de comissário ainda tinham os seus representantes locais. Pelos indícios registrados no livro da loja de Joaquim da Cunha e as transações

⁴⁹ [...] classificação de ‘comissários’ àquelas empresas ou elementos assim definidos ou qualificados como ‘comerciantes’ ou ‘negociantes’ desde que atuassem a partir da cidade de Santos ou do Rio de Janeiro. TEODORO; Rodrigo da Silva. **O Crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914**. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2006. p. 105.

⁵⁰ Vimos a *J. F. de Lacerda & Cia* anteriormente, fazendo negócio com a loja de Joaquim via Sampaio Moreira.

⁵¹ CASALECCHI, José Ênio. O Fazendeiro de café como representante de casa Comissária, estudo de uma correspondência. **Perspectivas**, v. 1, 1976, pp. 217-221. p. 218.

⁵² *Ibidem*, p. 219.

feitas com várias empresas, em que o café serviu como moeda de troca, aventamos a possibilidade de que Joaquim da Cunha era um dos representantes locais das casas de comissários. De tal modo, como já demonstramos, a loja não servia somente como um espaço de venda de produtos, mas também como espaço de realização de variados negócios comerciais.

Todavia um fator complica a hipótese de Joaquim ser representante de uma casa de comissário, pois na loja ao menos 10 companhias promoveram práticas comerciais que passaram por outras empresas, assim se Joaquim era representante das casas de comissariado, não o foi somente de uma. Para isso teve que ser sagaz em suas opções.

Por isso os negócios realizados com uma das empresas alemã, a *Zerrener, Bullov e Cia*, enquanto a outra, a *Theodor Wille & Cia*, não consta na lista de Joaquim da Cunha.

Esta última adentra em Ribeirão Preto com Francisco Schmidt, em anos posteriores, justamente na época em que o presidente Campos Sales, como o seu "funding loan", acaba com a fase de profusão dos negócios gerados pelo encilhamento, o que levou a uma queda no preço do café, com consequências fatais aos representantes locais das casas de comissários que passaram a ser substituídos por compradores de café que iam diretamente às fazendas:

À medida em que os agentes das firmas exportadoras passaram a comprar o café diretamente nas fazendas, realizando negócios com os próprios fazendeiros, muitos desses fazendeiros, dadas às dificuldades financeiras em que se encontravam, eram obrigados a aceitar os preços que lhe eram impostos. O excesso da oferta do produto favoreceu essa especulação no mercado cafeeiro.⁵³

Tal fato incentivou os aliados dos exportadores estrangeiros a usarem o crédito fornecido pelos exportadores na compra de terras junto a fazendeiros em dificuldades econômicas, como foi o caso de Francisco Schmidt e Arthur Aguiar Diederichsen, que passaram a produzir e vender o café diretamente às firmas exportadoras, com isto eliminando muitos dos intermediários existentes no comércio do café.⁵⁴ Certamente esta concentração das atividades acabou por atingir a loja e

⁵³ MORAES, op. cit., p. 73.

⁵⁴ Sobre a atuação dos bancos estrangeiros em São Paulo no período e a realização de hipotecas: "Em 1901, tal presença revelou-se amplamente dominante no mercado, perfazendo 13 das 15 hipotecas e respondendo por quase a totalidade dos valores. Este foi um investimento significativo

os negócios de Joaquim da Cunha, promovendo tempos difíceis e de rearticulação dos negócios, ou como colocou Braudel, “O dinheiro, porém desempenha seu papel de destruidor dos valores e equilíbrios antigos”,⁵⁵ resta-nos saber como os negócios de Joaquim foram rearticulados, nesta época de mudanças; esse assunto terá vez no tópico 3.1 quando trataremos das hipotecas.

Em Ribeirão Preto, Ernesta Zamboni, ao analisar as escrituras de compra e venda das terras, indicou estas mudanças:

Analisando o histórico de cada escritura, as pequenas áreas foram, muitas vezes, o fruto do fracionamento da grande propriedade; e outras vezes, houve a simples transmissão, através da venda, de unidades territoriais e, na maioria dos casos, resultou na formação de grandes unidades territoriais.⁵⁶

A análise dos clientes da loja e o perfil do consumo realizado por eles pode nos auxiliar na compreensão de um momento da dinâmica econômica que levou muitos dos fazendeiros de café a perderem suas propriedades no final do século XIX e que, por sua vez, deixaram de ser consumidores ávidos dos produtos vendidos na loja de Joaquim da Cunha.

A loja, pela análise já demonstrada, em seu fluxo das variações da renda, era um local em que o crédito era disponibilizado tanto para companhias como para os clientes, onde os produtos agrícolas davam a sustentação aos negócios, em que o papel de Joaquim da Cunha era de intermediário entre compras e vendas de fornecedores locais e regionais.

2.2 – A trama do crédito: entre o consumo conspicuo e a produção local.

Com esta parte do trabalho, vamos pesquisar o rol de clientes da loja que era dividido em empresas que faziam compras em grande quantidade e pessoa. Para o conjunto dos clientes, pretendemos buscar o perfil das compras feitas na loja e de que forma o crédito era concedido a eles.

numa economia que se encontrava em recessão profunda, provocada por uma política deflacionária do Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho. Possivelmente, estes empréstimos representavam um voto de confiança dos interesses estrangeiros no plano de estabilização de Murinho, que os beneficiaria. MARCONDES, op. cit., p. 127.

⁵⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol. II. Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 43.

⁵⁶ ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto; 1874 a 19000** uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, 1978. p. 68.

Os produtos comprados na loja eram os mais variados, indo de alimentos consumidos no cotidiano a produtos de luxo. Como a cidade ainda não tinha um abastecimento de energia elétrica, velas, fósforos, querosene e lampiões estavam presentes na grande maioria das 170 contas de consumidores registradas no livro da loja. Eram produtos adquiridos com frequência, mas que representavam em média somente 5% dos gastos - o querosene comprado em quantidade foi o que mais pesou nestes valores.

O sal e o açúcar também apareceram com frequência nas compras feitas pelos clientes; o açúcar vendido era o redondo ou o mascavo; o seu fornecimento denota práticas comerciais regionais, enquanto o sal estava ligado a um comércio mais distante. Esses alimentos do cotidiano dão indícios de uma rede de comércio local e regional, para além da presença dos produtos importados.

O açúcar, que já era produzido em Itu desde o século XVIII,⁵⁷ tem na produção regional do engenho central de Araraquara, fundado em 1889, junto à Estrada de Ferro Paulista, uma produção voltada para o mercado local.⁵⁸ O arroz e suas variações de tipo e marca, como o arroz Carolina, o Nacional, o Stell, e do Japão, o mais vendido, além da farinha de mandioca e batatas, representam outros alimentos do cotidiano presentes nas compras feitas na loja, que assumiram, em média, 12% das compras.

Os derivados de animais como ovos, carne seca, linguiça e queijos minas representam mais um conjunto de alimentos vendidos na loja que dependiam do comércio regional.

Alguns dos fornecedores de produtos locais também eram encontrados como clientes, em um processo de trocas: os produtores também eram clientes e usavam as suas mercadorias para abaterem nas compras junto à loja.

É o caso de José Guido, que “paga a conta com a importância de um arreo de carroça 40\$000”, e José Lacerda de Abreu que “paga a loja a importância de 240\$000 pelos arreios de carroça fornecidos por José Guido”.⁵⁹

⁵⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. **Anais do Museu Paulista**. Vol. 21, 1968.

⁵⁸ MELO, José Evandro Vieira de. **O Açúcar no Café**: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese apresentada ao departamento de História da USP, 2009.

⁵⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 212-234-261.

Entre os clientes da loja, encontramos empresas locais; nove delas utilizavam a loja para fazerem compras no atacado, como era o caso da *Pereira e Souza*, que comprava bebidas. A *Nogueira e Penteado* fez compras em grandes quantidades, no valor de 3:036\$000 a partir de junho de 1891, como “10 sacos de sal de 10 quilos cada a 22\$000, 2 sacos de açúcar redondo a 42\$000, 1 lata de fósforo a 29\$000, 1 pipa de aguardente a 189\$000”.⁶⁰ A aguardente foi transportada de Córrego das Pedras. Pelo transporte entre as duas localidades o carreiro recebeu 10\$000. A pipa de cachaça foi fornecida em “empréstimo pelo Horácio”, de Córrego das Pedras.

Era em Córrego das Pedras que ficava a *Casa Filial do Córrego das Pedras*. Pelo nome e as características da conta desta empresa, acreditamos que era uma loja atrelada à loja de Ribeirão Preto, pois comprou produtos no atacado, em quantidade muito maior que as outras empresas compravam.

Por exemplo, “1 fardo de brim paulista no total de 439 metros, a \$315 o metro, somando 138\$442, outro fardo com 370 metros a \$340, o metro, que somou 125\$868, 67 quilos de bacalhau a \$550 o quilo somando 36\$850”. Com essas vendas, a loja de Joaquim ganhou uma comissão de 5%.⁶¹

No mês de Julho as compras foram 74 quilos de carne seca a \$550 o quilo, totalizando 40\$700; 12 machados, no total de 42\$000; 1 pipa de água ardente e frete, 183\$000, 4 formicidas a 2\$000, com comissão para a loja de Ribeirão Preto de 7\$000.

No mês seguinte, a comissão foi de 10\$812, sobre um “guinte” de vinagre a 25\$000, 2 sacos de arroz stell a 31\$600, 1 saco de alhos a 36\$000, 1 caixa de sardinha a 36\$000, 1 caixa de sabão 27\$000, 1 “guinte” de vinho doce a 60\$000.

De tal modo, as compras da “Casa Filial”, entre junho e setembro de 1891, geraram compras no valor de 1:595\$000 com comissões de 63\$000 e faturas a serem pagas à loja de Joaquim no valor de 6:012\$000. Neste período, os pagamentos feitos pela filial foram no valor de 2:000\$000. Durante esses 4 meses, a filial comprou 7:607\$000, com comissão de 63\$000 para a loja de Ribeirão Preto. Até o final de novembro, os gastos sobem para 9:177\$222, sendo em sua totalidade liquidados pela filial, mas os pagamentos são feitos por *João Itaú e Cia*, pelo Coronel José Leite, José Quirino de Carvalho e *Alves e Leite Cia*, todos feitos após o mês de

⁶⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, p. 206.

⁶¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 240-299.

setembro. Ao final da conta, temos: “Saldo que passa para firma *João Itaú e Cia* 4:413:221”, valor para liquidar o débitos da *Casa Filial do Córrego das Pedras*.⁶²

João Itaú em Cia também tinha uma conta junto à loja de Joaquim da Cunha, ali vemos o valor de 4:413:221 colocado como débito. Nesta conta, inclusive a Intendência Municipal, no valor de 53\$800, foi paga pela loja.⁶³

Outro que pagou as faturas da *Casa Filial* foi *Alves e Leite Cia*, que também tinha conta junto à loja. Nesta, vemos que enviaram dinheiro a *João Guimaraes e Cia*.⁶⁴ As companhias locais que compravam da loja de Joaquim da Cunha demonstram o mesmo trânsito de créditos que aquelas que vendiam à loja, tendo sempre o mês de setembro, mês da colheita do café, como o período de realizações dos créditos, os quais, muitas vezes, se fizeram por intermédio de outras empresas.

Uma empresa pagava a dívida com a outra, mas continuava a dever à loja de Joaquim da Cunha, como foi o caso da companhia *João Itaú e Cia* e *Alves e Leite Cia*. Por meio do “dinheiro do livro”, vemos o crédito como um instrumento a incitar o mercado local.

Já vimos a existência do crédito em um nível maior, que auxiliava a chegada de produtos importados; agora é o crédito auxiliando na distribuição de produtos locais, de tal modo podendo participar do jogo do comércio, que não ficou restrito aos grandes importadores e aos produtos industrializados.

Podemos citar, como exemplo, a companhia *Abreu de Moura*, que envia dinheiro em dois momentos a Timóteo Spindola. Um mês depois aparece em sua conta “uma ordem contra *Cia Lacerda*”, que era uma grande casa de comissário de Santos. O valor pago pela *Cia Lacerda* é o mesmo valor enviado a Timóteo, ou seja, a loja adiantou o dinheiro a uma empresa que era sua cliente, possibilitando pagar o valor um mês antes da ordem da *Lacerda* chegar. Talvez todo o negócio tenha sido feito por meio de uma letra de câmbio. Não sabemos, mas, de qualquer forma, como Braudel indica em “As estruturas do cotidiano” “[...] estas moedas que não o são, e

⁶² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 240-299.

⁶³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 329.

⁶⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 219-222.

estes jogos de dinheiro que só se jogam na escrita”.⁶⁵ O crédito representou o alicerce dos negócios feitos por meio da loja.

Ser um cliente da loja com a possibilidade de ter as compras marcadas em um livro, que seriam pagas meses após os gastos, não era para qualquer um. No mínimo, era necessário ter algum tipo de proximidade, de contato, ou uma condição econômica que permitisse ao cliente tal benesse. Outra forma era se utilizar da indicação de um amigo, como foi o caso de Delfino Oliveira de Araujo, que tinha embaixo de seu nome anotado: “abonado por Antonio Gomes Paixão”, que também era cliente da loja.⁶⁶

Delfino fazia compras no atacado e usava sucessivos carretos para receber os produtos, assim como o seu ‘padrinho’, Antonio Gomes,⁶⁷ que fazia grandes compras e pagava pelo carreto para serem entregues, o que indica que as compras iam para outras localidades ou fazendas. Em uma destas compras, foi entregue um barril de toucinho e um barril com 45 quilos de carne; passado um mês, ele comprou mais uma mala de carne com 85 quilos, consumo grande para uma família. É provável que ele comprasse para revender. Assim como o seu colega, acreditamos que esses dois eram caixeiros viajantes ou comerciantes de menor porte, pois eles nem tinham uma empresa constituída.

As contas dos clientes da loja de Joaquim da Cunha, dependendo da movimentação, eram registradas em mais de uma entrada, em mais de uma folha. Essas folhas não eram registradas em sequência: um mesmo cliente poderia ter as suas contas dispersas por várias folhas, como foi o caso da conta de Antonio Gomes Paixão, que comprou em 6 meses o valor de 839\$320, mas, dentro do período estudado, só pagou 255\$390. Sua dívida fora composta por compras e também por pagamentos que a loja fez a outros, como foi o caso dos 40\$000 que a loja pagou a Carlos Paoli, e em 24 de janeiro de 1891 tem uma duplicata descontada no valor de 68\$000. Em fevereiro é pago a Estevão Lima o valor de 100\$000, a Miguel Vadichi 50\$000 e a Manoel Alves Souza 500\$000. Todos estes pagamentos cruzados nos trazem uma questão: a loja estava pagando as contas que Antonio Gomes Paixão contraía e não tinha conseguido pagar?

⁶⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol I. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 431.

⁶⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, p. 330.

⁶⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 257-329-329.

Foi no início de 1892 que a loja lançou, nas contas dos clientes, os pagamentos feitos a terceiros. Seria este um indício de crise gerada pelo Encilhamento de Rui Barbosa? Os negócios que foram estimulados no início do encilhamento geraram contas que se tornaram insolúveis em 1892? Se a moeda aumenta ou se o movimento de conjuntura se acelera, o resultado é quase o mesmo: tudo sobe se há o aumento de crédito, facilita-se uma transação. Houve aumento da massa em movimento, é o jogo monetário com pseudomoedas e/ou moedas. Como apontava Schumpeter, tudo é crédito, tudo é moeda,⁶⁸ ou como completou Braudel, “A vida cotidiana é a escola obrigatória do número”.⁶⁹ Daí ser neste momento em que o fornecedor de crédito será mais solicitado, o que nos permitiu dimensionar o grande circuito de crédito do qual a loja participou.

Um circuito de crédito que percorria um sentido vertical em direção a São Paulo e Santos, suscetível ao grande capital, e que se ligava num sentido horizontal, atuando como estímulo de práticas locais e regionais na realização de negócios, que escorriam para o lado, suscetível ao médio e ao pequeno capital, todos interligados pela loja de Joaquim da Cunha, o que nos relembra o empresário em Schumpeter:

Métodos diferentes de emprego, e não a poupança e os aumentos na quantidade disponível de mão-de-obra, mudaram a face do mundo econômico nos últimos cinquenta anos.

Pois é tão claro a priori como está estabelecido historicamente que o crédito é primariamente necessário às novas combinações e que é por estas que ele força seu caminho dentro do fluxo circular, de um lado porque foi necessário originalmente para a fundação do que agora são as empresas antigas, e de outro, porque seu mecanismo, uma vez em funcionamento, também se apodera das combinações antigas por razões óbvias. [...]⁷⁰

O prestígio de um membro da família Junqueira com os contatos foram sendo transformados em crédito. Não só de venda de produtos a loja se mantinha, mas também de distribuição de produtos, de comissões, de trocas entre produtores, de intermediação entre os negócios das empresas, negócios todos garantidos por uma contabilidade, controlados por um livro de crédito e débito. Práticas econômicas arranjadas de forma tradicional, mas com um fim moderno: o lucro gerado pelo

⁶⁸ BRAUDEL, op. cit., p. 435.

⁶⁹ Ibidem, p. 436.

⁷⁰ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 50.

crédito. E o dinheiro para o crédito, de onde vinha? Algumas vezes, vinha do “dinheiro do livro”, outras, dos clientes.

Na verdade, não só de empresas e negociantes a loja vivia. Havia também os clientes, consumidores que ali deixavam o seu dinheiro.

Entre os clientes da loja, muitos eram pessoas de reconhecido destaque na cidade, entre eles estavam 11 doutores, 2 coronéis, 2 capitães, 1 fotógrafo e 10 grandes produtores de café, que figuraram na relação dos maiores produtores de café da cidade.⁷¹

Pessoas da “arraia miúda” foram indicadas somente em três casos como clientes, um foi Jeronimo Carroceiro, que gastou 28\$000 e os pagou. Ele fazia serviços para a loja, tendo em vista que os clientes utilizavam os serviços de carroceiros e condutores de carro de boi. Várias compras eram entregues e os serviços eram cobrados da conta do cliente. Outro destes clientes da “arraia miúda” foi José Gomes, maquinista, comprador de aguardente.

Em 1891, o colono Luiz Meluci fez compra na loja e utilizou para pagar um vale no valor de 27\$000, referente à colheita de 54 alqueires de café colhidos e recebidos em 22 de agosto de 1890. O vale foi emitido pela Fazenda Boa Vista, de Joaquim da Cunha.⁷² Sobre o local e seus colonos vamos tratar de forma detalhada no próximo capítulo.⁷³

A loja teve dois empregados que tiveram contas lançadas no livro, os seus ordenados eram pagos a cada 5 meses. Carlos Emerson recebeu seu pagamento em junho de 1891, no valor de 349\$000; em outubro, recebeu mais 330\$000, o que

⁷¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, pp. 178-337.

⁷² **A presença do vale chama atenção**, pois era utilizado como forma de evitar o emprego do dinheiro no pagamento dos empregados da fazenda Boa Vista de Joaquim da Cunha, além disto, o vale estava sendo utilizado fora da fazenda, na loja da cidade. O que demonstra outra possibilidade no uso deste tipo de instrumento de pagamento que neste caso não ficou recôndito a fazenda e ao seu Armazém, assim Joaquim da Cunha monopolizava as trocas com vales dentro e fora da fazenda. Rogério Faleiros versa sobre o seu uso nas fazendas “Há que se pensar também nos mecanismos que estabeleciam termos de troca desiguais entre trabalhadores e fazendeiros. O armazém assumia um papel chave nesta questão já que poderia ser utilizado como um meio de endividamento dos parceiros e empreiteiros, que sacavam contra a fazenda lá deixando boa parte, senão todo o seu “dinheiro”, aliás os próprios meios de pagamento que circulavam nas grandes propriedades já estabeleciam uma espécie de monopólio, pois, em muitos casos, os vales, talões e moedas só eram aceitos no espaço da propriedade, e, em sendo esta a forma de remuneração, não restavam muitas opções.” FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese de Doutorado apresentada a UNICAMP, 2007. p. 141.

⁷³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 289.

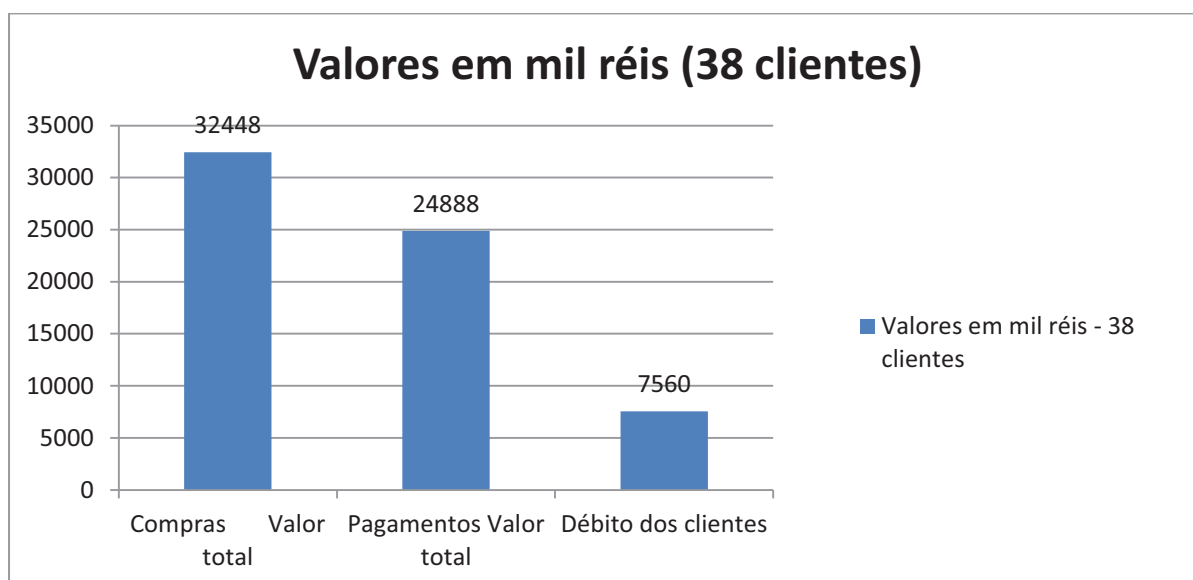
dá uma média de 68\$000 ao mês, valor duas vezes maior que aquele recebido pelo colono.

Outro funcionário da loja era Álvaro Moreira, que recebeu de ordenado 420\$000 em outubro, só que de junho a outubro tinha retirado mercadorias e feito pequenas retiradas de dinheiro, num total de 722\$000, assim, retornou o seu salário no mesmo dia em que o recebeu, e ainda ficou devendo.

Entre as pessoas que eram clientes, temos 40 delas com contas que tinham as somas totais dos débitos e créditos, permitindo acompanhar a movimentação para o período entre junho de 1891 e abril de 1892; no geral, as contas estavam sendo movimentadas, somente 40 tinham a somatória dos valores.

O total de compras para estes clientes alcançou os 44:292\$000, com pagamentos que chegaram a 46:888\$000. Duas contas acabaram por comprometer a amostra. Ao eliminá-las, chegamos aos valores de compras em 32:448\$000 e de pagamentos em 24:888\$000, veja Gráfico 2.4.

Gráfico 2.4
Contas de Clientes com valores totais de compra e pagamentos



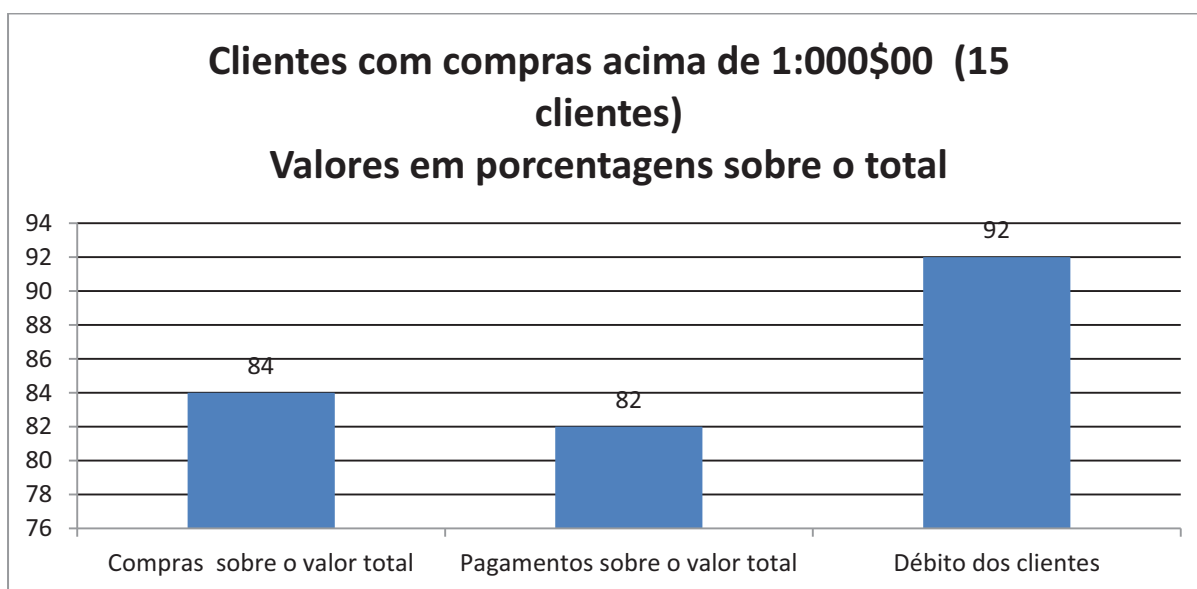
Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

Como os clientes demoravam até 6 meses para fazerem os seus pagamentos, temos um valor de 7:560\$000, que não foi saldado dentro do nosso recorte de estudo, situação decorrente da estrutura de crédito praticado, como apontaram Tosi e Faleiros:

As Casas Comerciais suportavam um longo período de espera, por volta de um ano, ou pelo menos de safra a safra, até receberem o pagamento daquelas mercadorias utilizadas pelos fazendeiros ao longo do período para manter a produção e a subsistência da vida cotidiana. Mais do que a boa reputação do comerciante estava em jogo, para que seus negócios prosperassem, a capacidade destes em fornecer crédito em dinheiro ou mercadorias para os fazendeiros.⁷⁴

Entre os 38 clientes que acompanhamos, podemos destacar 15 que compraram valores superiores a 1:000\$000. Fizeram compras no valor de 27:500\$000, que representaram 84% do total, e pagaram 20:000\$000, que representaram 82% do total, ver Gráfico 2.5. Também suprimimos deste grupo as duas contas que iriam viciar a amostra. Entre o grupo que consumiu acima dos 1:000\$000, os consumidores, no geral, demoraram mais a pagar e sempre estavam devendo, afinal eram os grandes clientes da loja, os que mais gastavam. Os clientes que menos gastaram na loja foram os que quitaram quase o valor total das dívidas.

Gráfico 2.5
Contas de clientes com valores acima de 1:000\$000, valores em %



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

Com relação ao total dos 150 pessoas que eram consumidoras, uma tendência pode ser observada em 52 contas, ou seja, 35% dos consumidores, além

⁷⁴ TOSI; FALEIROS; FONTANARI. op. cit., p. 405.

de comprarem produtos, industrializados ou não, eles também conseguiam dinheiro junto à loja. Esses clientes retiravam valores os mais variados de tempos em tempos. Tais somas podiam ser retiradas por eles, por familiares ou por empregados. Em outros casos, valores foram retirados para pagarem telegramas, mensalidade de clube, selos, contas de restaurante, tudo era debitado na conta do cliente. Entre os 15 que compraram acima dos 1:000\$000, 8 pegavam dinheiro além de comprar produtos.

A loja vendia produtos, disponibilizava crédito para as empresas e adiantava dinheiro para os clientes.

José Pereira da Silva, cliente da loja, até dezembro de 1891 tinha as suas contas equilibradas, pois começou a pagar os seus gastos com o fornecimento de produtos, como enxadas e baldes de zinco. Em seis meses devia 518\$000 e pagou 515\$000; no final de fevereiro de 1892, endividou-se, pois passou a pegar sucessivamente dinheiro junto à loja, somando 500\$000 em “dinheiro que pediu”.⁷⁵

Alguns membros da família Fraga Moreira tinham por hábito a retirada de dinheiro, por exemplo, Jacinto Fraga Moreira, que teve a conta dispersa em 11 entradas: começa com gasto de 88\$000; 4 meses depois já devia 485\$000. Pegou dinheiro diversas vezes, somando 38\$000. Outro membro de sua família, Aristides Gomes Moreira, devia em junho de 1891, 1:088\$000 e pagou 750\$000. Depois disto, pega 90\$000 em 12 retiradas; em dezembro de 1891, pegou em 8 retiradas 63\$000. Entre janeiro e março de 1892, pegou mais 98\$000 em 12 retiradas; depois fez mais 25 retiradas, no valor de 220\$000. Além disso, continuava a consumir os produtos como vinho do Porto, lata de doces, dentre outros.

Era uma família que utilizava vários serviços da loja; outro membro, Manoel Fraga, gastou 210\$000 em produtos, de agosto a setembro de 1891, e pagou pelo conserto de um relógio 10\$000. Em janeiro, pagou ao Saturnino 14\$000, e a Carlos Paoli 18\$000; em fevereiro, pagou por um despacho de 13\$000, além das várias vezes em que pediu dinheiro. Ele também aparece em conta de Dona Clemência B. Fraga Moreira que, em 31 de dezembro, passou a ele 1:400\$000; esse valor não foi lançado na conta de Manoel Fraga.

Dona Clemência é a única da família que inicia a conta com um crédito maior que o débito: ela tinha, em julho de 1891, um valor de 1:600\$000 de crédito, para

⁷⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 186-244-249.

uma gasto de 600\$000; em agosto, seus gastos sobem para 709\$300; em setembro, para 908\$000. Todavia, em setembro, o crédito aumentou para 2:691\$000; já no mês de novembro, o crédito foi para 7:594\$000 e, em dezembro, subiu ainda mais, para 9:821\$000 e o débito foi para 2:344\$000. Em todo tempo, em sua conta, ela teve mais crédito do que débito. Mesmo com a sua conta subindo, em 1892, para 4:193\$000, ela continuou com um valor a mais em conta, de 5:638\$000, apesar de consumir bastante na loja (comprava terno de casimira a 27\$800, lata de camarão a 1\$500).

Ela sempre pegava ou mandava pegar dinheiro na loja, e usava a sua conta para pagar prestadores de serviços, como o carreiro e o alfaiate, para quem pagou mais de 500\$000, o carpinteiro, a costureira. A conta na loja servia de suporte para vários gastos e compras no seu cotidiano.

Por sua vez, as entradas de dinheiro na conta de Dona Clemência ocorreram em maior valor em setembro. Um destes créditos, no valor de 1:091\$000, foi pago por *Oliveira Salgado e Cia*, que era uma das empresas que abastecia a loja de Joaquim da Cunha e tinha com esta negociações de valores acima de 6:000\$000.

A conta de Dona Clemência é uma das duas que viciou a amostra do valor total de contas fechadas indicadas acima, porque teve mais crédito do que débito: de crédito teve 9:521\$000 e de débito, 2:344\$000. Além dela, a conta de Joaquim José de Faria foi outra que teve mais crédito do que débito.

Ele teve 18 contas diferentes; era um grande consumidor: comprava desde dois relógios a 4\$000, dois costumes para criança a 19\$000, 1 aparelho de louça para criança a 1\$700, uma lata de *petits pois* a 8\$000, até ovos, linguiça, gêneros para a sua fazenda, para seus colonos, pegava dinheiro para pagar o feijão, para pagar água e para a mensalidade do clube, que custou 5\$000. É no mínimo curioso: uma pessoa que tinha uma fazenda, mas que comprava ovos, linguiça e queijo na loja da cidade. A fazenda não devia ser muito longe, pois todo mês comprava na loja gêneros para enviar à fazenda, então, por que não trazia dela os ovos?

A conta não foi marcada somente por ovos. Através dela, Joaquim José de Faria pagava os seus prestadores de serviços, como o Sr. Pereira que era farmacêutico e fez serviço no valor de 9\$000. Em janeiro, deu dinheiro ao sr. Paulino, no valor de 5\$000; também deu a um colono 2\$000; dinheiro para casa, 100\$000, além de pagar ao Dr. Gabriel Horácio 15\$000. Para a lavadeira, 5\$00, para pagar a *piano e cia* por uma caixa de música, 30\$000; ao Antônio pela água,

2\$000, para o restaurante Espanhol e até o Reverendo recebeu 8\$600, via conta da loja.

É possível perceber que a conta da loja não funcionava somente como um instrumento de crédito para o cliente; ela muito servia como fornecedora de dinheiro, para pagar aos prestadores de serviços, aos fornecedores de produtos. Era um espaço de intermediação entre o cliente Joaquim José de Faria e outros, pois era lá onde ele deixava o seu dinheiro, tendo em vista que, para o período estudado, sempre teve na sua conta mais crédito do que débito. As entradas de dinheiro sempre eram feitas em grandes somas: em junho de 1891 “entregou dinheiro 2:000\$000”, em 13 de julho, “entregou mais 2:470\$000”. Em janeiro, “deposita 1:000\$000”. Depois ia retirando os valores aos poucos: em novembro “pegou dinheiro por vezes 128\$000”, e assim ia pegando, por vezes, 66\$000, “dinheiro por vezes” 14\$000, em dezembro pegou dinheiro para a água 4\$000, para cigarros 1\$200, para o parto 8\$000, e para muitos telegramas.

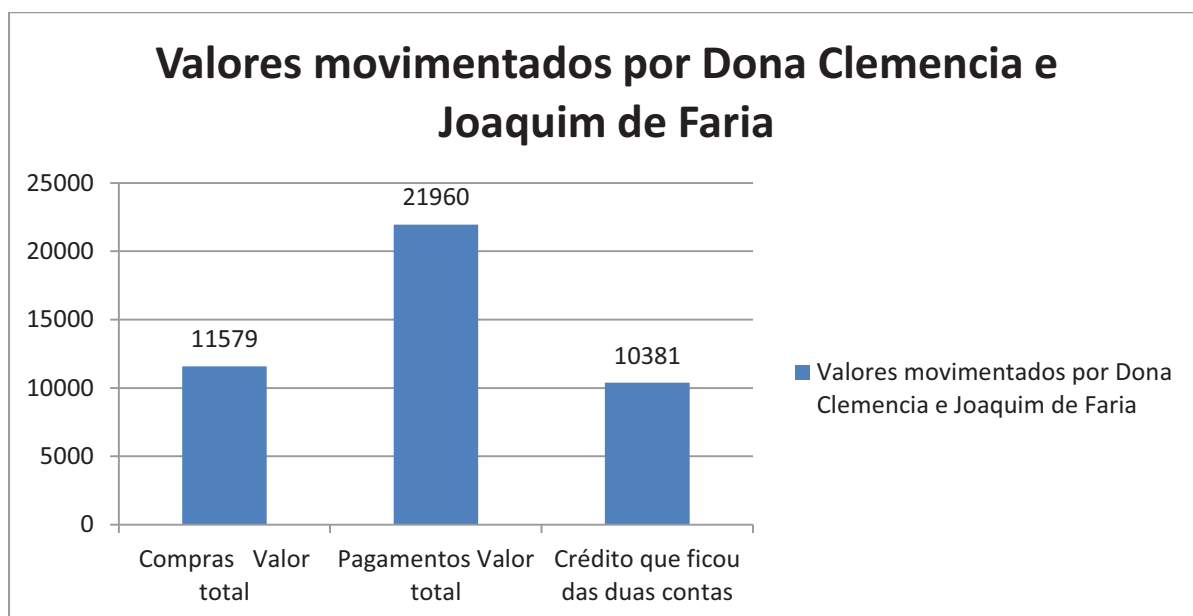
O movimento da sua conta junto à loja lembra a conta junto a um banco. Os negócios de maior vulto realizados por Joaquim José de Faria constam da conta, como o débito a *João Guimarães e cia*, 27\$760, e a *Andrade Couto e irmão*, pelo benefício de 50 arrobas de café 16\$000. Aos poucos, o café vai surgindo como aporte das transações promovidas por ele. O pagamento da sociedade que teve com José Antonio Sarmiento entrou no valor de 3:000\$000, como crédito.

Não é à toa que na sua conta, que em junho estava devendo 144\$000 e com crédito de 3:332\$000, em dezembro passou a dever 9:235\$000, com crédito de 12:439\$000. A conta dele foi a que teve mais depósitos e gastos, foi o melhor cliente de Joaquim da Cunha. Movimentou tanto dinheiro quanto *Zerrener Bullov e Cia*, que foi uma das cinco maiores fornecedoras da loja. Só que Joaquim José de Faria era um comprador, ou seja, um cliente, que movimentou tanto quanto uma empresa importadora.

Ao somarmos as contas de Joaquim de Faria e de Dona Clemência, ver gráfico 2.6, temos um total de créditos de 21:960\$000 e de débito de 11:579\$000. Junto esses dois clientes disponibilizavam um crédito de 10:381\$000, que não foi utilizado e ficou sob a tutela da loja, e que deve ter sido repassado a outros clientes ou usado como pagamento das compras feitas pela loja. Esse valor é o dobro do valor médio vendido por um grande fornecedor da loja, ver gráfico 2.2: é mais da

metade do valor que a loja adiantava de dinheiro às empresas para saldarem dívidas com outras empresas, ver gráfico 2.3.

Gráfico 2.6
Valores movimentados por Dona Clemencia e Joaquim de Faria



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892.

A loja tinha feições de banco: dava crédito, disponibilizava dinheiro, quitava outras contas dos clientes e recebia pagamentos que eram depositados nas contas dos clientes. O crédito praticado pela loja estava a meio caminho de transformá-la em um banco. Joaquim da Cunha adiantava o seu dinheiro e o dinheiro que lhe era dado em depósito por terceiros, “[...] uma conta compensava a outra à vontade do cliente, há mesmo o que chamaríamos contas a descoberto [...]”⁷⁶ desde que a loja a consista a dinâmica continuava: “É preciso criar um banco uma máquina de fazer crédito de aumentar o efeito da moeda existente”.⁷⁷

Neste período, o crédito ainda não estava no banco. A pesquisa feita apenas junto a estas instituições pode não revelar no todo o processo do crédito em Ribeirão Preto. Entre o fim da escravidão e o apogeu da cafeicultura, teve vez o crédito como elemento estimulador da dinâmica econômica local. Mas este crédito

⁷⁶ BRAUDEL, op. cit., p. 433.

⁷⁷ Ibidem, p. 435.

não esteve disponível para toda sociedade,⁷⁸ como já indicamos, foi um crédito disponibilizado de forma seletiva.

Em pesquisa sobre os bancos e o financiamento hipotecário para a cidade de São Paulo, Renato Marcondes indica o Banco de Ribeirão Preto já em 1892 fazendo negócios. Em alguns documentos que pesquisamos, Jorge Lobato,⁷⁹ genro de Joaquim da Cunha, aparece como banqueiro, junto ao Banco de Ribeirão Preto. A função de banqueiro não será exercida por Joaquim da Cunha, mas, sim, por seu genro, todavia os negócios serão iniciados por ele, por meio de uma loja.

Continuando na busca pelo dinheiro do crédito, de onde vinha? O terceiro cliente que mais movimentou a conta, pode nos auxiliar na busca pela resposta: Antonio Pedro A. Cabral, que gastou 4:549\$000 e pagou 3:295\$000, teve muitos de seus gastos ocasionados pelo dinheiro “lançado nos livros de vales 1 e 2”, num total de 242\$000, assim como o dinheiro passado a *João Guimarães e Cia*, 1:000\$000, e a Carlos Paoli, 60\$000. Em 04 de fevereiro, “dinheiro a Emilio Travers 20\$000, conforme livro de vales 31\$000”.⁸⁰ Outra forma de pegar dinheiro junto à loja era por meio de vales, um tipo de vale que lembra aquele que a Fazenda de Joaquim da Cunha usou para pagar ao colono Luiz Meluci, que recebeu um vale no valor de 27\$000, referente à colheita de 54 alqueires de café colhidos, o qual foi até a loja trocar o seu vale por produtos. O colono foi pago com vales; os funcionários da loja recebiam em mercadorias; os clientes da loja conseguiam dinheiro por meio dos vales, via ‘dinheiro do livro’. A loja movimentava muitos valores, arrumava o crédito, mas, ao que parece, não disponibilizava “dinheiro vivo”, uma prática que unia fazenda e loja que usavam os vales.

No caso de Antonio Pedro A. Cabral, os vales passaram a ser pagos com a entrega de café: em 09 de agosto de 1891, entregou 116 arrobas de café a 1:304\$800, com isso a sua conta ficou positiva, em 772\$000. Em 19 de agosto,

⁷⁸ Em trabalho sobre a industrialização em Ribeirão Preto, Marco Brandão aponta que “Diferente daquilo que foi quase um consenso da literatura acadêmica [...] o processo de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto, entre 1890 a 1930, possui a pequena indústria como unidade produtiva predominante [...] contém a grande particularidade de se basear em indivíduos carentes de recursos econômicos [...] A origem do empresariado industrial em Ribeirão Preto até 1930 esteve relacionada com imigrantes italianos [...]” que necessitavam de crédito, mas os italianos não estiveram presentes na relação de clientes da loja. BRANDÃO, Marco Antonio. **Uma Contribuição ao debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil:** de Lavoratori na Itália a Padrone em Ribeirão Preto (1890-1930). Tese de doutorado defendida na UNESP-Franca, 2009. pp. 187-189.

⁷⁹ Ele foi casado com Ana Junqueira, a filha mais velha de Joaquim.

⁸⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 215-269.

entregou mais 62 arrobas e 12 quilos de café, a 12\$000, no valor de 753\$600, o café somava o “dinheiro que lhe entregamos por café 2:058\$400”, com este ‘dinheiro’ que foi ‘entregue’. Foi lançado um crédito de 520\$390 a Antonio Cabral, que comprou produtos e serviços, pagou em café e recebeu a diferença em forma de crédito. Por trás do movimento de crédito e de consumo disponibilizado pela loja, mais tarde ou mais cedo, encontramos o café dando aporte às transações, café que, no final, acaba ficando com a loja e agindo como um emolumento das atividades comerciais.⁸¹

Outro que vai pagar os seus gastos com a entrega de café será José Guido, que já vimos entregando arreios para saldar a dívida. Em junho de 1891, deu à loja 120 quilos de café, a 120\$000, assim como um saco de arroz java, a 60\$000.⁸² Logo depois deu mais 9 sacos de café a 540\$000; este último valor recebeu em dinheiro. Em julho, entregou duas arrobas de café a 30\$000, depois entregou mercadorias a 145\$000, e outros gêneros, que entregou no valor de 135\$000. Sua conta ficou no vermelho quando a “importância da conta de Maria Olympia no valor de 651\$000” foi lançada como débito em sua conta. As contas de Dona Maria Olympia revelam uma assídua consumidora: em um único mês, o de agosto, ela consumiu 1:418\$000. Basicamente, comprava tecidos e entre as compras estava uma mobília austríaca de 520\$000.⁸³ Em setembro, apareceu em sua conta “um débito que José Guido obrigou-se a pagar no valor de 651\$000”, no mês de realização da colheita do café. Os gastos se avolumavam com a expectativa da colheita, que acelerava o circuito econômico, como indicou Jorge Oliveira ao estudar a transações imobiliárias na cidade:

Apesar das oscilações na primeira metade da década de 1890, os lucros advindos do café eram excepcionais, principalmente devido aos preços no mercado interno, que subiam constantemente, apesar da relativa estagnação dos preços no mercado externo. Isto, devido à

⁸¹ Em seu mestrado, Luciana Suarez Lopes faz relação entre comércio e capital cafeeiro que nos parece que não se sustenta no caso da loja ora analisada “A cidade de Ribeirão Preto tornou-se um centro de distribuição de mercadorias para as fazendas cafeeiras, estimulando a abertura de casas comerciais. Porém, o surgimento do comércio não parece ter sido resultado de transbordamentos do capital cafeeiro.” (grifo nosso). PINTO, op. cit., p.114.

⁸² Além do arroz e o café, notamos a presença do milho e feijão sendo utilizados como moeda de troca, nem só de café a agricultura local vivia. Estudos que tratam destas outras atividades agrícolas ainda estão por ser feitos.

⁸³ A grande mesa austríaca era de tampo de mármore e pés de torneados.

própria taxa cambial, que favorecia amplamente os cafeicultores em detrimento do restante da sociedade [...]⁸⁴

O valor gasto por Dona Maria Olympia é pago por José Guido, em mês de colheita do café. Tal gasto tem sua origem com Emilio Travers. Para compreendermos em que o dinheiro estava sendo gasto, pesquisamos Travers e o encontramos solicitando junto à Intendência Municipal, em 1890, um alvará para o funcionamento de hotel e casa de fotografia na rua General Osório,⁸⁵ o que delineia a característica singular da conta dele, pois pegava produtos todos os dias, muitas vezes, mais de uma vez por dia. Para corroborar o funcionamento da casa de fotografia e o hotel, só no mês de julho, comprou 11 vinhos a 2\$000 cada, comprava vinho Italiano e *Lormont*. No dia 11 de setembro, foram 10 garrafas a 2\$5000 cada. Outros produtos consumidos eram goma, cola, caixas de biscoito, águas *Seltz*, latas de camarão a 1\$800 de *petit pois* a 1\$000 cada lata. Sua conta foi de um débito de 176\$000 em junho, para 242\$000 em julho. No início de agosto, devia 413\$000 e, no final do mês, devia 812\$000. Em setembro, já estava em 1.062\$00, chegando em outubro a 1:212\$000. Deste valor, só pagou 981\$000, todavia, esteve presente nas contas de vários clientes da loja que pagavam por seus serviços, via loja, como Dona Olympia, Dona Clemência, Sr. Henrique Barreto, Coronel João Fabrício de Alcântara. Nos estabelecimentos de Travers, o vinho importado; a água *Seltz*, os biscoitos e gomas acompanharam a realização de gastos de valor significativo, gastos feitos por pessoas enriquecidas com o café, que tinham no consumo conspícuo uma de suas realizações sociais “Não estavam interessados em lucro nem em uma forma econômica de administração, mas em rendimentos estáveis para gastar com luxuosos produtos importados, como vinho francês [...]”,⁸⁶ a conversão da riqueza em *status*, o consumo de todas as formas de luxo injustificado, uma forma estratégica de se mostrar superior a outros, em uma cidade passando por constantes mudanças, entre elas a chegada de muitos imigrantes, a invasão promovida pelo ‘outro’.

A imagem 2.1 mostra a moda que era usada em época em uma festa na Praça XV, principal reduto dos cafeicultores, as roupas pesadas ao estilo francês destoavam do clima local. À direita da foto podemos ver essas roupas que

⁸⁴ OLIVEIRA, op. cit., 2006, p. 86.

⁸⁵ APHRP - Intendência municipal – Alvarás de licença -1891 – 1903.

⁸⁶ Nesta parte do trabalho, utilizamos um dos conceitos centrais utilizados trabalhados em BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: editora UNESP, 2002. pp. 97-100.

contrastavam com as roupas simples que outras pessoas trajavam e, que estão à esquerda da foto.

Imagem 2.1
Festa da União dos Viajantes, setembro de 1906, no Jardim Público (Praça XV)



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP)

Travers disponibilizava a senhoras e senhores enriquecidos pelo café o elo com a modernidade, com a tecnologia representada pela fotografia, o dia de realização de uma fotografia era um acontecimento social regado a vinho francês.

O luxo e conforto chegavam às roupas que Carlos Carneiro comprava para seu cozinheiro “um paletó para Liberato 15\$000, 6 camisas 30\$000, 1 ceroula para o cozinheiro 2\$000, 1 chapéu 10\$000, Garrafa de vinho do Porto para o cozinheiro, importância para Liberato 14\$000, 1 lata de chocolate fino 2\$000”.⁸⁷ A grande mesa austríaca era admirada e adquirida mesmo custando 320\$000, José Carvalho foi um dos compradores deste tipo de mobília, este e outros gastos foram pagos “por meio de uma letra de 1:115\$760”.⁸⁸ Já Francisco José do Carmo teve seus gastos aumentados em escalada, em junho, devia 498\$000, em dezembro do mesmo ano,

⁸⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 205-220-228-254-260-261-265-268-279-287-288-331-333.

⁸⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 258-277-293-294-320.

já devia 1:708\$000, em fevereiro, seus gastos foram a 2:156\$000, estava pagando pelo “parto de Ricardo” dando “dinheiro a Carlos 25\$000 a José Carapina 22\$000, pagou fazenda a um camarada 18\$000, fez compras para seu empregado 5\$000”.⁸⁹ O envio de telegramas representou outro gasto difundido nas contas destes senhores e senhoras, o pagamento por selos e telegramas era algo que se fazia junto à loja, um serviço público oferecido como serviço da loja.

O Dr. Militão dos Santos Sarayba, o delegado local, também pagou pelos serviços públicos via loja, comprou “1 calça a um praça 10\$000, 1 par de sapatos a ordenança 5\$000”, assim como usufruía dos serviços de banco que a loja prestava: em 18 de junho “dinheiro que nos entregou para ser entregue ao Capitão Gustavo Sarayba 200\$000” e pagou a comissão do Banco de 0\$500. Em janeiro de 1892, entrou em sua conta “dinheiro por vezes conferido de vales 68\$000, pago ao clube literário 10\$000, pago a um menino 0\$200.”⁹⁰

Outro grupo, entre os clientes de quem conseguimos analisar os gastos, é aquele que foi lançado no Livro de Cobrança de ‘Impostos de Cafeeiros’, criado pela Câmara Municipal em 1917. Este livro relacionava os maiores produtores de café do município com fim de cobrar imposto sobre os pés de café.⁹¹ Os clientes da loja em 1891, que entram nas relações de grandes cafeicultores entre 1917 e 1923, são 10 fazendeiros. Quando analisamos as contas deles em 1891, no geral, não os vemos realizando gastos exorbitantes, não praticavam um consumo conspícuo, como é o caso de João Leite de Camargo Penteado, lançado no livro de cobrança de impostos de 1921 como sendo o 23º maior produtor de café de Ribeirão, dono da Fazenda Santa Ursulina. Em 1921, tinha 226.000 mil pés de café; em 1923, tinha 245.000 mil pés.⁹² Sua conta junto à loja foi de gasto módico, ao redor de 100\$000, “comprou 10 litros de milho, pagou por carreto de porcos, deu dinheiro ao administrador”.⁹³ Podemos citar também Antônio Barboza Ferraz Junior, cafeicultor, que, em 1917, aparece no imposto sobre café como o 9º maior produtor de café de Ribeirão, dono da fazenda Santo Antônio da Boa Vista, com 493.000 pés de café.⁹⁴ Na loja, fazia

⁸⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 258-277-293-294-320.

⁹⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 188-192-194-204.

⁹¹ APHRP - Finanças/tesouraria - Imposto de Cafeeiro – 1917 -1923.

⁹² Idem.

⁹³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. p. 308.

⁹⁴ APHRP - op. cit.

um pagamento por mês, comprava coisas para casa. Em janeiro, comprou 2 queijos mineiros, massas, doces, bolacha, vinho verde, cerveja e biscoito maria, usava mais os serviços de telegrama e frete da loja; os seus maiores comprometimentos foram “dinheiro a Pedro Guinte 27\$000, e a José Cordeiro 16\$000”. Quitou todos os gastos, que somaram 528\$000.

Saturnino Carvalho, em 1921, é o 43^a maior produtor de café, produzindo na Fazenda São Sebastião, com seus 90.000 pés. Em junho, devia 295\$00, pagou 179\$000. O maior gasto em sua conta é da “importância de milho 20\$000” - sempre comprava milho: “1 saco com 100 litros de milho 3\$000, 1 alqueire e ½ de milho 2\$250”. Em dezembro, seus gastos somaram 534\$400, tendo pago 427\$000.⁹⁵

O que mais gastou entre os fazendeiros que vão se tornar os maiores produtores de café nos anos 20 em Ribeirão Preto foi Antonio Penteado, que gastou 622\$000 e os quitou, gasto pequeno perto dos que gostavam de consumir na loja. Em 1921, Penteado foi classificado como 16^a maior proprietário de cafeeiros, com 332.000 pés produzindo na fazenda Antônia em Cravinhos, onde residia. Em 1914, ele era o 9^o maior produtor, com 485.000 cafeeiros. Com a grande geadada de 1918, ele perdeu muitos pés de café.⁹⁶

Os fazendeiros que serão os grandes cafeicultores em 1916 não eram grandes afoitos de produtos na loja, em especial de produtos industrializados. Os que mais consumiam na loja em 1891 não vão constar do rol dos maiores produtores de café em 1916, o que nos indica que os consumidores mais afoitos chegaram a uma situação de exaustão com o período de preços baixos do café no início do século XX.

No início do século XX, alguns consumidores da loja começaram a passar por dificuldades econômicas e a contrair dívidas; a terra se tornará a forma de pagamento destas dívidas.

Antonio Penteado era cliente da loja e cafeicultor, estabelecia com Joaquim da Cunha um processo de sociabilização, que tinha vez entre a elite local representada principalmente pelos grandes fazendeiros. O próprio Joaquim da Cunha Diniz Junqueira aparece na lista de 1914 como sendo o 5^o maior produtor de

⁹⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892, pp. 195-249-266-302-315.

⁹⁶ APHRP - Produtores de café de 1914: Em resposta ao ofício nº 96 da Câmara, para informar os maiores produtores de café existente em Ribeirão Preto.

café do município, com 650.000 cafeeiros.⁹⁷ Em carta de 06 de junho de 1900, escrita por Antonio Penteado a Joaquim da Cunha, podemos notar os vários laços que aproximavam os dois: além de terem uma relação comercial via loja, eram fazendeiros, cafeicultores, e tinham no lazer uma prática comum, a caça e a criação de cachorros para a caça:

Recebi os cães e com o seu tomarei todo o cuidado [...] remeto uma das cadelas das minhas para o sr. mandar operá-las. Devo partir para o sertão de amanhã a oito dias. Quanto ao negócio da sogra ficou tudo na mesma porque ela acha R\$ 700:000\$000 pouco o Gabriel deve ter contato as cousas como passaram por aqui.⁹⁸

A carta nos demonstra o processo de sociabilização via caçadas, mas também o tipo de negócios que realizavam juntos, pelo valor indicado na carta é provável que se tratava da venda de terras.

Em outra carta que enviou a Joaquim, conseguimos perceber mais a feição do contato entre eles:

Os nossos sinceros desejos são o seu pronto restabelecimento para o que fazemos votos ardentes ao criador. E ao mesmo tempo de toda boa vontade até fazendo questão do Sr. vir para esta nossa casa para aqui restabelecer-se visto o clima e água ser tão bom como de Poços-de-Caldas; aqui ficamos a sua espera para o Sr. calcular o quanto o clima aqui é bom, basta dizer que a Sinhaninha em 40 dias engordou 4 quilos; e estamos a uma altura muito superior a 900 m/s; a casa é esplêndida; enfim estou certo que o Sr em 15 dias estará forte como outrora; Papai foi visitá-lo e ofereceu lhe para vir para cá; porem não pode falar consigo. Temos 2.000 árvores de jabuticaba que estão carregadas até no paú grosso. Sem mais muito nos recomendamos a tia Sinha, Biella e a todos da família. E abraça-lhe, o sobrinho a amigo.

PS- não deixe de vir se quiser mande um médico vir ver se isto aqui é o que digo ou não. Temos acomodações para muita gente, para toda nossa família.⁹⁹

“Para toda nossa família” demonstra uma reciprocidade marcada por raízes profundas. Mais que negócios de cunho puramente econômicos que marcavam as práticas locais, o crédito também passava pela reciprocidade familiar, daí alguns acessarem o crédito, outros não. Antes de tudo, as relações eram pessoais e o

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1657, ordem 8, 06/06/1900.

⁹⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1776, ordem 73.

espaço rural era o local da família. Interessante denotar que, mesmo com todos esses elos, Joaquim da Cunha ainda não conhecia a Fazenda de Antonio Penteado. A sociabilização e os negócios ocorriam na cidade e não nas fazendas, mas eram as fazendas as responsáveis pelos maiores negócios, como podemos acompanhar em outra carta, o negócio de família continua:

Quanto a venda da fazenda da Mãe nada posso dizer-lhe está ainda em prosa em frangos assados; aqui esteve um Coronel Eduardo Leal do Rio, o qual mostra ter vontade de comprar, ele ofereceu pela parte da mãe 770 contos e ela pediu 900 não entrando a morada do Arthur, porque o Coronel tendo ficado um pouco aborrecido com ele por não continuarem em preço, dissera a mãe que não tinha precisão da tal morada; estando porem o Arthur resolvido entrar em negócio por qualquer forma é provável o Cel. fazer-lhe ofertas resultando daí talvez a venda, em caso afirmativo irei até a cidade afim de melhor conversarmos e ouvir-lhe; quanto ao preço é fácil combinarem desde que haja boa vontade de parte a parte.¹⁰⁰

Essa carta foi enviada pelo cunhado de Penteado, Bráulio Junqueira. Agora em 1900 era Joaquim quem dava conselhos à família, “[...] o Cel. fazer-lhe ofertas resultando daí talvez a venda em caso afirmativo irei até a cidade afim de melhor conversarmos e ouvir-lhe [...]”. Os parentes necessitavam dos conselhos dele para os negócios, a venda da Fazenda São Manuel de significativo valor era um negócio de família, a aparente expectativa de Penteado e Bráulio pela venda das terras esbarrava na boa vontade de uma senhora, e Joaquim era o conselheiro. O que salta aos olhos é a venda da terra, os Junqueira estavam vendendo suas terras, alguns estavam mais interessados em dinheiro do que em terras. A condição econômica de Bráulio realmente devia estar difícil, pois logo mais fez uma escritura de dívida de hipoteca a Joaquim da Cunha da fazenda Cabeceira do Lageadinho, situada na fazenda do Lageadinho terras comuns a sua mãe e irmão, “composta por 800 alqueires de terras de cultura e campos, casa de morada, 16 casas de colonos, 50 mil pés de café formados e 30 mil pés de 4 nos mais ou menos, moinho, pastos e outras benfeitorias [...]”.¹⁰¹ Essa hipoteca foi feita no valor de 27:250\$518, a juros de 1 ½ ao mês, garantidos pela fazenda que somente foi liberada da hipoteca em 1921, foram 19 anos de hipoteca e juros.

¹⁰⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1771, ordem 61, 17/03/1900.

¹⁰¹ 1º Registro de imóveis de Ribeirão Preto, inscrição hipotecária, Livro 2, folha 62, 18/04/1902.

Justificando o interesse de Bráulio a venda da outra propriedade por sua mãe, mas quem poderia comprar as terras? O coronel do Rio, o adventício, daí a necessidade de a família se unir.

Alguns poucos forasteiros conseguiram ultrapassar as barreiras da tradicional sociabilização local e, conseqüentemente, dos negócios. Conseguiram porque vieram apoiados pelo cabedal do importador/exportador *Theodor Wille & C*, como foi o caso de Arthur Diederichsen, que, em 1914, foi classificado como sendo o 12º maior proprietário de cafeeiros.¹⁰² Já em 1917, é apontado como o 10º maior proprietário de cafeeiros na cidade, plantados nas Fazendas Adelaide e Aliança, chegou a ter 471.000 pés de café.¹⁰³ Com ou sem geada, ele estava mantendo a sua produção e ascendendo diante dos locais. Seus gastos junto à loja de Joaquim da Cunha eram comedidos, gastos para a produção, sem luxo, sem excessos, gastou 753\$610 sempre em produtos como “3 barris de banha a 63\$000, 2 sacos de açúcar a 40\$00, 1 mala de carne com 78 quilos a 47\$00, 5 barris de banha a 110\$000, 2 malas de carne seca de 163 quilos a 136\$250.”¹⁰⁴ Gastava com gêneros para seus colonos. Em 22 de outubro, cinco de seus colonos pegaram produtos em sua conta, no valor de 193\$000. Só em um momento retirou dinheiro junto à conta: “dinheiro a seu irmão 50\$000”. Quando pagou os débitos, deixou dinheiro em caixa.

É junto a este grupo que vai estar Francisco Schmidt, o representante de um novo modelo econômico. Será a face local da economia mundial, a qual, de uma forma ou de outra, irá interferir nas práticas tradicionais autóctones, representativas de um sistema mundo, que será arranhado, perfurado e enxertado pelo moderno capitalismo mundial. Como apontamos anteriormente, a transformação das Casas de Comissários, pela chegada dos representantes locais do grande capital externo, levou a uma reorganização, a uma recentralização da economia local. Os representantes da economia local terão que reorganizar os seus estratagemas de acesso ao lucro, a sociedade em um banco para substituir a loja de créditos será uma destas saídas, uma forma de fazer frente às aspirações da economia moderna que se chocam com as tradicionais:

¹⁰² APHRP - Produtores de café de 1914: Em resposta ao ofício nº 96 da Câmara, para informar os maiores produtores de café existente em Ribeirão Preto.

¹⁰³ APHRP - Finanças/tesouraria - Imposto de Cafeeiro – 1917 -1923.

¹⁰⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro Loja, n. 2, 06/1891 a 04/1892. pp. 280-300-301-314-317-321.

Todos os meios, procedimentos e estratégias do dinheiro não nasceram em 1900 ou em 1914, precisaria dizê-lo? O capitalismo conhece-os todos e, ontem como hoje, a sua característica e a sua força são de poder passar de um estratégia para outro, de uma forma de ação para outra, de mudar dez vezes suas baterias segundo as circunstâncias da conjuntura [...]¹⁰⁵

Ao que parece, os anos de Encilhamento representam o evento¹⁰⁶ que leva a uma recentralização, período em que muitos dos antigos proprietários de fazendas estão vendendo suas terras, seja lá pela significativa valorização das mesmas,¹⁰⁷ ou pela impossibilidade de trabalhar segundo as novas técnicas da cafeicultura,¹⁰⁸ ou pelo que estamos aqui apregoando, para o pagamento de dívidas geradas por um desmedido consumo que acarretou em gastos excessivos ou desastrosos. O aumento da renda, gerado pelas exportações em alguns casos, foi ralo abaixo via importações, o crédito ajudou no endividamento por meio do consumo, em uma ponta. Na outra ponta, para os que disponibilizaram crédito, ocorreu um maior lucro, segundo Celso Furtado a coisa de deu assim:

Ao crescer a renda criada pelas exportações, cresce a massa total de pagamentos a fatores, realizados dentro da economia. Essa renda, conforme vimos, tende a multiplicar-se, primeiramente em termos monetários e finalmente em termos reais, dada a existência de fatores subocupados. O aumento da renda se realiza, portanto, em duas etapas: em primeiro lugar graças ao crescimento das exportações e, em segundo, pelo efeito multiplicador interno. Parte desse aumento da renda terá de ser satisfeito com importações, conforme uma relação relativamente estável que existe entre o aumento da renda e o das importações. O mais importante a considerar, entretanto, é o seguinte: no momento em que deflagrava uma crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caíram bruscamente, reduzindo-se de imediato a entrada de divisas no país de economia dependente.¹⁰⁹

Nos anos de 1890, o aumento do valor das terras, o aumento do valor do café, estimulou uma sensação de poder aquisitivo que não se concretizou no longo prazo, tudo embalado pelo aumento da velocidade da economia gerado pelo

¹⁰⁵ BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. (Trad.) Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 74.

¹⁰⁶ Estamos compreendendo o evento segundo o conceito em BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: NOVAES, Fernando. SILVA, Rogério F. da (Org.) **Nova História em perspectiva**. v. 1. COSAC NAIFY: São Paulo, 2011.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, op. cit., 2006.

¹⁰⁸ ZAMBONI, op. cit., 1978.

¹⁰⁹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. Editora Nacional, 2005. p.

Encilhamento.¹¹⁰ As contas, sim, se concretizaram em débitos, que foram intensificados pelos novos custos na produção do café, custos gerados pelas novas técnicas e pelo sistema de colonato. O fazer tradicional nem sempre levou a uma forma equânime de adaptação às mudanças promovidas pelo sistema mundial, até mesmo entre uma família ocorreu divergência no agir.

Como podemos acompanhar na carta que Francisco Schmidt envia de Kissigem na Alemanha para Joaquim da Cunha, em 17/05/1899:

Recebi carta do Sr. Arthur me informando que o Sr. José Augusto (seu irmão) dava a fazenda por mil por 1\$200:000 contos; só hoje pude conversar com o sr. Haepfer (SIC) a este respeito, ele ficou de me dar decisão neste dois ou três dias então lhe darei notícias por telegrama. Os meus dois filhos estão ? no colégio em Hiel, e eu preveni lugar para seus dois filhos. Neste colégio ensina-se todas as línguas, também o Português, me agradou muito o dono do colégio, já a viagem toda a Itália, fiz esta porque estava com medo de entrar na Alemanha no mês de Abril por causa do frio. Agora estou na Alemanha só estive dois dias em Hamburgo e um dia em Berlim viemos então aqui neste lugar para fazer uso das águas....Peço muito me recomendar a seu irmão José Augusto e também ao amigo Joaquim Alves da Costa, a quem eu vou escrever este dias. Meu endereço é aos cuidados do Sr. Theodor Wille – Hamburg.¹¹¹

A carta foi enviada por Schmidt, mas não escrita, pois ele era analfabeto, chegou ao Brasil como colono e ascendeu em Descalvado, quando comprou uma venda e enriqueceu. Será que também vendia crédito? Depois passou a comprar terras, até começar a trabalhar com Theodor Wille.¹¹²

Esta carta é muito elucidativa no que tange ao contato fundido entre Schmidt e Joaquim da Cunha. Notamos um esforço por parte do alemão em demonstrar amizade e comprometimento com o povo da terra: “Os meus dois filhos estão ? no colégio em Hiel, e eu preveni lugar para seus dois filhos.” Em uma tentativa de aproximação por meio dos herdeiros, e continua Schmidt “me agradou muito o dono do colégio”, somos boa gente na Alemanha; e os filhos de Joaquim foram estudar na

¹¹⁰ “Os anos de 1894 a 1901 foram um exercício de instabilidade para todos os bancos e seus clientes, no Brasil.” MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, A. G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos**, v. 40, p. 103-131, 2010. p. 125.

¹¹¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1687, ordem 7, 17/05/1899.

¹¹² Infelizmente, os trabalhos que foram feitos sobre Schmidt ignoraram esta fase inicial de sua vida econômica. MORAES, op. cit., 1980.

Alemanha? Não foram! Foram estudar no colégio São Luis de Itu, onde estudavam os filhos da elite paulista agrária.

Na carta, acima de tudo, Schmidt frisa “Meu endereço é aos cuidados do Sr. Theodor Wille – Hamburg”, ou seja, sou amigo de Theodor Wille, o homem do dinheiro.

Mais uma vez há uma expectativa de venda das terras por parte dos Junqueira: vendiam, mas vendiam para quem tinha cabedal, iam vender para o representante local da *Theodor Wille & C*, o que sustenta a dobradinha feita por Arthur e Schmidt como representantes do capital externo em Ribeirão Preto.

E continua: “Peço muito me recomendar a seu irmão José Augusto e também ao amigo Joaquim Alves da Costa”, o irmão José Augusto é aquele que nada recebeu no testamento da mãe de Joaquim, e agora estava a vender suas terras. Também aparece na carta o nome de Joaquim Alves da Costa, que foi um capitalista local e sócio de Joaquim da Cunha. O final da carta demonstra que mesmo com os estrangeiros comprando as terras e tendo por trás um significativo capital, eles as compravam seguindo o costume local, em que um recomendava o outro em um processo de reciprocidade econômica.¹¹³ E os negócios com as terras, as terras dos Junqueira, passavam por Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Ele fora avalista de José Augusto, seu irmão, em negócios realizados com a Empresa Lidgerwood de máquinas de beneficiar café, da qual tinha comprado máquinas. Em junho de 1899, a empresa estava cobrando as letras de José que não tinha como pagar, quando passou a solicitar de Joaquim a quitação da dívida:

Comunicamos a V. S. que temos em nossa poder 2 letras sacadas pelo Sr. José Augusto Alves Junqueira e aceita por V. S. sendo uma no valor de RS 89:427\$500 e outra no valor de RS 41:550\$200, que vão vencer no dia 1 de setembro do corrente ano. O Sr. José Augusto nos disse hoje que não poderá paga-las no vencimento, e como não podemos conceder mais prazo tomamos a liberdade de prevenir V. S. com tempo de que precisamente termos de receber

¹¹³ Quanto à relação estabelecida entre Schmidt e Joaquim da Cunha parte da historiografia é profícua em apontar a ocorrência de constantes querelas entre os dois, as quais não identificamos via relações econômicas, para o período até aqui estudado. Os conflitos que tinham vez no campo político não foram observados no campo econômico. Ambos deviam ter claro que faziam parte da elite econômica e que muitos de seus interesses eram comuns, enquanto Schmidt respeitasse o sistema de reciprocidade local, os negócios iriam bem. WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo Sousa. **Dos coronéis a Metrôpoles**. Ribeirão Preto, 2000. GODOY, op. cit. MATTIOLI, op. cit.

aquelas importâncias no vencimento, por que já estão destinadas a pagamentos que temos a fazer.¹¹⁴

A gentil cobrança feita a Joaquim pela Empresa Lidgerwood de São Paulo dá folga a uma condição econômica difícil pela qual José estava passando, pois já não pagava as letras e estava tentando vender a sua fazenda. Os investimentos no café, ao invés de gerarem lucros, estavam demonstrando-se penosos, o que leva Joaquim da Cunha a entrar em cena como fiador e intermediário nos negócios com as terras.

De tal modo, nem só por meio da loja e do crédito Joaquim dinamizou suas ações econômicas, atuou junto a terra, como conselheiro nos negócios, como negociante ou mesmo utilizando a terra como garantia para a emissão do crédito. A terra e o café consolidaram o crédito.

Apesar de conseguir alavancar o crédito via loja e de estabelecer uma rede de contatos a partir da qual promovia outras inserções econômicas, a loja se demonstrou um negócio funcional quando somamos os valores de 18:225\$000 (pagamentos feitos via outras empresas), ao valor de 11:579\$000 (gastos feitos por Clemencia e Joaquim de Faria), ao valor de 24:888\$000 (pagamentos feitos por 38 clientes), ao valor de 10:381\$000 (depósitos que ficaram de crédito feitos por Clemencia e Joaquim de Faria), ao valor de 9:177\$222 (compras feitas pela Filial), assim o total de crédito que entrou via clientes, que conseguimos dados, somou 74:250\$222, o que significa 56% dos 131:457\$000 que foi o total dos pagamentos feitos aos fornecedores no período estudado, ver Gráfico - 2.3.

Os valores movimentados por uma parte dos clientes somou 56% dos pagamentos; somados a isto, os negócios gerados pelo crédito e os negócios feitos com o café, temos a base do dinheiro que impulsionou uma loja à condição de banco, mas o seu dono não se transformou em banqueiro. Esse cargo foi passado a seu genro, Jorge Lobato. Joaquim da Cunha continuou com suas práticas econômicas tradicionais, que ficaram mais fortes e dinâmicas.

O estudo do livro de contabilidade da loja demonstrou a rede de contatos econômicos que Joaquim da Cunha formou. Muitos dos contatos tinham no café a sua razão de ser; o comércio possibilitou a prática do crédito que também foi estendida aos negócios feitos com a terra com veremos no próximo capítulo.

¹¹⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1770, ordem 55, 30/06/1899. Empresas de máquinas Lidgerwood. Campinas - SP.

Capítulo – III

Processo de diversificação, ampliação das redes e inovação possível

[...] o que é definido oficialmente como 'passado' é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado. Em toda a sociedade a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, materiais que não participam do sistema da história consciente no qual homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade. A inovação pode ocorrer nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente à barreira. Seria interessante investigar que tipos de atividades tendem a permanecer assim relativamente flexíveis, além daquelas que parecem negligenciáveis em um dado momento, mas podem se mostrar diferentes numa ocasião posterior.

Eric Hobsbawn "Sobre História"

Neste terceiro capítulo, vamos concluir a resposta à problemática que norteou esta tese: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira agia em suas atividades econômicas a partir de uma lógica moderna de mercado? Ou era orientado pelos seus referenciais como membro de uma família clânica?

Optamos por trabalhar, nesta parte final da tese, com os registros de compra e venda de imóveis e com os registros de hipotecas, que devem lançar luz sobre a forma pela qual ele promovia outras variações em seus negócios. Ao sabermos o modo de desenvolvimento destes negócios, buscamos uma das etapas de resolução do problema proposto.

A documentação do Arquivo Pessoal Fazenda Boa Vista vai embasar os últimos pontos da pesquisa. Com o seu auxílio, vamos analisar como funcionava e era organizada a sua principal propriedade, a Fazenda Boa Vista, para estabelecermos um elo entre a atividade de cafeicultor e os demais exercícios econômicos praticados por Joaquim da Cunha, para, então, compreendermos, dentro da massa do patrimônio, o papel da cafeicultura na composição de seus negócios.

A sociedade com a casa de comissário Junqueira, Guimarães e Leitão, deu um novo norte aos negócios, outro modo operante começou a ser empregado,

novas junções foram feitas; foi por meio desta sociedade que conseguimos fechar a discussão entre as suas práticas comerciais e o crédito.

Por fim, partimos para a busca da afinidade entre a atuação política exercida por Joaquim da Cunha e as variadas atividades econômicas que ele promoveu e como isso interferiu em seus costumes tradicionais e vínculos familiares.

3.1– Negócio de compra e venda de terras: entre o crédito e as hipotecas.

Com o advento da República, as hipotecas passaram a representar um negócio significativo; as leis de 1864 e de 1890 estimularam e garantiram os empréstimos de longo prazo que passaram a ser avalizados por imóveis urbanos e rurais.

Renato Marcondes, em trabalho sobre o mercado hipotecário para a cidade de São Paulo, indica que “O auge da expansão ocorreu, em termos do número, de 1890 a 1892, e, em termos dos montantes, de 1890 a 1893.”¹

As hipotecas trabalhadas para a cidade de São Paulo entre 1888 e 1901, foram as promovidas por bancos: “Estes bancos foram autorizados a executar uma variedade de serviços que incluíram atividades [...]de crédito agrícola e a hipotecária, garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras [...]”,² para o período houve um aumento de 3 vezes no crédito bancário, com taxas de juros que variaram de 7,1% para nove anos de empréstimo, taxas de 8,2% para seis anos de empréstimo chegando a 11% para um ano de empréstimo, atingindo o mercado de hipotecas um patamar mais conservador em 1894.

Em época de maior expansão do mercado (1890-1893), podemos notar a presença do Banco de Ribeirão Preto realizando transações em 1892, 1895 e 1901.

Os imóveis hipotecados foram em sua maioria representados por casas, prédios e seus terrenos (55,8%), as fazendas representaram somente (1,5%) das hipotecas feitas, o que demonstrou o caráter urbano dessas hipotecas feitas na cidade de São Paulo, assim como indicou o espaço de atuação dos bancos

¹ “As mudanças legais de 1890 não modificaram de forma expressiva as leis em vigor, mas reforçaram as garantias das letras hipotecárias e a importância do registro, atualizando a forma deste registro e dos bens, objetos de hipoteca” MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, A. G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos**, v. 40, p. 103-131, 2010. pp. 110-121.

² Ibidem, p. 112.

pesquisados. “Os anos de 1894 a 1901 foram um exercício de instabilidade para todos os bancos e seus clientes, no Brasil.”³

Após o período que representou a expansão para o crédito bancário em São Paulo, encontramos em Ribeirão Preto Joaquim da Cunha fazendo negócio com as terras; quando houve uma retração do crédito, o vemos trabalhando com as terras.

Para isso, lançou mão de um procedimento de concentração das terras que facilitaria o desenvolvimento da empresa agrícola voltada ao plantio do café; o movimento de venda e compra de terras, feito por ele, esteve atrelado a pequenas e médias áreas que passaram a ser concentradas, como foi o caso da permuta feita entre Joaquim e sua cunhada, Iria Alves Ferreira, em 1893, momento em que trocaram “terras na Lageado na morada conhecida como Catingueiro trocada por terras na fazenda Paú Alto no córrego Macaquinho”; Joaquim pagou a diferença de 300\$00 a Iria.⁴ Porções de terras que foram conseguidas por herança agora estavam sendo organizadas em uma propriedade contínua.

Um ano depois, com as terras constituindo uma propriedade maior, encontramos a mesma propriedade sendo vendida por Joaquim da Cunha a Francisco Schmidt. Vendeu um sítio com benfeitorias, dividido em partes e 10 alqueires de terras de cultura com café mais velho, e 6 alqueires comprados de Iria um ano antes, vendidos por 200:000\$000.⁵ Joaquim vendeu todas as terras que tinha na Fazenda Lageadinho, exceto as terras ocupadas por cafés com menos de um ano, do Dr. Leodomiro de Mendonça Uchôa, no lugar denominado Seca Guela. Vendeu o sítio entre as fazendas Paú Alto e a Olhos d’água, terras de 10 alqueires com café mais velho e terras de cultura no Córrego do Macaquinho. O sítio vendido ficava entre as terras da Fazenda Olhos d’água de José Bento Junqueira, seu primo, e a Seca Guela, de Francisco Maximiano Junqueira, seu sogro. Schmidt estava comprando um sítio no meio das propriedades dos Junqueira.⁶

Nos anos de 1894 a 1899, Schmidt promovia uma ação significativa de compra de terras, aproveitando os tempos difíceis para os locais:

³ Ibidem, p. 127.

⁴ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 42, p. 45, 17/10/1893.

⁵ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 233, 13/11/1894.

⁶ Quando Luis Antonio, avô de Joaquim comprou a fazenda Lageado, comprou as fazendas no entorno das terras na Barra do Rio Mogi; somente depois, seus descendentes compraram a parte central. Agora, ao vender as terras, vemos a mesma estrutura se repetindo, mas, no caminho inverso, Joaquim vendeu o centro das terras e o entorno continuou com os membros da família.

A fazenda Monte Alegre constituiu-se no eixo propulsor da expansão agrícola de Francisco Schmidt, que passou a comprar as terras que faziam limites com a Monte Alegre. No Primeiro Cartório de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto, encontramos o registro de algumas fazendas compradas por Francisco Schmidt. No dia 12 de fevereiro de 1894, ele comprou a fazenda Laureano, município de Ribeirão Preto, com mais de 50 alqueires de terras, contendo cafezais. O valor da transação foi de 120:000\$000. No dia 23 de março do mesmo ano, encontramos o registro de compra de duas fazendas: a de Santo Antonio da Boa Vista e a de Ribeirão Preto abaixo, ambas no município de Ribeirão Preto. A primeira no valor de 800\$000 e a segunda, com 35 alqueires de terra, por 35:500\$000. No dia 12 de setembro, do mesmo ano, Francisco Schmidt adquiriu diversas partes da fazenda Posses do Sertãozinho, pelo preço de 62:000\$000. E no dia 15 do mesmo mês, adquiriu mais 121 alqueires desta fazenda, no valor de 10:000\$000.

No dia 30 de janeiro de 1895, encontramos o registro de compra de uma casa na rua Florêncio de Abreu em Ribeirão Preto, e diversas partes de terras na fazenda Posses, no mesmo município, com 34.000 pés de café. O valor da transação foi de 23:000\$000. No dia 9 de maio do mesmo ano, Francisco Schmidt comprou a fazenda do Lageadinho, lugar denominado “Cabeceira do Macaquinho” e “Olhos d’água”, pelo preço de 200:000\$000. A 1º de junho, adquiriu oito alqueires de terras da fazenda Lauriano, em Ribeirão Preto, no valor de 8:000\$000. No dia 5 de agosto encontramos o registro de compra de duas fazendas: Lauriano e Ribeirão Preto abaixo: 10 alqueires de terras na primeira e 15 alqueires na segunda, no valor de 25:000\$000.

Comprando fazendas que confinavam com a de Monte Alegre, Francisco Schmidt possuía, em 1899, um patrimônio considerável, constituído por 12 fazendas, no município de Ribeirão Preto.⁷

Percebendo a ação de compra de terras ensejada pelo alemão e a *Theodor Wille & C*, Joaquim começou um movimento para compor, nas terras que tinha recebido por herança, uma propriedade que seria vendida aos investidores. Para compor a propriedade, ele trocou terras com sua cunhada e pagou 300\$000.⁸ Um ano depois, vendeu tudo por 200:000\$000; foi a propriedade mais cara que Schmidt comprou na época. A oportunidade de conseguir lucro com a terra foi aproveitada por Joaquim, não foi à toa que se transformou em conselheiro sobre os negócios de terras para os parentes. O valor de venda desta propriedade, 200:000\$000, foi maior que todas as compras que a loja de Joaquim da Cunha fez entre 1891 e 1892, que somaram 152:457\$000; os negócios com terras representaram outra frente econômica na qual atuou.

⁷ MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). Dissertação de Mestrado defendida na USP, 1980. p. 66. (grifo nosso)

⁸ Esse valor pode estar abaixo do real da transação para evitar impostos.

O movimento de Joaquim da Cunha para unir propriedades também tem vez no espaço urbano, onde adquire “Uma casa de meia água com terreno de 65 palmos de frente e 200 de fundo, tinha já a terça parte deste terreno que fica nos fundos do prédio pertencente a ele”. Comprou o imóvel de um primo, o Major Joaquim Firmino de Andrade Junqueira, pelo valor de 1:425\$000 no início de 1895.⁹ Quatro anos depois, em 1899, permutou a propriedade constituída na área urbana. Tinha casa na rua Tibiriçá, 27; era vizinho de Dona Mariana, sua sogra, do outro lado com o Major Joaquim Firmino de Andrade Junqueira, seu primo, e de Luciana Calixto Barreto. “Vai permutar com casa na rua General Ozório, 101, voltando 10:000\$000 de um lado casa de João Franco de Moraes e de outro de Manoel José Mendes, de outro lado com a rua Álvares Cabral e praça XV.”¹⁰ O mesmo padrão de conduta que verificamos para as terras foi utilizado para o imóvel urbano, uma propriedade recebida por herança, com uma parte acrescida por compra e depois a propriedade que se forma é negociada. Neste último caso, acompanhamos uma ação de visível enriquecimento de Joaquim, que mudou da partebaixa do centro da cidade, que era um enclave da família Junqueira, para a parte alta, na Praça XV, que se tornou o espaço da modernidade em Ribeirão Preto, onde havia sido construído o teatro Carlos Gomes, o primeiro teatro de ópera do interior do estado de São Paulo.¹¹

No ano de 1895 continuou a comprar propriedades da parentela; pouco depois, empregou todo o valor conseguido com a venda feita para Schmidt, na compra de “Terras de cultura alta e baixa que receberam de herança e vendem a Joaquim da Cunha”, “Escritura de duas partes de terra na Fazenda Olhos d’água que Joaquim da Cunha compra ao Capitão José Maximiniano Junqueira”,¹² seu cunhado, que já tinha vendido o resto da sua herança que eram “terras da Lageado lugar denominado Olhos d’água”. A compra foi no valor de 206:547\$000 pelas terras de cultura que eram limítrofes às terras vendidas a Schmidt. Os negócios realizados entre os membros da família auxiliaram na composição de propriedades; agora, Joaquim estava unindo terras que, somadas àquelas que sua mulher recebeu de herança, constituíram a fazenda Boa Vista.

⁹ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 182, 14/03/1895. (grifo nosso).

¹⁰ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 50, p. 66, 11/02/1899.

¹¹ MIRANDA, Pedro José. **Breve Histórico do Café em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Memória Monográfica, 1980.

¹² 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 45, p. 4 v, 12/06/1895.

No ano seguinte, os negócios de compra de terras da família vão sendo sucedidos pela realização de hipotecas, em uma cessão de dívida junto ao Banco Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha cobriu a dívida contraída por Henrique Morgam de Aguiar:

Foi contraída com o banco em 02/07/1895 no valor de 14:093\$500 e foi paga por Joaquim da Cunha em 30/03/1896 no valor de 18:600\$000, 6 meses depois que Henrique não pagou ao banco, para suas coisas não serem hipotecadas Joaquim pagou a hipoteca com o banco. Em contra partida Henrique lhe deu “um sítio no Ribeirão Abaixo no córrego seco e um terreno 90 de frente e 200 de fundo entre Cerqueira Cezar e Liberdade.”¹³

Um ano antes desta hipoteca, Joaquim tentou fazer outra hipoteca com Lourenço José Barboza que ia lhe dar por garantia uma casa na mesma rua Liberdade, mas este negócio não deu certo, apesar de ter sido registrado nos livros de notas.¹⁴

Além dos terrenos da parte alta da cidade, Joaquim demonstrou interesse por terras de cultura, como as de João Batista da Costa e Horácio A. do Nascimento que, em 1899, deram em hipoteca a Joaquim:

[...] as partes que possuem na Fazenda Boa Esperança com benfeitorias, casas de colonos e cafezais, sendo cada um 30.000 pés de café ao todo 60.000, são heranças e compras dos cunhados. Faz parte da fazenda Rib. Preto Acima entre terras de Antonio Furquim Pereira, Francisco Schmidt, Manoel Antônio Teixeira, Domingo Vilela de Andrade Junqueira e Dona Francisca Silveira do Val. Mais 12 bois de carro, 5 animais de sela, 9 burros de carroça, 2 vacas de leite, um carroção, uma carreta e duas carroças e um carro de boi, bens estes pertencentes a mesma situação.¹⁵

A hipoteca foi no valor de 29:046\$286:

João já devia a Joaquim 25:045\$500 em duas letras endossadas por Joaquim de 1,5 % ao mês até 31/01/1900 quando vence. Horácio, cunhado de João, devia 4:786\$000, importância de capital e juros a vencer em 31/01/1900, resultado de empréstimo que lhe fez em parcelas de 1:000\$000 a cada a 4 anos. Pagarão juro de 1.5% ao

¹³ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 43, p. 54, 30/03/1896.

¹⁴ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 268, 21/05/1895.

¹⁵ Foi nesta fazenda Boa Esperança que a mãe de Joaquim da Cunha faleceu em 1878; depois o vemos, em 1899, recebendo a fazenda de hipoteca no negócio com João Batista da Costa e Horácio A. do Nascimento. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 51, p. 47, 05/09/1899.

mês com reforma semestral e real reembolsos pago for em juízo pagam mais 20% mais custas.¹⁶

As condições de pagamento das letras indicavam o pagamento em seis meses com juros de 1,5% ao mês, sobre um negócio que já vinha se desenvolvendo entre os cunhados e Joaquim, que novamente fazia as vezes de um de banco, ao emprestar dinheiro sucessivamente a João e Horácio, conforme o valor total dos empréstimos avolumava-se; a hipoteca das terras garantiram o empréstimo que estava se tornando insolúvel.

Na cessão de dívida feita a Henrique Morgam, Joaquim recebeu como pagamento um terreno em área da cidade para a qual ele mudara, já com a hipoteca feita aos cunhados, João e Horácio ele recebe como garantia uma propriedade rural que fazia limite com as terras que alguns anos antes ele tinha vendido a Francisco Schmidt, além de estas terras estarem próximas de sua fazenda Boa Vista e ser o lugar onde sua mãe faleceu em 1878. De tal modo que podemos salientar que as hipotecas e empréstimos feitos demonstram especial atenção à localização das propriedades que seriam dadas em garantia, não eram quaisquer propriedades, eram propriedades em áreas de expansão de seus negócios, tais empréstimos se demonstram como estratégia de acesso a áreas de seu interesse. Para lançar mão destas estratégias, era necessário ter informação e paciência para acessar as propriedades desejadas.

Sobre os empréstimos feitos pelos bancos, Flavio Saes¹⁷ aponta que o crédito disponibilizado era de curto prazo e, no geral, não atingia as fazendas de café. Este tipo de crédito serviu muito mais para estimular o grande comércio urbano¹⁸:

Como os bancos não atendiam às necessidades por numerário dos fazendeiros de café, estes teriam que obtê-lo de fontes não institucionais, deveriam recorrer a agentes privados.

¹⁶ Idem.

¹⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

¹⁸ Para Vale do Paraíba, em estudo sobre as hipotecas entre os 1865 1887, Renato Marcondes demonstrou que a falta de um sistema bancário deu condições de serem praticados juros mais altos do que em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os empréstimos foram controlados por capitalistas e fazendeiros locais. “Os tomadores destes recursos só conseguiam honrar estes financiamentos graças à rentabilidade elevada da cafeicultura naquele momento.” A oferta de crédito quando passou a ser disponibilizada pelos bancos teve por característica grandes valores, com menores taxas de juros e prazos mais longos e, privilegiaram somente grandes agricultores. MARCONDES, Renato Leite. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n.1, p. 147-170, 2002.

Freqüentemente, se discutiu a atuação do comissário de café, um intermediário entre o fazendeiro e os exportadores, enquanto um elemento central no fornecimento de crédito para a lavoura e enfatizou-se as bases pessoais desta relação.¹⁹

Os comissários acabaram sendo um dos intermediários do crédito entre os bancos e os cafeicultores, que não conseguiam acessar o crédito junto aos bancos, viabilizaram estes empréstimos por meio de representantes locais:

[...] que provavelmente disponibilizavam ao menos parte de seus recursos na efetivação desses negócios, abrindo a possibilidade, para si próprios, de potencializarem sua acumulação de capital por meio desta intermediação entre comissário e cafeicultor.²⁰

É aí que Joaquim da Cunha se insere como um dos responsáveis pelo acesso ao crédito localmente; o processo do crédito local também passava por ele. Assim como em outras áreas, os bancos disponibilizavam empréstimos aos comissários, mas entre estes e os lavradores estava Joaquim da Cunha com a sua loja, fazendo o elo entre o local e o geral, e como demonstramos, auferindo lucros com esta intermediação. Isto até que o período de restrição monetária e de queda no valor do café chegou com o *funding loan* de Campos Sales, em 1898, e se arrastou até o Convênio de Taubaté de 1906.²¹

Foi um momento de escassez de circulação monetária e conseqüente estagnação da cafeicultura; uma crise que acabou por auxiliar nos ganhos dos intermediários do crédito local.

¹⁹ TEODORO; Rodrigo da Silva. Crédito e Expansão da Cafeicultura: o caso do município paulista de Franca 1887-1914. **Heera**, v. 2, n. 2, 2007, p. 5.

²⁰ TEODORO; Rodrigo da Silva. **O Crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914**. Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2006.p. 116.

²¹ Outro fator que gera a crise na cafeicultura no período é a superprodução, com os bons preços da década de 1890. Muitos cafeicultores aumentaram as suas plantações que passam a produzir no início do século XX. “A superprodução aumentava sempre: 7.250 milhares de sacas em 1897-98, mais de 9.500 milhares em 1899/1900. A colheita de 1901/1902 atingiu a cifra recorde de 16.270.678 sacas, ou seja, cerca de 82% da produção mundial. Houve inquietação. Nos anos seguintes, a produção diminuiu: cerca de 13.000 em milhares de sacas, em 1902/1903, com 11.000 em 1903/1904, 10.600 em 1904/1905 e 11.000 no ano seguinte. Mas a colheita de 1906/1907 foi particularmente grande: ela ultrapassou os 20 milhões de sacas.” SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.p. 66. A mesma explicação é compartilhada por MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITH, 1984. pp. 167-179. Enquanto outro autor aponta que o crescimento das plantações na passagem do século XIX para o XX tem uma fina relação com a necessidade que os fazendeiros tiveram de manutenção dos colonos na terra. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. pp. 110-167.

Nesta época de aparente crise, em que a queda dos preços internacionais do café aliada ao declínio dos preços internos – se não era uma crise para todos, era sim uma crise para os produtores – Joaquim da Cunha começou a atuar de forma mais contundente no mercado de hipotecas, o que levou a um deslocamento de suas atividades de comerciante e negociante de produtos agrícolas para uma prática de especulador das oscilações de mercado, por meio das hipotecas.

Como Joaquim da Cunha tinha conseguido liquidez com os negócios realizados em sua loja, era provável que tivesse recursos monetários em mãos passíveis de serem empenhados via empréstimos. Com o preço do café em baixa e com a diminuição monetária no mercado, as propriedades rurais e urbanas tenderam a perder valor.²²

Notamos que foi na década de 1890, depois de 1893, que Joaquim da Cunha promoveu os negócios com as terras, próximo do período de instabilidade iniciado em 1894.

Entre 1893 e 1899, ele negociou imóveis no valor 418:272\$000, no final do século XIX, em Ribeirão Preto: somente 35 negociantes de imóveis em um total de 2.172 negociaram valores acima de 50:000\$000,²³ o que denota uma posição de destaque para ele neste comércio. Suas compras somaram 218:272\$000; somente 10 compradores de imóveis no período fizeram compras que atingiram este valor.²⁴ O valor das hipotecas negociadas por ele, na última década do século XIX, atingiu os 136:812\$000.

Entre compras de imóveis e hipotecas que concedeu entre 1893 e 1899, ele movimentou 355:084\$000 valor superior aos 152:457\$000 de compras que fez em sua loja entre 1891 e 1892. O que demonstra que aumentou o valor dos negócios promovidos no decorrer dos 1890.

O preço ruim do café levou a um processo de não pagamento das hipotecas por parte de alguns dos cafeicultores, em especial aqueles que tinham se endividado

²² Sobre as terras “A instabilidade política, as incertezas, a inflação e as desvalorizações no preço do café certamente acabaram tendo efeitos que se refletiram nos preços das terras, explicando as variações bruscas para os anos finais da década, de 1897 até 1899.” Sobre os terrenos urbanos: “A queda nos preços dos terrenos urbanos alcançou, em menos de uma década, 80%, ou seja, uma expressiva queda, do pico de valorização, em 1890 com 41 réis, até 1899 com tão-somente 8,5 réis por palmo quadrado.” OLIVEIRA, Jorge H. Caldeira de. As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899. Dissertação de mestrado defendida na UNESP-Araraquara, 2003. pp. 72 e 114.

²³ OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Tempo**, v. 8, n 15, pp. 11-133, 2003. p. 125.

²⁴ Ibidem, p. 120.

com o crescimento do crédito nos anos do Encilhamento. Algumas das dívidas tinham sido feitas junto à própria loja de Joaquim da Cunha.

A partir daí a propriedade da terra foi sendo requerida por quem tinha disponibilizado o crédito; as hipotecas foram sendo pagas com a entrega de propriedades que tinham sido dadas em garantia.

O período de crise do café reverteu-se em uma poupança para os que eram responsáveis pela chegada do crédito aos cafeicultores, estimulados pela ineficácia do sistema bancário em promover crédito em quantidade e valor suficientes, o que possibilitou a entrada de intermediários que acabaram por lucrar com a cafeicultura e, ainda mais, com a crise na cafeicultura entre os anos de 1898 e 1906.

Se nos anos de Encilhamento a manutenção dos empréstimos fora garantida pelos preços dos produtos agrícolas, nos anos do *funding loan* empréstimos foram garantidos pelas propriedades rurais e urbanas que tiveram que ser entregues para honrar as hipotecas.

Foi o que aconteceu com Henrique Morgam de Aguiar, depois do negócio feito com o Banco Ribeirão Preto e liquidado por Joaquim da Cunha no valor de 18:600\$000.²⁵ Passados 16 anos, outra escritura de hipoteca foi feita, em que “Como primeiro outorgado Jonas Venâncio Martins, capitalista, e segunda ao Dr. Jorge Lobato, banqueiro”, Henrique devia 65\$000:000 e deu “[...] de hipoteca a Jonas a propriedade Agrícola de São Sebastião na fazenda Rio Abaixo e para o segundo outorgado 10 mil arrobas de 15 quilos de café da safra atual da fazenda pelo valor de nove mil e setecentos por arroba de café de tipo 4 americano.”²⁶ Nesse hipoteca, Henrique devia a dois credores, sendo um deles o genro de Joaquim da Cunha, Jorge Lobato que era, banqueiro,²⁷ que ficou com 10 mil arrobas

²⁵ “Foi contraída com o banco em 02/07/1895 no valor de 14:093\$500 e foi paga por Joaquim da Cunha em 30/03/1896 no valor de 18:600\$000, 6 meses depois que Henrique não pagou ao banco, para suas coisas não serem hipotecadas Joaquim pagou a hipoteca com o banco. Em contrapartida, Henrique lhe deu “um sítio no Ribeirão Abaixo no córrego seco e um terreno 90 de frente e 200 de fundo entre Cerqueira Cezar e Liberdade” 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 43, p. 54, 30/03/1896.

²⁶ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 84, p. 127, 06/02/1912.

²⁷ “Jorge Lobato Marcondes Machado, genro do coronel “Quinzinho” da Cunha foi advogado, fazendeiro e banqueiro. Fundou, entre outras empresas, a Agência Bancária Jorge Lobato, em Ribeirão Preto, com amplitude principalmente regional, como a maior parcela dos bancos fundados no interior de São Paulo até a década de 1920. Lobato era o principal responsável pelos negócios financeiros do coronel “Quinzinho” da Cunha na região de Ribeirão Preto e junto aos bancos estrangeiros em que o coronel “Quinzinho” mantinha contas correntes, como o National City Bank de New York. A família de Jorge Lobato chegou a Ribeirão Preto também vinda do Vale do Paraíba paulista. Seu pai, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, participou da Comissão Diretora do PRP e foi um influente político da Zona Norte, elegendo-se senador estadual. Rodrigo casou-se com Maria

de 15 quilos de café da safra da fazenda, agora não só as terras estavam sendo empenhadas mas também a produção de café.

No mesmo ano, a fazenda São Sebastião apareceu em outra hipoteca de Júlio Prado Pontes, feita a Jorge Lobato, genro de Joaquim, no valor 198\$000:000, “Dão em hipoteca o imóvel agrícola São Sebastião do Rio Pardo com 350 alqueires de terras de cultura, com 100 mil pés de café, casa de morada e de colono, máquinas de beneficiamento e pastos.”²⁸ Não só a terra era hipotecada, a produção de café passou a ser hipotecada com cláusulas que controlavam desde o tipo de café a ser entregue como a data para a entrega, com multa no caso de falha na entrega do café:

[...] a produção que possuem em suas terras pelo preço de 9:000\$000 a arroba, devem entregar na estação entroncamento até 30/10/1913 nos sacos dados por ele e beneficiados, entregar 1.000 sacos mensais a partir de julho de 1913 até 30/10/1913, o café deve ser do tipo 4 americano, os comissários farão a classificação. Os comissários farão a classificação e pagam 3:000\$000 por arroba se for inferior, devem pagar 5\$000:000 por cada arroba não entregue.²⁹

Mais uma vez, uma propriedade específica tem sucessivas hipotecas feitas por Joaquim e/ou seu genro. A família desejava as terras da fazenda São Sebastião, nem que para isto muitos negócios tivessem que ser firmados, antes da posse definitiva. Neste meio tempo, as hipotecas foram feitas tendo como garantia as terras e depois também as colheitas.

Diferente de Francisco Schmidt, que comprava várias propriedades pagando em dinheiro de uma vez, Joaquim da Cunha usava alguns recursos que visavam adquirir as propriedades aos poucos, por valores menores do que valiam. O tempo era um aliado nos negócios de Joaquim da Cunha; com o tempo, os seus negócios se concretizavam em uma longa temporalidade.

Outro caso que foi possível acompanhar foi o de Horácio A. do Nascimento. Passados 6 anos da primeira hipoteca com Joaquim da Cunha, encontramos uma escritura de hipoteca e penhor agrícola, agora em nome de Américo Batista da Costa, marido da herdeira de Horácio A. do Nascimento. Como a hipoteca feita

Isabel Vieira Marcondes Machado, neta do Barão de Paraibuna.” GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006. p. 598.

²⁸ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 86, p. 335, 27/11/1912.

²⁹ Idem.

anteriormente não tinha sido quitada, a garantia do pagamento que era a Fazenda Boa Esperança foi levada a leilão em hasta pública, e arrematada por Joaquim da Cunha. Para não perder a Fazenda, a filha de Horário e seu genro fizeram uma nova hipoteca. O valor que, em 1899, estava em 29:046\$286 alcançara 86:100\$740 em 1905; com a segunda hipoteca, passados 6 anos, o valor da hipoteca sobe 57:054\$000. Este seria o lucro de Joaquim da Cunha.

Essa última hipoteca que estava dando encerramento ao empréstimo da primeira fora constituída pela produção agrícola e por terras da fazenda Boa Esperança que foi a hasta pública:

Recebem hoje 74:363\$000 de pagamento da arrematação da Fazenda Boa Esperança que o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira fez com João e Horácio e 11:700\$000 de um saque junto a casa comissária de Junqueira e Leitão em Santos saque este de 30 dias de prazo que a referida importância de 64:332\$000 a eles devedores só obrigam a pagar desta data a dois anos em duas parcelas iguais sendo uma em 12/07/1906 e outra em 12/07/1907 a importância do saque no valor de 11\$768:000 pagar em 30/09/1905 juros de 1% em caso judicial 20% com débito ou garantia creditícia, que a dívida ora confessa considerasse vencida quer na falta de pagamento das prestações, execução, ação ou litígio relativo aos bens que serão oferecidos.³⁰

As garantias de pagamento se faziam pelas parcelas de pagamento anual, em época de colheita, e revelam que seriam pagas com o café, que por sinal foi uma das origens do endividamento dos cunhados João e Horácio, que tinham feito um saque na Casa de Comissário *Junqueira e Leitão* no valor de 11:700\$000, mas que não conseguiram saldar. Passados 6 anos estavam envolvidos em uma sub-hipoteca e entregando a produção de café para saldar a dívida inicial, como podemos ver:

Bens oferecidos em hipoteca partes de terras de cafezais, casas de colonos e outras benfeitorias e outras na Faz. Boa Esperança em Bonfim que herdaram por arrematação em hasta pública nesta data na execução hipotecária promovida pelo outorgado credor a João Batista e Horário do Nascimento e casa de morada 60.000 pés de café, vizinha de Ant. Furquim Pereira, Francisco Schmidt, Manoel Antonio Teixeira, Domingo Vilela e Dona Francisca do Val, 9 burros de carros, 3 carretelas, 4 animais de sela bens este pertencentes a hipoteca. Pelos outorgantes devedores Américo e esposa que também para garantia nesta especial hipoteca, com 7.000 pés de

³⁰ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro64, p. 10, 12/07/1905.

café mais ou menos, 4 alqueires de mato, uma vaca e todas as demais benfeitorias na fazenda Boa Esperança bens estes sem hipoteca para a garantia do débito mencionado. Dão ainda em especial sub-hipoteca (segunda) os seguintes bens que se acham hipotecados a Conceição Hampatia (?) pela escritura de 27/05/1904 bens todos que possuíam os outorgantes antes da arrematação em praça e que possuem livres e desembargados de qualquer ônus de hipoteca legais e convencionais a não ser a supra mencionada. Ainda como sub-hipoteca dão duas partes de terras de cultura com 11.000 pés de café, 2 casas para colonos uma carretela e demais acessórios benfeitorias e pertences na Fazenda Boa Esperança, uma casa na rua S. Sebastião, 101, sendo 1 porta e 3 janelas e um portão e duas janelas para a rua liberdade com quintal 100 palmos de frente e 200 de fundos de um lado. Pelos outorgantes dão Antonio Ignácio Costa (da qual a mulher de Américo é herdeira) em sub-hipotecaos bens já hipotecados a Joaquim da Cunha em 28/02 deste ano, as partes da Faz. Boa Esperança com benfeitorias, mais 13 alqueires, 15.000 pés de café, casa de morada cobertas de telhas e todas as demais casas e benfeitorias existentes que receberam por herança de Joaquim Costa, um pequeno sitio na Lageadinho, com 7 alqueires de terras de cultura e 15.000 pés de café, um casa na mesma fazenda do Ribeirão Acima com 1 alqueire de terras, 4 casas de tijolos e telhas. Ainda dão em garantia do débito os frutos da Fazenda Boa Esperança (hoje adquirida em praça na execução hipotecária) estimados em 4 mil arrobas, mais seis cafezais da safra de 1906 calculados em 8.000 arrobas ao ano de 1907 também calculados em 8.000 arrobas, obrigando-os como fiéis depositários e colhendo e beneficiando e remetendo a Casa de Comissário Junqueira e Guimarães, Leitão Cia. O café de 1906 deve ir até 30/09/1906 de cada ano e o de 1907 até 12/07/1907, além dos frutos colhidos do corrente ano já comprados por Manoel Fernandes do Nascimento, calculados em 400 arrobas possuir em nome do credor como fiéis depositários e remetidos e Junqueira e Leitão. Dão em sub-hipoteca (em segundo penhor) os remanescentes dos frutos pendentes e colhidos já empenhados à Conceição e Cia calculados em 400 arrobas dando em penhor os frutos das safras 1906 e 1907 calculados em 1.000 arrobas cada uma e remeter até 30/09 de cada ano a Cia Junqueira e Guimarães e Leitão. Ainda Antonio Costa dá pelos outorgantes a safras de 1906 e 1907 com 2.000 arrobas cada já empenhados ao Coronel. deve enviar as remessas em 12/07/1907 devem ser feitas até 30/09/1907.³¹

Essa nova hipoteca da família Costa os levou a uma condição econômica incerta, tendo em vista que hipotecaram a produção futura de café, que já estava comprometida com outras Casas de Comissário. A nova hipoteca tinha comprometido a produção dos próximos dois anos, além de uma casa na cidade, um sítio na Lageadinho, mais terras da Fazenda Boa Esperança e a produção de café de outro parente, Antonio Costa, que compromete dois anos da sua produção.

³¹ Idem. Notamos que as hipotecas em Ribeirão Preto estão interligadas aos registros de compra e venda de imóveis.

Para salvar a fazenda, os herdeiros de Horácio e outros parentes empenharam muitos bens e futuros anos de trabalho; em contrapartida, Joaquim da Cunha conseguiu aumentar a garantia do negócio por meio de novos bens empenhados. Garantiu o controle sobre a futura produção de café tirando do negócio outras Casas de Comissário. Por dois anos, a família Costa iria entregar a sua produção de café à *Junqueira e Leitão*, garantindo no negócio os lucros de Joaquim, que ainda poderia ficar com as terras ou receber o seu dinheiro corrigido por juros de 12% ao ano, maior que aquele cobrado pelos bancos na cidade de São Paulo, além do que uma possível valorização nos preços do café poderia ocasionar de lucro no futuro.³² Muitas vezes, o penhor agrícola foi utilizado como complemento às hipotecas de propriedades, o que deve ter colocado os cafeicultores, que utilizaram destas hipotecas, em uma situação de inadimplência de suas dívidas, pois os seus recursos aos poucos eram drenados pelo penhor agrícola.

Essa hipoteca de 1905 marca duas mudanças que ocorreram em época com Joaquim da Cunha: nos documentos ele passou a ser tratado como Coronel, em uma clara mudança de seu *status* nos círculos sociais de que participava. A política representou mais uma frente de atuação dele, de que trataremos mais adiante: a sua relação com os fatores econômicos. Outra mudança sinalizada nesta hipoteca foi o aparecimento da casa *Junqueira e Leitão* nos negócios de Joaquim da Cunha. Ele foi sócio desta casa de comissário:

Outra casa de destaque é a Junqueira, Guimarães, Leitão e Cia., criada em 1901 por um grupo de fazendeiros de café da Mojiana: coronel José Frauzino Junqueira Netto e coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, de Orlândia; Dr. Antônio Torquato Fortes, José Manuel de Azevedo Marques e capitão Henrique Luiz de Azevedo Marques, de Nuporanga; Dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, de Conquista; coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, de Ribeirão Preto; Francisco Gomes Leitão, de Cravinhos, e Francisco Marcos Inglês de Souza, de Itapira. Mais tarde, essa casa alteraria sua denominação para Junqueira, Netto & Cia., sob a direção de José Mario Junqueira Netto.³³

³² Notamos que falta um estudo sobre hipotecas para Ribeirão Preto que enfoque a passagem do século XIX para o XX e suas relações com os Bancos, mas também com as Casas de Comissário, acreditamos que a maior parte das hipotecas em Ribeirão no período estava ligada às Casas de Comissário.

³³ BACELLAR, Carlos A. P.; BRIOSCHI, Lucila R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 134.

A sociedade em torno da *Junqueira, Guimarães, Leitão e Cia*, composta por vários membros da família Junqueira, é indício de que alguns dos movimentos econômicos experimentados por Joaquim da Cunha não eram exclusivos dele: outros também tiveram a percepção de que ser sócio de uma casa de comissariado era uma opção importante para os novos tempos no comércio do café.

Somente a condição de representante da casa de comissariado e de cafeicultor não respondia mais às mudanças ocorridas com a chegada do capital externo, que passou a atuar na compra e plantio do café, em época de crise da cafeicultura.

A junção de cafeicultores ao redor de uma casa de comissário³⁴ foi indício de um processo de investimento para transpor algumas barreiras do mercado, mas que demandou dos sócios capital e estrutura. No caso de Joaquim da Cunha, buscamos demonstrar o caminho que o levou a este processo de constituição do capital e estrutura para passar da condição de representante à condição de sócio de casa de comissariado.

A casa *Junqueira, Guimarães, Leitão e Cia* escreveu alguns meses depois a Joaquim para tratar das contas dos membros da família Costa:

Confirmamos nossa carta de 03/11/1905 de acordo com seu pedido vamos lhe informar que os Amigos Antonio Ignácio da Costa e Américo Baptista da Costa não tem atualmente nenhum café por vender - já foi todo vendido. Já aceitamos e debitamos o último saque que fizeram de R\$8:000\$000 que V. Sr. nos avisou. A conta deste Ignácio da Costa e Américo Batista da Costa acusa o débito (saldo a nosso favor) de R\$ 956\$900 novecentos e cinquenta e seis mil e novecentos réis inclusive juros até hoje. Lembramos a V.S. que a conta dos Amigos João B. Costa e Horácio Ant. do Nascimento tem saldo a favor de R\$ 1.682\$500, valor em 26/07 conforme C/C que remetemos nessa data e que aguardamos ordem para fazer a

³⁴ Outra Casa de Comissário em que a família Junqueira esteve presente foi montada pelos cunhados de Joaquim, da qual ele não participou. "Membros da família Junqueira também estabeleceram a Junqueira Cia. Exportadora em 1902, tendo como sócios Francisco Maximiano Junqueira – o coronel Quito - residente em Ribeirão Preto ao lado de Frederico Junqueira e Mário da Silva Junqueira, residentes em Santos, Manoel Gustavino de Andrade Junqueira, Adolfo Arantes Marques e Altino Arantes Marques, moradores em Batatais. Os três primeiros detinham 75% do capital de 200 contos de réis, sendo que Frederico Junqueira e Mário da Silva Junqueira eram seus gerentes em Santos. Em 1903 entram na sociedade dois irmãos do coronel Quito, Joaquim Firmino de Andrade Junqueira e Manuel Maximiano Junqueira, ambos fazendeiros em Ribeirão Preto, bem como seu sogro Martiniano Francisco da Costa e seu cunhado Bernardo Avelino de Andrade, moradores em Franca. A casa comissária perdurou até 1913, quando sua falência foi decretada." *Ibidem*, p. 134.

transferência, conforme dissemos a V. S. Breve informamos sobre as contas Américo Gandra e filhos que estamos conferindo.³⁵

O conteúdo da carta enviada pela *Junqueira e Leitão* dá a silhueta de como era feito o controle das contas daqueles que enviavam o café por meio dos sócios da casa; tinham o controle dos créditos e débitos que seriam ou não disponibilizados em conta, conforme a autorização do representante da casa. Assim, os depósitos poderiam ou não ser adiantados ou atrasados em face ao vencimento de hipotecas. Esse controle chegava até as futuras colheitas colocando o fazendeiro em uma situação de dependência com relação à casa e seu sócio.

A prática das hipotecas, em época de crise, permitiu que um proprietário de terras e negociante passasse a galgar a condição de um capitalista, de aliado das Casas de Comissários passou a ser sócio de uma. Na crise Joaquim da Cunha demonstrou-se apto a aumentar a sua atuação econômica; foi nessa ocasião em que ele cresceu e passou a ser tratado como coronel.

Com a análise das hipotecas, fica notório o interesse de Joaquim da Cunha por terras em uma determinada região e por casas e/ou terrenos em área específica da cidade; as hipotecas foram feitas de forma conveniente, buscando atrelar os lucros a uma determinada área geográfica para qual pretendia se expandir; o café foi outro elemento cada vez mais presente nas hipotecas. Os negócios feitos com base nas hipotecas tinham um tempo particular para a sua concretização.

Os negócios praticados por Joaquim da Cunha foram mudando com o passar do tempo, contudo, sem perder o seu objetivo principal, que era manter o controle sobre o grande comércio. Mudava a estratégia sem mudar o objetivo.

A busca por uma área urbana específica, é, no mínimo, curiosa: começa em 1895, quando tentou fechar uma hipoteca com Lourenço José Barboza, por uma Casa de morada na rua São Sebastião no valor de 2:500\$000. No ano seguinte, pagou a hipoteca de Henrique Morgam de Aguiar junto ao Banco Ribeirão Preto, que deu em garantia um terreno na rua São Sebastião, depois, em 1899, permutou uma casa com Luciano Alves Pereira e pagou 10:000\$000 na rua Álvares Cabral com frente para a praça XV, para onde se mudou. A rua São Sebastião faz esquina com a Álvares Cabral, o fundo de sua casa dava para a São Sebastião.

³⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1733, ordem 53, 16/11/1905. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

Passados alguns anos, em 1908, comprou de Antonio Diederichesen, por 2\$000:000, um “[...] terreno livre de ônus na rua Alvares Cabral esquina com a Florencio de Abreu todo murado com 31 metros e 60 cm de frente e 43 de fundos contendo duas casinhas e um portão confrontando ao lado esquerdo com a rua Florêncio de Abreu.”³⁶ O interesse pela região continuou, pois fez uma outra escritura de dívida de hipoteca com terreno ao lado, em 1910 no valor de 3\$066:000:

Dão em hipoteca um prédio que possuem na rua Alvares Cabral, 49 de tijolos e telhas, com entrada ao lado em terreno com 36 metros de frente e 42 de fundo e outro lado com a rua Florencio de Abreu, sobre o imóvel já tinha uma hipoteca com Jonas Venâncio Martins por escritura de 13/12/1909 hoje reduzida a quantia de 3\$500:000. Os donos se obrigam a pagar os ditos impostos bem como todas as despesas desta escritura e registro e não mais hipotecar o imóvel sem antes pagar o débito instituído sob pena de vencimento da dívida. Devem pagar até o dia 03/12/1911 juros de 1% se for a justiça multa de 20%.³⁷

Dias depois, Lucas de Lima, que era o proprietário do prédio na rua Álvares Cabral, 49, registrou nova escritura de dívida de hipoteca, em que informa a liquidação da hipoteca que tinha anteriormente com Jonas Venâncio Martins. Assim, Joaquim ficou como o único outorgado da hipoteca. Para concretizar o negócio, mais um empréstimo foi feito a Lucas “Empréstimo que faz para pagarem em dois anos em duas prestações a primeira em 23/12/1912 de 2\$120:000 e a segunda em 23/12/1913, a juros de 1%, se for a justiça paga mais 20%.”³⁸ Lucas estava dependendo de sucessivos empréstimos a partir de uma propriedade na cidade, bem na região que Joaquim tinha interesse. Nessa transação, Lucas de Lima passou de uma dívida de 3\$500:000 com Martins, para uma nova dívida de 7:306\$000 com Joaquim da Cunha.

Mais uma vez, Joaquim disponibilizava crédito em troca de um imóvel que já tinha sido hipotecado, a sub-hipoteca pode ser um indício da condição econômica desorganizada daquele que tomava o empréstimo. Com o aumento do valor da dívida e o histórico de Lucas, é pouco provável que iria conseguir pagar pela nova hipoteca. De qualquer forma, o interesse do Coronel Joaquim da Cunha pela área persistiu: em 1912, registrou escritura de compra feita a João Vinci “Prédio a rua

³⁶ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 72, p. 23, 18/03/1908.

³⁷ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 79, p. 105, 16/12/1910.

³⁸ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 82, p. 330, 23/12/1910.

Alvares Cabral, 47 a construído em tijolos e madeira com 20 palmos de frente por 17 de fundo todo murado.”³⁹ Paga por ele 1\$500:000.

Com a mobilização na compra por imóveis entre a rua Álvares Cabral e São Sebastião, Joaquim conseguiu aumentar o terreno de fundo da sua casa que se estendeu de um lado a outro no quarteirão; passado algum tempo, a sede do Banco Ribeirão foi construída em um dos terrenos que vimos acima, de tal modo a sua casa tinha na frente a praça XV e nos fundos o Banco Ribeirão. A rua Álvares Cabral teve parte de seus construções idealizadas pelo coronel, muito antes de serem construídas.

No final do século XIX e início do século XX, Joaquim da Cunha desenvolveu o mesmo padrão na aquisição das propriedades rurais, de início ele uniu terras dentro do enclave da antiga fazenda Lageado, posteriormente as vendeu a Schmidt; usou o dinheiro conseguido na venda para comprar outras terras ao lado das que sua mulher tinha recebido de herança. Na sequência, concedeu sucessivas hipotecas à família Costa, que deu em pagamento à Fazenda Boa Esperança. Essas terras tinham por função formar e adicionar novos alqueires a sua fazenda Boa Vista.

3.2 – Por herança e por compra, a cafeicultura na fazenda Boa Vista.

Neste ponto, vamos estudar as informações da contabilidade da fazenda Boa Vista. Buscamos compreender o processo de sua organização como uma empresa moderna produtora de café, tendo em vista o exercício da tradição neste aparelhamento.

A fazenda Boa Vista se tornou a principal propriedade de Joaquim da Cunha e nela ficava a sua plantação de café. A área que ocupa fica dentro da antiga Fazenda Lageado,⁴⁰ (Veja Mapa – 1.3 Fazenda do Lageado) de onde surgiu a fazenda Olhos D’água, que pertenceu a Francisco Maximiano Junqueira, sogro de Joaquim da Cunha. A gleba inicial da fazenda Boa Vista foi recebida em herança por Emerenciana, sua esposa, em 1870. Em 1879, Joaquim e Emerenciana se casaram

³⁹ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 82, p. 184, 14/08/1912.

⁴⁰ Esta fazenda foi montada por Luiz Antonio de Souza Junqueira e sua esposa Anna Claudina Diniz Junqueira avós de Joaquim da Cunha e Emerenciana.

e ele passou a ser dono da fazenda.⁴¹ O acesso inicial a fazenda ocorreu por meio de uma prática tradicional da família Junqueira, o casamento entre parentes.

Outra parte das terras foi adquirida no decorrer da vida de Joaquim, por meio de permutas de terras com parentes e/ou compras de propriedades dos parentes endividados. Joaquim também lançou mão de concessão de hipotecas e empréstimos a pessoas que tinham terras próximas à sua fazenda; o não pagamento dos empréstimos levou à aquisição de novas partes da fazenda. O acesso à informação sobre pessoas endividadas dentro e fora da família, o uso de crédito e de estratégias de longo prazo possibilitaram unir em sua propriedade um total de 2.373 alqueires, divididos em 4 seções, até a época de sua morte em 1932.⁴²

A fazenda foi montada em duas porções de terras que ficavam próximas e que só foram conectadas no decorrer do século XX. Em 1903, a gleba inicial da fazenda Boa Vista tinha 460 alqueires e possuía 550 mil pés de café, com idade entre 4 e 14 anos. Tal parte da fazenda é a que foi adquirida por herança à esposa de Joaquim da Cunha.⁴³ Em 1903, a outra parte de terras, que possuía 1.700 alqueires de pés de café com idade entre 4 e 5 anos, ainda não estava unida à Boa Vista.⁴⁴ Estas terras também pertenciam à fazenda Lageado, onde posteriormente foi montada a Fazenda Olhos D'água.

Essa segunda gleba foi adquirida 1895, quando Joaquim comprou de seu cunhado, o Capitão José Maximiano Junqueira, terras de cultura alta e baixa, no valor de 206:547\$000.⁴⁵ O dinheiro para pagar estas terras foi oriundo da venda que Joaquim fez a Francisco Schmidt, quando vendeu a ele terras que tinha recebido por herança de seus pais, mas que eram distantes da gleba inicial da Boa Vista.⁴⁶

Se em 1932 a fazenda possuía 2.373 alqueires divididos em 4 seções, Boa Vista, Jatobá, Baixadão e Capão Alto, entre 1879, quando Joaquim se tornou dono da fazenda, por meio do casamento, até o ano de 1892, o tamanho da fazenda pouco mudou: tinha 460 alqueires com uma única seção, a Boa Vista.

⁴¹ Ver Capítulo 1.

⁴² 1º Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. Transcrição de Transmissões, 19/04/1933.

⁴³ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 59, p. 4, 24/01/1903.

⁴⁴ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 46 f, p. 45 v. Translado de registro de notas do 2º tabelião, 20/06/1906.

⁴⁵ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 45, p. 4 v., 12/06/1895.

⁴⁶ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 233, 13/11/1894. Sobre as terras ver item 3.1 deste capítulo.

Com o passar dos anos, foram anexados mais 1.913 alqueires à fazenda, sendo que boa parte se deu entre 1892 e 1895, por meio da herança materna recebida por Emerenciana e também por meio de compra.⁴⁷ Esse período é justamente quando Joaquim está negociando com imóveis.⁴⁸

Deste modo, quando chegou a 1903, a fazenda estava dividida em duas partes: uma delas tem 460 alqueires, adquiridos por herança, e outra parte tem 1.700 alqueires, conseguidos por meio de herança e compra. As duas partes não estão unidas, e uma nova seção foi criada, a Jatobá. Assim, entre 1892 e 1903, foram acrescidos 1.700 alqueires. Depois disto, foram anexados apenas outros 213 alqueires à fazenda, o que nos leva a assinalar que a parte principal da fazenda foi constituída entre 1879 e 1906: foram 27 anos favorecidos por heranças, compras, permutas e vendas de terras para gerar a propriedade.⁴⁹ Podemos dividir este período de formação da fazenda em duas fases: uma primeira fase, que vai de 1879⁵⁰ a 1888; foram 9 anos em que a principal atividade era o rebanho, tendo em vista que os pais de Joaquim e os de Emerenciana foram grandes criadores de gado; dentre outras coisas, eles herdaram várias cabeças de gado e escravos que devem ter trabalhado na fazenda.

Em estudo para a fazenda Santa Gertrudes de Rio Claro que produzia café, Maria Bassanez aponta o tempo de formação de sua área “Pouco mais de 40 anos após a sua formação, em 1893, a Fazenda de Santa Gertrudes cobria uma área de aproximadamente 700 alqueires [...]”; em 1900, passou a ter 949 alqueires e, em 1928, passou a ter 1.356 alqueires. Mesmo sendo esta fazenda uma unidade de produção bem sucedida, a fazenda demorou 75 anos para formar o seu território; já

⁴⁷ AFRP. Inventário de Mariana Constança Junqueira, 1892. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 45, p. 4 v., 12/06/1895.

⁴⁸ “O volume expressivo das negociações de imóveis rurais entre 1885 e 1896, salienta o movimento de investimentos por meio da aquisição de propriedades e de plantio [...]” MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em ribeirão preto (1874-1930). **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 263-285, 2013. p. 275.

⁴⁹ A propriedade existe até os dias de hoje com 600 alqueires, já chegou a ter 2.373 alqueires.

⁵⁰ As terras foram herdadas por Emerenciana em 1870, quando ela tinha somente 7 anos, ao casar tinha 16 anos, por este motivo não encontramos dados sobre a fazenda antes de Joaquim assumir as terras em 1879.

na Boa Vista, o tempo de formação foi de 27 anos, esta foi a diferença promovida pelas heranças.⁵¹

Após 1888, teve início a plantação de café na Fazenda Boa Vista. Antes da plantação da Boa Vista, Joaquim da Cunha já tinha plantações de café, mas não naquele local. Possuía uma plantação de 10 alqueires na fazenda Lageadinho,⁵² entre as fazendas Pau Alto e Olhos D'água no ano de 1895, quando a vendeu para Francisco Schmidt.⁵³

Nestas terras, estavam os cafés “mais velhos”, mas lá também existiam pés com “menos de um ano”, assim, podemos considerar que ele já plantava café antes de 1890 e continuava a plantar no segundo quinquênio de 1890, aproveitando a elevação dos preços, mas com uma plantação ainda modesta.

Uma segunda fase na formação da fazenda é o período que vai de 1889 a 1906 e é até este último ano que ocorre a estruturação da fazenda e a junção de terras. Nesta fase, a propriedade já possuía 460 alqueires, com casa de dependência construída em alvenaria com telhas francesas, cocheira, porões, calçadas, casa de administração e empregados, além de casa para carros, ferraria, carpintaria, selaria, serraria, moinho, paiol, casa para escola da colônia, casa completa de máquina para beneficiar café, terreiro, 50 casas duplas para colonos em tijolos, pasto, pomar, 550 mil pés de café, com idade entre 4 e 14 anos.⁵⁴

Podemos notar que, na propriedade, o café era plantado há pelo menos 14 anos, desde 1889, época de ascensão dos preços. Quatro anos depois, quando os cafeeiros passaram a produzir, os preços permaneceram em alta por pelo menos 6 anos.⁵⁵ Então, o início da plantação e as primeiras colheitas coincidiram com uma

⁵¹ BASSANEZ, Maria Silvia C. Beozzo. **Fazenda de Santa Gertrudes**: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista; 1895-1930. Tese defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973. p. 44.

⁵² 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 233, 13/11/1894.

⁵³ Em 1882, ele faz uma petição de protesto solicitando o pagamento do prejuízo que teve com a perda de dois escravos quando seu tio e tutor o Capitão Luís Herculano de Souza Junqueira não fez o seu rigoroso dever de tutor. O tio era um dos mais antigos produtores de café da região, já produzia café na região desde 1873; ao falecer, em 1883, deixa uma plantação de 40.000 pés de café na Fazenda São Luis era isto que Joaquim esta reivindicando com a sua petição. Ver Capítulo 1.

⁵⁴ 1º Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. Inscrição de Hipotecária, 26/01/1903.

⁵⁵ “A cultura do café, ao contrário do que sucede com muitas outras, não pode ser levada a efeito, economicamente, em pequenas áreas. Um alqueire paulista – 24.200 m² - comporta em regra 2.000 pés, mantendo-se entre eles o afastamento de 3 metros. O plantio se faz com mudas de 1 palmo de altura, mais ou menos, tratadas em viveiros da própria “fazenda”. Fazem-se covas de 30 cm de profundidade, neles depositando certa porção de adubo, dois a três quilos quando se trata de esterco animal, e ao se darem as primeiras chuvas da estação, em setembro, plantam-se as mudinhas. O rendimento normal nas zonas de culturas velhas oscila entre 20 e 50 arrobas de café em coco por 1.000 pés, sendo além do mais uma planta que exige cuidados especiais, desde o

época de alta nos preços do café, o que, certamente, impulsionou a plantação que continuou até 1899 - foram dez anos aumentando a plantação na Boa Vista.⁵⁶

Os cafeeiros da Fazenda Boa Vista foram plantados justamente quando ocorreu a expansão das plantações em Ribeirão Preto, o que teve vez entre 1885 e 1896. Podemos notar que Joaquim da Cunha não foi ousado quanto ao momento inicial do cultivo do café na Boa Vista: se o *boom* das plantações ocorreu a partir de 1885 e, se ele já tinha a fazenda desde 1879, tudo indica que esperou o mercado se posicionar para começar com a sua plantação. É claro que, além de possuir terras, era preciso prepará-las, acessar a mão de obra, crédito para suportar os 4 anos até a produção iniciar e, ainda, era preciso instrumentalizar a fazenda para este novo cultivo. De qualquer forma, ele não se demonstrou um precursor entre os cafeicultores. No começo da atividade, ele foi tradicional em suas escolhas. Mesmo tendo contato com seu tio e tutor, Capitão Luís Herculano de Souza Junqueira, que plantava café desde 1873, Joaquim só se debruçou totalmente ao cultivo do café depois de 1889.

Enquanto os cafeeiros não estavam produzindo, as atividades desenvolvidas na loja, os empréstimos e a compra e venda de terras devem ter dado aporte para os encargos com a plantação e manutenção de tamanha quantidade de pés de café. As terras ele já as tinha, mas teve que organizar tanto a plantação como o cultivo do café, assim como estruturar a fazenda com todos os equipamentos necessários à produção, coisa esta que, em 1903, já estava praticamente pronta, com casa completa de máquina para beneficiar café, terreiro e 50 casas duplas de colonos.

A Boa Vista foi organizada entre 1889 e 1906 para ser uma fazenda de produção de café. Foram 18 anos para estruturar a fazenda como uma grande produtora de café e centralizar toda a produção em um só lugar. Ao contrário de

plântio até o ensacamento para venda. O cafeeiro, via de regra, floresce no terceiro ano e começa a produzir no quarto, quando as condições climáticas são normais. Atinge seu máximo rendimento entre os 6 e 8 anos e encerra o ciclo produtivo aos 40, embora a árvore possa viver com exuberância até 100 anos. Daí, a necessidade de periódicos replantes, mais comuns nas regiões de cafezais velhos." BAPTISTA FILHO, Olavo. **A Fazenda de Café em São Paulo**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Documentário da vida rural, n. 2). p. 5.

⁵⁶ "Nesse momento, dos quase trinta milhões de pés existentes em Ribeirão mais de quatro quintos tinham seis anos ou mais de idade, apontando para grande expansão cafeeira entre 1885 e 1896 quando os preços também se mostravam favoráveis." MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, pp. 403-424, jul./dez. 2011. p. 412.

Schmidt, que em 1890 começou a comprar várias propriedades,⁵⁷ Joaquim uniu as suas terras em única propriedade e as uniu de forma lenta. Como ele não tinha o aporte de um *Theodor Wille & C*, teve que ficar atento às mudanças e ser sagaz nas suas opções. Acompanhou as mudanças com precisão, soube analisar o tempo em que vivia sem ser o precursor das mudanças.

Os primeiros cafeeiros que foram plantados começaram a produzir em 1893.⁵⁸ Como mostramos anteriormente, a loja estava dando lucro em 1892, o que deve ter atenuado os custos iniciais com a plantação e possibilitado a sua organização nos moldes de uma empresa para produzir café.

No ano de 1899 a fazenda já contava com um Administrador: Salvador Carlos Almeida enviava a Joaquim cartas e relatórios sobre o funcionamento da fazenda e é por meio destes que acompanhamos as atividades na fazenda.

Em agosto do mesmo ano, ele enviou um funcionário à cidade para pegar 10 contos de réis que seriam utilizados no pagamento dos empregados “[...] este pagamento é maior do costume porque tem 4 turmas deriçano café só preciso dar algum dinheiro a eles assim mande 10 contos de réis [...]”.⁵⁹ Os cafeeiros que começaram a produzir em 1893, como produziam de forma intermitente, tiveram um grande colheita em 1899, que teve o custo de 10:000\$000 por mês. Tal valor de manutenção da colheita é próximo daquele que vimos no capítulo anterior, para o qual demonstramos que Dona Clemencia e Joaquim de Faria, clientes da loja de Joaquim, deixavam depositado a mais em suas contas na loja, ver Gráfico 2.6. O valor de pagamento dos trabalhadores também é próximo dos pagamentos que entravam para a loja de Joaquim da Cunha por meio de outras empresas, ver Gráfico 2.3, ou seja, seria perfeitamente viável a ele pagar os custos da colheita do café com os lucros oriundos da loja, de tal modo, quando ocorresse a venda do café, os valores resultantes estariam livres para serem investidos e não necessariamente deveriam ser utilizados para o pagamento da produção.

Em 1901, a fazenda já estava dividida em duas seções: a Boa Vista, onde trabalhavam 86 colonos e a Jatobá, onde trabalhavam 14 colonos. Os colonos da

⁵⁷ MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). Dissertação de Mestrado defendida na USP, 1980.

⁵⁸ “Os primeiros informes mais completos da produção, provavelmente de origem tributária e referentes a 1890, apontaram a existência de pouco menos de uma centena de cafeicultores. A produção somou pouco mais de duzentas mil arrobas, [...] pois a maioria desses cafeeiros ainda era nova.” MARCONDES, op. cit., p. 411.

⁵⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1703, ordem 16, 08/07/1899. Salvador Carlos Almeida - Administrador da fazenda Boa Vista.

Boa Vista receberam como pagamento, em fevereiro de 1901, 3:187\$285, e os da Jatobá receberam 950\$000; os trabalhadores diversos receberam 1:406\$000, totalizando 5\$543:000,⁶⁰ valor bem menor do que aquele que era pago em época de colheita, quando aumentava a presença de trabalhadores temporários e de membros de familiares dos colonos no campo.

Nos meses iniciais do ano, o trabalho de cuidado com o café ficava por conta dos colonos.⁶¹ Conforme se aproximava a época da colheita, que ia de junho a setembro, os gastos aumentavam, conforme o Gráfico 3.1. Nos anos de baixa do café, os gastos com pagamento dos empregados diminuí, já nos anos iniciais da política de valorização do café⁶² os gastos com os pagamentos de trabalhadores na fazenda somaram 18:420\$000. Em 1907, representaram 3 vezes mais do que no período de baixa dos preços, em 1901, ver Gráfico 3.1.

Joaquim também plantou outros 100 mil pés de café em 1898 na outra parte de sua fazenda, que tinha 1.700 alqueires, adquiridos parte por herança, em 1892, e parte por compra em 1895. Desta vez, o preparo das terras para o plantio levou 4 anos.⁶³ Em 1907, estes cafeeiros já estavam produzindo, o que também levou ao

⁶⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Relatório, n. 1676, ordem 18, 17/02/1901. Salvador Carlos Almeida - Administrador da fazenda Boa Vista.

⁶¹ “Muita gente pode pensar que o café é uma cultura que ‘não dá trabalho’; uma vez por ano se faz a colheita, e pronto. Mas, a realidade é outra e bem diversa, fazendo com que o ‘colono’ trate de fato do cafezal e não acompanhe apenas o seu desenvolvimento. Normalmente, o café exige duas a três ‘carpas’ anuais. Quando os frutos já se acham em vias de amadurecimento, procede-se à ‘coroação’, operação que consiste em formar ao redor dos pés uma coroa de terra, cujo fim é segurar os frutos que vão caindo da árvore por já estarem secos. A colheita, a ‘varrição’, a ‘abanação’, a lavagem, a secagem, o beneficiamento e o ensacamento são outros tantos misteres que reclamam muitos ‘braços’, mormente no período compreendido entre 15 de junho e 15 de agosto.” BAPTISTA FILHO, op. cit., p. 7.

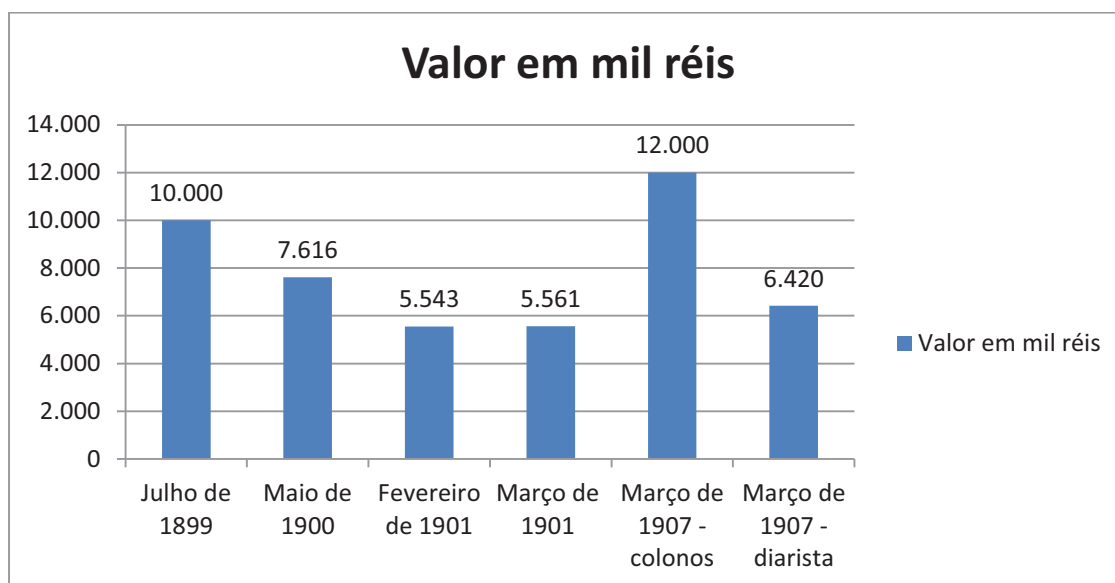
⁶² “Programa de Valorização empreendido pelos comerciantes a partir de 1906. O capital empregado no projeto advinha dos empréstimos intermediados pelo consórcio de comerciantes, da venda dos estoques oficiais de café e da sobretaxa em francos-ouro, recolhida nas alfândegas portuárias. As contas apresentadas pela Secretaria de Fazenda demonstram a arrecadação e os repasses da sobretaxa, recolhida pelo Estado de São Paulo, que era utilizada para cobrir os custos com a compra e armazenamento do café, bem como para realizar a amortização dos empréstimos junto aos credores. Também se contabilizava os valores arrecadados com a venda do café estocado nos portos mundiais (essa receita só se realizou a partir de 1909 quando se iniciaram as vendas). Em contrapartida, o consórcio apresentava a demonstração contábil com os movimentos comerciais de compra e venda, nas contas eram lançados os devidos abatimentos com a amortização, com os juros, com as comissões de venda e as cotas de armazenamento.” A primeira Valorização foi de 1906 a 1914. MONTAGNER, Denny. **A gestão dos Recursos do Primeiro Programa de Valorização do Café (1906-1914)**. Dissertação UNICAMP, 2010. p. 48.

⁶³ 1º Tabela de Notas de Ribeirão Preto, Livro 46 f, p. 45 v. Translado de registro de notas do 2º tabela, 20/06/1906.

consequente aumento da folha de pagamento dos trabalhadores e a criação da terceira seção da fazenda, a Baixadão.⁶⁴

Assim como outros produtores, ao redor de 1898, Joaquim aumentou a sua plantação. Naquele momento os preços começavam a declinar, devido à superprodução, enquanto os custos estavam altos, por conta dos pés de café que ainda não produziam,⁶⁵ mas que demandavam mão de obra, veja Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1
Folhas de Pagamento da Fazenda Boa Vista



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro de Trabalhadores da Fazenda 1896. De jan. a dez. 1986. Fazenda Boa Vista 1907 (leite e carne). Medicamentos dos empregados. Boa Vista. 1911- 1914.

Até este momento, as atitudes do cafeicultor Joaquim da Cunha estavam dentro de uma atuação tradicional, demonstrando certo conservadorismo na forma de expansão das plantações. No entanto, demonstrou propósito em constituir uma grande plantação. No início do século XX, passou a ter 650.000 pés de café

⁶⁴ “O cafeeiro tem certas tendências naturais que o leva a produzir mais em um que em outro ano. Em média estas tendências fazem com que haja em duas colheitas consecutivas uma diferença de produção aproximadamente de 30%. Este valor foi obtido para os anos de 1908-1917 onde os dados estão mais completos.” Para a fazenda Santa Gertrudes em Rio Claro. BASSANEZ, op. cit., p. 90.

⁶⁵ Para Franca Rogério Faleiros identifica no período a falência de alguns fazendeiros que investiram em suas plantações “A origem das dívidas do Cel. Virgínio nos remonta novamente à crise de superprodução e seus impactos sobre os fazendeiros que não diversificaram seus investimentos [...]”. FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do Café**. Ribeirão Preto: Holos, 2008. p.145.

plantados em uma área de 2.160 alqueires.⁶⁶ Tinha espaço para plantar mais pés, mas não o fez.⁶⁷ Na fazenda, não foram plantados novos pés de café entre 1899 e 1916.⁶⁸ No período, ocorreu uma variação nas atividades econômicas como a criação de gado, porcos e a plantação de arroz e milho, mesmo que num nível acanhado de produção, com exceção do gado que era criado em quantidade.

Se Joaquim da Cunha foi conservador na fase inicial de sua plantação de café, no que tange ao modelo de administração da fazenda ele foi progressista. O administrador Salvador Carlos tinha um papel central no dia a dia da fazenda, permitindo a Joaquim cuidar de outras atividades como a política. Tudo era controlado por meio de relatórios e livros que relatavam todo o funcionamento cotidiano da fazenda. Esses livros eram sobre os trabalhadores, sobre a colheita, relatavam a venda de leite e carne para os colonos, assim como o que era gasto em medicamentos com os trabalhadores.

Foi em 1906 que os últimos elementos para a produção do café em larga escala e, segundo um padrão moderno, foram erguidos na fazenda. Nesse ano, foi preparado o terreiro ladrilhado, de 20.000 metros quadrados, abastecido por tanques de água e dutos que lavavam o café e o transportavam entre as partes do terreiro, até chegar ao ponto ideal de secagem, a partir daí um sistema de vagonetes ajudava a levar o café para um dos 4 silos.⁶⁹

Dos grandes silos, o café descia por um duto e caía em esteiras que o transportavam por um sistema complexo de roldanas até o maquinário que descarocava, assoprava e separava o café em 4 classificações: café Chato, Miúdo, Moka e Quebradinho. Depois disso, o café era colocado em sacos de 60 quilos e levado por carroções até a estação mais próxima.

⁶⁶ Em 1916, em Ribeirão Preto somente 10 produtores possuíam mais 501 mil pés de café. Neste ano, a fazenda é indicada como a quinta maior produtora de café em Ribeirão Preto, e fica entre a 5ª e a 6ª posição até 1923. APHRP – Imposto de Cafeeiros da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Anos de 1916 a 1930.

⁶⁷ O autor Thomas Holloway aponta em seu livro “Imigrantes para o Café” que o cafeicultor era impelido a continuar a plantar novos pés de café para manter os seus colonos que auferiam lucro com as plantações de produtos alimentícios que intercalavam na área em que estava o café novo. Percebemos que isto não ocorreu a propriedade de Joaquim, tendo em vista que as plantações seções em 1899. HOLLOWAY, op. cit., pp. 110-167.

⁶⁸ No imposto sobre cafeeiros de 1916 e 1917, a fazenda aparece com 650.000 pés de café. Em 1918, vai perder 230.000 pés de café com a geada. Em 1920, são declarados 711.000 pés de café existentes na fazenda, então; entre 1918 e 1920, são plantados mais 61.000 pés de café. A fazenda vai manter os 711.000 pés de café até 1930. APHRP – Imposto de Cafeeiros da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Anos de 1916 a 1930.

⁶⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Relatório, n. 1699, ordem 25, 28/10/1906. Salvador Carlos Almeida - Administrador da fazenda Boa Vista.

A Empresa de máquinas de beneficiar café Lidgerwood⁷⁰ vendia o equipamento necessário às fazendas, o café tratado era \$200 mais caro, ou seja, 10% acima do preço de época. Em 1904, cogitava-se a compra deste equipamento para a Boa Vista, com a loja de São Paulo representante da americana Westinghouse:

Conforme ficou combinado damos o preço e a relação dos objetos necessários para o assentamento do Desintegrador, em sua fazenda para onde mandamos um maquinista para tomar apontamentos. 1 desintegrador (mais outros equipamentos). Tudo posto em um vagão custará RS 1:479\$000 nesse preço porém não estão incluído a correia cujo comprimento só quando assentado o desintegrador se poderá saber e mesmos serviços do maquinista que serão pagos separadamente. As correias necessárias são duas 8 (polegadas) inglesa [...]⁷¹

Com a construção do terreiro de secar café e a compra da máquina Lidgerwood, a produção de café na fazenda estava inserida em uma sistemática produtiva moderna. Um único aspecto faltava para maximizar a produção: modificar o sistema de transporte do café até a cidade que era feito por lentos carroções. Os 18 quilômetros entre a cidade e a fazenda consumiam muitas viagens e o trabalho de vários carroceiros que chegavam a ganhar 100\$000 por mês.⁷²

É justamente em 1906, ano que fecha a fase de transformação da fazenda em uma moderna propriedade agrícola voltada a produção, que a estrada de ferro encontrou as terras da fazenda, assim eliminando o último entrave produtivo. Foi quando J. A. Davez, diretor presidente da *Dumont Coffee Company*, que possuía mais de dois milhões de pés de café e tinha colhido 160 mil arrobas em 1905, informou a Joaquim da Cunha que a *Cia* iria fazer o prolongamento de dois quilômetros de linha até a sua propriedade:

[...] 2 KL de linha, no Máximo a começar da nossa Chave denominada chave Quinzinho Junqueira em diante até em frente ao

⁷⁰ “Assim, os cafés tratados pelo secador Taunay-Silva Telles obtêm preços superior em um terço aos de outros tipos. Do mesmo modo, os grãos passados pelas máquinas Lidgerwood, que são chamados café de máquina, tinham um preço mais elevado. A técnica melhor acarretava uma valorização que compensava as despesas de modernização; ela facilitava as economias de mão-de-obra no momento em que esta se tornava rara e mais cara. Enfim, as colheitas dos novos cafezais podiam ser manipuladas mais rapidamente do que pelos processos tradicionais. MONBEIG, op.cit.

⁷¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1793, ordem 66, 08/09/1904. Empresas de máquinas de beneficiar café Lidgerwood.

⁷² Arquivo Pessoal - Livro de Trabalhadores da Fazenda 1896. De jan. a dez. 1896.

engenho de V.S. para conveniencia sua e das dos seus vizinhos, sendo que este aumento de linha servirá exclusivamente para o transporte do café de sua fazenda e das dos Srs. Manuel Maximiliano Junqueira, Joaquim Firmino de Andrade Junqueira e Francisco Maximiano Junqueira. O prolongamento da linha referida só o poderem fazer se a Cia Mogyana não fizer obstáculo algum e consentir na sua construção e neste caso, estamos de acordo em tratar diretamente do assunto com a Cia.⁷³

Esse era um dos frutos da sua extensa rede de contatos que fora criada por intermédio da família e ampliada pela sua inserção na política e nas atividades comerciais. A chegada da ferrovia “cata café” à sua propriedade também era decorrência da localização privilegiada de sua fazenda, que ficava entre as terras das Cia Dumont e das fazendas de Martinho Prado Júnior, que era o segundo maior produtor de café da época. Em 1890 a Mogiana construiu e vendeu à Cia Dumont o tronco que ligava a Fazenda à cidade, o qual foi estendido por 2 quilômetros até as terras de Joaquim da Cunha. Logo depois, em 1907, a locomotiva da Cia Dumont leva o presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, e uma grande comitiva para visitarem as instalações da moderna fazenda Boa Vista,⁷⁴ o que marcou a entrada definitiva da fazenda em um rol das grandes e modernas fazendas produtoras de café em Ribeirão Preto.⁷⁵

Os muitos contatos de Joaquim da Cunha também permitiam sanar problemas como a falta de colonos. Em 1900, contratou Ignácio Pellegrini para conseguir mais colonos para a fazenda, tudo por intermédio de José Penteadó, que era seu vizinho e participava da política local com ele. Diante do negócio, o papel de Ignácio Pellegrini se revelou como um aliciador de colonos, que cobrava por quatro trabalhadores, ou seja, uma família, o valor de 30\$000 livre de despesas. O fazendeiro precisava pagar pela viagem da família e indicar a estação para onde seriam enviados os colonos. Pellegrini se dispunha a encontrar quantas famílias fossem necessárias, para tal era muito importante o fazendeiro passar autorização a ele, com todas as condições em um contrato bem discriminado, para não haver

⁷³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1807, ordem 92, 18/09/1906. J. A. Davez - diretor presidente da Dumont.

⁷⁴ MATTOS, José Américo Junqueira de. **Família Junqueira**: sua história e genealogia. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004. (Cinco volumes).

⁷⁵ Em 1912 e 1913, por meio do ramal Jatai, serão construídas outras duas estações próximas a fazenda, são elas a Joaquim Firmino e a estação Francisco Maximiano que passou a ser utilizada para enviar o café da fazenda Boa Vista.

posteriores queixas nem contra o fazendeiro e nem contra o aliciador, que sugeria até um modelo de contrato:

Autorizo Ignácio Pelegrini a me contratar número de famílias para minha fazenda situada no município de tal e fazer a competente contrato por 2 a 3 anos sobre as bases, etc. Deverá me remeter autorização estampilhada e algum dinheiro este o mandará pela estrada de ferro se for em número de 25 a 30 famílias me remeta 400\$000 e também terá de mandar camaradas para levar comigo a gente na ocasião visto ter duas léguas do lugar para vir na estação e tomar o trem em Campo Limpo.⁷⁶

A preocupação de Pellegrini era de fazer com que as famílias chegassem até o destino, para tal solicitava até a escolta de camaradas (talvez por serem estrangeiros, tivessem alguma dificuldade em chegar até o destino final, ou serviam mesmo para garantir o investimento). Vinham com contrato de trabalho para dois ou três anos, coisa esta que compensava o investimento inicial feito pelo fazendeiro. Esses colonos eram trazidos de Jundiaí, uma área de cafeicultura mais antiga, a mudança para Ribeirão poderia trazer vantagens aos colonos por ser uma área de expansão. Os colonos já estavam inseridos em um trabalho, mas buscavam novas áreas:

Tendo chegado neste instante justamente de arranjos de colonos só resta uma turma de 5 famílias que ontem se ofereceu e como não tinha encomenda eu deixei de afirmar o contrato e somente no domingo é que eu volto neste lugar e há mais família, mas é necessário mandar uma autorização [...]⁷⁷

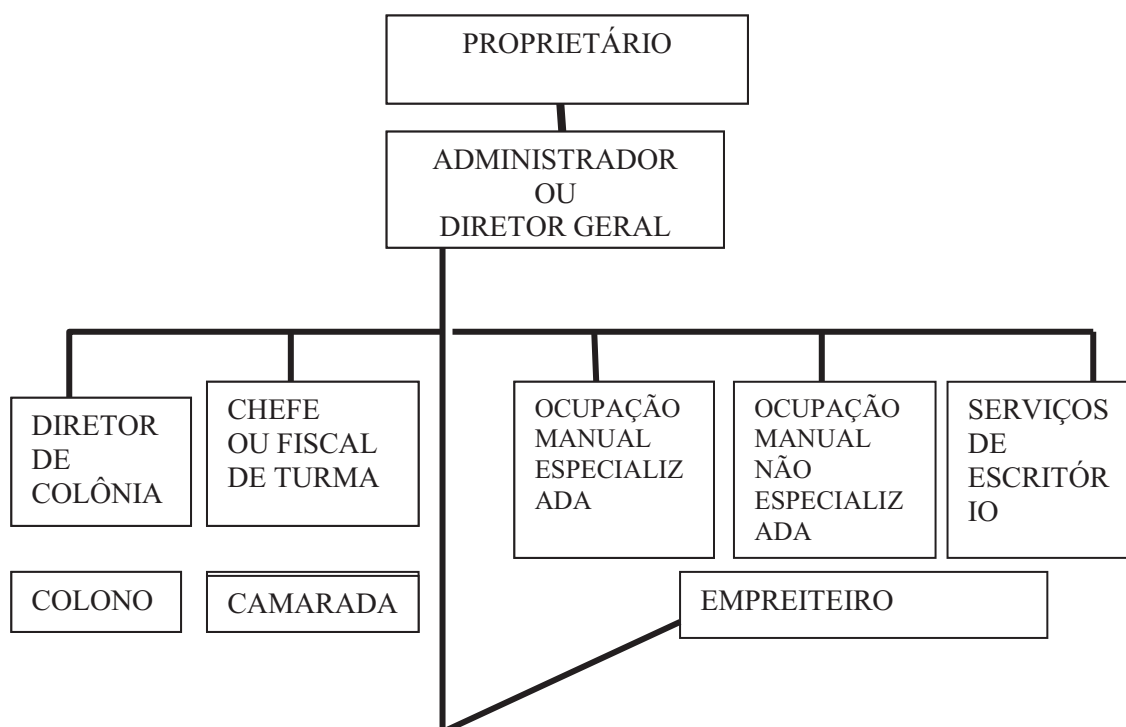
Nas novas áreas de cultura do café, os colonos poderiam fazer como os da seção do Mossorunga, da fazenda Santa Amélia, que em novembro de 1901 venderam 39 carros de milho para a fazenda Boa Vista pelo valor de 1:755\$000.⁷⁸ Este dinheiro era um rendimento que completava os salários recebidos pelos colonos, que dependendo do contrato, podiam plantar alimentos entre as fileiras de café novo.

⁷⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1647, ordem 15, 06/10/1900. Ignácio Pellegrini – Campinas.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1710, ordem 21, 07/11/1901. Fazenda Santa Amélia.

Estrutura das ocupações de uma fazenda de café



Fonte: BASSANEZ, Maria Silvia C. Beozzo. **Fazenda de Santa Gertrudes**: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista; 1895-1930. Tese defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973. p. 118.

O número de colonos na Boa Vista só aumentou até 1907, ver Gráfico 3.2. No geral, foram 100 colonos mais as suas famílias; deveria ser algo ao redor de 400 pessoas vivendo na fazenda, entre o final do século XIX e início do século XX, isto até a época da colheita, quando o número aumentava. No caso de junho de 1907, foram utilizados os serviços de 207 pessoas, quando o número de moradores na fazenda saltou para 600 pessoas.⁷⁹ Destes, muitos eram trabalhadores diversos, os

⁷⁹ O aumento ou diminuição na quantidade de moradores da fazenda estava atrelado a uma série de questões, levando a uma constante variação na quantidade de empregados e no tempo de permanência “A permanência de um colono nesta Fazenda era em média 7,6 anos, com desvio padrão de 6,8; o que é relativamente alto em comparação com a média. Logo, com grande variação em torno dela, observa-se que as famílias com um número reduzido de pessoas trabalhando, isto é, as que cuidavam de menos de 3000 cafeeiros, tinham uma permanência bastante curta, em média, apenas dois anos. As pessoas que cuidavam de 3000 a 7000 pés de café, permaneciam em média 10 anos e representavam 70% do número total de família de colonos. As família com 4 ou mais pessoas trabalhando cuidavam de número superior a 7000 pés de café, sendo que estas permaneciam em média 11,6 anos [...]O camarada solteiro era entre os assalariados mensais o mais instável. Não estava preso a nenhum contrato de trabalho e nem a laços de família. Daí uma maior mobilidade espacial de sua parte, seja de fazenda em fazenda, seja das fazendas para núcleos urbanos. Então encontra-se: 10,4% dos que permaneciam mais de 6 anos nesta ocupação ficavam em média 3,1 anos, sendo que 67,2% dos que não chegavam a três anos. Portanto, a “porcentagem de renovação” está entre 58,0% e 70,0%.” BASSANEZ, op. cit., p. 148.

camaradas,⁸⁰ que ganhavam por empreitada ou por dia, faziam serviços de carroceiro, podador, pedreiro, carpinteiro, etc. Veja a Estrutura das ocupações de uma fazenda de café.

Entre os colonos da fazenda, até 1890 muitos eram brasileiros. Só a partir de 1900 a quantidade de estrangeiros se sobrepôs a de locais; a partir de 1907 ocorreu a chegada de eslavos e germânicos, enquanto os asiáticos só começaram a ser citados nos livros de trabalhadores depois de 1917.⁸¹

Esta diversidade de mão de obra aliada à estratégia de constante contato entre os fazendeiros, os auxiliava no acesso aos trabalhadores. Foi o que fez Diogo Garcia, da fazenda Fortaleza, que escreve solicitando uma família para cuidar de 2.000 pés de café como meeiros, recebendo parte do rendimento da plantação. Igualmente necessitava de um campeiro para cuidar do gado, pois estava tendo problemas com o roubo de gado, “O primo tem bom burro se quer egas para tirar cria a meia seu. Estou sendo roubado de gado e egas, se for ai tirar gado com estas marcas pessa lhe indagação aos gatunos onde é fazendeiro?”.⁸² Logo depois envia outra carta para oferecer os serviços de um beneficiador de máquinas e solicita a indicação de um empreiteiro. A troca de informações sobre os trabalhadores era constante.⁸³ Na fazenda Boa Vista, o administrador até tinha uma relação dos trabalhadores que eram eleitores, além de disponibilizarem a força de trabalho, também disponibilizavam o voto: dos 94 colonos que viviam na fazenda em 1912, 50 fizeram requerimento para serem eleitores.⁸⁴

⁸⁰ O Camarada trabalhava no terreiro, na colheita e na abertura de caminhos e estradas, no conserto de pontes, na plantação de cereais, e no cafezal da Fazenda que não estava sob a responsabilidade dos colonos. O seu trabalho estava diretamente ligado às necessidades imediatas da propriedade, aos serviços mais urgentes.

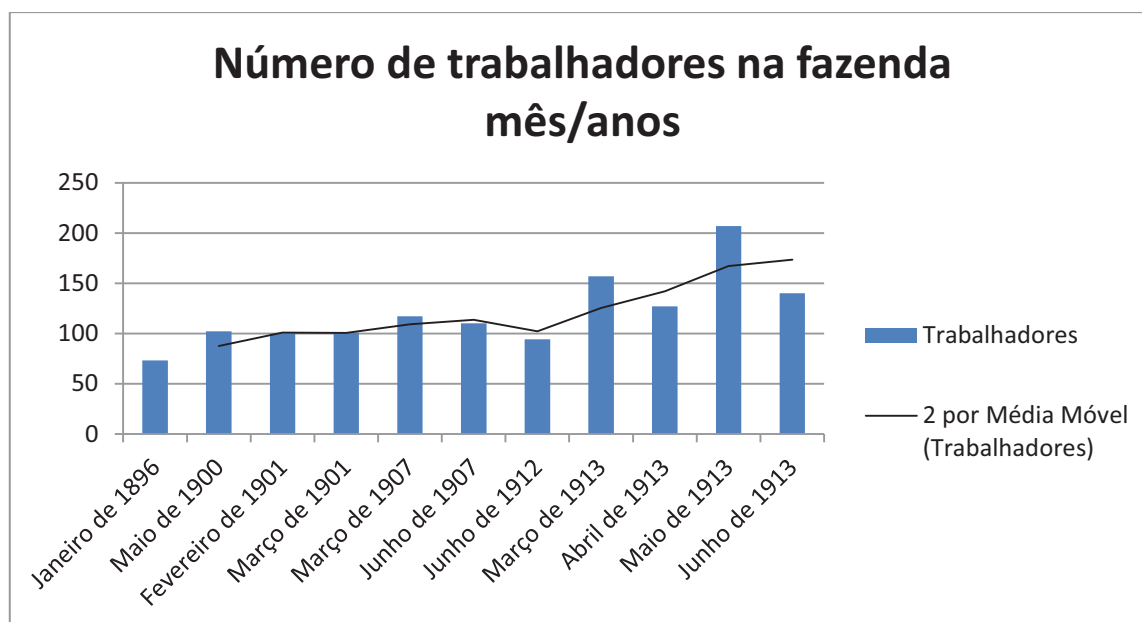
⁸¹ Arquivo Pessoal - Livro ponto de camaradas e empregados. Faz. Boa vista. 1915 02/1919.

⁸² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1658, ordem 60, 16/07/1904. Diogo Garcia - Fazenda Fortaleza.

⁸³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1659, ordem 61, 30/09/1904. Diogo Garcia - Fazenda Fortaleza.

⁸⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro ponto de camaradas e empregados 1912.

Gráfico 3.2
Número de Trabalhadores na Fazenda Boa Vista, relação por meses e anos.



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro de Trabalhadores da Fazenda 1896. Livro corrente Fazenda Boa Vista 1900. 04/1900 a 11/1901. Fazenda Boa Vista 1907 (leite e carne). Medicamentos dos empregados. Boa Vista. 1911- 1914.

A conexão entre os cafeicultores locais até possibilitou o controle sobre a greve de 1913, quando cerca de 10.000 trabalhadores se mobilizaram, em especial nas fazendas de Francisco Schmidt, Companhia Dumont e de Joaquim da Cunha. A greve foi um marco para a organização dos trabalhadores por ter unido tantos em busca de melhor remuneração, só que não obteve sucesso graças à união dos cafeicultores, que acabaram impondo medidas restritivas aos trabalhadores com consequente desmobilização.⁸⁵

A busca por colonos via familiares que já trabalhavam na fazenda foi outra manobra utilizada, o administrador escreve a Joaquim “O colono Ventura Miguel vai para ai dar o dinheiro para ele mandar buscar a família eu creio que o sr pode dar 800\$000 mil para vir toda a família.”⁸⁶

Já os italianos enviavam cartas a seus parentes que tinham ficado na terra natal, chamando-os para virem para a fazenda, de tal modo que as condições de vida não deveriam ser tão ruins quanto a literatura especializada relata.

⁸⁵ Sobre a greve veja: GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920)**. Franca: UNESP, 1997.

⁸⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1773, ordem 59. Salvador Carlos Almeida - Administrador da fazenda Boa Vista.

Em 1906, Concetta Gandaffo escreveu para sua irmã Maria, de 44 anos, e filhos de 24, 15 e 13 anos, que viviam na Província de Cattania na Calábria, chamando-os para irem para a fazenda. O mesmo fez Giuseppe Canrizzo que chamou o sobrinho Comizzo Michele, de 28 anos, e sua esposa Mariana Marino, de 25 anos, que viviam na Província de Cattania na Calabria. Outro que chamou os parentes foi Renna Concetta Richiana, que chamou seu pai Antonio Francisco Diani de 54 anos, e seus filhos Giuseppe Renna, 23 anos, mais duas filhas, de 18 e 14 anos.⁸⁷

Esses colonos não vieram para o Brasil com todos os membros da família; certamente, vinham com a intenção de observar e encontrar um local e condições de vida viáveis, para depois chamarem o restante da família. Uma manobra dos colonos que não os deixava à mercê dos fazendeiros, pois se deslocar com filhos dentro de um país estranho não devia ser coisa fácil. Posteriormente, o fato de terem familiares a oferecerem para o trabalho poderia ser utilizado para auferir vantagens, pois tinham mais enxadas para o trabalho. Em contrapartida, a cooperação dos fazendeiros em auxiliar na busca dos parentes distantes acabava por resultar em contratos de trabalho mais demorados evitando o constante deslocamento de colonos entre as fazendas.

Na Fazenda de Santa Gertrudes, em Rio Claro, todo o empenho era realizado no sentido de trazer para suas terras, trabalhadores imigrantes “chamados por parentes” e já estabelecidos na Fazenda. Cartas da administração esclarecem a esse respeito:

[...] vae junto uma lista de famílias de colonos que estão na Itália e querem vir se reunirem aos parentes colonos desta Fazenda, porém eles não têm dinheiro para os transportarem até Gênova. Julgo que por intermédio de A (ilegível) introductor de imigrantes, elles poderão vir sem despesas e por conta da imigração.
Peço a V.Sa. o favor de mandar vir da Itália Marabeu Giuseppe e sua família, cunhado do colono Picelli Pietro desta fazenda de Santa Gertrudes, propriedade do Ilmo. Snr. Eduardo Prates.⁸⁸

Outra forma utilizada para manter os colonos na fazenda Boa Vista foi disponibilizar a eles tratamento médico, e acesso a medicamentos, com visitas

⁸⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1812, ordem 95, 16/01/1906. Concetta Gandaffo - Giuseppe Canrizzo – Renna Concetta Richiana – Fazenda Boa Vista.

⁸⁸ BASSANEZ, op. cit., p. 109.

mensais de dois médicos e um farmacêutico que promoviam consultas, as quais posteriormente eram descontadas dos ganhos dos colonos.

Um dos médicos que atendia aos colonos era o Dr. Oliveira Martins que tinha outros negócios com Joaquim da Cunha que viabilizavam as suas constantes visitas à fazenda. Tomava dinheiro emprestado com Joaquim e descontava o atendimento aos colonos do crédito que era conseguido com o dono da fazenda. Em 1903, o médico solicita mais crédito por não conseguir arcar com as suas dívidas:

Venho agora a voltar da casa de Luis José de Souza recebido onde fui pedir mais um pequeno prazo para a letra de 2:000\$000 que se vence a 30 do corrente. Ele não faz Questão de prorrogação de prazo mas disse-me que lhe avisaria pedindo sua intervenção. Penço poder arranjar o dinheiro do Luis Mendes em breve [...]prezado amigo e muitas vezes faço proposito de ir até a sua fazenda.⁸⁹

O farmacêutico era José Roxo, que passava receitas aos colonos, assim como entregava a eles fórmulas, água de Rubimat, pomadas, pílulas, xaropes, preparos, emplastos e óleos. Recebeu pagamentos entre os anos de 1911 e 1914, estão no Gráfico 3.3, os valores mantiveram-se constantes no decorrer dos anos.

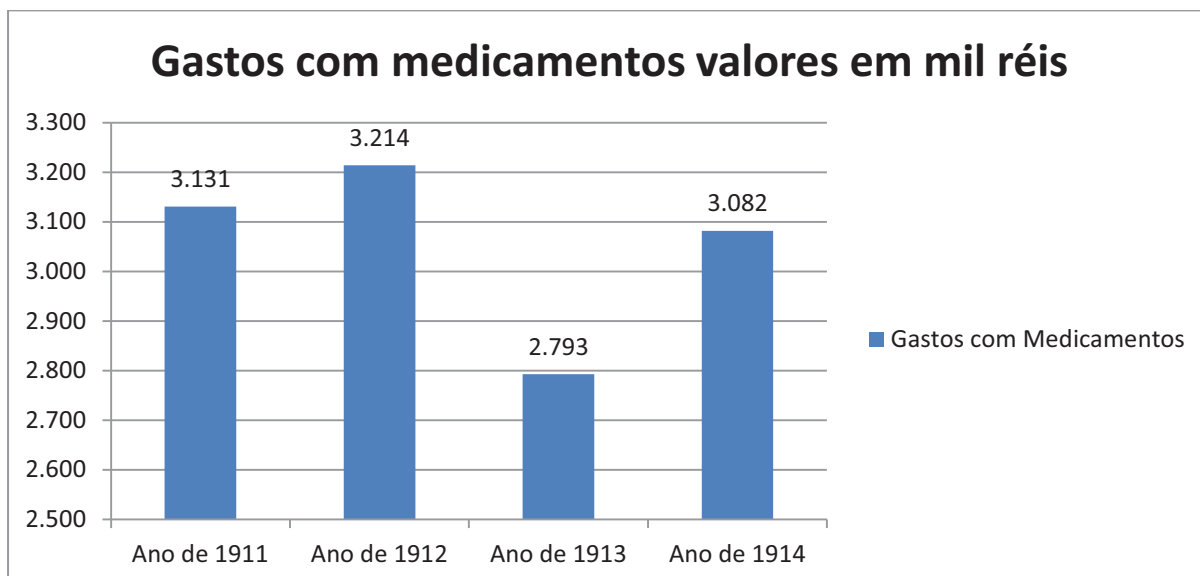
Os pagamentos eram feitos ao farmacêutico a cada dois ou três meses. Em 1912, parte do pagamento foi por meio da entrega de arroz e carne.⁹⁰

Gráfico 3.3

Gastos com medicamentos para os colonos na Fazenda Boa Vista, relação meses e anos.

⁸⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1850, ordem 112, 27/06/1902. Médico Oliveira Martins – Ribeirão Preto.

⁹⁰ Rogério Faleiros trabalhou com as cadernetas de trabalhadores para a A Fazenda Pau d'Alho de Campinas, sobre as consultas indicou que: "As despesas médicas faziam-se presentes em todos os bimestres, custando 10\$000 aos colonos, as despesas com farmácia eram variáveis, mas não oneravam muito o orçamento, girando em torno de 5\$000 a 10\$000 por bimestre. Como o artigo 15º do contrato da Agência de Colocação previa a formação de uma cooperativa médica e farmacêutica, acreditamos que os valores debitados com o serviço médico eram fixos por conta da existência de alguma forma de convênio que abatia bimestralmente um determinado valor das contas dos colonos precisando estes ou não do atendimento." FALEIROS, Rogério Naques. A Fazenda Pau d'Alho de Campinas: as cadernetas como registros da contabilidade dos "colonos" (1927-1931). **História e Economia**. v. 8, n. 1, pp. 79 – 94. 2011. p. 84.



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Medicamentos para os empregados. Boa Vista. 1911- 1914.

Carne e leite também eram disponibilizados diariamente para a compra aos colonos e a seus familiares que pagavam por 2 quilos de carne 1\$200, 1 quilo de fígado \$400, 1 mocotó custava \$200, 2 rins, \$500, 1 barrigada era vendida a 4\$000; também compravam queijo a 1\$500, café a \$400 o quilo e fubá.⁹¹ Estes produtos eram vendidos junto ao curral da fazenda.⁹² Outros produtos eram disponibilizados para compra, por meio do armazém que ficava próximo à colônia.

Em 1913, a fazenda tinha 80 éguas e 600 bovinos da raça Caracu,⁹³ tanto gado não era somente para fornecer carne aos moradores da fazenda. A criação de bovinos e equinos se manteve na fazenda desde 1879, mesmo depois do cultivo do café ter se tornado a principal atividade econômica da fazenda. Mesmo centralizando as atividades no café, outras atividades econômicas eram desenvolvidas e ajudavam a diminuir os custos totais da produção da cafeicultura. O farmacêutico foi pago com carne e leite, o crédito disponível ao médico o levava constantemente à fazenda. Foram somatórias de procedimentos que promoviam

⁹¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro de venda de Carne e leite 1907.

⁹² “A carne de vaca era consumida periodicamente, quando a Fazenda fazia o abate e a vendia para os seus empregados no seu próprio açougue. Nem todos, entretanto, podiam ‘dar-se ao luxo’ de comer carne de vaca. Como o valor da carne bovina comprada pelo empregado era debitado nos Contas Correntes, verificou-se que 70,0% dos empregados que fizeram parte da amostragem compravam carne pelo menos uma vez por mês”. BASSANEZ, op. cit. p. 226.

⁹³ LLOYD, R. **Impressões do Brasil no Século XX**: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>. Acesso em 29/07/2012.

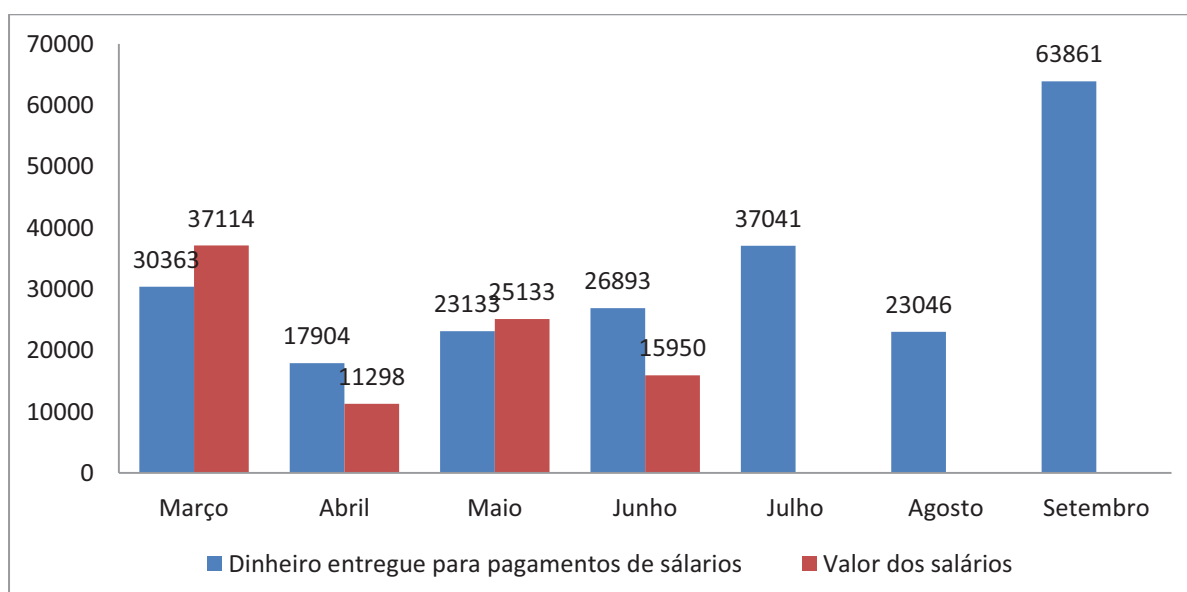
uma melhor condição de vida aos colonos, que até conseguiram unir a família ao seu redor e disponibilizar a eles alimento e tratamento médico, sem dúvida tudo teve um custo. Por outro lado, buscaram-se contratos de trabalho mais duradouros com os colonos e uma economia de dinheiro possibilitada pela venda de produtos e serviços aos colonos que posteriormente era abatido dos seus salários.

Adotava-se a prática de adiantamentos de salários, que se dava por meio de serviços disponibilizados aos colonos, como o acesso a médicos, a farmacêuticos, à carne e ao leite, além de outros produtos vendidos no armazém da fazenda. Fez-se com que as contas da fazenda, em 1913, atingissem uma situação de economia com o custo dos salários, tendo em vista que, em março e maio, Joaquim da Cunha teve que entregar somas menores de dinheiro ao seu administrador que fazia o pagamento dos colonos, mesmo com os salários, neste ano, atingindo valores muito mais expressivos do que aqueles pagos em 1907 quando somaram 18:420\$000.

O valor entregue acabou sendo menor do que a somatória total dos salários nos meses de março e maio, ver Gráfico 3.4. O que notamos foi um menor emprego de dinheiro no desenrolar do processo produtivo.

A economia de dinheiro com os salários, em face aos serviços disponibilizados, só não dava certo em época de colheita, quando a quantidade de mão de obra crescia e, portanto, os salários aumentavam de forma significativa, como podemos ver nos meses de julho e setembro no Gráfico 3.4.

Gráfico 3.4
Relação de valores para pagamento dos salários em 1913.



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista Livro Caixa. 01/02/1913. (N. 1).

A estrutura produtiva montada na Boa Vista e em funcionamento desde 1907 demonstra que foi neste ano que a fazenda passou a ser uma empresa produtora de café com todos os equipamentos necessários ao seu funcionamento, a qual buscava lucratividade em sua dinâmica produtiva. No Quadro 3.1, resumimos as etapas de formação da Fazenda até aqui abordadas. Podemos afirmar que depois de 1906 a fazenda já estava preparada com tudo que era necessário a época para produzir café em grande quantidade e com lucro.

Quadro 3.1
Histórico de Formação da Fazenda Boa Vista.

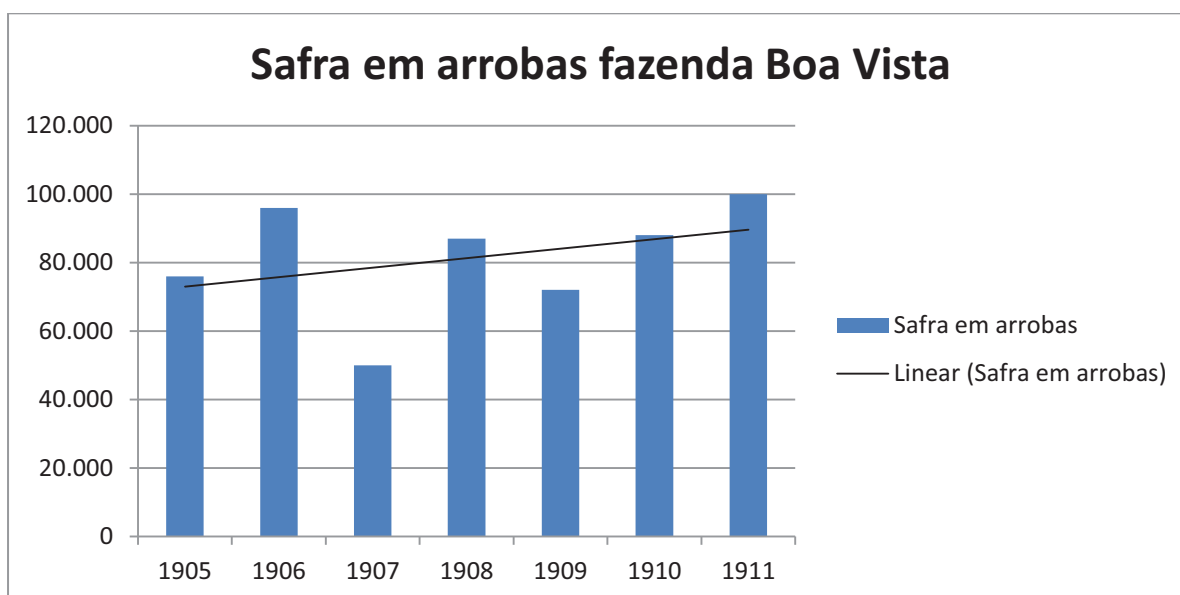
Anos	Etapa	Produção
1970 - 1979	Propriedade de Emerenciana	Pecuária
1979 - 1888	Joaquim assume a fazenda por meio do casamento com Emerenciana	Pecuária
1889 - 1906	Modernização da fazenda	
1889 - 1899	Foram plantados 650.000 pés de café	Pecuária e Café
1889	Admirador cuida da fazenda	
1892 - 1895	Foram comprados e ou herdados 1.700 alqueires	Café e Pecuária
1893 - 1906	Início da colheita do café e estruturação da fazenda	Café e Pecuária
1906	Construção do terreiro com de 20.000 metros quadrados e chegada da ferrovia	Café e Pecuária
1907 - 1915	A fazenda produz segundo uma dinâmica moderna	Café e Pecuária

A produção de café cresceu após 1907, chegando à marca de 100 arrobas em 1911 e se manteve até 1915, veja Gráfico 3.5, o que denota uma nova fase produtiva depois de 1907, em que todos os pés de café plantados entre 1889 – 1899

já estão produzindo; toda a moderna estrutura produtiva estava em funcionamento, e a quantidade de mão de obra trabalhando na fazenda aumentava a cada ano.

Todo o quadro produtivo da fazenda, que teve suas etapas acompanhadas nesta parte do trabalho, acabou por culminar na situação que indicamos no Gráfico 3.6, quando, em 1915, entre os meses de julho e setembro, cerca de 32.000 sacos de café foram colhidos, somando para o ano todo 60.167 sacos de café colhidos. Deste total, somente 20% foi enviado para venda, ou seja, 88 vagões com café, que compreendiam 12.240 sacos. O restante, que era a grande maioria da produção da fazenda de 1915, continuou estocado aguardando outro momento para venda da produção.

Gráfico 3.5
Safr de café na Fazenda Boa Vista.



Fonte: LLOYD, R. **Impressões do Brasil no Século XX**: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>. Acesso em 29/07/2012.

Ou por motivo de preço desfavorável do café em época da 1ª Guerra Mundial ou por motivo de superprodução, seja lá qual for a razão, de qualquer forma, optou-se em não vender toda a grande produção do ano, se pôde optar em não vender é porque tinham uma estrutura física para armazenar, assim como tinham informações sobre o futuro do café, além de não estarem em uma condição econômica ruim que os forçassem a entregar toda a produção de café daquele ano.

A produção que já estava estruturada e vinha aumentando há anos estava dando lucro, tendo em vista que Joaquim da Cunha pode reter 80% da sua produção de 1915 para promover a venda em um momento em que achasse os preços mais convidativos.

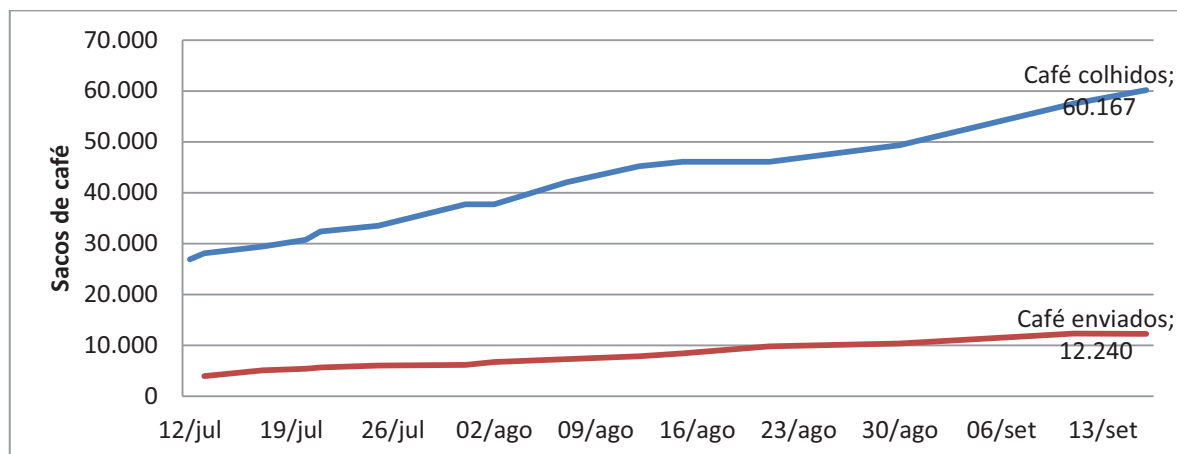
Os negócios econômicos de Joaquim da Cunha não só estavam se pagando como estavam dando lucro em 1915, a ponto de ele poder fazer uma poupança com a sua produção de café. No ano de 1914, ele foi relacionado pela Câmara Municipal como sendo o 6º maior produtor de café de Ribeirão Preto; em 1916, se tornou o 5º maior produtor.⁹⁴

Desta maneira, acreditamos que foi no ano de 1906 que os negócios desenvolvidos por ele estavam plenamente estruturados, é por isto que vamos focar a nossa análise até 1906, pois, a partir daí, uma fase de auge teve vez na vida econômica de Joaquim da Cunha e seria necessário outro trabalho para análise desta fase. Como nosso objetivo é estudar o processo de estruturação do arcabouço econômico e produtivo de Joaquim da Cunha, vamos focar as nossas considerações até o começo do seu apogeu para compreender como se deu. É isto que buscamos na próxima parte do trabalho.

Joaquim conseguiu a fazenda por meio de práticas tradicionais, tanto pela herança, como pelo casamento. A expansão das terras esteve intimamente atrelada ao acesso e a informações sobre os membros da família e outros da comunidade. A modernização e estruturação da fazenda foram garantidas pela influência contígua a uma rede de contatos construída por meio da política e de suas atividades comerciais, o processo de modernização da fazenda foi sustentado por práticas tradicionais.

Gráfico 3.6 Sacos de café colhidos e enviados em 1915

⁹⁴ Produtores de café: Em resposta ao ofício nº 96, para informar os maiores produtores de café existente em Ribeirão Preto: 1 - Francisco Schmidt, 4.061.300 cafeeiros; 2 - Cia. Agrícola Dumont, 2.419.329 cafeeiros, 3 - Cia. Guataparã, 2.112.700 cafeeiros, 4 - Francisca Silveira do Val, 1.047.549 cafeeiros, 5 - Iria Alves Ferreira, 778.000 cafeeiros, **6 - Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 650.000 cafeeiros**, 7 - Manoel Maximiano Junqueira, 650.000 cafeeiros, 8 - Francisco Maximiano Junqueira, 595.000 cafeeiros, 9 - Joaquim Firmino de Andrade Junqueira, 534.000 cafeeiros, 10 - Uchôa & Irmãos, 500.000 cafeeiros, 11 - Antonio B. Ferraz Junior, 493.000 cafeeiros, 12 - Antonio Penteado, 485.000 cafeeiros. APHRP - Administração de Correspondência recebidas 1911 - 1912, livro copiador p. 247.



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Livro de Colheita do café diário. 12/06/1915. Trabalho cotidiano 18/09/1915. Livro ponto de camaradas e empregados. Fazenda Boa vista. 1915 a 1919.

3.3 - Intermediação e Casas de Comissariado: os negócios com café.

A presença das casas de comissário nos vários negócios desenvolvidos em época foi uma constante, como responsáveis pela comercialização do café em Santos, ou como fonte de financiamento para o comércio, fizeram as vezes de bancos onde estes não chegavam. Ao adiantarem dinheiro para os cafeicultores, facilitaram o processo de endividamento de muito deles o que levou à perda de algumas propriedades via execução das hipotecas. Também estiveram presentes na importação de produtos. Sua atuação passou por mudanças no período estudado, devido à entrada do capital externo na atividade de exportação do café, o que modificou a forma de compra do café, fazendo com que os cafeicultores ficassem subordinados aos preços ora estabelecidos pelos compradores, que passaram a ir até as fazendas. Parte da literatura aponta para a sua perda de importância após a reforma econômica de Murinho.

Enquanto parte aponta para o aumento na quantidade de casa de comissário após o *Funding-loan*,⁹⁵ “Havia 57 casas comissárias em Santos em fins do século XIX; 86 em 1910; 45 em 1930.”⁹⁶

⁹⁵ Sobre esse período GODOY, em sua tese, aponta como medidas tomadas “Ao lado do Clube de Agricultura de Campinas foi fundado o de Ribeirão Preto, onde ocorreram as primeiras reuniões do grupo da “lavoura”. Essa organização corporativa tinha o objetivo de barrar o avanço da política de austeridade fiscal propugnada pelo governo federal desde os últimos anos da gestão de Prudente de Moraes. Com a posse de Campos Salles, a indicação de Joaquim Murinho para o Ministério da Fazenda e, principalmente, a adoção das primeiras medidas saneadoras das finanças públicas, os clamores da oposição empreendida pela “lavoura” ganharam força. A decretação do primeiro *Funding Loan* e as medidas restritivas e apreciadoras do câmbio foram decisivas para a constituição do Partido da Lavoura.” GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância**

Pelo que verificamos com os dados de Ribeirão Preto, após as reformas econômicas, ocorreu uma mudança no perfil dos proprietários das casas. No século XIX, eram comerciantes que conheciam todo o trâmite comercial no Brasil e no exterior, muitos oriundos do comércio no Rio de Janeiro. Posteriormente, surgiram donos das casas que passaram a ser associações de cafeicultores enriquecidos, com experiência na compra e venda de café que contratavam administradores para cuidar das exportações. A atuação de parte dos cafeicultores como exportadores de café é indício de um conjunto de ações que teve seu apogeu com o Convênio de Taubaté.

Conseguimos examinar uma parte das relações entre Joaquim da Cunha e as casas de comissariado por meio das correspondências que enviavam a ele, pelas quais acertavam as bases dos negócios feitos com o café. Essa parte do trabalho tem por função dar subsídio à cadeia de negócios exercida por Joaquim que permitiu estruturar a sua expansão econômica. É no período inicial do século XX que ele irá ascender como cafeicultor e político, enquanto muitos vão degradingolar na faina agrícola. Queremos compreender como é que ele conseguiu esta façanha e se, para isto, teve que romper com o modelo tradicional.

Acreditamos que foi a estratégia de diversificação nos negócios e o elo com as casas de comissário um dos fatores que possibilitou a ascensão dele justamente no período de baixa nos preços do café.

Em 1898, os negócios com o Comissário Telles Netto já estavam sendo realizados; este comissário esteve presente em muitos dos negócios feitos por Joaquim que depois se tornou sócio do comissário. Na Imagem – 3.1 temos um cartão de Telles enviado a Joaquim em 1902. Era comum o envio de cartão por parte dos comissários, o primeiro contato era feito por meio dos cartões.

Imagem - 3.1
Cartão de Comissário

coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930). Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006, p. 160.

⁹⁶ CASALECCHI, José Ênio. O Fazendeiro de café como representante de casa Comissária, estudo de uma correspondência. **Perspectivas**, v. 1, 1976, pp. 217-221. p. 221.

e o am? esposa, mas na propi-
 uma futura devida, quando ele irã
 de Ribeirão Preto - para um fim.
 Só estas considerações, portanto, e am?
 Antonio C. da Silva Telles.
 Jurei emittis e supposito saque.
 Am? - 25.06.92
 Santos
 S. Paulo - 5-1-902

Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista, cartas.

A dinâmica do negócio de consignação do café foi marcada em duas correspondências: em uma era feita o social, digo o acordo entre cavalheiros, menos técnica e mais gentil, era enviada uma correspondência por agradecimento pela consignação:

Com a presente temos o prazer de entregar a V. s. nossa conta de venda sob n. 33.409 relativa a 37.500 quilos de café que V. S. teve a bondade de nos consignar, liquidando a quantia de R\$ 24:995\$260 que creditamos em sua conta, valor para 15 do mês de setembro. Desejamos que o preço obtido satisfaça a V. S. agradecemos muito a consignação e assinamo-nos com muita estima.⁹⁷

Em segunda correspondência, um caráter mais técnico era utilizado para selar o negócio feito, momento em que era discriminado o produto enviado e os abatimentos feitos em decorrência de imperfeições:

Conta de venda do gênero abaixo mencionado que de Rib. Preto nos consignou Joaquim da Cunha. Vendido a 30 dias. 420 quilos de café moka com muita pedra coxa á 700 por quilo = 294\$000; 37.080 quilos de café com pedras coxas a 800 por quilo 29:664\$000. 37.500 quilos despesas de 29:958\$000; frete pago em Santos 3:689\$00;

⁹⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1760, ordem 36, 15/09/1898. Telles Netto – Comissário, Santos-SP.

Carretos 375\$000; comissão 3% 898\$740, total de gastos 4:962\$740. a receber liquido Rs 24:995\$260.⁹⁸

O café enviado seria pago em 30 dias, e não antes do envio.⁹⁹ Do valor total aferido com o café, 16% representavam os custos que seriam descontados do pagamento do cafeicultor, em que o frete incidia com a maior parte dos custos enquanto o trabalho do comissário fora pago por comissão de 3%, a mesma que a loja cobrava nos negócios com seus clientes.

A qualidade do café enviado ainda era um problema, o uso de máquina para o beneficiamento demonstra-se precário em 1898. Cada venda realizada pela casa de comissário era numerada o que permitia acompanhar todo o trâmite do negócio, ao cafeicultor era informado o valor, qualidade e quantidade somente quando feita a venda do café, certamente esta demora e incerteza gerava instabilidade nas contas do cafeicultor.

Passados seis anos, podemos notar a depreciação no valor do café; em 1904, foi enviada uma quantidade de 37.444 quilos de café, muito próxima daquela enviada em 1898. Algumas mudanças podem ser observadas apesar da quantidade de café enviado ser quase a mesma. A qualidade do café tinha melhorado, a presença de pedras no produto era menos constante. O processo de classificação do produto tornara-se muito mais fino abrindo um leque maior de classificação; uso do maquinário para a separação e limpeza do café demonstrava-se mais frequente¹⁰⁰:

21.717 quilos chato c/alguns pretos e verdes por 10 quilos 5.500, valor 11:9444\$350.

6.300 quilos chato duro com pretos e ardidos 5.400 quilos, valor 3:402\$000.

1.500 chato com ardido pedra e pretos 5.000 por 10 quilos, total 750\$000.

881 quilos chato mofado com ardido 5.000 por 10 quilos, total 440\$500.

4.418 chatinho com muitos verdes por 10 quilos 5.000, total 2:209\$000.

⁹⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1761, ordem 37, 15/09/1898. Telles Netto – Comissário, Santos-SP.

⁹⁹ Muitos autores informam que o pagamento pelo café era adiantado ao fazendeiro pelo comissário, não foi isto que encontramos, os pagamentos eram feitos 30 ou 60 dias após o recebimento do café.

¹⁰⁰ Depois de 1904 com o uso da máquina Lidgerwood o café passou a ser classificado em chato, miúdo, moka e quebradinho. A fazenda produzia em maior quantidade o chato.

2628 quilos chatinho com muitos verdes e pretos 4.800 por 10 quilos, total 1:261440.¹⁰¹

O novo padrão técnico da classificação atrelado ao uso de máquinas permitia até um maior controle sobre a quantidade enviada “Quilos totais 37.444. Falta avisada 56 quilos sem remessas. JJ 99, 100, 101, 102 e 103 de 625 sacas, total = 20:007\$290.”¹⁰² A presença da marca JJ é indício de ser este café resultante da produção pessoal de Joaquim da Cunha e não do envio de café de outros. Fica notório o menor valor do produto, em 1904, que variou de 4:800\$000 a 5:500\$000, por 10 quilos de café; na outra venda de 1898, o valor ficou entre 7:000\$000 e 8:000\$000, uma queda no valor do café, de melhor qualidade, de 32%. O custo da produção deve ter aumentado pela utilização de máquinas e o pagamento pelo produto diminuiu. Outro custo que passou a pesar mais foi aquele que englobava o transporte, o ensaque e a comissão, que atingiu 20% da venda. De tal modo entre a venda de 1898 e de 1904 o valor conseguido com quase a mesma quantidade de café representou, em 1904, somente 63% do que tinha representado em 1898, como podemos verificar abaixo:

Do 1857 - Frete a estrada de ferro 3:333\$500 (N.6258 - 6248), Carretos e ensaque 224\$800. Nossa comissão de 3% = 600\$220. TOTAL = 4:158\$520.

Liquido produto de 15:848\$770. Acima apresentamos a v. s. conta de venda sob N. 642 de 37.444 quilos de café liquido produto R\$ 15:848\$770 fica creditado em sua conta a 30 dias.¹⁰³

Situação difícil para o cafeicultor, o que levou o crédito a sumir no período, era um grande risco emprestar a quem dependia do café, o valor do produto estava em declínio. Em razão desta situação ocorre a ascensão das hipotecas no rol de negócios experimentados por Joaquim da Cunha.

Em março de 1904, fez outra remessa a *Junqueira Guimarães e Leitão*,¹⁰⁴ casa fundada em 1901 pelos cafeicultores, da qual Joaquim era sócio; nessa nova consignação, enviou 59.915 quilos de café, composto por sua produção de marca JJ. Desta vez mandou mais café de melhor qualidade, foram 1.000 sacos de café no

¹⁰¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1857, ordem 49, 14/03/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1858, ordem 50, 30/03/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

valor de 34\$450.915; os custos ficaram em 19,52%; teve creditado em conta de 27.723\$990. Houve uma pequena melhora no valor do café, tendo em vista que foi enviado café de melhor qualidade; como as consignações estavam sendo feitas em março, é provável que estivesse buscando uma época de envio com melhores preços do produto.

Em outra consignação, feita em agosto de 1905, o valor pago voltou a cair para 4:650\$000 e 3:850\$000, para 500 sacas recebeu 10\$253:770. Os custos representados pelo frete, carreto, ensaque e comissão somaram 23% do valor de venda.¹⁰⁵ E o valor só diminuía: no envio de outubro de 1905, o valor estava em 4:500\$000 os 10 quilos, recebeu por 44.932 quilos de café em 750 sacos, o valor de 15:542\$300.¹⁰⁶

Em sete meses, entre março de 1904 e outubro de 1905, foram enviados 171.825 quilos de café, somando 2.875 sacas, que rendeu 88:015\$515, pagou de custos 18:656\$685, que representaram 21% das vendas e recebeu em sua conta 69:368\$830, este foi o valor que recebeu pela venda de café em sete meses.

Não foram somente estes os ganhos que se teve com o café no período. Outras remessas foram feitas por ele, ou melhor, “pelo seu intermédio”, como os 375 sacos enviados em outubro de 1904.¹⁰⁷ Os negócios que culminavam em café enviado “pelo seu intermédio” revelam relações antigas como a que tinha com o Dr. Leodomiro de Mendonça Uchôa que desde 1894 tinha planta do café no lugar denominado seca ‘Guela’, onde Joaquim vendera terra para Schimdt.¹⁰⁸ Em 1905, o doutor estava sacando 7.000\$000 de uma ordem de envio de café, feito a *Junqueira, Guimarães e Leitão* por intermédio de Joaquim da Cunha.¹⁰⁹

O controle do café enviado pelos sócios da *Junqueira, Guimarães e Leitão* era feito mensalmente, como no relatório de abril, onde o café enviado por cada um dos sócios era indicado: 186 sacos de café do Dr. Gabriel Orlando Aleixo Junqueira, enviados da fazenda Conquista; os 1.875 sacos enviados pelo coronel José Frauzino, os 25 sacos de café enviados pelo Dr. Antonio Torquato Fortes de São

¹⁰⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1728, ordem 40, 10/08/1905. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹⁰⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1729, ordem 41, 24/11/1905. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹⁰⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1845, ordem 54, 29/10/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹⁰⁸ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, Livro 44, p. 233, 13/11/1894.

¹⁰⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1728, ordem 40, 30/11/1905. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

Joaquim, e os 2.336 sacos enviados pelo Major Manoel Joaquim Garcia da Rosa, de Poços de Caldas.¹¹⁰ São 4.422 sacas enviadas pelos sócios em abril, um mês antes Joaquim tinha enviado 1.625 sacas, uma quantidade alta de envio de café, mas que não estava acima do perfil daqueles sócios que mais enviaram.

Apesar da sociedade, desde 1901, na *Junqueira, Guimarães e Leitão*, ele continuava a ser procurado por outros comissários “[...] estamos abrindo uma casa de Comissário em Santos e solicitamos que envie café e solicite a outros o mesmo. Firma *Silva Ferreira J. e Cia* [...] em condições de colocar as remessas e ela consignadas pelos melhores preços do mercado [...]”.¹¹¹ O mesmo fez Adolpho Pujol, comissões e consignações, que tinha um escritório junto com o de seu irmão no largo do São Bento em São Paulo. Em sua propaganda, apontava que enviar o café ao comissário em Santos ficava 400 réis a mais por cada arroba, do que enviar para ele em São Paulo; a diferença do frete entre São Paulo e Santos era de 250 réis, e continuava “1% sobre o valor por ser venda a vista e não de 30 dias, 80 réis, sendo o carro de São Paulo de 200 réis, por saco ou 150 réis por arroba, diferença de 70 réis, tudo soma 400 réis.”¹¹² Bem sabia o comissário de São Paulo a quantidade de dinheiro que o transporte do café comprometia, a ponto de Joaquim consignar café com ele, todavia o valor pago pelo quilo do café por este comissário era ainda menor, a ponto dos custos somarem 24% do café enviado, por 6.300 quilos recebeu 2:064\$500; o envio do café consignado não deixava de ser uma aventura para o cafeicultor que poderia entrar em negócios que não se concretizavam segundo as expectativas.

Todavia as relações também eram fundamentadas em outros aspectos que não somente no plano econômico, no caso da relação de Joaquim com os irmãos Pujol isto ocorria. A política representava outra frente dos negócios:

O Dr. Caraiva Jr. a quem entreguei a sua carta, respondeu-lhe por meu intermédio e aqui junto essa resposta. Farei todo o esforço pelo nosso alistamento político. Não sei em que dará a situação política, vejo tudo ainda muito vago... Mas creio que a cisão é inevitável.¹¹³

¹¹⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1867, ordem 51, 30/04/1904. *Junqueira, Guimarães e Leitão*, Santos-SP.

¹¹¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1635, ordem 38, 12/03/1903. João de Faria - Alberto de Oliveira, Santos-SP.

¹¹² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1732, ordem 57, 26/01/1903. Adolpho Pujol - comissões e consignações. São Paulo.

¹¹³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1643, ordem 55, 26/07/1901. Dr Alfredo Pujol - advogado, São Paulo.

O irmão advogado, Dr. Alfredo Pujol, cuidava de alguns negócios do interesse de Joaquim da Cunha junto ao PRP em São Paulo, o que pode ter estimulado a continuar com o envio de café ao irmão comissário. Em nova consignação em 1906 o preço do café demonstrava-se cada vez menor:

Damos aqui junto a conta de venda dos gêneros que V. S. se dignou consignar-nos [...] para o qual não poupamos esforços. O liquido referido acha-se a vossa disposição à vista, base de hoje em Santos foi 4\$410 por 10 quilos.¹¹⁴

Outro custo para o envio do café era o pagamento dos sacos que era descontado do sócio da casa, por meio de uma conta de sacarias. Os sacos eram enviados de São Paulo, em fardos, eram sacos grosseiros de cânhamo com 120 litros de capacidade “[...] debitamos-lhe a 1.500 réis cada um, na importância de R\$1:500\$000, mais o frete de R\$102\$500.”¹¹⁵

A casa dava assistência no que dizia respeito ao comércio do café, assim como cuidava de outras solicitações do sócio:

Conforme sua determinação pelo Banco do Comercio e Indústria hoje mandamos pagar em SP por ordem e conta Rs 1.800\$000 ao Sr. Dr. Candido Espinheiro, Rs850\$000 ao sr. Dr. Julio Xavier e 455\$000 ao diretor da The Anglo-Brazilian School, que escrituramos a seu débito e mais R\$3\$800 que o dito Banco nos cobrou de comissão pela passagem de dinheiro.¹¹⁶

A disputa entre as casas de comissariado pelos negócios com os cafeicultores era intensa e constante. Em 1904, Joaquim da Cunha entrou em uma disputa judicial com a casa *J. D. Martins*, de Santos, que tinha uma escritura de hipoteca em notas da Capital com Gabriel Junqueira e sua mulher Inocência que se constituíram devedores da quantia de 376:851\$000, que venceria em 13 de janeiro de 1902; pelo empréstimo, tinham dado como garantia a Fazenda Recreio em Cravinhos, com 400 alqueires, sendo 140 de terras altas para o plantio de café contendo 42 mil cafeeiros formados, mais 150 mil de 2 para 4 anos e outros 250 mil

¹¹⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1730, ordem 56, 26/01/1906. Adolpho Pujol - comissões e consignações. São Paulo.

¹¹⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1873, ordem 52, 16/04/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹¹⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1791, ordem 42,24/10/1906 Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

de 2 para 9 anos, somando tudo 442 mil pé de café. A fazenda ainda tinha 40 casas de colonos. Ao vencer o primeiro pagamento fazem escritura reconhecendo o débito e juros no valor de 521:398\$475 que seriam pagos em prestações.¹¹⁷

Gabriel e sua esposa não pagaram a hipoteca e nem a escritura do débito feita com *J. D. Martins*; posteriormente, fizeram uma segunda hipoteca com Joaquim da Cunha que logo executou a dívida. Percebendo o movimento, *J. D. Martins* também executou a hipoteca e conseguiu a penhora da Fazenda, o que levou Joaquim a usar sua influência política com o juiz local para promover um recurso, sustentando a penhora feita por *J. D. Martins*, o qual se sentiu lesado e entrou com um agravo ao Tribunal de Justiça que modificou a decisão do juiz, retornando a penhora a *J. D. Martins*.¹¹⁸ O Advogado de Joaquim é o Dr. Fábio Barreto,¹¹⁹ que assim se posicionou sobre a o agravo:

Não acutilada o humilham a zombaria agrava tais arma já sem credito aliás, nas lutas forenses não podem aterrorizar a quem conhece a unificação de seus golpes esta resolvido a defender o sue direito a todo transe. Nas discussões desta ordem, só o argumento é sério pois só ele convence" "O agravante ficou vexado surpreso hesitante, ruborizado com a doutrina do agravado.¹²⁰

A disputa pela fazenda foi ferrenha, a *Junqueira, Guimarães e Leitão* acabou por auxiliar Joaquim no desenrolar da situação, o que demonstra não ser esta disputa somente originária dos negócios com a *Guimarães e Leitão*, afinal Gabriel era primo sobrinho de Joaquim:

Tendo o amigo Eduardo Leite Ribeiro nos enviado uma precatória para providenciarmos o seu cumprimento, na ação movida por Afonso França contra J D. Martins dizendo-nos que as despesas poderíamos levar a sua conta vista ser V. S. parte interessada demos

¹¹⁷ APHRP - Embargo de declaração, caixa 121-A, 05/10/1903.

¹¹⁸ APHRP - Idem.

¹¹⁹ “[...] e no caso de Cravinhos, em que na equipe de advogados de defesa da “rainha do café” encontravam-se Herculano de Freitas e Fábio Barreto, prefeito de Ribeirão Preto por oito anos, deputado federal e secretário do interior do estado de São Paulo.”. Posteriormente, Fabio Barreto também atuou como advogado no caso do crime que ficou conhecido como O Crime de Cravinhos em que Iria Alves, cunhada de Joaquim da Cunha foi acusada de um assassinato. GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista** (1889-1930). Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006.p. 66. Sobre Iria, veja MELLO, Rafael Cardoso de. **Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto** (1896-1920). Dissertação de Mestrado defendida Na UNESP-Franca, 2009. Sobre o crime, veja: JORGE, Janes. **O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo 1920-1924**. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

¹²⁰ APHRP – Idem, p 79 v.

imediatamente as providencias necessárias, tendo despendido a quantia de Rs 670\$000, a saber: imposto de custas a pagar do 3 cartório 347\$700, imposto de honorários dos advogados Drs Vicente de Carvalho e Thomaz Viegas 300\$000; imposto ao solicitador Joaquim Pedro de Jesus 20\$000; imposto de registro dos autos pelo correio 2\$300. TOTAL = 670\$000. Conforme as instruções já recebidas já fizemos remessa dos autos ao mesmo Dr. Eduardo Leite Ribeiro, tendo debitado a V. S. as respectivas despesas que fizemos, conforme ficou declarado e de acordo com os documentos que juntamos. Ha poucos dias o nosso sócio Ilmo. Dr. Inglês de Souza recebeu uma carta do amigo Gabriel Junqueira em que ele pedia toda a urgência na devolução da dita precatória ao Dr. Eduardo Leite, e oferecendo se para pagar as despesas por isso seria bom que V. S. com ele se entendesse a respeito, porquanto nos quando demos andamento a esse negócio, tivemos em vista o que nos disse o Dr. Eduardo Leite, que V. S. nos pagaria as despesas, por isso as levamos em sua conta.¹²¹

Joaquim estava utilizando todos os seus contatos e influência para a concretização da disputa judicial, este era um caso de família e não um negócio puramente comercial. Joaquim, quando executou a hipoteca de Gabriel, podia estar tentando garantir a permanência da fazenda na família, como fizera com Braulino, caso da fazenda Cabeceira do Lageadinho, quando segurou uma hipoteca do primo por 19 anos.¹²²

Gabriel Junqueira estava prestes a perder a sua fazenda, devido à realização de sucessivas hipotecas que não foram pagas, tinha repetidas vezes empregado o seu capital na produção do café. A fazenda contava com 42 mil cafeeiros formados, outros 150 mil de 2 para 4 anos e mais 250 mil de 2 para 9 anos. Dos 442 mil pés de café plantados, 400 mil eram pés novos e nem todos deviam estar produzindo. Gabriel aumentou a sua produção a partir de 1899: plantou muitos pés ao mesmo tempo, os cafezais passaram a produzir ao redor de 1903; os preços tinham caído e ele estava endividado graças à plantação e manutenção dos cafezais. Em 1899, quando ele plantou muitos pés de café, Joaquim estava parando de plantar, retomando apenas depois de 1918. Podemos notar que houve um conjunto certo de anos para aumentar as plantações: quem perdeu este tempo teve maiores problemas com a mudança de conjuntura.

¹²¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1833, ordem 44, 19/02/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹²² 1º Registro de imóveis de Ribeirão Preto, inscrição hipotecária, Livro 2, folha 62, 18/04/1902.

Na passagem do século XIX para o XX, em face aos bons preços do café na década de 1890, Gabriel ficou nove anos investindo em novos pés de café. No início do século XX o preço diminuiu sucessivamente, suas expectativas de ganhos se transformaram em dívidas insolúveis, presságio do seu desespero, relatado em carta enviada de São Paulo, em 27/06/1902, a Joaquim da Cunha:

Só hoje pude com o Joaquim Alves resolver o negócio das Letras. As cousas por aqui estão pretas e como nunca estiveram. Vou desanimadíssimo e sei que conhece as dificuldades com que tenho lutado e a coragem com que tenho enfrentado poderá muito bem julgar que quando cheguei a desaminar-me é porque os negócios chegarão ao extremo. O pânico que reina nesta praça e na de Santos é inexplicável não há mais credito e nem confiança; café não tem valor para esta gente. Os negócios eu havia falado com o França estão dissolvidos, pois os homens retraíram-se de uma vez e francamente dizem que não farão mais negócio algum enquanto não emanar do governo Federal alguma providencia em prol da lavoura. Não posso, pois garantir-lhe o pagamento dos 6 contos no fim do mês; tenha paciência e se já não sigo amanhã o senhor mais ou menos saberá o motivo eu não preciso explicar pois há cousas que deve-se ter até certeza evitando de escrever. Continuarei a lutar, pois se eu prozasse termo hoje á coragem com que tenho enfrentado esta vida seria uma calamidade e um desastre não só para mim como para meus credores, e assim continuando quem sabe se teria a recompensa. continuo a escrever o estado disto por aqui e mais alguma cousa seria sem nuca acabar e por isso término enviando-lhe e a tia sinhá lembranças, bem como as meninas.¹²³

As dívidas de Gabriel eram muitas, além de *J. D. Martins* e Joaquim da Cunha, também devia a Joaquim Alves, um capitalista local. Ele foi se endividando e contava com a futura colheita de café para arcar com as dívidas; quando chegou a hora de colher, o preço não respaldou as suas expectativas.

Já em 1902 previa um futuro incerto aos seus negócios que culminaram, em 1904, com o penhora da fazenda. Apesar disso, não entendia o porquê do crédito ter sumido, nem o absurdo, o “café não tem valor para esta gente.” Era um lavrador em choque com o mercado, “homens retraíram-se de uma vez e francamente dizem que não farão mais negócio algum enquanto não emanar do governo Federal alguma providencia”, os homens a que se referia deveriam ser os financiadores da lavoura, banqueiros, comissários e grandes comerciantes que deixaram a lavoura à sua sorte. A seleção natural iria cuidar dos que investiram tudo em uma única frente, em

¹²³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1847, ordem 106, 27/06/1902. Gabriel Junqueira, São Paulo-SP.

um único negócio como foi o caso de Gabriel, que se viu preso a duas temporalidades distintas, uma representada pela época em que o café tinha bom preço e a outra representada pela queda no valor do produto.

Com a retração do crédito e perda de valor do café, a saída seria uma ação política, ou o governo assumia a condição de financiador ou a produção iria degradingolar; logo depois da carta, Joaquim executa a hipoteca do primo, afinal, confiava no juiz de Ribeirão Preto.

A situação ruim pela qual passava o valor do café fez com que o pagamento do produto enviado demorasse cada vez mais a ser pago, de 30 dias os pagamentos passaram a ser feitos em 60 dias, com negócios cada vez mais difíceis de serem concluídos:

[...] o negócio proposto pelo Sr. Mansueto Bonaccorse, que precisa de doze contos de réis, para nos mandar 3.000 arrobas de café da safra pendente, tendo em consideração a recomendação que V. s. nos faz do mesmo amigo [...]¹²⁴

Alguns cafeicultores começaram a falhar nos acordos estabelecidos, o que levou a *Junqueira, Guimarães e Leitão* a reformular os novos acordos, quando Joaquim indica o Major Francisco Ferreira Gandra para receber um empréstimo, a casa faz uma série de exigências:

[...] a aprovação precisamos de todos os detalhes, como telegrafamos A) se é casado; B) se os filhos e genros entram no negócio conforme nos parece ter ouvido de V. S. C) o nome e situação da propriedade. D) se dá penhor agrícola e quantas mil arrobas E) qual o prazo ofertado F) quem saca?¹²⁵

Logo depois continua a colocar empecilhos no negócio:

Recebemos a escritura de hipoteca e penhor agrícola a nós passada pelo amigo Francisco Ferreira Gandra e outros em garantia do empréstimo de Rs 42:000\$000 que lhe fizemos. Infelizmente o negócio não foi realizado convenientemente, não só porque na sua estrutura, como na sua extensão o referido documento não está em condições desejáveis, por que estabelece capitalização anual e não semestral, como é praxe; pagamento de prestações em épocas que

¹²⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1855, ordem 46, 29/02/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹²⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1832, ordem 43, 10/02/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

se contradizem com as liquidações das safras; diferenças entre as garantias mencionadas na carta do advogado que nos representou e as oferecidas pela mencionada escritura, que são muito sensíveis; referencias de nomes nas escrituras que não constam da nota que recebemos, e, portanto não foram incluídos na nossa procuração - o que é muito estranhável cláusula de custeio do qual absolutamente não fomos informados e finalmente vícios graves no corpo da mesma estrutura. Nessa condição já tendo nos aceito a ordem dos 42 contos de réis - o que éramos obrigados a fazer pelo fato de termos na procuração que enviámos autorizado o seu saque, reputamos este negócio inteiramente entregue a boa fé dos devedores, sem que possamos dar maior valor a referida escritura. Por isso, assim informado V. S. nos desde já confiamos a sua valiosa Guarda a futura liquidação dele, sendo que estamos certos V. s. providenciará para que daí não nos possa advir prejuízos, rogando lhe ver se os devedores não aumentam a dívida, evitando pois que não se utilizem do custeio. Atendendo as melhores recomendações que V. s. nos fez do amigo Gandra e sua família, ficamos certos de que ser lhe há fácil satisfazer este nosso desejo, convido guardar toda a reserva do que fica exposto afim de que os interessados sempre o ignorem.¹²⁶

Os cuidados tomados na realização de uma nova hipoteca se demonstraram muito mais exigentes. Não só a garantia de hipoteca e penhor agrícola era necessária, mas o controle dos aspectos legais do contrato que deveriam ser cumpridos no seu todo. A preocupação maior era que as datas de pagamento deveriam estar atreladas à época de colheita, e principalmente o solicitante deveria ser observado e controlado para que não procedesse a novas hipotecas, essa seria a função do sócio quando da realização de hipotecas. O bom andamento e a garantia de pagamento futuro passava pelo controle e percepção do representante local da casa de comissário.

Joaquim deveria estar próximo, em contato constante com o hipotecado, sem revelar a sua preocupação e atenção aos negócios do outro, no caso de Gandra o agravante era o contrato que dava a ele mais vantagens do que o de costume.

O contrato foi feito conforme as especificações e exigências de Joaquim da Cunha, o que não agradou aos representantes da casa que passaram a alertá-lo sucessivamente sobre a época de dificuldades, momento no qual não era mais possível este tipo de crença na palavra do outro. Uma nova correspondência é enviada pelo administrador da casa alertando o para possíveis problemas:

¹²⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1852, ordem 45, 15/03/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

Conforme verá a carta de negócio do Gandra não foi feito conscientemente tem havido irregularidades. O Sr. Eduardo disse na carta que acompanhou a escritura que tudo foi feito de acordo com o sr. de modo que eu estou certo que pela confiança que o sr. tem em homens, o facto de minha letra ter pouco valor não me acarretará dificuldades futuras. Entre outro ponto posso ver ou lembrar, declarou que os homens absolutamente não funcionam [...]¹²⁷

Em meio ao negócio realizado entre a casa de comissário e Gandra, podemos notar que Joaquim da Cunha estava sendo pressionado para modificar o seu modo operante na realização de negócios que envolviam tamanha soma de dinheiro. Para a época de preço do café em baixa que levava alguns ao não cumprimento das dívidas, a realização de contratos que não fossem subscritos por um parecer técnico passava a ser algo arriscado, em desuso. O modelo tradicional de realizar negócios baseado no conhecimento e confiança sobre o outro se transformara em um negócio arriscado, e deveria ser suplantado por um modelo moderno pautado por um parecer técnico.

Para situações semelhantes Peter Burke sugere o uso do modelo de Spencer, que foca a mudança social de maneira gradual e cumulativa:

Muitas vezes, esse processo endógeno é descrito em termos de “diferenciação estrutural”, isto é, um deslocamento do simples, não especializado e informal para o complexo, especializado e formal [...]¹²⁸

Joaquim estava sendo pressionado a agir de acordo com os novos parâmetros da modernidade, os negócios deveriam ser pensados de forma impessoal por meio de contratos e cálculos e não mais segundo percepções pessoais sobre o outro, a casa queria que ele modernizasse os seus negócios. Ao menos no negócio com o Gandra, quem teve que aceitar o uso do modelo tradicional foi a casa de comissário:

Comunicamos-lhe que o nosso sócio amigo Dr Azevedo Marques nos escreva a proposito da escritura do amigo Francisco Ferreira Gandra e outros, e aceitando o parecer dele, de que não há nulidade, não obstante a péssima redação em que está a mesma lavrada e extravagancia de certas clausulas, não fazemos questão em deixá-la como está, tanto mais V. S. nos tendo informado que os devedores

¹²⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1851, ordem 47, 15/03/1904. Frans Luz, Santos-SP.

¹²⁸ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: editora UNESP, 2002. p. 184.

são pessoas idôneas e portanto incapazes de procederem incorretamente. estimando que tivesse feito boa viagem lhe desejamos perfeita saúde, subscrevendo-nos.¹²⁹

Os primeiros anos do século XX bancaram dias difíceis para os cafeicultores, os anos que antecederam o Convênio de Taubaté trouxeram mudanças significativas para o mundo dos lavradores, até os negócios de Joaquim da Cunha passaram por penúria, a ponto do seu modo operante ser questionado por seus parceiros. Não só isto. Também teve que recorrer a hipotecas como forma de conseguir dinheiro. No início de 1903, fez escritura de dívida com hipoteca a Joaquim Alves da Costa, negociante local que era seu sócio, hipoteca transferida por este a José Frauzino Junqueira Netto que esteve atrelado as Casas *Telles Netto* e depois a *Junqueira, Guimarães e Leitão*.

Na hipoteca de valor de 80:000\$000, Joaquim de Cunha deu como garantia uma parte da terras compreendendo 1.700 alqueires com cem mil pés de café de 4 a 5 anos de idade, 8 casas duplas para colonos de tijolo, 1 casa dupla de táboa, casa de morada, paiol, uma casa para empregado, mangueiro, monjolo, moinho, e mais benfeitorias. Uma casa em forma de chalé com entrada por um portão de ferro, no jardim para o lado de cima da casa, confrontando com a Praça XV de Novembro pelos fundos com a rua São Sebastião e pelo lado de cima com a rua Álvares Cabral. O vencimento da hipoteca seria em 20 de março de 1909 com juros de 8 e ½ por cento ao mês.¹³⁰ Nesta hipoteca de 1903, Joaquim deu como garantia a casa onde morava e o segundo sorte de terras da sua fazenda, chama atenção a alta taxa de juros de 8 e ½ ao mês, muito superior aos 1 e ½ que fora cobrado nas outras hipotecas.

Ele também tinha plantado café no final do século XIX, todavia foram 100 mil pés e não 400 mil como seu primo Gabriel, tais pés de café já deviam estar produzindo, pois tinham mais de 4 anos. A dívida fora quitada antes do prazo, em março de 1905. Ao contrário de seu primo, os seus cafezais já estavam produzindo quando ele fez a hipoteca, o que deve ter auxiliado nos pagamentos. Além disso, teve o auxílio das suas outras atividades econômicas que contribuíram para o pagamento da dívida. Não só dos cafezais retirou dinheiro para honrar com o

¹²⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1852, ordem 45, 15/03/1904. Junqueira, Guimarães e Leitão, Santos-SP.

¹³⁰ 1º Registro de imóveis de Ribeirão Preto, inscrição hipotecária, Livro 2, folha 105, 09/01/1903.

pagamento, mas também da loja, da casa de comissário, dos empréstimos que tinha feito, das hipotecas que tinha dado, dos negócios com o café que intermediava. A diversificação dos negócios representou a rápida quitação de sua hipoteca, ao contrário do que aconteceu com quem era somente cafeicultor.

No entanto, ainda em 1903, ele já tinha feito outra escritura de dívida com hipoteca em que era credora a casa de comissário *Teles, Quirino e Nogueira* de Santos; deu como garantia o outro sorte de terras da sua fazenda Boa Vista, com 460 alqueires, com casa de alvenaria coberta com telhas francesas, porões, calçadas, coqueiras, casa de administrador, casa para carros, ferraria, carpintaria, selaria, casas para escola, casa completa de máquina de beneficiar café, serraria vertical, moinho, 50 casas, duplas para colonos, construída de pedras, tijolos e madeira, coberta de telhas, paiol, pastos, 550 mil pés de café de 14 anos, pomar, terreiros e demais benfeitorias. “Duas terras correspondentes do imóvel hipotecado, havidas pelo outorgante por herança de Francisco Maximiliano Junqueira [...] da divisão judicial da fazenda Olhos D’agua, a qual fazia parte da gleba hipotecada”.¹³¹

Pela hipoteca, recebeu 400:000\$000 que deveriam ser pagos em 5 prestações anuais: em 31/12/1903, pagaria 60:000\$000 corrigidos pelos juros de 12% anuais; depois, em 31/12/1904, um segunda prestação de 50:000\$000 e juros, em 31/12/1905, pagaria 70:000\$000 e juros; em 31/12/1906, pagaria 100:000\$000 e juros e, depois, em 31/12/1907, pagaria a última prestação de 120:000\$000. Assim como na dívida anterior, pagou a hipoteca em março de 1905, portanto dois anos antes do prazo final; a diversificação nos negócios o salvou novamente.

Pelo que indicamos acima, é certo que, em 1905, justamente no ano em que Ribeirão Preto foi o principal produtor mundial do café, Joaquim da Cunha conseguiu dinheiro suficiente para quitar o considerável valor de 480:000\$00. Entre a realização das hipotecas, em 1903, e o posterior pagamento das mesmas, continuou a emprestar dinheiro, a promover hipotecas, entrou em disputas judiciais com comerciantes de Santos, não parou os seus negócios, de tal modo, que não há indícios de que os valores levantados com as hipotecas tenham sido para pagar dívidas, pois no período continuou a fazer negócios. Ademais, o dinheiro que levantou nas hipotecas não deve ter sido utilizado para fomentar novos empréstimos, já que os juros que pagou foram iguais ou superiores aos que praticou

¹³¹ 1º Registro de imóveis de Ribeirão Preto, inscrição hipotecária, Livro 2, folha 111, 26/01/1903.

nos empréstimos feitos por ele. Assim, o que nos parece mais viável é que o valor que conseguiu com as hipotecas foi aplicado em seus investimentos, mesmo que investimentos feitos na fazenda. Foi o período em que construiu o terreiro de café, que colocou máquinas para o beneficiamento, e/ou foi aplicado na Casa de Comissário, afinal tinha se tornado sócio da casa. Todavia, seja lá qual for o motivo das hipotecas, o que chama a atenção é o fato de ele ter que procurar as casas de comissário para fazer um empréstimo, assim como os cafeicultores de menor cabedal. O início do século XX foi uma época em que a grande maioria dos cafeicultores necessitou de empréstimos.

Com o uso das hipotecas, em que foi devedor, foi possível saber o número de pés de café que Joaquim da Cunha possuía, eram 550 mil com 14 anos e mais 100 mil entre 4 e 5 anos, o que dava um total de 650 mil pés de café em condições de produzir em 1903.

Pelo menos desde 1889 estava envolvido com a agricultura do café; passados 10 anos, voltou a plantar mais 100 mil pés. Não aplicou todos os seus dividendos e esforços somente nesta atividade econômica. Como indicamos acima, diversificou os seus investimentos e negócios na realização de empréstimos, de hipotecas agrícolas, da compra e venda de terras, na compra de imóveis urbanos, na sociedade de uma casa de comissariado e na abertura de uma agência bancária. Ao contrário de seus parentes Bráulio e Gabriel, que mantiveram seus negócios atrelados ao café e às terras, a disposição de Joaquim da Cunha em diversificar se demonstrou profícua e vantajosa com os passar dos anos. Em 1903, já tinha reunido 2.160 alqueires, que produziam 650 mil pés de café, era sócio da *Junqueira, Guimarães e Leitão* e tinha transferido a sua residência para a principal praça da cidade, logo depois passou a ser tratado como Coronel Joaquim da Cunha.

No ano de 1904, tinha 100 colonos trabalhando em sua fazenda, colheu quase 70 mil arrobas, enviava café o ano todo para a venda, várias vezes em quantidade mediana. Mantinha parte da colheita estocada para proceder às vendas, principalmente a partir de março do ano seguinte, quando então necessitou de dinheiro para arcar com os salários do início da próxima safra. Em 1904, enviou para venda algo ao redor de 17% da produção.¹³² Joaquim não foi precursor nas

¹³² Esta mesma estratégia foi utilizada em 1915. Ele também podia estar enviando o café para outras casas de comissário que não só a *Junqueira, Guimarães e Leitão*, mas aí estaria concorrendo com a sua própria firma.

plantações de café, nem foi o maior produtor local, mas soube o tempo de plantar e de vender o café e, em meio a isto, procurou diversificar os negócios, pois sabia que a produção de café era dependente do comércio do café, essa foi a percepção o que o fez progredir.¹³³

Mesmo assim, continuava comedido em seus negócios, optando por práticas tradicionais que visavam a preservar o seu patrimônio. Quando em 1906 teve sérios problemas de saúde, veja imagem 3.2, que é uma matéria de jornal da época que trata do seu retorno a Ribeirão Preto.

Como ficou muito tempo internado em São Paulo, acabou doando a seus filhos o segundo sorte de terras da fazenda:

[...] todos domiciliados nesta fazenda (Boa Vista) pela presente escritura fazem doação aos filhos Ozorio (20 anos) Ana Ozorio (18 anos) Gabriela (16 anos) Luiz (14) Francisco (12) Inocencia (11) Augusta (10) como adiantamento das respectivas legítimas deuo seguinte imóvel uma parte de terras de baixo, denominada Baixadão pontinha da antiga Faz. Olhos d'água com 1.700 alqueires entre terras altas e baixas de cultura campos, cerrado, [...] o valor da doação de 200\$000:000, os filhos ficam com partes iguais, os pais não podem alienar, os doadores terão a administração e uso fruto não podendo fazer hipoteca, aexceção da feita em favos de Col. Joaquim Alves da Costa Jr. e transferida a José Flauzino Junqueira Netto.¹³⁴

Na dúvida com relação a seu futuro, gerada pela doença, doou a seus filhos parte de seu principal bem, a Fazenda Boa Vista, em uma tentativa de manter as terras com a família. Acabou por fechar a possibilidade de realização de novas hipotecas, talvez por bem conhecer o trágico resultado de muitas terras hipotecadas. De qualquer forma, estava se afastando deste que era um negócio arriscado e garantindo a tradição da família: a terra.

Imagem 3.2

¹³³ Passados alguns anos o seu genro Jorge Lobato se tornou o principal responsável pelas transações comerciais envolvendo o café. “[...] o banqueiro local Dr. Jorge Lobato, responsável pelas maiores transações comerciais envolvendo café no período estudado, tanto em Ribeirão Preto quanto em Franca. Esta documentação denota certa preponderância das Casas Comissárias sediadas em Ribeirão Preto sobre toda a região da Alta Mogiana [...]” FALDIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese de Doutorado apresentada a UNICAMP, 2007. p. 136.

¹³⁴ APHRP - Processos Antigos. Translado de registro de notas do 2º tabelião, Livro 46, folha 45 v, 20/06/1906.

Matéria do Jornal “O Villa Bomfim” informando sobre a doença de Joaquim da Cunha.



Fonte: Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Jornal Villa Bomfim de 28/10/1906.

No desenrolar dos negócios feitos por Joaquim entre os anos de 1893 e 1906, muitos dos Junqueira estiveram presentes, ou como vendedores de terras, ou como solicitantes de empréstimos, até os negócios feitos com o café passaram pelos membros da família. A própria casa *Junqueira, Guimarães e Leitão*, da qual foi sócio, era composta por vários membros da família Junqueira. Foram as casas de comissariado e as relações oriundas daí a fonte de crédito para os negócios com o café e com os outros, assim como, quando precisou de dinheiro, este foi consolidado pela casa de comissário, que teve um dilatado valor nos negócios realizados por Joaquim. A casa de comissário foi o espaço em que práticas comerciais tradicionais e modernas se amalgamaram em uma conjuntura específica marcada pela mudança que levou a uma mudança no modo operante de Joaquim da Cunha.

3.4 – O empresário e a política: o limite das inovações.

Nesta parte do trabalho, vamos situar a nossa problemática em um referencial teórico que permita o uso de conceitos mais amplos do que somente os da economia: pretendemos levar em consideração também as relações sócio-políticas, tendo em vista que as modificações que Joaquim promoveu em seus negócios tiveram uma fina conexão com a sua vida privada e com as suas práticas públicas manifestas pela política.¹³⁵

O que queremos com esta parte do trabalho é compreender se o econômico esteve em sintonia com a família e a política e, como esteve em sintonia, queremos saber como estes momentos da vida dimensionaram as ações de Joaquim ou, como colocou Braudel: “Simplificam-nas dividindo a história em setores (história política, econômica, social, cultural).”¹³⁶

Uma época de mudanças representada pelo *funding loan* marcado pelo preço baixo do café, após um período de bonança na faina agrícola, pegou muitos dos lavradores no “contrapé”, em um momento em que investiram apostando na continuidade do bom momento do café, o que se consubstanciou em prejuízo e endividamento, sanados momentaneamente por hipotecas que não foram perpetuadas o suficiente, devido à retenção do crédito.

A somatória gerada por vários fatores como o preço baixo do café, o endividamento e as hipotecas levaram muitos a perderem suas propriedades. Diante desse quadro, Joaquim da Cunha operou mudanças em seus negócios como comerciante, estendeu sua atividade a fornecedor de crédito, alocou os seus esforços na compra e venda de imóveis, que foram facilitadas pelas hipotecas, continuou a prover o crédito, contudo dentro de uma sociedade de casa de comissariado que visava retirar os atravessadores do comércio do café e dar maior base aos seus negócios. Até as suas principais propriedades foram utilizadas para gerar capacidade de fluxo empregado em seus negócios que,

¹³⁵ A ideia de empresário com a qual trabalhamos seria ele o elemento de avanço e mudança na estrutura econômica capitalista; homem dotado de novas combinações, com vocação para a tomada e execução de decisões estratégicas “[...] a função essencial do empresário deve sempre aparecer misturada com outros tipos de atividade que, via de regra, devem ser muito mais importantes que o essencial. [...]” SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 55.

¹³⁶ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 8.

no frigir dos ovos, tinham por fim a compra e/ou manutenção das terras que foi garantida com a doação de sua principal propriedade aos filhos.

A significativa intensidade do processo econômico demonstrado por ele teve como atributo o fazer tradicional, oriundo de uma família clânica. Com o advento do século XX, os seus negócios foram sendo institucionalizados segundo uma moderna racionalidade econômica, mas não perderam o tradicional *modus operandi* – é este modo que queremos transpassar nesta parte da pesquisa.

O evento constituído pela sociedade na casa de comissariado estava concatenado com uma nova dinâmica moderna dos negócios, mas, em sua essência, demonstrava guardar condutas que vinham de longa data.

Se até esta parte do trabalho buscamos organizar um modelo para utilizar as fontes que temos em face a uma problemática que lançamos, tendo em vista que compreendendo como modelo “[...] uma construção intelectual simplificadora da realidade para salientar o recorrente, o geral e o típico, apresentados na forma de conjuntos de características ou atributos.”¹³⁷ de tal modo, o que estamos fazendo é

[...] construir "modelos" propostos decisoramente, em "substituir o estudo do fenômeno concreto pelo estudo de um objeto constituído por sua definição", em julgar o valor científico deste objeto segundo o campo de questões a que permite responder e segundo as respostas que fornece, finalmente, em "fixar os limites da significabilidade deste modelo" [...]¹³⁸

Assim, esta parte do trabalho, ao lançar luz sobre outro conjunto documental, tem por função testar os resultados do modelo, pensando do ponto de vista de que “Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora [...]”¹³⁹

Uma parte da documentação que pode nos auxiliar em demonstrar as relações nas quais Joaquim da Cunha estava inserido, para além do econômico e sua racionalidade na busca pelo lucro, é o conjunto de 123 cartas

¹³⁷ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: editora UNESP, 2002. p. 47.

¹³⁸ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.76.

¹³⁹ Ibidem. p.75.

recebidas por ele, entre os anos de 1898 e 1909, oriundo de 21 cidades localizadas em três estados brasileiros. Aquelas cartas oriundas de cidades do Estado de São Paulo estão em destaque no **Mapa do Estado de São Paulo: municípios**.

Segundo Christophe Prochasson, “A separação das correspondências por gênero ou por categorias socioculturais é aparentemente um dos caminhos mais eficazes.”¹⁴⁰ o que nos levou a promover a divisão deste conjunto documental em três grupos distintos, são eles: cartas de cunho pessoal, de cunho comercial, e as de cunho político. É uma busca “do mundo à sua volta” que também contribuiu com o econômico. Elementos de reciprocidade e de práticas comerciais, essas cartas nos conduzem na busca em demonstrar que Joaquim da Cunha, em seu cotidiano, esteve inserido tanto em ações conservadoras, quanto em ações progressistas.

Joaquim da Cunha, ao unir as práticas econômicas com a política, junto aos acordos familiares, agira como o empresário, pois misturava ao mesmo tempo a execução de várias atividades, que eram muito mais importantes que o essencial. Com isto ele rompia com os seus acordos familiares? Um homem entre a vivência local e as mudanças trazidas de fora; um homem entre dois tempos, atuando em mais de um espaço, envolto pelas mudanças trazidas pelo imperialismo.¹⁴¹

Novos arranjos comerciais organizados dentro de uma racionalidade em que o lucro,¹⁴² o hedonismo e o poder passaram a ser elementos motivadores.¹⁴³

Por meio do dinheiro, novos símbolos de poder são inseridos nas relações sociais, o espaço urbano é modificado,¹⁴⁴ as relações de trabalho são

¹⁴⁰ PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. v. 21, 1998. pp. 105-119. p. 118.

¹⁴¹ Que em seu cerne era “[...] tecnocêntrico racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento [...]”. HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 19.

¹⁴² “A passagem do capitalismo a um estágio superior do seu desenvolvimento, se caracteriza precisamente, nesse nível de análise, pelo papel dominante que a partir dessa época passa a ser desempenhado pelas exportações de capitais.” SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976. p. 30.

¹⁴³ “[...] o dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de avassaladoras reações de poder [...]”. HARVEY, op. cit., p. 100

¹⁴⁴ “Parcial e excludente por sua própria natureza, o processo de modernização urbana tornava-se espelho dos mecanismos mais gerais que balizava a construção do país.

reorganizadas; o comércio vai sendo dominado por uma lógica do lucro, garantida por um contrato.¹⁴⁵

As cartas serão as fontes por meio das quais propomos rearticular esse cotidiano, em que cada vez mais as ocorrências eram pressionadas pelos acontecimentos que se faziam presentes por meio das experiências da modernidade, a qual deve ter interferido no modo tradicional do viver e do fazer de Joaquim da Cunha. Como já vimos, ele não deixou de fazer os negócios segundo a tradição familiar, segundo a confiança que tinha em seus parceiros, mas mudou a escala do negócio, que foi institucionalizado ao funcionamento de uma empresa moderna. Passou a calcular suas probabilidades de ganho e perda em cada ação, defendeu-se das possibilidades de perda. Como mandava a tradição familiar, continuou a comprar terras, mas também passou a investir no espaço urbano, no espaço onde se revelava a modernidade: comprou terrenos e uma área restrita para onde o moderno caminhava, mas garantiu a permanência da sua Fazenda junto à família por meio de uma prática tradicional, a doação de terras. Estas opções que foram assumidas no campo econômico levaram ao rompimento de outros acordos? Ou foram outros acordos que levaram às mudanças no campo econômico?

As cartas de que dispomos são aquelas recebidas por Joaquim da Cunha e, na maioria das vezes, trazem em seu conteúdo consultas, dúvidas e pedidos de soluções de problemas, escritas por parceiros comerciais, membros da família e aliados políticos.

Permaneciam as profundas fraturas sociais herdadas da escravidão e do latifúndio, e persistiam no poder os setores tradicionais, configurando um quadro de resistências que limitaria qualquer mudança. A modernidade seria usufruída por poucos, mesmo porque sua disseminação efetiva exigiria o questionamento de nossas estruturas de dominação, propriedade fundiária e divisão social. No seu lugar, teríamos apenas a eterna miragem da modernização.” CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização** em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002. p. 24.

¹⁴⁵ “Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.” HARVEY, op. cit., p. 21.

As correspondências trocadas demonstram a existência de redes de solidariedade e os vínculos construídos ao redor de um chefe de família,¹⁴⁶ que também era um líder político e um comerciante bem-sucedido. A solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder, podem ser estudados na especificidade das ações de cada indivíduo.

O envio dessas cartas “[...] trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. [...]”.¹⁴⁷ A prática da escrita de cartas demonstra um aspecto relacional de confiança entre os interlocutores, já que fica evidente pelo conteúdo destes documentos a credibilidade daquele que os recebe. A análise destas cartas possibilita compreender o contexto das relações familiares e comerciais, por meio da reorganização de diálogos fragmentados, dentro de um lapso temporal de 11 anos (1898-1909) - ver Gráfico 3.7, justamente o período em que Joaquim da Cunha se tornou um coronel, líder do PRP local e um grande produtor de café da região de Ribeirão Preto.

O maior fluxo de recebimento de cartas que foram selecionadas para ser utilizadas neste trabalho deu-se entre 1902 e 1906, momento em que o destinatário ocupava uma significativa posição na sociedade ribeirão-pretana da época, a ponto de intervir nas mudanças pelas quais a cidade passava.

Gráfico 3.7 Cartas recebidas em cada ano.



Fonte: Arquivo Pessoal. Documentação da Fazenda Boa Vista – Ribeirão Preto. Cartas recebidas por Joaquim da Cunha (1898-1909)

¹⁴⁶ “Os impulsos secularizadores e renovadores da modernidade foram mais eficazes nos grupos “cultos”, mas certas elites preservam seu enraizamento nas tradições hispânico-católicas e, em zonas agrárias, [...] como recursos para justificar privilégios da ordem antiga desafiados pela expansão da cultura massiva.” CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2008. p. 74.

¹⁴⁷ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 179.

A escrita das cartas a partir de variadas estruturas semânticas, que eram construídas por remetentes que se encontravam em fazendas da região, em São Paulo, Santos, ou até mesmo em BadKissingen, na Alemanha, dentre outros locais, é mais um indicativo de que, para além de Joaquim da Cunha ser um interlocutor para assuntos e momentos distintos, também dialogava com diferentes tipos de cultura e interesses.

Segundo Teresa Malatian, utilizando Bourdieu:

[...] pode-se falar que as cartas fazem parte de e expressam *habitus*, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade.¹⁴⁸

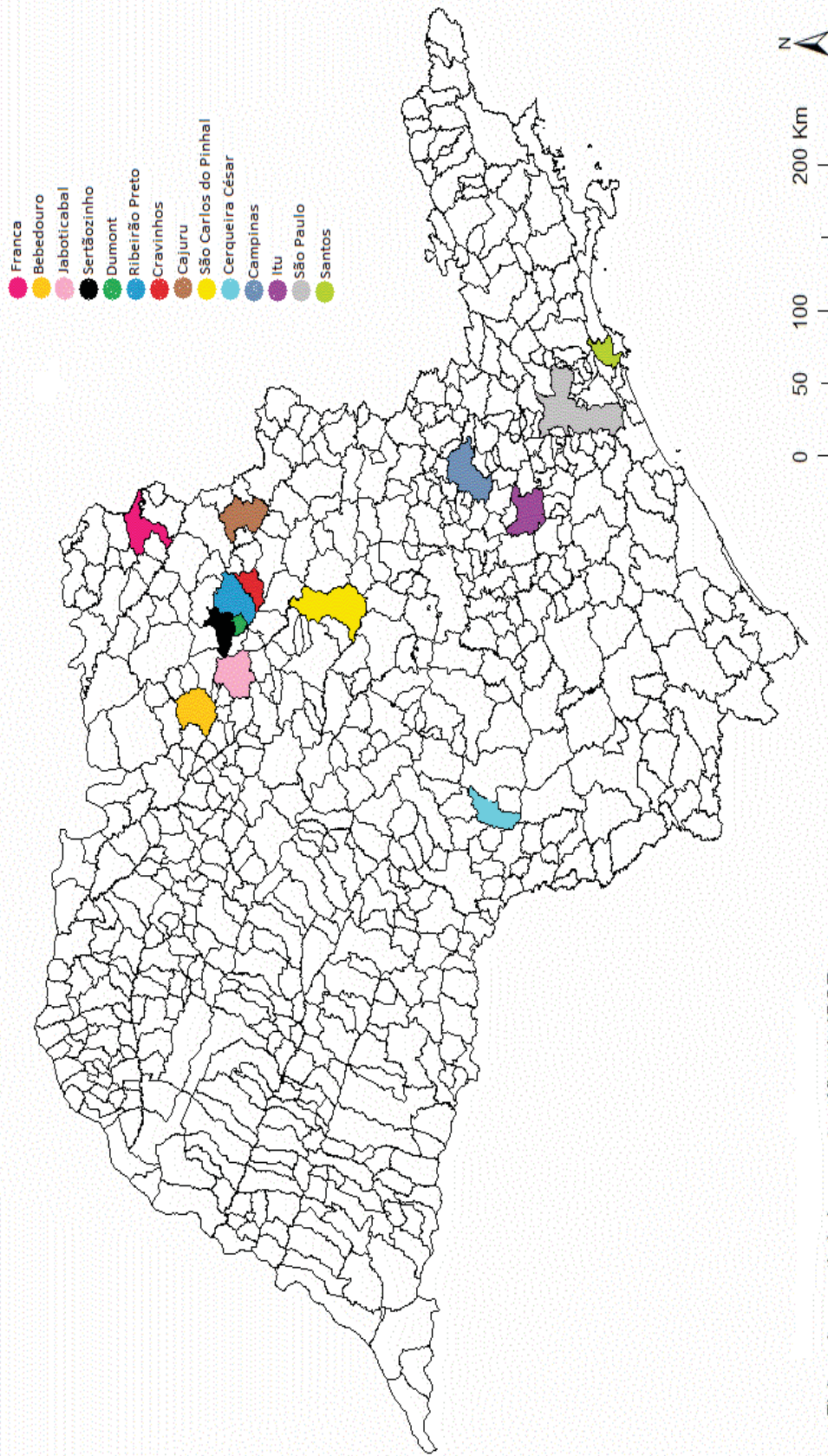
Gráfico 3.8
Quantidade das cartas recebidas por local de origem.



Dentre as várias localidades de origem das cartas, a maior parte veio de cidades do estado de São Paulo, ver em Mapa Estado de São Paulo: municípios, mas também havia cartas oriundas do estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, até mesmo, de outros países – Ver Gráfico – 3.8.

¹⁴⁸ MALATIAN, op. cit., p. 201.

ESTADO DE SÃO PAULO: MUNICÍPIOS



Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE

O grosso das cartas é originário de Ribeirão Preto, São Paulo e Santos, sendo que aquelas que vieram destes dois últimos lugares tratavam, na maioria das vezes, de assuntos comerciais. Já as cartas de Ribeirão Preto tratavam de questões familiares e políticas. Esse distinto comportamento espacial demonstra que seu cotidiano era permeado por uma multiplicidade de diálogos: aqui, o membro da família, o chefe político; lá, o comerciante; em todos os locais, o lavrador, proprietário de uma grande fazenda de café, consubstanciando seus diversos papéis sociais.

Mesmo morando em Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha recebeu correspondências oriundas da cidade. Essas cartas foram utilizadas por pessoas desconhecidas que queriam acessá-lo, bem como por correligionários que buscavam acertar os próximos passos políticos, o que também marcou as cartas que vieram de Poços de Caldas, que era outra área de influência política do coronel. Enquanto as cartas de São Paulo, Santos e Campinas tratavam de negócios, as correspondências oriundas de Itu, Cravinhos e Cerqueira Cesar vieram de membros da família.

Com o auxílio do mapa “Estado de São Paulo: municípios” podemos notar que, em São Paulo, as cartas se originaram de cidades que ficavam junto às estradas de ferro Mogiana e Paulista, contatos que foram auxiliados pela existência das linhas férreas e mantidos pelo intermédio das correspondências.

As cartas servem para indicar “[...] que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivas, construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador.”¹⁴⁹ Assim, saber quem foi o remetente é condição *sine qua non* para visualizarmos que indivíduos estavam envolvidos em determinadas relações com Joaquim da Cunha. Por meio dessas correspondências passivas, é possível identificar as solicitações e as expectativas dos subscritores.

É o caso do remetente Ricardo Guimarães,¹⁵⁰ aliado político, que escreveu para Joaquim da Cunha entre os anos de 1901 e 1904, tratando principalmente das medidas tomadas visando empossar os candidatos a vereadores indicados por Joaquim da Cunha, entre eles, o próprio remetente. “Esteve aqui o nosso amigo o Cor^{el} Joaquim Alves e conversando relativamente as eleições, disse-me elle ser

¹⁴⁹ Ibidem, p. 204.

¹⁵⁰ Os Guimarães são oriundos de Bananal, região do Vale do Paraíba; já tinham influência naquela região, ao chegarem a Ribeirão Preto compram as terras que vão de Cravinhos a Cajuru e formam uma parentela tradicional. Eram sócios dos Junqueira na *Junqueira, Guimarães, Leitão & Cia.*

desejo seu, que eu entrasse na lista de vereadores [...]”.¹⁵¹ Agradeceu pela indicação, e apontou que estava passando por dificuldades para continuar em Ribeirão Preto, talvez tivesse que ir para outro lugar, “[...] porém o desenrolar dos acontecimentos poderá mudar a face das cousas e eu ser obrigado a procurar meios de vida em outro canto bem á contra gosto [...]”,¹⁵² depois indicou a origem da sua preocupação “Estou preparado para ficar com a fazenda-se ficarei ou não o futuro o dirá; d’ahi a dúvida e por forma alguma, quero lhe dar mais aborrecimento para o futuro, basta os que já tem tido até hoje”.¹⁵³ Tal carta demonstrou essa inter-relação entre a prática política e as ações econômicas, já que um correligionário em dificuldades financeiras poderia ter sua condição econômica remediada ao alcançar um cargo político. As dificuldades causadas pelas mudanças econômicas para os que viviam do café no início do século XX podiam ser aliviadas pelo exercício da política.

Ricardo Guimarães continuou em sua carta “No dia das eleições estarei ahi. Está em meu poder officio Commando Superior da Guarda Nacional, que o nomeia delegado Club dahi, tendo eu inscripto seu nome, o do Cor^{el} Joaquim Alves e meu na lista dos sócios fundadores [...]”.¹⁵⁴ A junção de papéis passava pela manutenção do poder que o título de coronel emitido pela Guarda Nacional garantia.¹⁵⁵

Ricardo foi eleito prefeito de Ribeirão Preto entre 1905 e 1906, logo depois abdicou do cargo, pois não tinha pretensões políticas, só aceitou participar do pleito em razão dos acordos com Joaquim da Cunha, o qual precisava em época de um candidato para sanar o rompimento do então prefeito Floriano Leite Ribeiro, que passou para a oposição, grupo político liderado por Francisco Schmidt.¹⁵⁶

¹⁵¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1640, ordem 01. Ricardo Guimarães.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ “Após a década de 1870, quando a Guarda Nacional transfere atribuições para o exército, a insígnia de coronel perde seus caracteres de patente militar e passa a representar essencialmente um título de honra, reafirmando a posição privilegiada de status. (URICHOECHA, 1978; e CARVALHO, [1979] e 1980). Com a República, apesar do Estado assumir a organização e os custos das funções militares e policiais, a patente de coronel continua a ser concedida como símbolo de poder político, riqueza e prestígio. Com a decadência dos princípios estamentais de organização e hierarquia social e o fim dos títulos nobiliárquicos, o posto de coronel passa, simbolicamente, a representar uma distinção social atribuída ao chefe local, o mais prestigiado, o mais rico, o mais poderoso.” GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de doutorado defendida na USP, v. 1, 2006. p. 3.

¹⁵⁶ “Fora desses períodos, havia um clima de relativa estabilidade e auxílio mútuo entre as lideranças políticas locais. Nas questões de âmbito supralocal as tendências políticas opositoras em geral se apresentaram unidas, especialmente quando havia representantes de Ribeirão Preto em

Em outra correspondência de 1903, Ricardo pediu a Joaquim um carpinteiro:

De modo que estou em serios apuros, para construir dois tanques de madeira para o despoldador, cuja falta me é prejudicial [...] da cidade me ofereceram e não me convem esse pessoal pelos perigos a que me exponho e aos meus vizinhos. Se não for possível me ceder, peço o favor de mandar o portador procure onde julgar conveniente [...].¹⁵⁷

As relações entre Ricardo Guimarães e Joaquim da Cunha passavam pela política, economia, e eram amparadas pela cafeicultura; todos estes momentos de encontro os diferenciavam daquele pessoal “[...] e não me convem esse pessoal pelos perigos [...]”. O pessoal a que ele se refere são as pessoas da cidade, muitos dos quais seriam seus eleitores. A cidade, o espaço de passagem, o espaço da modernidade, eram visto por ele também como um espaço de perigos:

Posso agora, depois de muito trabalho e muita paciencia científica-lo da nomeação do Durval. O decreto deveria sair amanhã, [...] Na carta que enviei hoje por mão Francisco Diederichsen, na falta de outro portador, escrevi conforme me vinha á memória os incidentes passados na conferencia com o Herculano; por isso faute parte da redação. [...] O Joaquim Vieira e o Durval acabam de sair daqui e a eles pedi que não demonstrassem por fato e contentamentos em que estado e poupassem vocês e aos vencidos, pois era esse também o pedido do Herculano. Naturalmente o Floriano resignará o lugar de vereador e é de conveniência ir pensando quem o deve substituir. [...] O momento é de atenta observação. Receba e transmita aos nossos amigos as minhas sinceras felicitações pelos triunfos sempre crescente do seu prestígio e só a ele devemos o nosso triunfo.¹⁵⁸

Por fim, Ricardo felicitou o leitor “pelo triunfo sempre crescente do seu prestígio e só a ele devemos o nosso triunfo”. Cartas de cunho político, como essas enviadas por Ricardo, demonstram o funcionamento de um grupo com interesses comuns e recíprocos, que tinha na posse da terra e na prática política elos de identidade que claramente excluía outros indivíduos, no caso, aqueles que viviam na cidade e eram vistos como não pertencentes ao meio, ou seja, à terra. Por tal razão, jamais alcançariam uma atuação política. Ricardo se referiu a Francisco

cargos estaduais e federais. Essa era uma forma de garantia de privilégios para todos os grupos políticos locais.” GODOY, op. cit., p. 618.

¹⁵⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1722, ordem 03, 31/03/1903. Ricardo Guimarães.

¹⁵⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1878, ordem 05, 25/10/1904. Ricardo Guimarães – São Paulo.

Diederichsen, como não pertencente ao grupo, “na falta de outro portador”, acabou servindo para levar a carta de São Paulo a Ribeirão, mas foi tratado como sendo o “outro”, ou seja, fora do grupo.

O conteúdo da última carta demonstra as conexões políticas de Joaquim da Cunha, o “Coronel Quinzinho”, com os irmãos Durval e Joaquim Vieira, Herculano e o próprio Ricardo Guimarães, os aliados que combatiam o dissidente Floriano Leite Ribeiro, que fora prefeito de Ribeirão entre 1903 e 1904 com apoio deste grupo que agora o isolava. Quando Ricardo apontou que Floriano abandonaria o cargo de vereador, pois perdeu a prefeitura, abriu uma crise que levou a sucessivas trocas de prefeitos entre anos de 1903 e 1909.

Esse momento da disputa política em Ribeirão Preto visto pelas cartas de Ricardo Guimarães também foi trabalhado por Jose Godoy em sua tese, na qual pesquisou as correspondências recebidas por Joaquim da Cunha que compõem o “Fundo Privado Joaquim da Cunha Diniz Junqueira – 1886 a 1932”, que faz parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Godoy estudou como a relação de compadres era utilizada por Joaquim para promover um controle absoluto sobre o lançamento de candidaturas, “[...] mas também sobre o mandato de vereadores e prefeitos em Ribeirão Preto.”¹⁵⁹

As correspondências pesquisadas por Godoy que compõem o fundo do Arquivo do Estado de São Paulo somam um conjunto diferente daquele com que estamos trabalhando: aquelas são correspondências escritas em papel timbrado; as que trabalhamos sempre foram escritas em papéis sem timbre, tinham um caráter confidencial. Nem sempre os acontecimentos eram esgotados devido à temática de cunho confidencial.

Segundo Godoy que também trabalha com cartas enviadas por Ricardo a Joaquim da Cunha:

O que chama a atenção na carta é o fato de que Guimarães afirma que foi eleito vereador em função da confiança que “Quinzinho” nele depositava, nitidamente refletindo que o coronel tinha controle sobre o lançamento de candidaturas e, inclusive, sobre as eleições. Guimarães não fora eleito vereador em função da confiança que o eleitorado nele depositava, mas exclusivamente pela confiança depositada por “Quinzinho”. Naturalmente a “confiança” a que se refere o missivista tem como contrapartida a lealdade estrita.¹⁶⁰

¹⁵⁹ GODOY, op. cit., p. 662.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 663.

Essa confiança e obediência que Ricardo tinha em relação a Quinzinho também puderam ser verificadas nas cartas com as quais trabalhamos, que não demonstravam somente os conceitos centrais das relações, mas também indicavam a ascendência de tanta dedicação, com escreveu Guimarães:

[...] eu ser obrigado a procurar meios de vida em outro canto bem á contra gosto [...] Estou preparado para ficar com a fazenda-se ficarei ou não o futuro o dirá; d'ahi a dúvida e por forma alguma, quero lhe dar mais aborrecimento para o futuro [...]¹⁶¹

A questão da terra, a possibilidade da perda da fazenda, a necessidade de administrar uma fazenda de café com ou sem despoldador, foram pontos que estiveram em voga na construção dos acordos políticos. Tamanha ascendência de Joaquim da Cunha na política não se explicava somente pelo político. A crise no preço do café, a instabilidade e retração do crédito no início do século XX ajudaram na formação dos acordos políticos de Joaquim da Cunha. O seu elo com as Casas de Comissariado e com o crédito possibilitaram a manutenção de acordos políticos, afinal coronéis e membros das famílias tradicionais valiam-se dos valores de que Joaquim disponibilizava. Ricardo seguia a batuta de Joaquim na política com claros anseios econômicos, afinal necessitava de ajuda para permanecer com a fazenda.

O Acervo do Arquivo de São Paulo leva à preservação e manutenção da memória do político, com tanto significado e poderes, mas, ao cotejar esse acervo com o conteúdo das cartas encontradas no porão da fazenda, temos outra face da cultura política se revelando, cartas que ficaram por mais de um século guardadas podem demonstrar outra expressão dos acordos locais, o que nos leva a refletir sobre o conjunto das cartas existentes no Arquivo do Estado de São Paulo que, ao serem doadas, sofreram um expurgo de proposições que faziam o elo entre o político e o econômico:

O arquivo privado perde a sua riqueza: tende a se transformar em arquivo público, revelando apenas o mais banal, o mais conveniente ou o mais desculpável. Ele deve sustentar uma mitologia que a família está encarregada de proteger.¹⁶²

¹⁶¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1640, ordem 01. Ricardo Guimarães.

¹⁶² PROCHASSON, op. cit., p. 117.

Em correspondência enviada a Joaquim em 1903, fica latente o seu papel definidor das ações futuras do município. Nesta carta, são solicitadas a ele providências sobre o calçamento da cidade “[...] de modo a poder-se a prevenir a reprodução nos anos vindouros da epidemia reinante. E faço de novo essa solicitação porque o povo principalmente o comercio está ansioso por saber [...]”.¹⁶³ A epidemia a qual estava se referindo era a de Febre Amarela, pois se acreditava que a construção do calçamento da cidade iria ajudar a eliminar os mosquitos, mas, para além disso, era uma solicitação do comércio que devia sofrer com lama e poeira. Tais ações cabiam ao prefeito, mas eram solicitadas ao Coronel Quinzinho. Não foi à toa que a cidade, entre 1903 e 1910, teve oito prefeitos – para os prefeitos a ingerência do Coronel nas decisões da municipalidade devia ser algo complicado de se lidar, mas tal ingerência devia ser bem recompensada com vantagens econômicas.

Na mesma correspondência os pedidos que denotam a influência do coronel continuavam,

No mesmo sentido, seguirá por este dias um pedido coletivo do Diretório local, dirigido a Comissão Central. Peço a V. S. de providenciar para que sejam nomeados as autoridades policiais da Vila Bofim, cujos nomes mandei-lhe em um cartão de que foi portador o meu primo.¹⁶⁴

O prefeito anterior ao Floriano Leite, Manoel Aureliano de Gusmão,¹⁶⁵ ficou no cargo entre 1902 e 1903 e, ao que parece, não teve problemas com os mandos e desmandos que Quinzinho promovia na política local. Quando necessitou que os vereadores fizessem uma representação, ele a solicitou ao coronel e não aos vereadores. Em agosto de 1903, quando estava em São Paulo cuidando de seus afazeres políticos, escreveu várias cartas a Joaquim para comunicar as suas

¹⁶³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1672, ordem 13, 04/04/1903. Ribeirão Preto.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ “A família Gusmão foi fiel e permanente aliada do grupo junqueirista. Joaquim Estanislau foi vereador em várias legislaturas da Câmara de Ribeirão Preto, presidindo-a de 1881 a 1883. Foi sucedido na presidência da casa por Luís Antônio da Cunha Junqueira, que voltou, nas eleições seguintes, de 1887, a repassar o cargo novamente a Gusmão, que novamente exerceu a presidência da Câmara de 1887 a 1890. Estanislau da Silva Gusmão também foi eleito intendente, exercendo o cargo de 1898 a 1899. Seu irmão, Manoel Aureliano de Gusmão, assumiu o cargo de prefeito de Ribeirão Preto em 1903, foi eleito deputado estadual em 1908 e, findado o mandato, senador federal. Manoel era compadre de “Quinzinho” da Cunha, que batizou seu filho Paulo. GODOY, op. cit., p. 593.

atividades e para colocá-lo a par dos acontecimentos, “[...] por estes dias será apresentado no congresso um projeto de lei autorizando as câmaras concederem privilégios por longo prazo para serviços de água e esgoto.”¹⁶⁶

O serviço de águas e esgoto em Ribeirão Preto era discutido desde 1898. Alguns serviços já vinham sendo feitos sem sanar os problemas. Em outubro de 1904 é criada a “Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto”¹⁶⁷ que era uma sociedade anônima controlada por Flavio Uchoa,¹⁶⁸ que explorava estes serviços em outras cidades e tinha como sócio seu sogro Martinico Prado.

Todavia, já em 1903 o destino da exploração do serviço de água e esgoto em Ribeirão estava sendo definido, antes mesmo da lei de incentivos ser aprovada no congresso.

Na correspondência, o então prefeito Manoel Aureliano de Gusmão escreve sobre os arranjos futuros,

Uma vez convertido aquele projeto em lei, dentro de pouco tempo (um mês no máximo) teremos organizado uma empresa com o capital necessário para dotar a nossa Ribeirão Preto de um serviço completo de água e esgoto. O Flavio garante começar os trabalhos dentro de 30 dias contados depois da concessão do privilégio. Não vejo por aqui quem melhor do que ele atualmente ofereça garantias

¹⁶⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1711, ordem 29, 04/04/1903. A. de Gusmão. São Paulo.

¹⁶⁷ PAZIANI, Rodrigo; MELLO, Rafael. De pioneiro a empreendedor: um estudo da trajetória de Flávio de Mendonça Uchôa em Ribeirão Preto (1898-1930). *Dialogus*, v. 7, n. 1, 2011, pp. 81-105. pp. 91-93.

¹⁶⁸ “Até a década de 1930 Flávio e Antônio de Mendonça Uchoa Filho compuseram o quadro de direção do PRP local. Flávio Uchoa foi, sem qualquer dúvida, o principal empresário a promover melhorias urbanas em Ribeirão Preto nas primeiras décadas do século XX. Uchoa adquiriu a concessão de monopólio de exploração de serviços de água, esgoto, luz e demais obras de urbanização, como asfaltamento e arborização da cidade e também de Cravinhos e Franca. Praticamente todos os serviços de infraestrutura urbana no período ficaram sob a responsabilidade das empresas de Uchoa. Flavio Uchoa construiu para a Companhia Paulista de estradas de ferro o trecho Rincão-Pontal, do ramal Mogi-Guaçu, e a extensão do ramal Jaboticabal-Bebedouro até Barretos. Diversificando os negócios, adquiriu com Plínio da Silva Prado a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, que ampliou sua atuação à maioria dos municípios da Mogiana, passando a ser a principal distribuidora de energia elétrica da região. A firma foi vendida ao grupo canadense-americano Electric Bond & Share e tornou-se, mais tarde, a recém privatizada Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

Os negócios da família Uchoa se associaram a João Alves Meira Júnior, que matinha escritório conjunto com Octaviano Junqueira. Meira, como era chamado, foi vereador, deputado federal e senador estadual. Foi também um dos principais articuladores políticos a serviço do coronel “Quinzinho”. Era o principal responsável pelo acompanhamento dos processos eleitorais em São Paulo.

Amália, filha de Flávio Uchoa, casou-se com Osório, filho do coronel “Quinzinho” da Cunha. Martinho Prado Uchoa, seu irmão, casou-se com Laura Junqueira Lobato, filha de Jorge Lobato Marcondes Machado e Ana Junqueira e neta de “Quinzinho” da Cunha”. GODOY, op. cit., pp. 596-598.

de bom êxito em semelhante empreendimento. Segundo me disse o Dr. Plinio de Godoy, o Banco de Crédito Real vem fazer empréstimo á lavoura em dinheiro a prazo longo. A serem como ele disse esses empréstimos devem convir a V. e sua família [...].¹⁶⁹

Em época de aprovação da lei já se sabia quem ficaria com a concessão do serviço, um membro da poderosa família Prado, que tinha fundado um dos primeiros bancos de São Paulo. Flavio Uchôa que ficou com a concessão do serviço de águas em Ribeirão casou sua filha com um dos filhos de Joaquim da Cunha. Agora os filhos de Joaquim não se casam mais com membros da família Junqueira, os casamentos vão esboçar outros acordos, o interesse passa a ser por famílias de fora da cidade com uma íntima ligação com o poder econômico. A área de influencia aumentou e os casamentos refletiram isto.

Em contrapartida, na mesma carta enviada por Gusmão, uma informação de valor significativo era oferecida a Joaquim da Cunha “[...] o Banco de Crédito Real vem fazer empréstimo á lavoura em dinheiro a prazo longo. A serem como ele disse esses empréstimos devem convir a V. e sua família [...]”.¹⁷⁰

O prefeito Gusmão agia mais como um conselheiro de Quinzinho, como ocorreu no caso da construção do ginásio estadual em Ribeirão Preto. Este seria o terceiro ginásio do estado, autorizado pelo então presidente do estado, Jorge Tybiriça. Em contrapartida “[...] o Município viria em auxílio do governo, conforme o compromisso tomado com o Dr. Gustavo. Concorrer a Camara com dez contos [...]”,¹⁷¹ antes do início da construção é solicitado a Herculano de Freitas¹⁷² que era membro influente da executiva do PRP “[...] a conveniencia da criação do Ginázio independentemente da urbanização para a construção do predio.”¹⁷³ Diante da

¹⁶⁹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1711, ordem 29, 04/04/1903. A. de Gusmão. São Paulo.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1715, ordem 30. A. de Gusmão. São Paulo.

¹⁷² “[...] Francisco Glicério, de Campinas, e seu genro Herculano de Freitas, apesar de chefiarem o sétimo distrito eleitoral, correspondente à região de Mogi-Mirim e Casa Branca, mantiveram laços de aliança permanente com o chefe político supremo da região de Ribeirão Preto, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. O PRP e Ribeirão Preto dos 55 componentes da executiva do PRP de 1889 a 1930, 11 foram direta ou indiretamente ligados à região de Ribeirão Preto, consolidando o décimo distrito eleitoral como o mais representado na executiva partidária por todo o período.”. GODOY, op. cit., p. 50. Herculano também foi deputado e diretor do Jornal Correio Paulistano.

¹⁷³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1715, ordem 30. A. de Gusmão. São Paulo.

mudança de planos que levaria ao rompimento do acordo de pagamento da construção do prédio ginásio, o prefeito escreveu a Quinzinho,

Permita que sobre esse assunto eu lhe fale com a costumeira franqueza e lealdade: você não deve e nem pode dirigir-se ao Herculano, pedindo que não se trate da urbanização. O projeto foi apresentado em uma afirmativa de que o município concorria com a importância necessária para a construção de um edifício condigno. Essa afirmativa o Herculano falou da tribuna da Câmara autorizado por mim e pelo Dr. Gustavo de Godoy, a isso em virtude de compromisso assumido pela Comarca Municipal representada pelo Col. Joaquim Vieira e o Dr. Loyola, em uma conferencia que tivemos e a qual esteve presente o Dr. Luiz Barreto. Veja pois qual fica a sendo a nossa posição, se agora vem-se pedir que faça o Ginásio independentemente do prometido concurso. [...] a dar-se ao menos o Dr. Gustavo e eu passamos por mentirosos, ou os representantes do Município de Ribeirão Preto serão havidos como? de dar um conto do vigário ao Governo. Pense bem e reflita sobre o assunto que é muito sério.¹⁷⁴

Apesar de os vereadores terem se comprometido com o governo do estado, assim como o prefeito e o membro da executiva do PRP, a decisão final era de Quinzinho. Ou seja, além dos acordos e compromissos, existia a decisão de Joaquim da Cunha.¹⁷⁵

O poder de interferir nas decisões políticas da cidade o levou à condição de fixar o futuro de muitos, as cartas com pedidos de auxílio em diversas situações foram uma constante:

Meu filho [...] vai entrar em concurso para praticante no correio de SP no dia 10/04 futuro. Há apenas 6 vagas e mais de cem pretendentes. Venho pois, dando-me algumas cartas para seus amigos em SP [...] eu as mandarei para o meu filho entregar-la de mão própria.¹⁷⁶

O remetente era um fazendeiro da cidade de Sertãozinho que viu na influência de Joaquim uma oportunidade para o filho iniciar no serviço público, a prática devia ser usual tendo em vista que a carta tinha um texto claro e direto sobre as necessidades do solicitante.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ O ginásio foi construído, em seu trabalho José Godoy apresenta o processo de escolha dos professores do colégio que foi feito por indicação política, pp. 620-622.

¹⁷⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1862, ordem 107, 30/04/1904. Luis Franco do Amaral. Sertãozinho.

A estrutura desta carta pode ser retratada pelo que Mikhail Bakhtin propõe, para o qual “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”.¹⁷⁷

No conteúdo de sua carta, Luís Franco do Amaral foi direto quanto à sua solicitação, deu até possibilidades de envio das cartas que pedia “Se for possível V. S. nos mandar as cartas pelo portador. [...] Se por acaso V. S. não puder manda-las para S. P. rua S. João, 196; como temos poucos dias quero fazer as cartas serem entregues quanto antes.”¹⁷⁸ Não bastava conseguir as cartas, as queria logo para definir os acordos o mais rápido possível.

Apesar do texto direto e claro sobre as intenções e necessidades que levaram à escrita, logo em seguida o emissor mudou o tom do texto e passou a focar na identidade, no que era comum a eles, e passou a escrever sobre amenidades:

O S. Luis Noronha me escreveu dizendo que pretende vir caçar alguns dias comigo; o que faremos madrugada e voltando pular aqui. Como desejo obsequiar aquele bom amigo; peço-lhe mandar-me um bilhete para o Col. Quirino Alves emprestar-me a cachorra "rainha" para caçar com os cachorros do amigo Noronha os dias que formos. Eu me incumbirei de madá-lo logo que acabe a caçada. Sem mais assunto por hoje peço-lhe apresentar meus respeitos a sua Exma Família.¹⁷⁹

Antes da política, a situação social mais imediata, e dos favores oriundos deste tipo de exercício, tinha a antiga sociabilização local, marcada pela caça. Essa prática tinha um importante valor na tradição local, era um instrumento de sociabilização utilizado desde a época do bisavô de Joaquim da Cunha. O discurso construído demonstra indivíduos enraizados em um meio social, que retomam as práticas tradicionais como amparo de práticas modernas de sociabilização.

As caçadas são uma das formas de construção da identidade do grupo que passou a exercer a política, por meio de uma lógica, que era delineada por uma memória comum, que datava de outros tempos, de longos tempos.

¹⁷⁷ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 113.

¹⁷⁸ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1862, ordem 107, 30/04/1904. Luís Franco do Amaral. Sertãozinho.

¹⁷⁹ Idem.

As cartas recebidas por Joaquim com pedidos variados podiam ou não remontar um discurso comum ou demonstrar um pertencimento. Pessoas fora daquela sociabilidade do poder acreditaram que o diálogo e as benesses eram para todos. Talvez os empréstimos e a realização de hipotecas disponibilizadas por Joaquim da Cunha tenham ajudado a criar uma imagem de benevolente sobre ele, não só apoiada nas ações políticas do Coronel Quinzinho.

Como foi o caso do pedido feito por José Alves Oliveira em carta enviada em 1902:

Como pretendo ir para ao sertão e não tendo dinheiro para a minha despesas vou lhe incomodar como aja muito fineza que lhe devo a V. S. podendo me dizer este favor até a minha volta lhe pagarei os juros que V. S. quiser lhe passo um documento e que ja lhe devo 1.000 contos de réis a V. S. podendo me fazeres favor me arrumar mais 1.000 contos de reis até o fim deste mês é que eu vou para o Sertão me faz o favor de dizer a resposta se sim ou não para meu governo.¹⁸⁰

A imagem que José Oliveira tinha de Joaquim era de um homem que o auxiliava, que compreendia a sua ida ao Sertão, sem necessitar de contratos para mediar os empréstimos. Contudo, Joaquim poderia focar suas análises nas diferenças e atribuir valor a especificidade que os separava e não que os unia. Neste último caso, o texto tacanho de José Oliveira não demonstra pertencimento ao grupo de poder, só busca uma identidade que poderia ao menos momentaneamente ser mediada pelo empréstimo. José Oliveira demonstra acreditar que somente o contato, o saber quem é o outro era elemento de garantia de um empréstimo.

As solicitações compunham uma ampla expressão de pedidos e favores sem, contudo, se aperceberem das premissas para a ocorrência deste tipo de entrelaçamento social, em que um funcionamento político visava ao deleite de poucos, assim como a caça, a política não era para qualquer um, uma série de pré-requisitos eram fixados. Aristides Motta, quando passava por significativos problemas em 1903, viu na figura do Coronel Quinzinho uma saída para sua penúria:

Não tenho o prazer infelizmente de conhecer a V. S., todavia, peço licença para dirigir-lhe. Ou uma desgraçada vítima do Destino e

¹⁸⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1768, ordem 64, 13/04/1902. José Alves Oliveira. Ribeirão Preto.

Fatalidade! Do fato em que estou envolvido V. S. deve ter conhecimento, porque esteve presente ao meu julgamento, onde desgraçadamente por uma péssima interpretação dada a minha causa, fui sentenciado a 19 1/2 de prisão celular. Há alguns dias escrevi ao Ilmo Sr. Major José Ferreira, uma carta pedindo-lhe que intercedesse perante V. S. Afim de fazer valer o justo prestígio que tão justamente goza V. S. em Ribeirão auxiliando-me na reivindicação de meus direitos sociais e na reabilitação de minha liberdade! O ilmo sr. coronel a quem neste momento tristissimo tenho a honra de dirigir-me, pode ter ocasião de informar-se a meu respeito com o ilmo Major Ferreira? ele pode prestar a V. S. as melhores referencias a meu respeito e se meus presedentes em Ribeirão Preto em cuja sociedade vivo há 17 anos! De antemão agradeço e do fundo da alma, tudo quanto encarecidamente V. S. se dignar fazer em meu favor é pro futuro, caso seja obtido a minha liberdade não saberei como compensar-lhe tamanha gentileza.¹⁸¹

Aristides Motta demonstra em sua correspondência algum conhecimento sobre o trâmite de acesso ao poder. Estava ciente de quem estava do outro lado, quando na construção de seu enunciado cita Ilmo Sr. Major José Ferreira, sem, contudo, demonstrar possuir o devido acesso ao poder, o que fica claro quando escreve que somente conhecia o Major Ferreira, e este poderia dar informações sobre seus precedentes. O emissor tentou se qualificar por meio de outrem, buscou construir um elo, em função dos 17 anos já vividos em Ribeirão. Mas, se em 17 anos ainda não tinha conhecido Quinzinho, como escreveu no começo da carta, “Não tenho o prazer infelizmente de conhecer a V. S.”¹⁸² certamente estava indicando mais elementos de alteridade do que de identidade, o que estava longe de abonar o seu pedido.

Em outra faceta estava o vizinho e fazendeiro Antonio de Sampaio que demandou sobre questões próximas à solicitação de Aristides Motta, só que, ao fazê-lo, lançou mão de um aparato necessário para validar a sua solicitação. Sua carta estabeleceu um diálogo de proximidade e pertencimento ao grupo de poder. Logo no início da carta o emissor ajustou a sua proximidade à solicitação:

Saudações e muito boa saúde a si e a toda família. Como talvez já tenha lido pelos jornais, o Arlindo de Andrade, aquele do desastre da caçada entregou-sea prisão há pouco em Jacarezinho no Paraná, para ser em breve submetido ajuri. Deve lembra-se que nosso amigo Barbosa Ferraz lhe pediu há tempos para o amigo conseguir a intervenção do Glicério afim de que lhe saia bem sucedido. Recebi

¹⁸¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1825, ordem 100, 25/08/1903. Aristides Motta. Ribeirão Preto – Cadeia Pública.

¹⁸² Idem.

agora carta do Juca Passaquatro no mesmo sentido e é possível que ele e o Barbosa lhe tenham escrito neste mesmo sentido novamente a sua intervenção com o Glicério para que o Andrade seja bem sucedido no júri, constando igualmente que se acha perseguido pelas influencias políticas do Paraná a pedido dos Guedes. Peço pois ao amigo escreva ao Glicério neste sentido com a possível brevidade. Outro assunto: o meo parente Joaquim Ferraz disse meque o Luis Furquim lhe informou que a fazenda do João Batista da Costa está muito onerada e era preciso dar uma solução. Disse mais que o amigo era a pessoa mais competente para conciliar os interesses de ambos e pela estima que tem com o João Batista não quer por modo nenhum desagradá-lo. O Ferraz, em resumo, quer ver si com a sua intervenção o João Batista e outros herdeiros querem arrendar a ele a dita fazenda, e ontem estando ele aqui me pediu para lhe escrever neste assunto, dizendo mais que o Luis Furquim talvez já lhe tenha falado neste mesmo assunto, conforme tinha prometido a ele.¹⁸³

A todo o momento, Antonio Sampaio fez referência a um grupo, deixou claro que a demanda é dos amigos, que necessitavam da influência do líder político, escreveu mais de uma vez do que necessitavam “[...] que o Andrade seja bem sucedido no júri [...]”,¹⁸⁴ para tal o Glicério, Francisco Glicério, de Campinas, líder do 7ª Distrito, que abarcava Casa Branca e Mogi-Guaçu, deveria ser contatado, ele poderia intervir, pois o réu se acha perseguido. O interessante é o motivo que detona os acontecimentos “[...] o Arlindo de Andrade, aquele do desastre da caçada [...]”,¹⁸⁵ a caçada realmente era uma parte importante da vida dessas pessoas.

Solicitada a demanda política, feito o pedido de ajuda, teve vez o momento de reafirmação dos laços que eram manifestos pela identidade construída ao redor das caçadas.

A política e a identidade do grupo tinham uma razão de ser, funcionavam como um acesso às práticas econômicas. Esse era um caminho que tinha vez na sociabilização que passava pela política e culminava no econômico.

No caso, era o interesse pelas terras do João Batista da Costa que vimos na parte 3.1 deste trabalho, quando apresentamos as hipotecas que Joaquim tinha feito a ele e aos herdeiros. Acordos políticos sustentados por práticas de reciprocidades antigas que foram reelaboradas em novos contextos, tendo por fim vantagens econômicas.

¹⁸³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1837, ordem 32. Antonio de Sampaio. Ribeirão Preto – Fazenda?.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

Em outro conjunto de cartas, encontramos os membros da família escrevendo para Joaquim, entre eles Manoel Octaviano Diniz Junqueira, que era tio de Joaquim da Cunha e escrevia sempre de sua fazenda, denominada Fortaleza, que ficava na área da antiga Fazenda Lageado. Em suas cartas, o assunto recorrente era a caça de veados e antas, assim como a importância de se ter uma boa matilha de cães caçadores. Mesmo quando tratava de outras questões, o tema das caçadas tinha destaque em suas correspondências.

Na carta enviada em 1898, podemos notar a estrutura do texto que denota a identidade construída pelos Junqueira em torno das caçadas; esta foi uma prática comum entre os membros da família. De início, o tio de Joaquim indicou que recebeu os cachorros, fizeram duas "soltas", mas só pegaram 8 veados, anta nenhuma. Depois reclamou que neste ano já não podia mais caçar antas e marcou uma caçada para maio. Então começou a tratar de um assunto que lhe incomodava, para o qual precisava da ajuda do sobrinho, pediu que ele se entendesse com o Coronel Joaquim Alves sobre a letra de um tal Joaquim Assis, do qual o tio era fiador, letra esta que não foi paga por Assis.

[...]fui atras dele em São Simão e sei que ele pode pagar pois tem dinheiro na Casa Salles de Toledo. Pesso-te que falar ao sr. Joaquim Alves que eu não posso absolutamente fazer de pronto esse pagamento na qualidade de endosante, pois estou lutando com uma dificuldade extraordinaria para arranjar dinheiro para custear minha fazenda tanto que estou em débito para com meus colonos em quatro contos e tanto a acabo de escrever ao tal Joaquim Alves me escrevo com essa minha carta que hoje escrevo a ele me parece que produzirá efeito pretendo seguir para Poços de Caldas até o dia 1/11 pois estou com tudo pronto para a viagem preciso muito ir passar ali um mês pois estou sofrendo muito do braço se os cachorros não tiver aparecido ai me avise para que mandar um próprio procurar rio abaixo, pois estou encomodado desde o dia que eles sumirão. PS - me Guarda essa carta do Assis.¹⁸⁶

Na carta enviada por Manoel Octaviano, notamos o cruzamento de dois momentos do cotidiano, sendo um o momento de lazer, que consistia na prática da caça, muito comum entre os membros da família Junqueira desde os primórdios; e o outro, a prática econômica, uma vez que Manoel Octaviano foi fiador de uma "letra" de Joaquim Assis, a qual não foi paga. Contudo, como o credor era o Coronel

¹⁸⁶ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1669, ordem 10, 26/10/1898. Manoel Octaviano Diniz Junqueira. Nossa Casa.(grifo nosso).

Joaquim Alves, parceiro comercial de Joaquim da Cunha, Manoel solicitou a intercessão do sobrinho, para solucionar a questão. Já em 1898 o tio demonstrou estar passando por dificuldades para pagar os colonos e manter a fazenda, enquanto o Assis tinha dinheiro em uma Casa de Comissariado. Os acordos feitos pelo tio demonstraram escolhas tradicionais, que como já vimos, vão se transformar em dificuldades econômicas no início do século XX. Ele será uma daquelas pessoas que ficará preso entre dois tempos, já que não vai lidar bem com as mudanças trazidas pela modernidade.

Para além do lazer da caça ou da questão comercial, o que o tio Manoel Octaviano Junqueira não podia mesmo perder era a viagem para Poços de Caldas.

O universo da preocupação do tio, na maior parte das vezes, limitava-se ao lazer da caça, denotando um momento do cotidiano de uma família clânica, que quando passava por alguma falta ou apuro, recorria ao membro mais jovem com maior influência na família, para resolver as questões tanto no plano dos negócios, como no plano do lazer. Em 1903, a preocupação com as caçadas e cachorros ainda era um tema recorrente nas cartas enviadas por Manoel Octaviano. Demonstra um discurso direto e impositivo, certamente consequência de sua condição de tio:

Tem esta o fim seguinte, estou sem cachorros de ?compunha. Minha cachorrada está reduzida a quatro deste tem dois muito bons filhos da minha Platea com o teo Fidalgo, estou só esperando que um deste fique louco para eu mandar acabar de matar tudo, minha cachorrada está acabando toda louca, não faram mordidos aqui na Fazenda foi numa caçada que fiz no Lageado, ali um cachorro mordeu dois dos meus, tive ciencia disto depois que enlouquecendo os dois primeiros meus, pois um caboclo que mora no Lageado me disse que tendo sido os cachorros dele mordidos de cachorro louco e que no dia que eu estava caçando viu dois meus ser mordidos, hora estes ficarão loucos dentro do chiqueirão deles e estes morderão os outros já matou-se 16 e creio que já mando matar os 4 de resto, você não imagina o quanto tenho estado aborrecido pois é a única distração que tenho; por uma carta do Chiquinho soube que você tinha depachado o Paulino e que estava resolvido a largar de caçar(o que não acredito) em tudo caso se assim é vou te pedir me ceder quatro ou seis cachorros para se começar nova cachorrada pois estou resolvido a começar cachorrada de novo para não ficar em dúvida, se você me ceder os cachorros, nesse causo os 4 que aqui tenho mando desguaritas lhes para o Sertão porque matar sem ter certeza que estão não mato, me responda logo que esta receber. Se me cede os cachorros pois preciso começar já uma outra cachorrada, destes que você por ventura possa me ceder quero que me mandes uns dois mestres e os outros podem ser novos

responda-me já. É provável que estes poucos dias eu precise que você dê uma chegada para rematar na praça e que eu não posso figurar, assim eu entrarei com o dinheiro v. remata as terras e mais adiante me passará escritura, no dia eu te avizarei, olhe aquele nosso negócio, preciso receber minha letra.¹⁸⁷

Pela quantidade de linhas dispensadas aos cachorros e à caça, vê-se a preocupação muito maior com estes do que com as questões econômicas, que foram apenas mencionadas, em poucas linhas, ao final da carta. Entretanto, mesmo em poucas palavras, é possível compreender a forma como os negócios eram feitos em família, em que um membro fazia as vezes do outro, quando um não podia figurar na transação, o tio ia entrar com o dinheiro e o sobrinho com a ação, deveria arrematar as terras, depois passaria a escritura.

O que podemos extrair da carta é que sempre havia uma situação em que o Manoel impunha ou, de certa forma, exigia ações por parte do sobrinho, inclusive repreendendo-o pelo abandono das caçadas, que era o meio pelo qual se reforçava a identidade familiar, oriunda da terra. Joaquim estava abandonando uma prática de sociabilização importante que ajudava no funcionamento da família clânica e que passara a ser um código de poder utilizado entre os parceiros da política local.

Segundo Christophe Prochasson, é por meio do estudo das correspondências que “Esperamos assim encontrar os motivos das suas ações nos vestígios escritos que eles deixaram, por detrás das suas ações públicas, por detrás das suas obras ou dos seus trabalhos.”¹⁸⁸

O cotidiano, com seus fatos que pouco deixam marcas no espaço e no tempo, é o momento de observação histórica permitida pelas correspondências. O cotidiano é o momento em que podemos perceber a continuidade e a descontinuidade, aqui representadas pela família, política e comércio, a ocorrência, o acontecimento mediando a vida e levando a rupturas.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1818, ordem 12, 13/03/1903. Manoel Octaviano Diniz Junqueira. Nossa Casa. (grifo nosso).

¹⁸⁸ PROCHASSON, op. cit., p. 119.

¹⁸⁹ “Quanto mais se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material: os grandes círculos correspondem habitualmente à grande história, ao comércio longínquo, às redes das economias nacionais ou urbanas. Quando restringimos o tempo observado a duas pequenas frações, temos o acontecimento ou a ocorrência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura. Invade a sociedade em todos os seus níveis, caracteriza maneiras de ser e de agir desmedidamente perpetuadas.” BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol I. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 17.

A ocorrência das caçadas e sua prática perpassavam várias gerações da família Junqueira, assim como era uma prática comum aos mantenedores da política local.

Além do tio Manoel, o primo Juquinha que era morador em Poços de Caldas relatou em suas correspondências enviadas a Joaquim uma quebra de costumes por parte do primo, quando escreveu para contar que um dos cães de caça de Joaquim morreu, aproveitou para reclamar da ausência dele em um evento da família em que seu pai ficou muito contrariado com o descaso do primo.¹⁹⁰ Joaquim da Cunha estava se ausentando dos encontros familiares e não mais realizava as caçadas com isto os membros da família perceberam que sua ausência era indício de mudança. A forma como fazia as coisas, segundo os costumes, parou de ser feita, o que causou estranheza nos parentes que escreveram uma saraivada de correspondências apontando as mudanças e cobrando o seu retorno aos costumes familiares.

As mais emblemáticas foram aquelas enviadas por uma de suas irmãs, e seu marido que moravam em Cerqueira Cesar – São Paulo. Em carta escrita por ele, fica claro o incômodo que a mudança nos costumes promovida por Joaquim estava causando, tinham se acostumado a um auxílio que cessou. Os anos entre 1903 e 1906 representaram um período de tensões e mudanças na forma de lidar com o entorno. A crise nos preços do café levou a rupturas e opções profundas que marcaram a vida de muitos que viveram nestes anos. No caso de Joaquim da Cunha a mudança se expressa no repensar a tradição familiar diante dos negócios. O envolvimento da família com os negócios só teria sentido se não desse prejuízo, a concessão de crédito não era mais ajuizada só pelo fato de ser da família. Um abraço já não pagava as contas, para tal era necessário ter dinheiro. As recusa de Joaquim em emprestar dinheiro ao cunhado o leva a uma situação de revolta, afinal um costume estava sendo rompido:

Escrevi te a 8 deste pedindo te favor de me arranjares uma mezada de 500\$000 por mes para enfiar o meu café limpo em qualquer casa de tua amizade em confiança; ou que desse um abono em São Paulo de 4 a 5 contos para eu fazer um contrato com cujo lucro expandisse ir indo fazer dai dava para sustentar a minha lavoura [...] não te darei prejuizo. Já me abonastes no passado e já paguei sei que fosses

¹⁹⁰ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1754, ordem 121, 07/06/1902. Juquinha - primo. Poços de Caldas – MG.

perturbado por que não o fazer agora? Prometeste-me em 1903 que esperasse que me servirias quando estivesses mais folgado [...] Nem uma resposta a nossos pedidos, Vs nessa posição e com tantos recursos. Aceita com todo os teus nossa amizade e saudade e v. responde esta a teu velho cunhado e amigo. PS precisava tanto verte e falar-te pois queria que fosse o depositário dos atos de minha vida e nos pode fazer que cá viestes e agora isso esta mais difficil! Como?¹⁹¹

Se no passado os empréstimos aconteciam, desde 1903 tinham cessado, em uma clara alusão à condição de dificuldade econômica pela qual Joaquim passou. Época em que hipotecou a sua casa e a fazenda; se, em 1906, já era apontado como possuidor de vários recursos, mas, mesmo assim, não ajudava o cunhado, que percebendo o distanciamento propõe uma aproximação convidando Joaquim a ser o depositário dos atos de sua vida, sem perceber que uma boa conversa já não era mais sinônimo de crédito, agora o crédito estava condicionado às garantias de lucro.

A sociedade em uma casa de comissário, a modernização da fazenda Boa Vista, o acesso ao poder político e acordos que geravam informações que culminaram em oportunidades econômicas, representaram pequenas frações de uma nova conduta que foi sendo afinada às práticas modernas que não mais toleravam a continuidade do fazer tradicional. No campo econômico, Joaquim da Cunha se modernizou, o que levou a ajustes em suas práticas familiares tradicionais.

Os negócios de Joaquim já não eram mais feitos somente em Ribeirão Preto, eram feitos em São Paulo e Santos. Os acordos políticos passavam por São Paulo, Campinas e pelo Rio de Janeiro, e os casamentos de seus filhos seguiram a mesma dinâmica: já não eram mais realizados entre os Junqueira, mas entre os grandes parceiros comerciais de Joaquim da Cunha; aos poucos, os Junqueira foram perdendo espaço dentro dos novos ajustes sociais de Joaquim.

Os negócios continuaram a serem feitos entre Joaquim e a família só que em um plano cada vez mais comercial. As correspondências enviadas pelos membros da família esboçam esse novo perfil, podemos verificar a mudança nas cartas enviadas pelo primo Diego Garcia:

¹⁹¹ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1718, ordem 68, 26/06/1906. Augusto Bretas - cunhado. Cerqueira César.

Tendo um sítio perto de Mato Grosso, peço ao parente arranjar ai um ou dois compradores, sendo duas moradas anexas uma dividida outra de parte boas aguadas, pasto fechado plantações nos quintais sendo café laranjeiras, bananeiras, manga, marmelos, jaboticabas, monjolos acentados, sendo de culturas e campos arretirada da Estação do ramal de M. Grosso um quarto mais ou menos, peço oito contos de réis, sitios próprios para estrangeiros, um potreiro na beira da estrada de rodagem para aluguel de boiadeiros que seguem para SP. O que espero breve compradores.¹⁹²

Uma correspondência solicitando o auxílio na realização de negócios, como a venda de sítio. Negócios que urgiam ser feitos e que tinham em Joaquim da Cunha e seus contatos uma solução.

As correspondências oriundas de membros da família tinham como padrão a realização de pedidos, muitas eram solicitações no plano econômico, mas Joaquim não deixou de ser um líder da família, como Diego Garcia demonstrou quando passa por apuros:

Primo amigo estou aqui em trabalho, levei hoje uma cacetada de um canalha ordinário peço socorro seo, e pessoal número suficiente para acabar com a raça do dito, aqui estou previnindo com os parentes e amigos, o que espero sem falta sua pessoa e pessoal.¹⁹³

Ao redor de 1903, o teor das cartas enviadas por membros da família a Joaquim da Cunha sofreu mudança, além de reclamarem do abandono das caçadas, da ausência em reuniões familiares, da não realização de empréstimos, também passaram a reclamar da falta de atenção dada por ele. Em uma destas correspondências um de seus filhos que estudava no Colégio São Luis de Itu, deixa clara toda a sua frustração com as cobranças do pai que não se consumavam em atitudes condizentes:

Querido pai. Recebi felizmente uma carta do Sr. a qual muito me satisfez por saber que todos ai estão gozando saúde. Nos felizmente gozamos de saúde graças ao criador. Papai o Sr. quer que eu estude então me mande os livros que eu pedi ao Sr. e já faz quase um mês e ainda não vieram, é um dicionário Frances - Português e um dicionário Latim - Português autor Saraiva, o sr escreva para o Ozório mandar dicionários e uma pasta. O sr quer que eu estude estudarei de hoje em dia e o sr. verá esse estudo pelas notas das

¹⁹² Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1766, ordem 62, 27/05/1900. Diogo Garcia Sobrinho - primo amigo. Fazenda fortaleza.

¹⁹³ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1779, ordem 63, 24/11/1902. Diogo Garcia Sobrinho - primo amigo. Fazenda fortaleza.

aulas que vão no fim do mês. Papai o sr. quer que eu estude mesmo deveras, saia da maçonaria. Queira aceitar um abraço deste seu amoroso filho.¹⁹⁴

De forma insensata, revelando a sinceridade de uma criança que estudava em um colégio católico tradicional, mediado pelos ensinamentos religiosos, o filho acaba por chamar o pai a suas origens, a seus valores mais elevados. Neste caso, seria interessante saber a resposta que o pai deu ao filho.

Todavia, as correspondências por parte de familiares que solicitavam o retorno de Joaquim da Cunha a algum tipo de prática indenitária da família vão se avolumando. Essas correspondências são contemporâneas ao período de crise no preço do café, ao período em que ele se tornou sócio de uma casa de comissariado. Quando se avolumam estas cartas de membros da família chamando-o de volta ao seio familiar, é a época em que Joaquim também ascende na política. A razão, a racionalidade de fazer os negócios, cada vez mais pautados pelo uso de uma contabilidade e de contratos, acabou por intervir e modificar em algumas práticas tradicionais que Joaquim da Cunha reproduzia. Aos poucos, deslocou-se dos costumes tradicionais, mais do que seria razoável, foi se afastando dos costumes tão relevantes à família.

Se no plano econômico Joaquim passou a fazer negócios mediados por uma empresa moderna, ainda os fazia com uma face tradicional, contudo sem deixar de lado a contabilidade e a racionalidade do lucro garantido pela hipoteca de propriedades rurais.

Já na política atuou por meio de práticas tradicionais que firmavam e reafirmavam uma identidade do grupo local. As caçadas eram usadas como amálgama no processo de pertencimento ao grupo de poder. Os acordos políticos culminavam em práticas econômicas, pois tinham uma fina relação com a compra e venda de terras.

Com o tempo, os acordos políticos foram sendo ampliados por ajustes com grupos de pessoas de fora da cidade, feitos por meio de casamentos, que ainda eram usados para promover os pactos, mas não mais somente dentro da família. Quando Quinzinho começou a sofrer com a debandada de seus correligionários para a oposição, principalmente composto por ex-prefeitos, e organizada por Francisco

¹⁹⁴ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1860, ordem 83, 24/06/1902. Itu – SP.

Schmidt, buscou apoio fora de Ribeirão Preto, quer por meio de casamentos ou não, rearticulou um grupo para a manutenção do poder político que era abastecido pela concessão de serviços e cargos públicos locais e retomou o poder.

No que tange à família, as experiências nos planos econômico e político acabaram por levar Joaquim da Cunha a um distanciamento de seus costumes mais caros, que foi notado pelos membros da família que passaram a reclamar pelo seu distanciamento, que é bem resumido em carta enviada por um primo ao filho mais velho de Joaquim “[...] não imagina o quanto eu senti em saber de um telegrama do Rodrigo ao Cidade comunicando ter o tio entrado em convalescença, pois andava muito ofensivo com o estado dele [...]”.¹⁹⁵ O parente que escreve resigna-se de ficar sabendo da doença de Joaquim via o “Jornal A Cidade”, mas logo soluciona a questão “[...] andava muito ofensivo com o estado dele [...]”.¹⁹⁶ O “ofensivo ao estado dele” pode ser uma alusão às faltas de Joaquim perante os costumes da família. O primo interpreta a doença como uma decorrência natural de uma situação de perda de referencial do primo Joaquim.

Todas essas mudanças, nas várias frentes com as quais lidava Joaquim da Cunha, culminaram, em 1906, com uma doença, que o levou a um afastamento momentâneo de suas várias atividades. A doença veio depois do ano de 1903, quando teve que hipotecar as suas propriedades, quando a casa de comissário começou a questionar os acordos comerciais que eram poucos ortodoxos e, quando um prefeito colocado por ele no poder passa para o grupo que não concordava com ele.

Todas estas mudanças não passaram despercebidas ao outro dono do poder local em época, Francisco Schmidt que começava a organizar uma oposição mais consistente na política e a promover um distanciamento do perímetro de influência de Joaquim da Cunha:

Como lhe tinha prometido assistir ao casamento de sua filha no que tinha muito prazer; porém venho a participar ao amigo que não me é possível porque chegou ontem de Santos o Sr. Hoefner chefe da casa Theodor Wille o qual demorara aqui poucos dias e quer

¹⁹⁵ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1777, ordem 74, 09/10/1906. Chiquinho Junqueira – Ribeirão Preto.

¹⁹⁶ Idem.

percorrer a lavoura e como não é possível deixá-lo me vejo obrigado a não ir a sua casa, como tinha prometido [...]¹⁹⁷

O cerco foi se fechando ao redor de 1903; Joaquim teve que fazer escolhas que passavam pelo questionamento de seus referenciais como membro de uma família clânica. A lógica moderna aplicada aos seus negócios transbordou para outras áreas de sua vivência, gerando mudanças que não foram bem aceitas por muitos membros da família. Para transpor os percalços, teve que fazer outros acordos, segundo uma lógica moderna, e encontrar novos parceiros que foram aceitos como membros da família ao realizarem casamentos com seus filhos. O ramo da família a partir de Joaquim da Cunha mudou, deixou de ser somente a família Junqueira.

Com a sua morte, em 1932, outro indício corrobora o processo de mudança pela qual Joaquim da Cunha Diniz Junqueira passou em sua vida: logo após o falecimento, o sobrinho José Bento Diniz Junqueira entrou na comarca de Ribeirão Preto com uma Petição de Protesto, contra o tio que fora o seu tutor, alegando que Joaquim fora o responsável por gerir bens que avultaram elevadas somas dos quais faziam parte créditos hipotecários e letras de cambio. Durante a gestão investido da tutoria promoveu atos “[...] não amparados pelas leis pátrias, de que resultaram sérios prejuízos aos bens do suplicante [...] jamais prestou conta da sua gestão ao suplicante – obrigação crucial em direito [...]”.¹⁹⁸ José Bento estava pretextando por meio da petição, contra o fato do tio, não ter feito o seu rigoroso dever como tutor, assim como Joaquim da Cunha protestou contra seus tutores em 1882. Passados 50 anos, Joaquim se esqueceu do ele classificou em 1882 como “[...] o seu rigoroso dever [...]”¹⁹⁹ perante a família.

¹⁹⁷ Arquivo Pessoal - Documentação da Fazenda Boa Vista. Cartas, n. 1651, ordem 6, 18/11/1905. Francisco Schimidt- Ribeirão Preto.

¹⁹⁸ AFRP, Petição de Protesto. 2ª vara civil. 1932.

¹⁹⁹ APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

Considerações Finais

A formação de capitais, em especial, pela atividade cafeeira e a posterior formação de um complexo produtivo foi estudada por meio da vida material. Em meio ao estudo do acúmulo de capitais, investigamos Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que representou a dinâmica local da família Junqueira e as relações construídas por ele, no desenrolar dos anos e décadas que nos deram elementos para compreendermos a construção, manutenção e dispersão dos bens econômicos, demonstrando características locais deste processo.

A pesquisa compreendeu os anos de 1860 a 1890 para São Simão (SP) e 1890 a 1915, com foco no atual município de Ribeirão Preto (SP). No decorrer deste conjunto de anos, o espaço abordado saiu de uma economia agropastoril, ajustada ao consumo interno e deslocou-se para uma economia exportadora de grandes dimensões, apoiada na atividade cafeeira, a ponto de o município chegar a ser o principal produtor de café no Brasil, quando esse produto era o basilar item de comércio exterior do país.

Um exemplo da trajetória da composição da riqueza em Ribeirão Preto foi estudada por meio da construção e transmissão dos patrimônios e teve o intuito de abordar o fluxo e refluxo das mais significativas experiências econômicas promovidas por Joaquim da Cunha. Aliado a isto, o fato de que as relações mútuas entre os capitais puderam ser verificadas. Acreditamos que contribuímos para a discussão sobre o atual estágio dos estudos sobre o câmbio entre as atividades cafeeira, comercial, de crédito e aquelas relativas aos imóveis urbanos, e a trajetória destes vários investimentos na composição da riqueza.

A cidade recebeu investimentos e mão de obra de fora, que ajudaram a caracterizar e a construir uma nova vertente econômica regional que, por sua vez, romperam com as estruturas estabelecidas anteriormente. A junção e arranjos entre as antigas práticas econômicas e aquelas que chegaram moldaram o novo perfil regional sustentado especialmente pelo café, mas não só por ele. Esse diálogo entre os novos capitais e os antigos investimentos foi por sua vez desvendado sob a ótica da História Econômica.

O estudo da trajetória econômica de um produtor de café em Ribeirão Preto – Joaquim da Cunha, como o casamento contraído, dotes e heranças obtidas, compra

e venda de imóveis somada a trajetória da família Junqueira, demonstrou as estratégias e práticas que possibilitaram o acúmulo de recursos, elementos estudados neste trabalho.

A busca de acumulação nesta sociedade passou pela junção de experiências entre elementos locais e vínculos com outras regiões e países. Sendo assim, os primeiros capitais a se formarem e a chegada de outros junto com a atividade cafeeira, levou a uma inter-relação entre os grupos envolvidos, que pode ser notada nas ações promovidas em forma de um surto de modernidade do espaço urbano.

A origem das práticas econômicas promovidas por Joaquim da Cunha foi buscada desde o seu tataravô, o tenente Gabriel de Souza Diniz, que viveu em São João Del Rey (MG), que foi o patriarca do ramo dos Junqueira que veio para a região de Ribeirão Preto. A presença da concessão de créditos e de atividades de pecuária unida à grande propriedade, trabalhada por mão de obra escrava, deu a base a um modelo que foi parcialmente continuado pela geração seguinte, constituída por Ana Claudina Diniz Junqueira (filha de Gabriel Diniz e avó de Joaquim da Cunha) e o primo de primeiro grau do Alferes Luiz Antônio de Souza Dinis (marido de Ana Claudina).

O casal Ana Claudina Diniz Junqueira e o Alferes Luiz Antônio de Souza Dinis constituiu uma imensa propriedade em São Simão ao redor de 1840, cujas terras foram adquiridas quando tinham pouco valor e passaram a ser trabalhadas pela família e com muitos escravos. De início, a pecuária e a criação de cavalos foram intercaladas com variados produtos agrícolas. O casal amealhou uma grande quantidade de bens, em especial representados por terras e escravos. Esses bens ajudaram a impulsionar as próximas gerações da família Junqueira que passou a estender a sua influência à política. O casal citado, ao falecer, deixou parte dos bens concentrados nas heranças de alguns filhos, que, por sua vez, também se casaram com pessoas da própria família em uma clara atitude que visava evitar a dispersão das propriedades.

Os dois filhos mais velhos foram os próximos a liderar os membros da família. O Comendador Gabriel de Souza Diniz Junqueira, que foi o primeiro intendente de São Simão, e o Tenente Luis Herculano de Souza Junqueira, que foi membro da Câmara de Ribeirão Preto por várias legislaturas, desde a fundação do município, presidindo a casa legislativa de 1877 a 1881. Eles foram os responsáveis por incrementar o giro mercantil, ao se preocupar em produzir e negociar em maiores

proporções. Já tinham café produzindo em 1873. Outro irmão - José Martiniano Diniz Junqueira - se destacou pela forte realização de empréstimos, sabendo-se que no ano de 1861, realizou mais de 70 empréstimos que somavam, 58:339\$000.

Estes tios de Joaquim da Cunha promoveram uma significativa variação nas atividades que exerciam, tanto de ordem econômica quanto política, a ponto de promover interferência na fundação e ocupação do município de Ribeirão Preto. Haja vista que nesta época, as terras passaram a ter maior valor e suas propriedades localizadas próximas de onde seria a sede Ribeirão Preto se mostraram cada vez mais valiosas.

A família Junqueira exemplifica a estrutura de funcionamento de uma família clânica, com a sua centralização de poder, favorecimento dos membros mais velhos diante dos mais novos, prática de casamentos endógenos, uso da política como braço de concretizações econômicas. Ainda no que tange ao campo econômico, promoviam consistente giro mercantil que passava pela compra e venda de gado e plantação de produtos agrícolas voltados para o mercado. Alguns produtos eram novos na região, como algodão e café, além da realização de empréstimos correntes em dinheiro. Esse conjunto de ações tinha como exercício norteador a tradicional familiar, somando-se novos negócios.

Por sua vez Ana Osório Diniz Junqueira e seu marido Emerenciano Alves da Cunha (marido em segunda núpcia que também era primo e cunhado) – pais de Joaquim da Cunha – passaram a ocupar a Fazenda Boa Esperança em Ribeirão Preto, acompanhando a mudança do perfil econômico da família. O casal se dedicou principalmente a pecuária e tinha um patrimônio significativo nas décadas finais do século XIX. Porém, se comparado aos bens de seus parentes próximos citados, torna-se módico, afinal eles não tinham um lugar de controle ou de grande destaque dentro da família. Emerenciano da Cunha faleceu em 1870 e Ana Junqueira em 1878, assim coube como herança a Joaquim da Cunha 75% em terras, além de alguns escravos. Por ocasião da morte dos pais Joaquim da Cunha era menor de idade e passou a ter seus bens controlados por tutores que “[...] não fizeram o seu rigoroso dever [...] Por falta da matrícula foram os referidos escravos declarados livres por sentença judicial [...]”.¹

¹ APHRP, Petição de Protesto. Processos Antigos, 1º Ofício, caixa 308 – A, 1882.

A perda de dois escravos da sua herança paterna, pela negligência dos tutores, motivou Joaquim da Cunha a fazer uma petição contra seu tio Luis Herculano de Souza Junqueira. Este ao falecer, deixou muitas terras e plantações de café, sem constituir herdeiros. A petição também foi em decorrência do resultado de sucessivas heranças familiares em que alguns irmãos capitalizavam mais que outros. A possibilidade de ter o prejuízo abrandado levou Joaquim, logo cedo, antes de fazer 21 anos, a se movimentar em busca da constituição e manutenção de seus bens que foram ampliados ao se casar com sua prima de primeiro grau, Maria Emerenciana Diniz Junqueira, que era parte do ramo mais abastado da família.

Os casamentos endógenos que ocorriam na família dos Junqueira possibilitavam a criação de novos troncos familiares dentro do grupo a partir de membros que já eram conhecidos e avaliados pela família. Essa prática tradicional mantinha os bens materiais concentrados na parentela sem abrir espaços para elementos estranhos ao convívio.

O estudo da família demonstrou a origem, o significado e o porquê do uso da tradição nas práticas econômicas e comerciais promovidas por Joaquim da Cunha.

Este ao demonstrar-se atento aos movimentos da família e atrelado às tradições dos Junqueira, iniciou nos negócios tendo como suporte o que aprendeu com os membros da família e com os negócios que fazia com a parentela. Mostrou-se ativo e oportunista em meio aos rearranjos familiares. Como não era o filho mais velho, nem era filho de membros de destaque na família, teve que tomar decisões e percorrer caminhos penosos, como peticionar e demandar contra o próprio tio.

As forças que estiveram envolvidas na acumulação de bens de Joaquim passaram, inicialmente, pela influência da família, como é o caso de sua sogra que há muito já tinha loja de comércio que, por sinal, foi a primeira grande atividade econômica de Joaquim em Ribeirão Preto. Como ficou demonstrado por meio da contabilidade da loja, para os anos de 1891 e 1892, ele usava o comércio para venda de produtos locais e de produtos industrializados que eram conseguidos através de transações realizadas com o café. As compras e vendas de café e a mediação destas práticas entre essas casas de comissário e os produtores locais geraram lucros que por sua vez foram parcialmente aplicados na concessão do crédito a terceiros.

Joaquim montou uma loja que fazia as vezes de banco ao conceder crédito que irrigava a compra e venda de produtos, aportados nas transações com o café.

Com a loja, ele conseguiu estabelecer ampla rede de negócios que passava por grandes fornecedores de produtos nacionais e importados, por fornecedores de bens locais, por consumidores locais e regionais que também eram produtores de café. Essa rede de negócios culminava nas casas de comissariado que atuavam também por meio da loja. De tal modo, ele passou a representar várias casas de comissários.

Os lucros oriundos com a loja, com o comércio de café e com a atividade de crédito, passaram a ser empregados também em negociações com as terras, ou seja, voltou a imobilizar capitais. Havia a compra e/ou permutar de terras entre membros da família que, posteriormente, foram vendidas a investidores recém-chegados, que introduziram uma nova dinâmica na atividade cafeeira. Um bom exemplo é o caso de Francisco Schmidt.

Todas estas atividades econômicas orientadas por práticas tradicionais e ou dinâmicas promovidas por Joaquim se demonstram bem sucedidas no final do século XIX, quando passou a ser reconhecido e solicitado pelo seu poder, não somente entre os Junqueira, mas também, entre a elite regional.

O estudo específico da loja nos lava à compreensão do modo pelo qual ocorria a diversificação dos negócios de Joaquim. Este tipo de comércio serviu de alavanca para outras práticas econômicas veiculadas em torno dele. As estratégias dos negócios, tornaram-se cada vez mais complexas, envolvendo terras, café comércio, intermediações e crédito.

Joaquim conseguiu perceber algo que nem todos os seus contemporâneos vislumbraram, ou seja, o grande lucro do café não estava somente na produção (com grande extração da mais valia), mais também na comercialização e intermediação do produto para exportação. Além disso, tornou-se fornecedor de insumos e crédito para atingir o objetivo maior que era a reprodução mais eficiente do seu capital.

Na passagem do século XIX para o XX, com a queda no preço do café e mudança na política econômica, que acarretou uma crise na cafeicultura, foi o momento da diversificação dos negócios e dos amplos contatos de Joaquim, o que demonstra adaptação e eficácia em tempos adversos. A crise atingiu os devedores de Joaquim da Cunha que por sua vez enveredou para a compra e venda de terras, executando hipotecas das quais era credor. Dai amplia parte do seu patrimônio composto de bens de imóveis.

Com foco na constituição de áreas, negociou tanto com terrenos urbanos quanto com propriedades rurais, sabendo-se que no saldo final comprou bem mais do que vendeu. Esteve entre o grupo seletivo de negociantes de terras que transacionaram valores acima de 50:000\$000 na época. Escolhia a dedo os imóveis que comprava ou obtinha via execução de hipotecas. As terras eram próximas e /ou interligadas a propriedades que já possuía. As sucessivas hipotecas reformadas sobre um mesmo imóvel levava o proprietário a uma situação de insolvência e consequente perda da propriedade.

Negociou com as terras, em época que muitos fazendeiros passavam por dificuldades econômicas geradas, em boa medida, pelo aumento das plantações e da produção de café que não consumaram em colheitas lucrativas, devido ao baixo preço do produto no início do século XIX. Ao contrário de outros cafeicultores, Joaquim tinha diversificado em seus negócios, o que lhe deu condições de comprar e emprestar a juros quando muitos queriam vender, contudo, comprou sem muita pressa, lançando mão das hipotecas em seu favor como instrumento de lucro, que foram utilizadas em duas frentes: por um lado, as hipotecas levaram à redução no valor dos imóveis que, futuramente, poderiam ficar para ele; por outro lado, geraram o pagamento de juros que ajudavam em uma constante capitalização. Na crise, adaptando-se, ele conseguiu crescer.

Uma de suas parcelas de terras foi gradualmente unificada por meio de compra, de execução de hipotecas e de herança, compôs a segunda gleba da fazenda Boa Vista que foi a sua principal propriedade agrícola. A fazenda, que chegou às suas mãos por meio do casamento com sua prima, teve como principal atividade a pecuária, durante os 9 anos iniciais; posteriormente, começou a plantação de café que tomou uma grande dimensão; foi formada ainda no século XIX, o que possibilitou colheitas lucrativas até o momento em que o preço do produto degingolou, quando a plantação já estava formada e as terras já tinham sido adquiridas em sua maioria. Com a entrada do café, a pecuária não deixou de ser uma atividade econômica significativa na fazenda.

Nos anos iniciais do século XX ocorreu o processo de modernização da fazenda Boa Vista, concluído em 1906, com a construção de um grande terreiro ladrilhado, compra de máquinas para o beneficiamento do café e a chegada da ferrovia para dinamizar o transporte do produto.

Nesta época, foi possível verificar o uso da influência política de Joaquim da Cunha como forma de contribuir na modernização da fazenda, o que se deu com a chegada da ferrovia Mogiana até as suas terras e a significativa visita do presidente de São Paulo Jorge Tibiriçá à moderna propriedade agrícola.

Em 1907, a fazenda estava produzindo a partir de um modelo administrativo moderno, que usava contabilidade pormenorizada, relatórios, máquinas, transporte ferroviário e aumentava constantemente a produção em arrobas de café.

A sua rede de relações e influências também auxiliaram no acesso e na contratação de colonos para a fazenda, assim como no controle dos vários trabalhadores que, durante os anos de 1896 e 1913, só aumentaram em número.

Constata-se que, na fazenda, algumas estratégias foram utilizadas para a manutenção dos contratos com os trabalhadores disponibilizando o acesso a um médico, a farmacêuticos e ainda a venda de carne e leite que eram frequentes. As vendas que eram feitas aos colonos auxiliavam no abatimento da folha de pagamento dos empregados aliviando os valores em dinheiro que tinham que ser pago mensalmente, conforme a contabilidade.

Assim como a quantidade de colonos, a produção de café aumentou a partir de 1905 e foi subindo até 1915, o que possibilitou a Joaquim da Cunha usar a estratégia de manter parte da colheita estocada para ser vendida no decorrer do ano. Em época da colheita, algo ao redor de 20% do café colhido era vendido para suprir os possíveis aumentos com despesas. Enfim, tanto o estoque de café quanto a venda de produtos da fazenda para os colonos eram utilizados para aliviar os gastos tidos entre uma colheita e outra.

A possibilidade de manutenção de estoque de café demonstrou o controle sobre as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade agrícola que passou a ter os custos bem dimensionados, possibilitando a ocorrência de maiores lucros. As “sobras” de café foram utilizadas inclusive para a comercialização do produto diretamente com o porto de Santos. Primeiro se tornou sócio de uma casa de comissariado, depois passou a ser o principal dono de outra casa de comissariado.²

Joaquim da Cunha, de representante de várias casas de comissário, no século XIX, e início do século XX, passou a ser um dos donos da *Junqueira*,

² Não abordamos neste trabalho a casa de comissário da qual Joaquim era dono, pois isto ocorreu fora da nossa baliza temporal, após 1916. Ele já tinha, então, um aporte econômico muito significativo, o que esta fora da nossa problemática.

Guimarães e Leitão e concentrou parcialmente o envio e comercialização de café nesta casa, e ainda continuou enviar café para outras casas comissárias com as quais tinha acordos que extrapolavam os comerciais, denotando uma articulação entre as práticas políticas e as opções comerciais.

Com a sociedade na casa de comissariado, no início do século XX, o eixo de seus negócios direcionou-se cada vez mais para São Paulo e Santos. As suas estadas no Hotel Paris, que ficava no centro de São Paulo, foram trocadas por uma residência na Avenida Paulista.

Ao se tornar sócio da *Junqueira, Guimarães e Leitão*, passou a compor um grupo seletivo de cafeicultores que controlavam as várias etapas da cadeia econômica atrelada ao café, desde a produção até a exportação.

Joaquim da Cunha enviava para a casa *Junqueira, Guimarães e Leitão* o próprio café e aquele produzido por sua ampla rede de contatos. Por seu intermédio, cafeicultores locais que eram seus vizinhos, parentes, correligionários vendiam o café para o seu homem de confiança. Muitos dos acordos de venda eram feitos segundo o modo tradicional, na base da confiança entre os pares. O período de crise no preço do café levou cafeicultores à falência, em especial aqueles que investiram em novas plantações, levando no final do século XIX, os acordos a impossibilidade de honrar os acordos em sua totalidade.

Com o novo quadro que tomou conta do comércio do café, as casas de comissário passaram a fazer acordos comerciais cada vez mais controlados por contratos que, em muitos casos, adiantavam pagamentos aos cafeicultores; em contrapartida, comprometiam as futuras colheitas do café. Hipotecas das fazendas e da produção futura do café passaram a ser feitas como forma de garantia aos adiantamentos em dinheiro.

Em meio a essa sucessão de mudanças, os sócios da *Junqueira, Guimarães e Leitão* começaram a pressionar Joaquim da Cunha quanto ao seu modo na conduta de compra de café e na realização de hipotecas. De início, ficou relutante, mas passou a usar os contratos que se sobrepunham a seus acordos e esquemas locais. Com o tempo, Joaquim foi modificando o formato dos seus acordos comerciais em face da racionalidade dos contratos. Cada vez mais passou a usar contratos formais e advogados para a concretização de seus negócios. É o fim das tradicionais formas de selar negócios com um aperto de mão e o empenho da honra.

O ano de 1903 foi um marco dentro dos nossos estudos, momento em que muitos dos cafeicultores locais sucumbiram à situação de dívidas provocadas pelas sub-hipotecas. Neste ano, o próprio Joaquim hipotecou sua casa, e as duas glebas de terras que compunham a fazenda Boa Vista. Ao contrário de muitos outros que se endividaram em época, logo pagou as hipotecas. Em 1905, liquidou essas dívidas e, em 1906, acabou de organizar a fazenda segundo um modelo produtivo moderno, mesmo ano em que foi tomado por uma doença e decidiu doar aos filhos a maior parte de suas terras; em um momento de perigo, optou por uma conduta tradicional ao garantir as terras aos seus filhos.

Na época Joaquim já estava envolvido na política local e tinha ramificações em várias outras regiões e dentro do PRP (Partido Republicano Paulista). Tamanho era o seu poder político que os vereadores e o prefeito não tomavam decisões sem antes consultá-lo, assim como não eram eleitos sem o seu aval. Usava de uma prática antiga de sua família para aproximar os seus parceiros políticos. Bom exemplo eram as caçadas que facilitavam a sociabilização e em muitos casos eram o momento em que os acordos eram costurados.

Em uma época em que a cidade de Ribeirão Preto passava por um surto modernizante com a instalação dos serviços de água e esgoto, energia elétrica, pavimentação das ruas e construção de um grupo escolar, Joaquim soube usar o seu poder político e as obras para lançar mão de acordos que o ligaram a famílias endinheiradas de São Paulo. A partir daí, os casamentos de seus filhos não foram mais feitos com membros da família Junqueira, mas, sim, com os das famílias Prado, Marcondes Machado, Aguiar, e Arantes. Continuou a usar os casamentos como fizeram os seus antepassados, mas agora com novas famílias.

Aos membros da família Junqueira sobrou a constatação de sua mudança e as sucessivas reclamações e demonstrações de desagrado com o abandono dos velhos costumes e exercício de novos. Até os membros da família que faziam negócios com Joaquim tiveram que se adaptar ao novo crivo dos acordos mediados por um contrato formal. Foi um destes contratos que seu sobrinho José Bento questionou na justiça, logo após a morte de Joaquim da Cunha, pois não tinha cumprido o seu rigoroso dever perante a família.

Assim, este trabalho avança no sentido de que absorve, questiona e fornece novos elementos para a melhor compreensão da cafeicultura paulista, em especial a região ribeirão-pretana, na medida em que contribui para uma nova visão além das

pesquisas já realizadas que procuram sintetizar o processo político e cultural da virada do século XIX para o XX.

O avanço se dá pelo olhar socioeconômico, embrenhando pela análise das atitudes de uma família e um personagem que soube abocanhar as oportunidades escolhendo arranjos privados e públicos, arranjos a meio caminho entre a família clânica e a moderna sociedade capitalista vincada pela contabilidade e pelo contrato. Impregnados que estavam pelas mudanças históricas que se revelavam em diversos níveis, desde os mais amplos até os mais comezinhos.

Um personagem – agente histórico – de atuações relevantes que equilibrou e empreendeu atividades econômicas, ora avançadas ora tradicionais, adaptando-se constantemente diante dos revezes e imposições de um mundo que apresentou severas transformações, nem sempre encaradas pelo prisma exclusivo da inovação como superação de práticas antigas. Arranjos tradicionais e arranjos modernos foram estabelecidos de acordo com o julgamento do personagem aqui tratado. Arranjos que nos revelam os limites e as possibilidades da valorização da riqueza naquele contexto em que as ambiguidades são a marca do que podemos chamar de inovação possível.

Referências

Fontes

Arquivo da Catedral de São Simão

- Livros número 1 ao 10, para os de 1870 a 1904.

Arquivo do Estado de São Paulo

- Censo de 1872.
- Documentos Negócios Eleitorais - 1873-1903. CO5887.
- Fundo Privado Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira – 1886-1932. AP174, AP 175.
- Listas de Qualificação de Votantes de São Simão: de 1847 a 1867. Ribeirão Preto: 1878 – 1873.
- Registro de Terras da Província de São Paulo, São Simão, n. 73 de 1856.

Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto – Seção de Arquivo Geral

- Processos de inventário Post-mortem do 1º Ofício.
- Processos de inventário Post-mortem do 2º Ofício. Caixa 15.

Arquivo do Fórum de São Simão – Seção de Arquivo Geral

- Processos de inventário Post-mortem do 1º Ofício: caixas 1, 2 e 3.
- Processos de inventário Post-mortem do 2º Ofício: caixas 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a e 7a.

Arquivo no Museu Regional de São João Del Rei.

- Caixa 77 (bloco 1), 07/02/1811.

Arquivo Pessoal. Documentação da Fazenda Boa Vista – Ribeirão Preto

- Livro Venda (Cidade). Ano 1891. 10/1891 a 04/1902. (N. 2).
- Livro de Trabalhadores da Fazenda 1896. De jan. a dez. 1986.
- Fazenda Boa Vista 1907 (leite e carne).
- Livro de Trabalhadores da Fazenda 1910. Jan. a Dez. (N. Original 13).
- Cartas de 1890 a 1906.

- Medicamentos dos empregados. Boa Vista. 1911- 1914. (N. 2).
- Colheita de café diário. 12/06/1915.
- Trabalho cotidiano 18/09/1915.
- Livro ponto de camaradas e empregados. Faz. Boa vista. 1915 02/1919.
- Contas Correntes. 12/1914 a 12/1916. (N. 3).
- Caixa. Fazenda Boa vista. 01/02/1913. (N. 1).

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

- Autos de habilitação de crédito.
- Fundo Maria Emerenciana Junqueira: correspondências, documentos contábeis de fazendas, folhas de pagamento, etc., data-limite 1927 a 1957.
- Finanças/tesouraria - Imposto de Cafeeiro – 1917 -1923.
- Finanças/tesouraria - Intendência municipal, Alvarás de licença -1891 – 1903.
- Listas de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5887.
- Revista Agrícola: órgão da lavoura, indústria e comércio de São Paulo, n. 13, 1898.
- SÁ, MANAIA & CIA. Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Tipografia do Almanaque, 1913 e 1914.
- Processos Antigos, 1º Ofício, relação de caixas 001 a 330 A. Anos: 1882 a 1933, caixas: 107 A, 119 A, 120 A, 121 A, 132 A, 138 A, 185 A, 308 A, 311 A.
- Processos de inventário Post-mortem dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto de 1875-1920.

1º Registro de Imóveis de Ribeirão Preto

- Inscrição hipotecária. Anos de 1902 a 1903.

1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto

- Livros de Notas do Primeiro Ofício Civil de Ribeirão Preto. Anos: 1893 a 1920, livros: 42, 43, 44, 45, 49, 51, 59, 64, 68, 70, 72, 74, 77, 79, 82, 84, 86, 201.

1º Tabelião de Notas de São Simão

- Livros de registro de óbitos, C - 1 ao C - 8 de 1896 a 1905.

Bibliografia

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**; teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BACELLAR, Carlos A. P.; BRIOSCHI, Lucila R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao Café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. **Estudos Históricos**. v. 8, n. 2, pp. 173-186, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BAPTISTA FILHO, Olavo. **A Fazenda de Café em São Paulo**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Documentário da vida rural, n. 2).

BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição**: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

BASSANEZ, Maria Silvia C. Beozzo. **Fazenda de Santa Gertrudes** : uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista; 1895-1930. Tese defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3ª ed. Santa Maria: editoraUFSM, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 2001.

BOTELHO, Antonio Carlos de Arruda. **Naninha, aceitai as minhas saudades**. Ed. UFScar, 2000.

BOTELHO, Martinho. Ribeirão Preto – “Le pays du café”. **Brazil Magazine** Revista de Periódica de Artes e atualidades. Ano 5, n. 57, Rio de Janeiro, 1911.

BRANDÃO, Marco Antonio. **Uma Contribuição ao debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil**: de Lavoratori na Itália a Padrone em Ribeirão Preto (1890-1930). Tese de doutorado defendida na UNESP-Franca, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. (Trad.) Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol I. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol. II. Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Vol III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAES, Fernando. SILVA, Regerio F. da (Org.) **Nova História em perspectiva**. v. 1. COSAC NAIFY: São Paulo, 2011.

BRIOSCHI, Lucila R. et al. **Entrantes no Sertão do Rio Pardo**; o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Ceru, 1991.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: editora UNESP, 2002.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação**. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-publicacaooriginal-35591-pl.html>. Acesso em 06/08/2012.

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Memória as legislaturas municipais de 1874 a 2007**. Ribeirão Preto: Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2007.

CAMARGO, José Francisco. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Volumes 1, 2 e 3. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**; urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**; estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CANO, Wilson. O complexo cafeeiro de São Paulo. In: **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998.

CASALECCHI, José Ênio. O Fazendeiro de café como representante de casa Comissária, estudo de uma correspondência. **Perspectivas**, v. 1, 1976, pp. 217-221.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVEJAS DO MUNDO. **História da Cerveja no Brasil**. Disponível em <http://www.cervejasdomundo.com/Brasil.htm>. Acessado em 24/07/2013.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do sertão do Rio Pardo à Vila de Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982.

CHIAVENATO, J. J. **São Simão, a história contada pelo povo**. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2006.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. 1ª Ed. V. II. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1992.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CUNHA, Alexandre M.; SIMÕES, Rodrigo F; PAULA, João A. de. História Econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos**. V. 38, n. 3, São Paulo, 2008.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo horizonte: Itatiaia, 1976.

DEAN, W. A. A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro (1870-1920). **Revista de História**. v. 53, n. 104, pp 487-493, 1976.

DEAN, Waren. **Rio Claro: um sistema de Grande Lavoura 1850-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**. N. 8, 2012, pp. 70-90.

EGAS, Eugenio. **Os municípios paulistas**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925. II vol.

EMBOABA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. **Revista de História**, 1955.

ESTADÃO. **Cronologia Histórica do Grupo Estado**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>. Acessado em 26/07/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico de São Paulo**, 1906.

ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. **IBGE**, 1990.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do Café**. Ribeirão Preto: Holos, 2008.

FALEIROS, Rogério Naques. "Seguir em frente": colonos e fazendeiros nas fronteiras de expansão da cafeicultura brasileira (1917-1937). In: **Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, 2008.

FALEIROS, Rogério Naques. A Fazenda Pau d'Alho de Campinas: as cadernetas como registros da contabilidade dos "colonos" (1927-1931). **História e Economia**. v. 8, n. 1, pp. 79 – 94. 2011.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese de Doutorado apresentada a UNICAMP, 2007.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. 5ª ed., Tomo III, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1977.

FIGUEIREDO, L. T. M. A febre amarela na região de Ribeirão Preto durante a virada do século XIX: importância científica e repercussões econômicas. Uberaba: **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, vol. 29, n. 1, 63-76, 1996.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)**. Dissertação em História apresentada a UNESP-Franca, 2011.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREITAS, Nainora. **Rivi Nigri: a criação da diocese na nova Eldorado**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História, n. 2).

FULANETTO, Patricia. **O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. Tese apresentada a FFLCH-USP, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920)**. Franca: UNESP, 1997.

GODOY, Jose Henrique Artigas de. **Da opulência à ganância coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese apresentada a FFLCH-USP, v. 1, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**. V. 21, 1998. pp. 121-127.

GUAZZELLI, Aurélio; FERREIRA, Delson; CASTRO, Sandra; MOLINA, Sandra. **O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção identidades culturais, n.9).

HALL, M. STOLCKE, V. Introdução ao trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo (1850-1890). **Revista Brasileira de História**. n. 6, pp. 80-120, 1983.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel Todelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo; 1885-1915. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 6, pp. 145-180. 1972.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

LAGES, José Antônio Corrêa. **Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro** – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LAGES, José Antonio. **A saga das famílias de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, 2002.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e Mercado de Trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**. v. 37, n. 2, pp. 353-372, Abril-Jun. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LLOYD, R. **Impressões do Brasil no Século XX**: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300q00.htm>. Acesso em 29/07/2012.

LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Comunicação apresentada no XIV Seminário sobre Economia Mineira** (Seminário de Diamantina). CEDEPLAR-UFMG, Diamantina, 24 a 28 de maio de 2010.

LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião**. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900. Tese de doutorado apresentada a USP, 2005.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: editora Stiliano, 1998.

MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez, 2011.

MARCONDES, Renato Leite. O Café em Ribeirão Preto (1890-1940). **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, pp. 171-192, 2007.

MARCONDES, Renato Leite. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n.1, p. 147-170, 2002.

MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, A. G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos**, v. 40, p. 103-131, 2010.

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em ribeirão preto (1874-1930). **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 263-285, 2013.

MARTINS, Roberto Vasconcellos. **Fazendas de São Simão**, meados do século XIX. Pontal, 1998.

MATTIOLI, Alexandre F. **O Coronel e seu quintal**: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira República. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História, n. 8).

MATTOS, José Américo Junqueira de. **Família Junqueira**: sua história e genealogia. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004. (Cinco volumes)

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, Rafael Cardoso de. **Um “Coronel de saias” no interior paulista**: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920). Dissertação de Mestrado defendida na UNESP-Franca, 2009.

MELO, José Evandro Vieira de. **O Açúcar no Café**: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese apresentada ao departamento ao Departamento de História da USP, 2009.

MERCADANTE JUNIOR, Carlos Maurício Dias. **Características do desenvolvimento Arquitetônico de Ribeirão Preto (1856-1960)**. Mestrado apresentado a USP-São Carlos, 1988.

MILLIET, Sérgio. **O Roteiro do Café**. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.

MILLIET, Sérgio. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. São Paulo, 1941.

MIRANDA, Pedro José. **Breve Histórico do Café em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Memória Monográfica, 1980.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITH, 1984.

MONSMA, Karl. Desrespeito e violência. **Anos 90**, v.12, n. 21/22, pp. 103-149, jan./dez. 2005.

MONTAGNER, Dennys. **A Gestão dos recursos do primeiro programa de valorização do Café (1906-1914)**. Dissertação de Mestrado defendida na UNICAMP, 2010.

MONTI, Carlo G. Ação e resistência dos cativos em Ribeirão Preto (1850 a 1888). **Dialogus**, v. 6, n. 1, pp. 27-48, 2010.

MONTI, Carlo G. As implicações das epidemias de febre amarela em São Simão (1896 – 1902). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. Dissertação de Mestrado defendida na USP, 1980.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

OLIVEIRA, Fausto Pires de. **Elementos para a História de São Simão**. São Paulo, 1975.

OLIVEIRA, Jorge H. Caldeira de. **As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899**. Dissertação de mestrado defendida na UNESP-Araraquara, 2003.

OLIVEIRA, Jorge H. Caldeira de. **Ribeirão Preto na república velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias**. Tese apresentada a UNESP-Franca, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Tempo**, v. 8, n 15, pp. 11-133, 2003.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e História. Franca – século XIX**. Franca: UNESP, 1997. (Série História Local, 7).

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. O avanço dos cafezais e a permanência da economia de abastecimento em Franca – 1890/1920. **Dialogus**, v.1, n. 1, pp. 174-183, 2005.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. (Coord.) **Trilhas Econômicas**; Franca passado e presente. Franca: FACEF, 1999.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. **Heranças guardadas e transições ponderadas**; história econômica do interior paulista – 1890-1920. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.

PAZIANI, Rodrigo; MELLO, Rafael. De pioneiro a empreendedor: um estudo da trajetória de Flávio de Mendonça Uchôa em Ribeirão Preto (1898-1930). **Dialogus**, v. 7, n. 1, 2011, pp. 81-105.

PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. **Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material (1870-1900)**. Dissertação de mestrado apresentada a USP, 2010.

PEREIRA, Robson Mendonça. **Washington Luís e a modernização de Batatais**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2005.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e Capital Cafeeiro**: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). São Paulo: Fapesp/ Campinas: IFCH/Unicamp, 1999. (Dois volumes)

PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Ribeirão Preto a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada a UNESP- Araraquara, 2000.

PIRES, Júlio M. Finanças municipais na República Velha: o caso de Ribeirão Preto. **Estudos Econômicos**. v. 27, n. 3, pp. 481–518. 1997.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Martinho. **Municípios Paulistas**. A Província de São Paulo. Ano III, 9 de out. de 1877.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. V 21, 1998. pp. 105-119.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. **Anais do Museu Paulista**. Vol. 21, 1968.

REIS, José Carlos. História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. **Revista História da historiografia**, n. 01, • 2008, pp. 08 – 18.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste, 1850-1901: primeiras notas de três estudos de caso - um Comendador, um Marquês e um conde. **Seminário HERMES & CLIO**. São Paulo: FEA, 2010.

ROSÁRIO, Denise. Guatapará: sua História, suas origens. [S.l.: s.n.], 1998.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira; 1850-1930**. São Paulo: HUCITH, 1986.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTA CERVEJA. Disponível em <http://santacerveja.blogspot.com.br/>. Acessado em 24/07/2013.

SANTOS, Jonas R. dos. **As transformações da riqueza em Ribeirão Preto, 1920-1950**. Mestrado apresentado a UNESP-Franca, 2004.

SANTOS, Plínio Travassos dos. O centenário de Ribeirão Preto (1853-1953). **Revista do IHGB de São Paulo**, v. LII, 1953.

SANTOS, Plínio Travassos dos. **O Ribeirão Preto histórico e para a história**. Diário da Manhã. Ribeirão Preto. 10 a 12 de abril de 1942.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. **Estatística agrícola e zootécnica de Ribeirão Preto no ano agrícola de 1904-1905**. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. **O café: estatística de produção e comércio**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, vários anos.

SILVA, Marcos A. (coord.) **República em Migalhas**. História Regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora alfa ômega, 1976.

SOBRINHO, Alves Motta. **A Civilização do Café (1820-1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Evolução das técnicas produtivas do Século XIX: o engenho de açúcar e as Fazendas de Café no Brasil**. Dissertação de Mestrado defendida na UNICAMP, 1978.

SOUZA, Jéferson Mateus de. Estrutura econômica e escravidão em Cajuru: 1864 – 1888. **Dialogus**, v.1, n. 1, pp 203 – 215, 2005.

TEODORO; Rodrigo da Silva. Crédito e Expansão da Cafeicultura: o caso do município paulista de Franca 1887-1914. **Heera**, v. 2, n. 2, 2007, pp. 2 – 24.

TEODORO; Rodrigo da Silva. **O Crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914**. Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2006.

TESSITORE, V. **As fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832 – 1892)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 1995.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior**; Franca e a história da indústria Coureira-Calçadista (1860-1945). Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

TOSI, Pedro Geraldo. Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização. **Estudos de História**, Franca, v. 5, n. 2, pp. 113-148, 1998.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério. Domínios do Café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 417-442, 2011.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e Hierarquias do Crédito na Cafeicultura Paulista (1889-1930). **Revista Brasileira de Economia** (Impresso), v. 65, p. 401-412, 2011.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério; TEODORO, Rodrigo. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/ 1890-1914. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, p. 01-22, 2007.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos, 1850-1950. São Paulo: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1986.

TRUZZI, Oswaldo. **Fontes Estatísticas** – nominativas da propriedade rural em São Carlos. [1873 – 1940]. São Carlos: Edufscar, 2004.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo Sousa. **Dos coronéis a Metrôpoles**. Ribeirão Preto, 2000.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou. 1968.

ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto**; 1874 a 1900) uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Dissertação de mestrado apresentada a FFLCH-USP, 1978.

ZAMBONI, Silvio Perini. **O café no norte paulista**: a crise de 1929 na fazenda Dumont. Piracicaba: ESALQ/USP. Dissertação de Mestrado, 1979.

APÊNDICE

